

DIVULGAÇÃO MARXISTA

SUMÁRIO

A democracia em perigo!	1
O. Klesmet — A atual situação econômica do Brasil ...	3
Bistrov — Indícios de uma crise econômica prestes a sobrevir nos EE.UU.	19
Kováčik — A "inteliguêntzia" no Estado Soviético ...	23
Brover — O sistema de remuneração do trabalho na URSS	45
Marx — Compra e venda da força de trabalho	57
Garaudy — As leis da História	67
Hook — O marxismo como método	75
Dupont — Aspectos de alguns problemas agro-pecuá- rios no Brasil	79
O pensamento de Lênin	90
Politzer — Princípios elementares de filosofia	91
Engels — A revolução se aproxima	109
Páginas de Lênin	111
Calvão Filho — Notas sobre a inflação	113
Prenant — O problema da matéria viva	131
Marx — Apoliticismo	139
O pensamento de Stálin	144
Aparício — Estudemos o marxismo	145
Cierp — O marxismo é toda uma concepção do mundo.	155
Pequeno Dicionário Marxista	157

ANO II

25 MAIO 1947

N. 21

DIVULGAÇÃO MARXISTA

Publicação mensal

Sai aos dias 25 de cada mês

Direção de
Calvino Filho

e

S. O. Hersen

Redação e Administração

Av. 28 de Setembro, 174

Rio de Janeiro — Brasil

*

Número em circulação .. Cr\$ 10,00

Número atrasado Cr\$ 12,00

*

ASSINATURAS

Para o Brasil

Trimestral (3 números) Cr\$ 30,00

*

As assinaturas começam na data em que são tomadas e cada número da revista é remetido sempre sob registro. Os pedidos devem ser dirigidos à

EDITORIAL CALVINO LIMITADA

Av. 28 de Setembro, 174

Rio de Janeiro

*

Foi publicado no número 17/18 de *Divulgação Marxista*:

Calvino Filho, Notas sobre o conceito Governo; *E. Varga*, A aproximação da crise econômica no mundo capitalista; *Hook*, A heresia sindicalista; O pensamento de Lênin; Perguntas e respostas; O pensamento de Engels; *Karpinski*, A estrutura estatal da União Soviética; *Prenant*, O problema da concorrência e as leis da população; *Lerski*, O desenvolvimento cultural da União Soviética dentro do novo Plano Quinquenal; *Angrand*, As leis da dialéti-

ca; O que dizem nossos jornais; *Aleksándrov*, Sobre as modernas teorias burguesas da evolução social; *Lénin*, Os cartéis internacionais; O pensamento de Marx; *Karl Marx*, Carta a Annenkov; O que dizem nossos parlamentares; Sínteses; Pequeno Dicionário Marxista; De tudo um pouco.

* * *

Foi publicado no número 19/20 de *Divulgação Marxista*:

Calvino Filho, Notas sobre o Estado Soviético; *Bronski*, A ameaça de crise nos Estados Unidos; *Aleksándrov*, Sobre a democracia soviética; De tudo um pouco; *C. R. Rodrigues*, Catolicismo e reação; Perguntas e respostas; *Engels*, Da autoridade; Correspondência dos nossos leitores; O grupo "Música Viva" e sua declaração de princípios; *Angrand*, Os princípios do materialismo histórico; *Karl Marx*, A circulação de mercadorias é fonte de mais-valia?; O que está certo e o que está errado; *Amerino Wanick*, A Inglaterra e os Estados Unidos marcham para o fascismo; *Prenant*, Biologia e marxismo: O problema da adaptação; *Hook*, Lênin: a volta a Marx e para a frente; *Spektorov*, O sistema bicameral do Soviet Supremo da URSS: o Soviet da União e o Soviet das Nacionalidades; Questões de Economia Política; Pequeno Dicionário Marxista; De tudo um pouco.

AJUDE-NOS A DIFUNDIR "DIVULGAÇÃO MARXISTA"

Pedimos aos leitores do interior nós enviarem nomes e endereços completos de amigos ou simples conhecidos, que se interessem ou sejam capazes de se interessar pelo estudo do marxismo.

Divulgação **DIVULGAÇÃO** **MARXISTA** *marxista*

Ano II

Diretores: *Calvino Filho e S. O. Hersen*

N.º 21

A DEMOCRACIA EM PERIGO !

O imperialismo norte-americano acredita, estultamente, que possa sobreviver e escravizar o mundo, evitando, dessa forma, que os povos deem um passo à frente na sua evolução social, isto é, para o socialismo.

Ao imperialismo norte-americano se juntam tôdas as forças reacionárias, fascistas e conservadoras espalhadas pelo mundo, que dominam os governos dos países, na esperança de assim também sobreviverem e continuarem a desfrutar os privilégios de que sempre gozaram, à custa do sacrifício dos povos.

E, para tanto, é preciso destruir a democracia, que se baseia no sufrágio universal, direto e secreto, pois que as amplas camadas trabalhadoras, que constituem a maioria esmagadora das nações, rapidamente estão adquirindo consciência política, donde elegerem representantes de seu próprio seio, constituindo-se, assim, em maioria nos governos, que passam dessa forma a atender aos interesses das massas trabalhadoras — operários, lavradores, funcionários públicos, militares, médicos, engenheiros, advogados, etc. — e não aos do capitalismo. Com a democracia, pois, os povos poderiam chegar ao socialismo, pacificamente, pelo voto.

os tecidos de algodão, pelo seu valor monetário, o segundo lugar depois do café (16 % do valor da exportação em 1945). Foram exportadas, em 1945, 24.246 toneladas de tecidos de algodão (4), contra 1.982 toneladas em 1939. O ponto fraco da indústria brasileira de tecelagem é constituído pelo seu atraso técnico. O crescimento verificado na indústria corria, em medida considerável, por conta de um exaustivo aproveitamento do aparelhamento já existente, assim como da elevada exploração da força de trabalho, pois a obtenção de novos equipamentos do estrangeiro era grandemente dificultada durante a guerra. Atualmente, levanta-se diante da indústria brasileira de tecelagem um grande problema — o de encetar com urgência a renovação e a modernização do equipamento de produção para ter possibilidades de suportar a competição de outros países nas condições do após-guerra. A imprensa já vem publicando informes sobre vultosas encomendas de maquinária de tecelagem, feitas à Inglaterra e aos EE.UU., assim como sobre planos de instalação, no próprio Brasil, de fábricas para a construção de tais máquinas, com a participação do capital norte-americano.

A construção de uma série de empresas, que exigiam vultosos investimentos de capital, foi financiada pelo governo (em parte, por conta de empréstimos obtidos dos EE.UU.), e com uma insignificante participação de capital privado brasileiro. No número de tais empresas capitalistas-estatais está a usina siderúrgica de Volta Redonda, assim como a Companhia Vale do Rio Doce, que explora os minérios de ferro de Itabira, e a Fábrica Nacional de Motores. Com recursos do Estado foi feita a perfuração experimental e iniciada a extração de petróleo no Estado da Bahia. No ano de 1945 foi constituída uma sociedade mixta para a construção de uma estação hidro-elétrica sobre o Rio São Francisco.

O desenvolvimento da indústria teve como efeito a ampliação do mercado interno para os produtos da agricultura. Uma parte considerável do algodão é transformada em artigos manufaturados dentro do país. Aumentaram as sementeiras de culturas técnicas: de plantas que fornecem fibras textéis (como a juta), de plantas oleaginosas, etc. A produção de gêneros alimentícios ficou, no entanto, aquém da procura, pois esta aumentou consideravelmente com o crescimento das populações urbanas, constituindo uma das causas do grande encarecimento da vida. O Brasil continua a importar anualmente, tal como anteriormente, uma grande quantidade de trigo. Para os anos de 1945-1946 foram fornecidos pelo governo, por intermédio do Banco do Brasil, subsídios aos agricultores para sementeira de arroz, feijão, milho, feijão soja e girasol, o que resultou num aumento das respectivas áreas ocupadas por tais culturas (5).

A cultura do café, tal como anteriormente, ocupa um lugar importante na economia do Brasil. Este produto, no entanto, já está longe de desempenhar atualmente o mesmo papel que lhe coube no período anterior à crise econômica mundial, quando representava de 65 a 85 % do valor

(4) *Trade and Engineering*, May 1946.

(5) *Foreign Commerce Weekly*, 16-II-1946.

da exportação (em 1944 — somente 36 %). A política de limitação da produção do café conduziu não somente à diminuição da área das respectivas plantações, mas também à queda do índice das safras. Uma parte dos cafezais foi destruída e as respectivas áreas aproveitadas para semeaduras de algodão ou de cereais e para pastagens. Em resultado da proibição de plantação de novos cafeeiros, decretada em 1932 e revogada somente em 1943, aumentou a idade dos cafeeiros existentes. E' assim que, no Estado de São Paulo, principal centro de produção e da exportação do café, mais da metade dos cafeeiros existentes — atualmente com mais de vinte anos de idade — já fornecem uma colheita reduzida (6). Os terrenos esgotados e as más condições climáticas que caracterizaram os anos de 1942, 1943 e 1944 (sêcas e geadas), por sua vez também se refletiram sobre o índice das safras. Se antes da guerra a safra anual do café representava, em média, 20 milhões de sacas (de 60 quilos cada uma), tendo chegado nos anos áureos a 28 milhões, já em 1943 foram colhidas somente 11,8 milhões de sacas, em 1944 — 9,4 milhões e em 1945 (segundo estimativa preliminar) — apenas 12 milhões (7). A parte que cabe ao Brasil na produção mundial do café baixou de 65 % em 1939 a 46 % em 1944. Em vez do problema anterior da superprodução do café, o que está atualmente na ordem do dia é o do incremento da respectiva produção, para poder satisfazer o esperado aumento da procura, da parte dos países europeus. Os cafeicultores conseguiram obter do governo empréstimos à razão de 60 centavos por cafeeiro em estado de produzir ou a ser plantado, sendo que para tal empréstimo não será obrigatória a respectiva restituição, se forem apresentadas provas de que o mesmo tenha sido integralmente aproveitado

no tratamento e na renovação dos cafezais (8).

Durante a guerra, aumentou consideravelmente o papel que os EE.UU. desempenham na economia do Brasil. Aquêlê país passou a ser um grande comprador de matéria prima estratégica, tendo ficado assegurada, assim, a existência de um mercado para o escoamento dos produtos brasileiros. A exportação do café brasileiro era encaminhada principalmente para os EE.UU., tendo, por sua vez, aumentado a importação pelo Brasil de artefatos industriais norte-americanos. A parte que coube aos EE.UU. na exportação brasileira constituiu, em 1945, 49 % do valor total desta (contra 34,3 % em 1938) e na importação do mesmo ano — 55 % (contra 24,2 % em 1938). As coisas, no entanto, não se limitam ao mero crescimento do movimento do comércio exterior entre êstes dois países. Uma das tarefas impostas a si mesmo pelo governo dos EE.UU. em relação ao Brasil, tal como em relação aos demais países da América do Sul (menos dependentes, no sentido econômico, dos EE.UU. que os países da América Central), consistiu no aproveitamento do abalo causado pela guerra, nas relações comerciais dêste país com a Europa, donde preparar o terreno para a expansão dos EE.UU.

(6) *South American Journal*, 17-II-1945.

(7) *Foreign Commerce Weekly*, 16-VI-1945.

(8) *South American Journal*, 14-VII-1945.

no após-guerra. Um papel importante na execução desta tarefa coube aos créditos do Banco de Importação e Exportação dos EE.UU. Esses créditos, oferecidos com um intuito especial, permitiam aos EE.UU. exercer uma influência direta na economia brasileira, dando a esta um rumo favorável aos interesses norte-americanos. Em diversos casos, os créditos foram concedidos com a condição de ficarem as respectivas aplicações sob a observação de especialistas norte-americanos; as empreitadas para construção de certos objetivos foram entregues, por sua vez também, a firmas norte-americanas. Em alguns casos, o governo brasileiro executava diretamente tarefas para os EE.UU. Assim se deu, por exemplo, com o desdobramento da extração da borracha no Vale do Amazonas, para onde, nos anos da guerra, tinham sido transferidos de outras regiões do país cerca de 50 mil trabalhadores, para colherem o latex das seringueiras espalhadas pela selva (9).

O Banco de Exportação e Importação continuou a oferecer créditos, mesmo depois de terminada a guerra.

No ano de 1946, aquele banco concedeu ao Brasil um crédito de 100 milhões de dólares, dos quais 50 milhões de dólares se destinavam à compra de locomotivas, vagões, navios, instalações portuárias, equipamento para construção de estradas, etc., e 50 milhões — para compra de materiais e equipamentos para eletrificação e para a construção de uma usina para a fabricação de aparelhamento elétrico (10).

Informes avulsos da imprensa testemunham que a Inglaterra vem realizando tentativas de consolidar suas posições econômicas no Brasil, as quais foram fortemente abaladas durante a guerra. E consta que a Inglaterra tenciona mesmo tomar em suas mãos o monopólio do comércio do Brasil com os demais países europeus. E' assim que ficamos informados, através da imprensa inglesa, acerca do projeto da organização de uma importação do café, centralizada na Inglaterra, para a subsequente reexportação deste produto para os demais países europeus, assim como acerca do plano de tomar a Inglaterra a seu cargo a mediação exclusiva para a exportação do café, feita diretamente dos países latino-americanos para os que importam aquele produto, inclusive para os que não fazem parte do bloco esterlino (11). O Banco da Inglaterra concluiu, no começo de 1946, acordos sobre a utilização de libras esterlinas para pagamentos referentes às operações comerciais e financeiras ordinárias, entre o Brasil — de um lado, e a Bélgica, Dinamarca, Holanda, Finlândia, Grécia, Noruega, Espanha, Suíça e Turquia — do outro.

(9) Segundo informação do jornal *Neue Zuercher Zeitung* (4-7-46), o interesse para com a borracha caiu abruptamente em seguida ao término da guerra, ficando, contudo, os trabalhadores abandonados na selva, sem meios para voltarem aos seus respectivos lugares de origem. Cerca de 47 mil trabalhadores não voltaram, presumindo-se que cerca de 23 mil deles tenham perecido e de que os restantes vagueiam, tentando desembarhar-se daquela selva.

(10) *Trade and Engineering*, September 1946.

(11) *Trade and Engineering*, June 1946.

Os pagamentos pelos fornecimentos feitos pelo Brasil aos citados países serão computados em libras esterlinas e creditados na conta do Brasil na Inglaterra (12).

Ainda no verão de 1946, aproveitando o aparelho de controle criado por ela durante a guerra, em conexão com o bloqueio dos países de regime fascista, continuava a Inglaterra a exigir do Brasil fôsse efetuada a exportação de uma ou outra espécie de mercadorias somente com permissão especial da embaixada da Grã-Bretanha. Para mercadorias cuja exportação é indesejável aos ingleses, a necessária permissão não era concedida e as mercadorias exportadas sem tal permissão eram confiscadas pelos ingleses durante o transporte marítimo (13).

A Inglaterra aparece, também, no mercado brasileiro como concorrente dos EE.UU. nos fornecimentos ao Brasil de material rodante ferroviário, de teares, de aviões, etc.

No decorrer dos anos da guerra estreitaram-se as relações econômicas entre a Argentina e o Brasil. A Argentina, que, mesmo antes da guerra, já vinha fornecendo ao Brasil trigo, tornou-se o maior comprador dos artigos manufaturados pela indústria brasileira, principalmente de tecidos de algodão. A parte que coube à Argentina na importação brasileira, em 1945, representa 21,6 % do seu valor total (contra 11,8 % em 1938), e na exportação do mesmo ano — 11,9 % (contra 4,5 % em 1938). Depois da guerra, teve o Brasil que enfrentar, no mercado de tecidos da Argentina, a concorrência da França, Itália, Bélgica e Holanda.

* * *

A luta entre a Inglaterra e os EE.UU. pelo predomínio na economia do Brasil, aguçada nas condições do após-guerra, veio refletir-se, também, na política interna deste país e constituiu um dos fatores que conduziram ao golpe de Estado, com o qual, em outubro de 1945, foi posto fim ao período de governo do presidente Getúlio Vargas, que se prolongou por 15 anos — desde a crise econômica mundial de 1929-1933 até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Vargas, o representante dos grandes fazendeiros-pecuaristas do Estado do Rio Grande do Sul (êle era então o governador daquele Estado), foi levado ao poder pela revolução que teve lugar em outubro de 1930, no momento em que no país, em conexão com os abalos causados pela crise econômica mundial, ia se criando uma situação extremamente difícil, a par de um considerável crescimento do movimento democrático. A "Aliança Liebral", que dirigiu a revolução de 1930, reunia nas suas fileiras as mais diferentes camadas sociais (uma considerável parte dos fazendeiros, a burguesia industrial, a pequena e média burguesia das

(12) *Stock Exchange Gazette*, 2-III-1946.

(13) *Pravda*, 25-VII-1946.

idades e uma parte dos camponeses), que procuravam pôr fim à hegemonia dos cafeicultores dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, que, ligados ao capital inglês, vinham retendo nas suas mãos, durante muitos decênios, o poder no país. A "Aliança Liberal" tinha o apoio dos EE.UU. Ela apresentou um programa bastante radical, que incluía, entre outras coisas, também a divisão dos latifúndios e a nacionalização das empresas estrangeiras. Mas o verdadeiro caráter social dos círculos que prestigiavam Vargas revelou-se logo depois da chegada deste ao poder, quando ele, apoiando-se na parte reacionária do Exército, aboliu a Constituição, dissolveu o Parlamento e se declarou ditador. O movimento democrático dos operários e camponeses foi então subjugado com requintes de crueldade.

A transição para o regime constitucional, que durou de 1933 até 1937, em nada alterou o caráter reacionário do governo. Esse período se caracterizou, ao contrário, pelo crescimento do fascismo no país, o que se refletiu na sua política exterior — na aproximação econômica e política com a Alemanha. O partido fascista brasileiro dos integralistas (camisas verdes), organizado no ano de 1933 com a ajuda da Alemanha hitlerista, desfrutava de plena liberdade de ação, bem como de impunidade. O Governo, por outro lado, movia uma cruel perseguição à organização da frente popular — à Aliança Nacional Libertadora. Os malogrados pronunciamentos armados, que se deram no Rio de Janeiro e em Pernambuco, em novembro de 1935, foram aproveitados por Vargas para o aniquilamento da frente popular. Foi declarado o estado de guerra para todo o território do país. Cerca de 10 mil pessoas foram atiradas às prisões. Foi preso e em seguida condenado a 16 anos de reclusão o líder dos comunistas brasileiros, Luiz Carlos Prestes.

Em novembro de 1937, pouco antes da realização das eleições presidenciais, Vargas deu um novo golpe de Estado. O Parlamento foi dissolvido, as eleições canceladas e promulgada uma nova Constituição, redigida nos moldes da Constituição da Itália fascista. Todos os partidos políticos foram declarados fora da lei, inclusive o dos integralistas, que prestaram a Vargas todo o seu apoio para esse golpe de Estado, na esperança de partilhar com ele o poder. A tentativa dos integralistas, já desiludidos de Vargas, de depô-lo em 1938, por meio de uma revolta armada, terminou em fracasso.

A partir de 1938, começa a mudança de rumo na política exterior do Brasil, conduzida, desta vez, no sentido de maior aproximação com os EE.UU. Depois da entrada dos EE.UU. na guerra, o Brasil cortou em janeiro de 1942 as relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, e em agosto de 1942 declarou guerra à Alemanha e à Itália (a guerra ao Japão foi declarada somente em 6 de junho de 1945). Em 2 de junho de 1943, o Brasil assinou a Declaração das Nações Unidas.

A participação do Brasil na guerra ao lado das nações democráticas não o conduziu, contudo, à democratização do país. Exceto o afastamento do Governo de alguns figurões pro-fascistas e a promessa de realização de eleições depois de terminada a guerra, Vargas não tomou nenhuma outra providência prática no sentido da democratização do regime. Os

partidos políticos, tal como dantes, continuavam fora da lei. Os mais progressistas dos líderes políticos, entre eles Luis Carlos Prestes, permaneciam nas prisões, a censura sufocava qualquer palavra livre, a menor manifestação da oposição era imediatamente reprimida e detidos os opositoristas. Todos os descontentes com o regime, mesmo sendo pessoas bem conhecidas por seus pontos de vista conservadores, eram acusados de ser "comunistas".

A existência, no Brasil, de uma ditadura pro-fascista, desfrutando o apoio dos EE.UU., punha o governo dêste país numa posição ambígua na arena mundial, uma vez que recusava, ao mesmo tempo, reconhecer o governo de Farrel, na Argentina, considerando-o pro-fascista e anti-democrático. O governo de Farrel, que chegou ao poder em fevereiro de 1944, só foi reconhecido pelos EE.UU. em abril de 1945.

O problema das relações entre o Brasil e a Argentina agravou as contradições entre o grupo pro-fascista dos militares que, no seu tempo, defendiam a política de aproximação com a Argentina — de um lado, e os partidários da mais estreita colaboração com os EE.UU. — do outro. A luta entre estes dois grupos conduziu, em agosto de 1944, à demissão do ministro das Relações Exteriores, Aranha, olhado naquele tempo como provável candidato à presidência da República. Aranha foi um dos mais destacados participantes da revolução de 1930, que levou Vargas ao poder; de 1934 até 1938 era ele o embaixador em Washington; no posto seguinte, de Ministro das Relações Exteriores (desde 1938), conduzia uma política de crescente aproximação com os EE.UU. Trabalhou ativamente pela participação do Brasil na guerra contra a Alemanha. Aranha exigia a restauração do regime democrático e a realização de eleições gerais antes do término da guerra, assim como o imediato reatamento das relações diplomáticas com a URSS. Aranha demitiu-se em seguida ao fechamento, por ordem do Chefe de Polícia, da Sociedade dos Amigos da América, que pouco antes o tinha eleito para o cargo de seu vice-presidente. A demissão de Aranha e o simultâneo fechamento ocorrido da Sociedade dos Amigos da América denunciavam um fortalecimento dos elementos fascistas no país e uma nova mudança de rumo na linha da política exterior do Brasil no sentido de se afastar dos EE. UU.

Pouco tempo depois da demissão de Aranha, apareceu na imprensa uma notícia sobre a formação de uma organização — a União Democrática Nacional (UDN). Na composição da ala direita da UDN, sob a denominação de Partido Republicano, entraram representantes daquela mesma oligarquia dos grandes fazendeiros, que dominava no Brasil até a subida de Vargas ao poder. Para a UDN entraram também muitos dos antigos partidários de Vargas. Mencionaremos os mais destacados membros da UDN: Artur Bernardes — Presidente da República de 1922 a 1926; Julio Prestes — foi eleito presidente em 1930; Otávio Mangabeira — o ministro das Relações Exteriores no governo de Washington Luis, em 1926-1930, e que até há pouco se encontrava emigrado; Francisco Campos — ex-ministro da Justiça no governo de Vargas e autor da célebre Constituição fascista de 1937; Assis Chateaubriand — dono de um *trust* jornalístico, tendo sido, no passado, amigo e partidário de Vargas; Herbert

Moses — presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Aranha — o antigo ministro das Relações Exteriores.

No seu manifesto, publicado em janeiro de 1945, a UDN declarou-se uma organização política que tencionava "coordenar todas as correntes democráticas, para que seja restaurado o regime da lei e a democracia, assim como lutar contra o neo-fascismo, que já vem levantando novamente a cabeça na América Latina". Ela exigiu a anistia para os presos políticos, a abolição da censura, a reconstituição dos partidos políticos, a sustentação da Carta do Atlântico e das resoluções das conferências panamericanas, como também a nomeação de uma comissão de inquérito para a investigação das atividades das pessoas que compunham a facção de Vargas, suspeitas de enriquecimento ilícito por conta do erário público. Simultaneamente, surgiram também boatos de que a UDN tinha levantado a candidatura do general de Aviação Eduardo Gomes para a presidência da República do país e de que tal candidatura era apoiada por Aranha.

A luta contra Vargas assumiu feição aberta em fevereiro de 1945, quando a maior parte dos órgãos da imprensa brasileira, não levando mais em consideração as exigências da censura, iniciou simultaneamente, como que obedecendo a um sinal dado, a campanha contra a ditadura de Vargas e pela imediata realização das eleições. A campanha foi começada pelo jornal *Correio da Manhã*, que, em 22 de fevereiro de 1945, publicou uma entrevista com José Américo de Almeida (participante da Revolução de 1930, que levou Vargas ao poder; em 1937, ele foi um dos candidatos à presidência da República), na qual este submeteu a uma crítica muito áspera a política de Vargas. Tal crítica, publicada num jornal, não tinha precedente em todo o período do governo de Vargas. O Governo, desta vez, não achou possível recorrer à repressão, pois justamente nessa ocasião se achava reunida, na cidade de México, a Conferência Panamericana. A censura passou a ser mera ficção. No dia imediato, 12 dos 17 jornais da Capital (isto é, todos os jornais, menos os de propriedade do Governo) insurgiram-se contra Vargas e pela eleição de Eduardo Gomes ou de algum outro candidato. O movimento logo se alastrou pelo interior do país, onde foi liderado pela cadeia de jornais de Assis Chateaubriand, o qual possui 26 órgãos de imprensa em diversas cidades do país.

As manobras políticas de Vargas, diante da oposição que estava criando força, eram dirigidas no sentido de, por meio de insignificantes concessões e promessas demagógicas, encontrar apoio nas amplas massas da população, não rompendo, todavia, ao mesmo tempo, com os elementos reacionários do Exército e da máquina estatal.

No fim de fevereiro, Vargas declarou que a data para as eleições presidenciais e para as dos membros do parlamento seria fixada no decurso dos próximos três meses; ao mesmo tempo, assinou um decreto complementar à Constituição de 1937, sobre a realização de eleições diretas em vez de indiretas. O chefe da Polícia do Rio de Janeiro, Coriolano de Góis, culpado pelo fuzilamento de estudantes que participavam de uma demonstração em 1943, foi demitido. Vargas apressou-se

a reatar as relações diplomáticas com a URSS, o que deveria contribuir para a consolidação da sua posição também na arena das relações internacionais; a isto seguiu-se a anistia para todos os presos políticos, entre os quais se encontrava também Luiz Carlos Prestes. O Ministro do Trabalho, Marcondes Filho, empreendeu a formação de um novo partido político, o Partido "Trabalhista", para apoiar Vargas. Discursando aos trabalhadores, no dia 1.º de maio, recordou Vargas seus merecimentos perante estes — a introdução (formal) da jornada de 8 horas, o salário mínimo e a lei sobre pensões e caixas de aposentadoria. As greves que se sucediam no Brasil, principalmente nos meses de abril e maio de 1945, não foram sufocadas pelo Governo e, em regra, terminavam pela vitória dos trabalhadores. No verão de 1945, Vargas assinou um decreto sobre o seguro social. A publicação, em junho, da chamada "Lei Anti-trust" tinha em primeiro lugar, o objetivo de provocar agitação. Essa lei proibia a formação de cartéis e "trusts" e dava ao Governo o direito de expropriar empresas comerciais, industriais e agrícolas sob o pretexto de incorrerem estas em ações "dirigidas contra os interesses sociais". Em virtude, porém, do forte descontentamento provocado entre os capitalistas estrangeiros, os proprietários de grandes empresas e os latifundiários, a execução dessa lei foi logo adiada.

Em 3 de maio foi publicada uma nova Lei Eleitoral e permitida a formação de partidos e outras organizações políticas (14). A realização das eleições foi marcada para o dia 2 de dezembro. Vargas oficialmente pronunciou-se pela apresentação da candidatura do então ministro da Guerra, general Dutra, para a presidência da República (Dutra, depois da apresentação da sua candidatura à presidência, deixou o Ministério; em seu lugar foi nomeado o general Góis Monteiro).

O Partido Comunista, legalizado depois da promulgação da Lei Eleitoral, recusou apoiar qualquer um dos dois candidatos apresentados, provando que tanto Dutra como Eduardo Gomes não passavam de reacionários e que entre eles não existe nenhuma diferença de princípios. O Partido Comunista fez ver que era inadmissível que o novo presidente eleito começasse a governar o país apoiando-se na Constituição fascista de 1937, e considerou necessário a convocação, antes da realização das eleições presidenciais, de uma Assembléia Constituinte, para a elaboração de uma nova Constituição, verdadeiramente democrática. O Partido Comunista considerou que, até a convocação da Assembléia Constituinte e a subsequente realização das eleições presidenciais, no Governo deveria ser deixado Vargas, e tomando em conta a reviravolta para a esquerda do rumo político deste, prometeu apoiar todas as suas iniciativas democráticas. A mesma exigência da convocação de uma Assembléia Constituinte foi apresentada também pela nova organização sindical — o Movimento Unificador dos Trabalhadores — e pelas amplas massas da

(14) Para ser registado, o partido deve ter amplitude nacional, ter um programa democrático, não manter relações com o estrangeiro e contar com o apoio de, no mínimo, 50 mil eleitores.

população. Os partidários de Vargas, que receberam a alcunha de "queremistas" (exigindo a apresentação da candidatura de Getúlio Vargas, eles gritavam nas demonstrações públicas: "Nós queremos Getúlio!"), concordaram com o adiamento das eleições. O próprio Vargas, segundo os informes da imprensa, estava prestes a publicar o respectivo decreto do adiamento.

Os círculos reacionários, decididamente, opuseram-se ao projetado adiamento das eleições. Observavam, num estado de verdadeiro sobressalto, a crescente influência do Partido Comunista e recebiam que o adiamento das eleições proporcionasse a este tempo para a consolidação dessa influência. As posições de Vargas e do Partido Comunista causavam, por sua vez, intranquilidade aos círculos reacionários. Estes anunciavam e chamavam a atenção para o facto de Prestes ter sido recebido em audiência por Vargas. Espalhavam boatos de que Vargas, se conseguisse manter-se no poder, pretendia incluir na composição do seu gabinete 2 ou 3 comunistas.

Em relação aos EE.UU., Vargas assumiu uma atitude mais independente, passando a explorar as contradições anglo-americanas. Como primeiro passo nessa direção, esboçava-se a aproximação com a Argentina, que dispunha do apoio da Grã-Bretanha. Isto não pôde deixar de causar apreensões aos EE.UU., uma vez que as contradições anglo-americanas se manifestavam, nos últimos anos, com mais força, justamente na questão da Argentina.

Para outubro de 1945 foi marcado um encontro amistoso entre Vargas e o presidente da Argentina, Farrel, a realizar-se na fronteira entre o Brasil e aquele país vizinho. O encontro foi adiado, mas o próprio facto de que este estava prestes a ter lugar, já era sintomático, principalmente se se tomar em consideração que para o dia 20 de outubro foi também marcada a abertura, no Rio de Janeiro, da Conferência Panamericana (adiada por iniciativa dos EE.UU.). A aproximação entre o Brasil e a Argentina teria podido levar à formação de um bloco dos países latino-americanos orientado para a Grã-Bretanha, o que teria constituído uma ameaça ao predomínio dos EE.UU. no hemisfério ocidental. A atitude dos Estados Unidos para com o Brasil foi claramente demonstrada pelo embaixador dos EE.UU. no Brasil, Berle, quando o mesmo, em 29 de setembro, apareceu em público com a declaração de que a opinião pública norte-americana esperava que as eleições se realizassem no Brasil na data já prefixada. O correspondente do jornal *New York Times*, William White, comentando essa declaração, escreveu, em 9 de novembro de 1945, que, se Vargas tivesse sido bem sucedido com o adiamento das eleições e com a consolidação do seu poder para o futuro próximo, "a autoridade dos EE.UU. teria então decaído em toda a América do Sul, e num grau sem precedente". No próprio Brasil aquelas palavras de Berle foram taxadas de intromissão nos negócios internos do país.

O receio de que o movimento popular em prol da verdadeira democracia lograsse ganhar mais força e amplitude, assim como as concessões que vinham sendo feitas por Vargas e a pressão exercida pelos EE.UU.,

fizeram com que ambos os grupos reacionários se unissem para a deposição de Vargas. O golpe foi encabeçado pelo Ministro da Guerra, Góis Monteiro, juntamente com o general Dutra e Eduardo Gomes. Vargas foi mesmo deposto, e o presidente do Supremo Tribunal, Linhares, tornou-se o Presidente provisório da República. Góis Monteiro continuou no Gabinete, ocupando seu posto anterior de Ministro da Guerra. Uma das primeiras providências do novo Governo foi o fechamento das sedes do Partido Comunista e dos sindicatos operários (foram pouco depois reabertas e o Partido Comunista obteve a possibilidade de participar da campanha eleitoral). Das outras medidas de Linhares, vale a pena mencionar a revogação da "Lei Anti-trust", o decreto da venda de todos os jornais do Governo a empresas particulares, assim como também a venda a particulares de algumas empresas que pertenciam ao Estado. Linhares destituiu todos os interventores do Governo nos diversos Estados, bem como muitos outros altos funcionários nomeados por Vargas.

Na campanha eleitoral para a presidência da República e para a escolha dos membros do Parlamento, o qual recebeu, por um decreto do Presidente Linhares, prerrogativas e atribuições de Assembleia Constituinte (a publicação desse decreto constituiu uma vitória política do Partido Comunista, que exigia a convocação da Assembleia Constituinte), tomaram parte 11 partidos, 4 dos quais apresentaram candidatos para a presidência da República — o Partido Social-Democrático, a União Democrática Nacional, o Partido Comunista e o Partido Agrário (pequeno partido, sem influência).

O programa do Partido Social-Democrático (no qual, mesmo segundo a definição da imprensa burguesa dos EE.UU., não existe coisa alguma de socialista, exceto o nome), refletia em grande parte os interesses da burguesia industrial, apresentando exigências de tarifas protecionistas e de medidas para o desenvolvimento da indústria. Esse programa foi calculado para atrair o operariado com promessas de "defesa das classes trabalhadoras, seguro social e defesa da saúde dos trabalhadores", assim como para se assegurar do apoio da Igreja Católica, reconhecendo o princípio da indissolubilidade do casamento, a necessidade do ensino religioso nas escolas primárias, etc. O programa previa, outrossim, a colaboração com o capital estrangeiro e o auxílio do Estado à lavoura.

O candidato do Partido Social-Democrático, general Dutra, é um velho companheiro de armas de Vargas. Ele tomou parte na revolução de 1930 e na sufocação do levante que se deu no Sul do Brasil, em 1932. De 1937 até 1945, Dutra foi o Ministro da Guerra. As camadas progressistas do Brasil consideram-no pro-fascista; ele não escondia sua admiração pelo sistema militar hitlerista. Em 1940, Dutra foi agraciado por Hitler com uma condecoração. Ele sempre se manifestava contra o

reatamento das relações diplomáticas com a URSS.

A União Democrática Nacional declarou-se a favor de mais baixas tarifas alfandegárias, bem como pelo estímulo ao emprêgo de capitais estrangeiros e pela liberdade do repatriamento das inversões e da exportação dos dividendos. No campo da legislação trabalhista, prometia a

liberdade sindical e o direito a greves. Quer o Partido Social-Democrático, quer a União Democrática Nacional, declararam-se pela instituição do regime democrático, pela liberdade da imprensa, etc.

A imprensa norte-americana enunciava suas previsões de que o vencedor nas eleições presidenciais seria Eduardo Gomes, o candidato da União Democrática Nacional. Até janeiro de 1945, Eduardo Gomes era o comandante da zona nordestina, de grande importância estratégica e onde estão situadas as bases aéreas construídas durante a guerra pelo Governo dos E.E.UU. Ele tinha que estar sempre em contacto com as autoridades militares norte-americanas lá sediadas. O correspondente do jornal *New York Times*, White, escreveu em 6 de fevereiro de 1945 que Eduardo Gomes "é considerado o líder político mais pro-americano no Brasil". Eduardo Gomes gozava do apoio de uma parte dos jovens oficiais do Exército, assim como dos grandes fazendeiros (principalmente dos cafeicultores) e da burguesia comercial e industrial, ligada ao capital estrangeiro.

Depois da deposição de Vargas, apresentou o Partido Comunista a candidatura do engenheiro Fiuza, sem partido, à presidência da República. O Partido Comunista lançou a legenda de frente única nacional democrática anti-fascista. Entre os pontos básicos do programa do Partido Comunista na campanha eleitoral figuravam a exigência da industrialização do país e a liquidação dos remanescentes feudais por meio de uma reforma agrária radical.

A Igreja Católica tinha entrado em intensa atividade no período pre-eleitoral, embora a mesma não tenha apresentado nenhum programa, além do slogan de "luta contra os comunistas ateus e seus simpatizantes". A Igreja organizou a Liga Eleitoral Católica, que passou a desenvolver grande agitação, tanto nas igrejas como nos lares, obrigando os fiéis, sob ameaça de "eterno suplício no inferno", a se alistarem nessa Liga. A princípio, a Igreja dava mostras de se inclinar para o lado de Eduardo Gomes, mas, já no último instante, resolveu dar todo o seu apoio a Dutra.

A Lei Eleitoral, que regulava a realização das eleições do presidente da República e dos membros do Parlamento (agora já com direitos de Assembléia Constituinte), marcadas para o dia 2 de dezembro de 1945, previa a participação no pleito de todos os cidadãos de ambos os sexos, na idade entre 18 e 65 anos. Oficiais do Exército, bem como pessoas com mais de 65 anos de idade e mulheres que não exercessem profissão remunerada, tinham o direito de se abster de concorrer com o respectivo voto. Foram, no entanto, privados do direito de voto todas as pessoas analfabetas (e estas constituem, no Brasil, mais de 60 % da população), os soldados e os indigentes. Nas listas eleitorais foram inscritas mais de 7 milhões de pessoas, de uma população total constituída de 45 milhões de habitantes.

Segundo os dados completos, Dutra obteve 2.536.428 votos, Eduardo Gomes — 1.644.477, Fiuza — 568.000 e Rolim Teles (do Partido Agrário) — 8.298 votos. A vitória obtida por Dutra explica-se pelo apoio da Igreja Católica, assim como pela influência de Vargas, o qual, nas vésperas das eleições, se pronunciou a favor da candidatura de Dutra.

Neste votaram também os integralistas (que rebatizaram seu partido, dando-lhe o nome de "Partido de Representação Popular").

Vargas não desapareceu do cenário político. Foi eleito senador e assumiu a presidência do "Partido Trabalhista", que goza das simpatias de consideráveis massas de trabalhadores, camponeses e pequena burguesia. Esse partido, como já foi explicado atrás, foi criado pelo Ministério do Trabalho no Governo de Vargas, em 1945, tendo por base os sindicatos profissionais controlados pelo Governo. O programa do partido incluía a diminuição da jornada de trabalho, o direito de greve e a majoração dos salários.

O Partido Social-Democrático obteve na Assembléia Constituinte cerca de 40 % dos assentos, a União Democrática Nacional — 33 %, o "Partido Trabalhista" — 10 %, os comunistas — 7 %, sendo os restantes 10 % distribuídos entre os pequenos partidos. Por uma decisão tomada pela Assembléia Constituinte em 27 de fevereiro de 1946 (por 143 votos contra 93), continuará, até a elaboração da nova Constituição, a vigorar a de 1937.

As mais influentes figuras do gabinete formado por Dutra foram o Ministro da Guerra, Góis Monteiro, e o das Relações Exteriores, Neves da Fontoura. O general Góis Monteiro era, desde 1937, o Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro e tem a reputação de pro-fascista. Em 1940, foi agraciado por Hitler com uma condecoração. Em 8 de outubro de 1946, Góis Monteiro demitiu-se. O Ministro das Relações Exteriores, Dr. Neves da Fontoura, é líder do Partido Social-Democrático. Foi um dos participantes da Revolução de 1930 e até ultimamente ocupava o posto de Embaixador em Portugal, sendo considerado íntimo de Vargas. A pasta de Ministro do Trabalho no gabinete de Dutra foi oferecida a um membro do "Partido Trabalhista".

Ao ser empossado na Presidência da República, em 31 de janeiro de 1946, Dutra, na sua oração ao povo, prometeu elevar o padrão de vida do povo e ressaltou que a classe trabalhadora deve ser defendida contra o incessante encarecimento da vida. Na esfera da política exterior, pronunciou-se o novo Presidente pela colaboração com as Nações Unidas e pela solidariedade e amizade com todas as Nações americanas, principalmente com os EE.UU.

Mesmo antes de ser empossado, o presidente Dutra já tinha empreendido passos para a aproximação com os EE.UU. Em dezembro de 1945 foi despachado por Washington o membro do Comitê Executivo do Partido Social-Democrático, Attila Soares, munido de cartas de recomendação fornecidas por Berle, o Embaixador dos EE.UU. no Brasil. Numa entrevista (*New York Times*, 26-12-1945), declarou Soares que viajava em caráter de emissário de Dutra, para receber conselhos práticos na questão da elaboração da nova Constituição.

Na entrevista dada ao correspondente do jornal *New York Times*, Frank García, em 27 de janeiro de 1946, Dutra deu a entender que estava com intenções de oferecer ao capital estrangeiro uma considerável liberdade de ação, particularmente a "liberdade de investimentos em ramos da indústria, como os do petróleo, da construção naval e o da energia hidráulica".

A imprensa norte-americana registou depois, com grande satisfação, que Dutra provou que "as promessas feitas por ele quer antes, quer depois das eleições, sobre uma colaboração mais estreita com o capital estrangeiro, não foram meras palavras ocas" (15). Dutra aboliu por decreto o artigo da Constituição, que exigia que o capital básico dos bancos de depósitos no Brasil pertencesse a brasileiros (os bancos estrangeiros deviam ter suspensas suas operações de depósitos a partir de 1 de julho de 1946, mas Vargas, ainda em 1941, já tinha feito exceção para bancos pertencentes a cidadãos de outros países americanos, o que quer dizer, praticamente, a cidadãos norte-americanos). O banco norte-americano The First National Bank of Boston obteve a permissão de realizar no Brasil operações na qualidade de banco de depósitos durante 20 anos (16). Pelo decreto de 1 de março de 1946 foram facilitadas as condições de despacho referentes a transferências de moeda para o estrangeiro, assegurando a repatriação anual, sem obstáculos, de investimentos, até 20 % do capital empregado, assim como as referentes à transferência de lucros e dividendos, até 8 % do respectivo capital (17). A companhia norte-americana Hanna and C.^o of Cleveland obteve, na primeira metade de 1946, uma importante concessão para a exploração de jazidas de ferro na parte norte do país (Território do Amapá). Na região correspondente à referida concessão há, segundo as estimativas, cerca de 160 milhões de toneladas de minérios de ferro (18).

Aproveitando-se da Constituição reacionária de 1937, empreendeu o Governo Dutra uma ofensiva contra a classe operária. Apoiando-se ainda nessa Constituição, assinou Dutra, em março de 1946, um decreto regulamentando o direito de greve, o qual, praticamente, se reduz à completa abolição desse direito. Contra os operários em greve começaram as repressões e muitos grevistas foram atirados às prisões. As demonstrações de trabalhadores planejadas para o dia 1.^o de maio, foram proibidas. O chefe de Polícia do Rio de Janeiro determinou fôsse aberto um inquérito sobre a atividade do "Movimento Unificador dos Trabalhadores". Investigações foram empreendidas com o objetivo de poder declarar fora da lei a existência dessa organização, pois a Constituição de 1937 proíbe relações com o estrangeiro, e o "Movimento Unificador dos Trabalhadores" estava filiado à Federação Mundial dos Sindicatos e à Confederação dos Trabalhadores da América Latina.

Durante o primeiro ano da existência legal do Partido Comunista, o número dos seus membros cresceu de 4.000 a 130.000, tendo este partido conseguido obter 14 assentos na Câmara dos Deputados e um no Senado. O Partido Comunista, sendo o campeão na luta contra o fascismo e a reação, constitui, justamente por isso, o alvo principal dos ataques e atentados da reação. O comício-monstro, convocado para 23 de maio,

(15) *Inter-American*, abril de 1946.

(16) *Foreign Commerce Weekly*, 2-II-1946.

(17) *Inter-American*, 7-VI-1946.

(18) *Engineering*, 7-VI-1946.

no Rio de Janeiro, para celebração do aniversário da legalização do Partido Comunista, foi dissolvido a bala pela Polícia Militar montada. No verão de 1946 começou o Governo a decretar medidas cujo objetivo era o afastamento de alguns milhares de comunistas dos postos dirigentes que os mesmos ocupavam no aparelho governamental — federal, estadual e municipal. Em agosto, as autoridades fecharam por duas semanas o Jornal comunista *Tribuna Popular*. A imprensa reacionária dedica-se a uma veemente campanha contra o Partido Comunista, exigindo sua proibição. O mesmo vem sendo exigido também pelo chefe de Polícia do Rio de Janeiro.

O fortalecimento da reação, observado ultimamente no Brasil, é o resultado direto do crescimento da influência, no país, do imperialismo norte-americano, o qual procura escravizar o Brasil economicamente e empregá-lo como instrumento para a expansão política exterior dos EE.UU. Mau grado o clamor da opinião pública brasileira, para que fôsem reentregues ao Brasil as bases aéreas que durante a guerra tinham sido postas à disposição dos EE.UU., o Governo brasileiro permite que as autoridades militares norte-americanos ainda continuem a utilizar-se das mesmas. Largamente oferecendo ao Brasil armamentos, segundo a Lei dos Empréstimos e Arrendamentos (a propósito, o Brasil já começou a saldar sua dívida por estes fornecimentos), os EE.UU., em certo momento, tentaram levanta-lo contra a Argentina, procurando exercer pressão sobre aquele país. Mais tarde, em conexão com a apresentação do plano da criação do bloco político-militar panamericano, dirigido contra a URSS, o Brasil deveria auxiliar aos EE. UU. na formação desse bloco, semeando apreensões entre os pequenos países com a ameaça de uma "nova guerra". Sobre isso, deu claramente a entender o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Neves da Fontoura, na entrevista que concedeu ao correspondente do jornal *New York Herald Tribune* (14-V-1946), Newman. Fontoura declarou que a solidariedade das nações americanas é mais necessária na época atual que em qualquer outra "em vista do perigo que a URSS representa para o mundo inteiro". Segundo suas palavras, a grande demonstração popular que teve lugar no Rio de Janeiro por ocasião da chegada do embaixador da URSS, I. Z. Suritz, constitui "o sintoma da força e do perigo do comunismo no Brasil". A imprensa reacionária do Brasil desenvolveu, por sua vez, uma campanha anti-soviética feroz.

As amplas massas dos trabalhadores e intelectuais, assim como tôdas as forças democráticas do Brasil, as quais aspiram à independência econômica e política do seu país, oferecerão, sem dúvida, a devida resistência às tendências reacionárias na política do Governo brasileiro, às tendências capazes de envolver aquele país em aventuras perigosas.

(Traduzido diretamente de *Mirovóie Roziaistvo i Mirováia Política* — ns. 10-11, out.-nov. de 1946).



De Tudo, um Pouco...

EVOLUÇÃO PACÍFICA — Ela foi justa, ao tempo da II Internacional, quando o capitalismo estava em ascenso; deixou de sê-lo quando as contradições fundamentais do capitalismo se aguçaram. Ela é justa durante o ascenso do socialismo soviético e liquidação do fascismo guerreiro. A II Internacional tornou-se oportunista por querer tornar definitiva a evolução pacífica, quando ela não é senão um fenômeno temporário.

OPORTUNISTAS — ...“Os oportunistas, em virtude da sua natureza maleável, pequeno-burguesa, adaptaram-se à burguesia; por sua vez, os “ortodoxos” adaptaram-se aos oportunistas, em holocausto à “conservação da unidade”, com estes últimos, à “paz dentro do partido”. O resultado foi o predomínio do oportunismo, pois a política da burguesia e dos “ortodoxos” formavam uma cadeia cujos extremos se tocavam.” (Stálin — *Os fundamentos do leninismo* — págs. 25-26 — Editor Calvino, Filho — 1934).

OS RENEGADOS — “A classe operária não pode desempenhar o seu papel revolucionário no mundo se não lutar sem tregua contra os renegados, contra essa sujeição ao oportunismo, contra esse abastardamento teórico do marxismo. Essa tendência de Kautski não é accidental; é o produto social das contradições da II Internacional, da combinação de uma finalidade puramente verbal do marxismo e uma subordinação, de facto, ao oportunismo.” (Lénin — *La Guerra y la Humanidad*, pág. 30 — 1930).

TEORIA E PRÁTICA — Estão indissolúvelmente ligadas no movimento operário moderno. A importância da teoria se sobressai nos países atrasados, para dar ao proletariado à consciência de classe “para si” — Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário, dizia Lénin — da mesma forma que a prática se sobressai nos países adiantados, em que o movimento operário já se fundiu com o socialismo. Em qualquer dos casos, contudo, teoria e prática estão indissolúvelmente ligadas. Sem que o proletariado conheça os fins do socialismo e os meios de materializá-lo, jamais será revolucionário, embora sua prática no campo das lutas políticas e econômicas.

...“a massa não pesa verdadeiramente na balança, senão quando se encontra unida através de uma organização e dirigida segundo um objetivo determinado” (Marx) — *Viná*.

INDÍCIOS DE UMA CRISE ECONOMICA PRESTES A SOBREVIR NOS EE.UU.

Prof. F. BISTROV

A guerra ocasionou profundas alterações na economia dos Estados Unidos da América do Norte. Ela interrompeu o desenvolvimento cíclico da economia capitalista, segundo o qual, a um período de grande animação na indústria, sucede uma crise e a subsequente depressão. Devido à enorme procura, verificada durante o período da guerra, de artigos de quase todos os ramos da produção, chegou a produção industrial dos EE. UU., no fim do ano de 1943, a superar em mais de duas vezes o seu nível de antes da guerra. Esse crescimento se deu, principalmente, devido à incrementação da produção de material bélico, a qual, desde 1941 até 1943, tinha superado de 6-7 vezes seu nível anterior.

O aumento da produção foi conseguido, em grande parte, graças ao financiamento feito pelo Estado. Somente em capitais para a indústria fabril, foram empregados, no período de 1943-1944, 15 bilhões de dólares, provenientes dos recursos orçamentários do Estado. A produção agrícola, por sua vez, também tinha sido aumentada em 35 % durante a guerra.

Tamanho crescimento da produção, sem precedentes na história dos EE.UU., pôde ser conseguido, principalmente, devido ao facto de não se terem realizado, nesse país, operações militares, nem terem sido as suas empresas produtoras alvo de demolidores bombardeios, assim como ao facto de existirem grandes reservas de força de trabalho, que não encontrava aplicação nas condições da época de paz (o número dos que passaram a encontrar trabalho cresceu muito durante a guerra, passando de 45 para 52 milhões de indivíduos). Ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma procura, quase ilimitada, em relação às mais variadas mercadorias, — procura financiada pelo governo, por conta dos impostos, empréstimos do Estado e emissões de dinheiro.

A receita nacional dos EE.UU., que em 1939 constituiu 71 bilhões de dólares, tinha subido a 160 bilhões em 1944. Aproximadamente a metade da renda nacional do ano de 1944 foi gasta para fins militares. O enriquecimento maior, praticamente, foi dos grandes monopólios, cuja posição foi extraordinariamente consolidada nos anos da guerra.

Por conta dos recursos do Estado foi construído um grande número de empresas industriais, as quais, contra um pagamento ínfimo de aluguel, eram entregues a corporações privadas, para a devida exploração. Os lucros das uniões monopolistas alcançavam níveis sem precedentes. Segundo os dados oficiais, os lucros líquidos das corporações (isto é, lucros dos quais os respectivos impostos já tinham sido descontados) cresceram, nos anos da guerra, em linha reta, tendo duplicado ao fim da guerra e aumentado ainda mais no pós-guerra.

Um nível tão alto de desenvolvimento econômico num país capitalista pode ser sustentado, com já foi indicado, somente durante a guerra. A transição da guerra para a paz provocou a inevitável restrição do

mercado, a diminuição da produção e o fechamento de muitas empresas. No decorrer do ano de 1945, decaiu a produção industrial dos EE.UU. em 35-40 %, em média, em comparação com o nível registrado no princípio do mesmo ano, sendo que essa diminuição corria principalmente por conta da construção de máquinas e equipamentos. Em resultado dessa queda da produção, chegou a ultrapassar a três milhões de pessoas (segundo os dados oficiais) o número dos desempregados que apareceram nos EE.UU. A grande burguesia procura não somente conservar, mas também ultrapassar o nível dos lucros conseguidos durante a guerra, passando o peso das despesas com a reconversão para os ombros das massas trabalhadoras. Com tal objetivo foi iniciada a diminuição dos salários.

Em virtude de terem aumentado simultaneamente os preços dos artigos de consumo, deu-se uma queda brusca do salário real, o qual, segundo os dados da revista *Business Week*, já tinha diminuído, no outono de 1946, em 60 %, em comparação com o ano de 1945.

Desde o começo do ano de 1946, tinha parado nos EE.UU. a queda do nível da produção, verificando-se, no decorrer daquele ano, uma certa animação na indústria. O índice geral da produção industrial, *Federal Reserve Board*, era 182 — em novembro de 1946, contra 162 — em novembro de 1945. Tal crescimento foi provocado, em grande parte, pela inflação.

A atual produção industrial dos EE.UU. ainda é muito superior à de antes da guerra (ultrapassa em 60.% a do ano de 1939). A sustentação de um nível tão alto de produção decorre tanto das particularidades dos primeiros anos de após-guerra, que se caracterizam por uma elevada procura interna em relação a muitas espécies de mercadorias que durante a guerra não tinham sido produzidas para as necessidades da vida civil, como também do alto nível atual da exportação norte-americana (que em 1946 tinha subido a cerca de 10 bilhões de dólares, contra a importação no valor de cerca de 5 bilhões de dólares).

A transição do alto nível da produção, atingido no tempo da guerra, para nível mais baixo, correspondente ao tempo de paz, ainda não terminou nos EE.UU. Os elementos do período de guerra continuam ainda a exercer grande influência sobre a indústria e a agricultura. A economia dos EE.UU. ainda não voltou integralmente aos trilhos do desenvolvimento cíclico. Mas, de mês para mês, continuará sempre decaindo a alta procura de mercadorias, criada pela guerra, entrará também em declínio a procura estrangeira de gêneros alimentícios e de materiais, e o desenvolvimento econômico irá reassumindo cada vez mais a sua estrutura cíclica, que é a estrutura normal do capitalismo.

Mesmo agora, já existe uma série de sintomas, que indicam o amadurecimento das condições que hão de provocar a nova crise econômica nos EE.UU. Depois de ter sido abolida, em 1946, o controle dos preços pelo Estado, o nível dos preços de atacado cresceu, no decorrer da segunda metade do ano de 1946, em 23 %, em média, sendo que os preços de gêneros alimentícios tinham aumentado em 42 %, de tecidos — em 21 %, de metais — em 18 % e de produtos químicos — em 28 %. Tal

aumento dos preços, enriquecendo os monopolistas, reduz ao mesmo tempo o salário real e a capacidade aquisitiva das grandes massas do povo.

As grandes esperanças, que se depositavam nas economias feitas pelo povo durante o período da guerra, como constituindo éstas a verdadeira fonte do poder aquisitivo, não se justificaram. Verificou-se que a parte esmagadora das economias pertence a pessoas que já dispunham de altos rendimentos, e representa, portanto, meros meios para obtenção de rendimentos suplementares em forma de juros, ou dinheiro a ser investido em títulos de valor. De modo algum, portanto, pode-se esperar que tais economias venham a ser gastas na compra de artigos de consumo. As modestas economias dos trabalhadores são quasi integralmente absorvidas pelo encarecimento da vida, em resultado do aumento dos preços. Este último constitui um dos mais importantes elementos do aguçamento das contradições entre o relativamente alto nível da produção e a crescente diminuição da procura.

Em conexão com a tendência para um novo aumento dos preços, começaram a ser acumulados grandes estoques de mercadorias, com o intuito da obtenção de lucros complementares. Segundo os dados do Departamento do Trabalho, acham-se acumuladas nos armazéns norte-americanos, ao iniciar-se o ano de 1947, quantidades enormes de mercadorias, cujo valor total atinge a 34 bilhões de dólares.

Segundo os cálculos dos economistas-estatísticos do órgão dos círculos dos homens de negócios norte-americanos, *Business Week*, — para que possam ser consumidas as mercadorias já acumuladas, mais as da produção corrente, e ao mesmo tempo manter os preços no seu nível actual, os consumidores de 1947 devem ter suas despesas aumentadas em 25 %. No entanto, devido à queda do salário real, bem como ao esgotamento das economias de guerra das camadas trabalhadoras da população, a capacidade aquisitiva estará, pelo contrário, diminuindo. A contradição, própria do capitalismo, entre o caráter social da produção e a apropriação privada, agravava-se acentuadamente em tais condições, cada vez mais, aproximando-se a chegada da crise.

O barômetro mais sensível do tempo econômico da sociedade capitalista é constituído pela cotação, na Bôlsa, dos diversos títulos, e particularmente das ações. As baixas bruscas nas respectivas cotações representam comumente o prenúncio de uma crise que se aproxima. Assim sucedeu antes das crises de 1921, 1929 a 1937. A despeito de continuarem os lucros em franca ascensão, observava-se, em setembro de 1946, uma forte baixa nas cotações das ações. A cotação média de 30 espécies de ações industriais, consideradas as "líderantes", já era em outubro de 1946 em 22 % inferior à registada em maio do mesmo ano. Deve-se pressupor que a actual baixa nas cotações das ações seja também um indício do esperado pioramento da conjuntura e o prenúncio da crise que se aproxima.

Durante a guerra, foram elaborados nos EE. UU. planos muito prometedores para o período do após-guerra. Nesses "planos", que se distinguem principalmente por seu caráter publicitário, provava-se a possibilidade de ser conservado, mesmo no após-guerra, o alto nível da produção alcançado nos anos da guerra, assim como de assegurar o

trabalho a 60 milhões de pessoas (em confronto com os 46 milhões de pessoas do ano de 1929 — o nível máximo de antes da guerra) e sustentar a renda anual da população no nível de 150-170 bilhões de dólares, em confronto com os 80-85 bilhões de antes da guerra.

A realidade, porém, veio demonstrar que tanto êstes, como muitos outros cálculos, não passavam de coisas ilusórias. Na imprensa norte-americana começaram a aparecer, com frequência cada vez maior, artigos que traduzem o alarme diante do futuro. Tanto os economistas norte-americanos como a imprensa já não conseguem mais ocultar o seu medo diante da esperada "brusca mudança da conjuntura". Muitos economistas aguardam a chegada da tal "brusca mudança" para "um dos meses do ano de 1947".

"Na época atual — escreve o jornal inglês *Yorkshire Post* — encontra-se a economia americana na situação de um homem extremamente nervoso, que sabe que as forças hão de abandoná-lo de um momento para outro, mas que, todavia, não está em condições de empreender qualquer passo que seja para evitar a ameaça que se aproxima".

A realidade não comprova os vaticínios feitos por muitos jornais e revistas norte-americanos, de que, depois de um breve período de diminuição da produção, iniciar-se-ia, nos E.E.U.U., neste após-guerra, uma longa época de grande prosperidade.

(Traduzido diretamente de *Izvesti Sovietov Deputatov Trudiachtchiria CCCP*, n. 1.236).



IGUALDADE DAS NAÇÕES — "Antes, o problema das nações oprimidas sóia ser considerado como problema puramente jurídico. Os partidos da Segunda Internacional satisfaziam-se com a proclamação solene da "igualdade de direitos das nações" e com inúmeras declarações sobre a "igualdade das nações", encobrimdo o facto de que, sob o imperialismo, em vez que um grupo de nações (a minoria) vive à custa da exploração de outro grupo de nações, falar em "igualdade das nações" é escarnecer dos povos oprimidos. Hoje, êsse ponto de vista jurídico-burguês sobre o problema nacional deve considerar-se desmascarado. O leninismo fez o problema nacional voltar das alturas das declarações grandiloquentes ao nível da terra, afirmando que as declarações sobre a "igualdade das nações", quando não são acompanhadas pelo apoio direto dos partidos proletários à luta de libertação dos povos oprimidos, não passam de declarações hipócritas e chochas. Com isto, o problema das nações oprimidas se converteu no problema de apoiar e auxiliar, auxiliar de modo real e constante, as nações oprimidas em sua luta contra o imperialismo, pela verdadeira igualdade das nações, por sua existência independente como Estados." (Stálin — *Sobre os fundamentos do leninismo*, págs. 93-94 — Edit. Calvino Ltda. — 1945).

A "INTELIQUENTSIA" (1) NO ESTADO SOVIETICO

C. KOVALIÓV

A "inteliquentsia" do Estado Socialista Soviético é de novo tipo, possuindo características acentuadas que a distingue dos intelectuais de todos os outros Estados. A "inteliquentsia" soviética é de tipo novo quanto a sua composição social, caráter de sua atividade, papel na sociedade e posição que ocupa. A "inteliquentsia" soviética, sangue do sangue do povo, tem sua origem nas classes operária, camponesa e de outras camadas de trabalhadores. Ao contrário dos intelectuais de outros países, obrigados a servir às classes exploradoras, a "inteliquentsia" soviética serve ao povo, lutando pelos seus interesses. Ao caráter novo da atividade da "inteliquentsia" soviética corresponde seu novo papel — papel de força ativa na construção da cultura material e espiritual da sociedade soviética. Tudo isso determina a alta posição da "inteliquentsia" soviética: são membros com igualdade de direitos aos demais da sociedade soviética, desfrutando profunda simpatia das massas populares e são o legítimo orgulho do povo.

É característico da sociedade soviética o crescimento quantitativo da sua "inteliquentsia", muito mais acentuado de que em outros países; é sabido que este crescimento tem um conteúdo histórico completamente novo: exprime o crescimento das bases de consciência sobre a nossa economia e em toda a nossa sociedade; exprime o crescimento da cultura de todo o nosso povo; exprime o processo de liquidação do antagonismo entre o trabalho físico e intelectual.

As particularidades que distinguem a "inteliquentsia" soviética e o seu novo papel são determinadas certamente pelo modo socialista de produção.

As particularidades do sistema socialista de economia e o regime soviético constituem as novas fontes das características diferentes da "inteliquentsia" soviética, sem semelhantes em toda a história mundial.

O aparecimento dos intelectuais é ligado à separação do trabalho intelectual do trabalho físico. Essa separação é relacionada por sua vez com um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas.

"Enquanto o trabalho humano era pouco produtivo, escreve Engels, que deixava apenas uma pequena sobra de meios de existência absolutamente indispensáveis ao homem, o incremento das forças produtivas, a ampliação do comércio, o desenvolvimento do Estado e do Direito, o início das artes e da ciência foram possíveis somente sob a condição da divisão

1) Os soviéticos compreendem por "inteliquentsia", palavra russa intraduzível, quantos exercem atividades em que se exige o emprego da inteligência e não simplesmente o esforço físico, tal como ocorre com os trabalhadores manuais.

do trabalho, cuja base constituía a grande divisão do trabalho entre as grandes massas obrigadas ao trabalho e uns poucos privilegiados, que se ocupavam com o comércio, administração do trabalho, negócios do Estado e, mais tarde, artes e ciências" (*Anti-Dühring*, pág. 168).

Desde o tempo da divisão do trabalho em intelectual e físico, o trabalho intelectual foi monopolizado pelas classes dominantes, ao mesmo tempo que o trabalho físico se tornou o destino das classes oprimidas. As classes dominantes utilizavam e continuam a utilizar as conquistas da ciência e da cultura para o seu próprio enriquecimento, para a maior exploração das massas populares e sua escravização espiritual, colocando os intelectuais — homens de trabalho intelectual — a serviço de seus interesses de classe.

Com o desenvolvimento da sociedade cresce a importância dos intelectuais e em cada nova forma de sociedade os intelectuais desempenham um papel cada vez maior, ligado ao desenvolvimento da cultura material e espiritual. Nas sociedades antagônicas, o papel dos intelectuais é determinado pela intensificação da luta de classe, a qual exige das classes dominantes e exploradoras cada vez maior aperfeiçoamento da máquina estatal, para o esmagamento da resistência do povo explorado e para maior influência ideológica sobre a massa trabalhadora, nos interesses da defesa do regime explorador.

De acordo com o papel crescente dos intelectuais, aumenta também a sua quantidade. Nas épocas de escravidão feudal, a camada dos intelectuais era pouco numerosa. Na sociedade burguesa, cujo aparecimento é assinalado pelo rápido crescimento das forças produtivas que exigiam quadros numerosos de trabalhadores intelectuais, formou-se uma grande camada de intelectuais "O capitalismo, escreve Lênin, aumenta com grande rapidez a quantidade de funcionários em todos os ramos do trabalho, requisitando cada vez maior número de intelectuais" (*Obras completas*, t. XXX, pág. 16). Nas sociedades escravocrata e feudal quase não havia intelectuais-técnicos, porque os meios de produção, a esse tempo, eram primitivos. No capitalismo, os técnicos constituem uma camada considerável. A burguesia precisa dos intelectuais não só para a direção do Estado e elaboração da ideologia da classe dominante, como também para os fins da produção.

Nas sociedades pré-socialistas o crescimento quantitativo dos intelectuais realiza-se na base da divisão crescente entre trabalho intelectual e físico. A separação entre o trabalho intelectual e o físico alcança o grau mais alto na sociedade capitalista. Na manufatura capitalista, na fábrica baseada na máquina, as funções intelectuais, no processo do trabalho, separam-se cada vez mais das funções físicas.

O processo da separação entre o trabalho intelectual e o trabalho físico desenvolve-se na transição da simples cooperação à manufatura, que reduz o operário a um operário de função parcial. "O processo é completado na grande indústria, que separa completamente o operário da ciência, tornando esta uma potência independente da produção e obrigando-a a servir ao capital" (Carlos Marx — *O Capital*, vol. I, pág. 273 — 1932).

No capitalismo, o operário transforma-se num apêndice da máquina. O operário não tem nem meios nem tempo para ocupar-se com a sua instrução, realizando apenas o trabalho físico. O trabalho intelectual nas empresas capitalistas constitui o privilégio dos dirigentes. "Assim como um exército precisa de comandantes, de oficiais, a massa dos operários, ligada pelo trabalho comum, sob o comando de um só comandante — o capital, precisa de oficiais superiores (administradores) e oficiais inferiores (mestres e capatazes), que comandam o processo do trabalho, em nome do capital. O trabalho de supervisão transforma-se em sua função exclusiva" (Carlos Marx — *O Capital*, vol. 1.º, pág. 273 — 1932).

Estes supervisores dentro e fora das empresas constituem uma parte considerável dos intelectuais burgueses.

Na sociedade burguesa, devido ao aguçamento da luta de classes, devido ao facto de que se torna cada vez mais difícil conservar no estado de submissão as massas oprimidas, cresce, e não pode deixar de crescer, o exército de funcionários, políticos, etc., cujo dever é conservar submissas ao capital as classes exploradas. No capitalismo, em sua última etapa, o imperialismo, as contradições entre os Estados atingem ao máximo. Devido a isso, aparecem grandes exércitos permanentes, com numerosos oficiais e generais.

Sem a existência de toda essa massa de intelectuais burgueses, o Estado capitalista não poderia desempenhar as suas funções fundamentais: conservar perfeitamente submissa a grande maioria explorada e ampliar o território nacional de sua própria classe dominante ou defendê-la dos ataques de outros Estados.

Mas que representam os intelectuais como categoria social? Constituem uma classe em separado, ou um grupo extra-classe ou acima das classes?

À pergunta sobre a natureza social dos intelectuais, o marxismo responde que os intelectuais não são uma classe distinta, nem constituem um grupo extra-classe ou acima das classes. Os intelectuais, na sociedade capitalista, dizia Lênin, "...ocupam uma posição singular entre as outras classes, aderindo uma parte à burguesia, devido às suas ligações, pontos de vista, etc., passando-se outra para o proletariado, à medida que o capitalismo lhes tira cada vez mais a sua posição independente, tornando-os assalariados e ameaçando-lhes o nível de vida" (*Obras completas*, vol. XXX, pág. 16).

Como indica Lênin, "...há diversas camadas da burguesia, com diversas tendências históricas. Na camada superior da burguesia, os ricos intelectuais burgueses: advogados, professores, jornalistas, deputados, etc., quasi sempre tendem para a aliança com os "Purichkévitch". A eles os ligam milhares de fios econômicos. O contrário acontece com a burguesia camponesa e os povos intelectuais saídos do campesinato, que são ligados por milhares de fios às massas da classe camponesa esfomeada e oprimida, e sobretudo pelas condições de sua vida. Estes intelectuais são hostis a toda e qualquer aliança com os Srs. Purichkévitch" (*Obras completas*, vol. XVI, pág. 281).

Os intelectuais, sendo uma camada assalariada da classe capitalista, sofrem, não raras vezes, principalmente nas suas camadas mais baixas

e médias, os mesmos males que outros trabalhadores no capitalismo. Na sociedade capitalista, o trabalho intelectual, do mesmo modo que o trabalho físico, constitui u'a mercadoria. A burguesia, como mostravam Marx e Engels, transforma médicos, juristas, poetas, homens de ciência, em simples assalariados. Como camada de trabalhadores assalariados da classe capitalista, os intelectuais são submetidos à exploração e a paga do seu trabalho, como a dos operários, depende das leis do mercado. As crises de super-produção e do desemprego constituem um flagelo não só para os operários como também para os intelectuais, principalmente os da sua camada inferior.

Assinalando, Lênin, a dualidade da posição dos intelectuais, que em parte aderem à burguesia e em parte aos trabalhadores, não pretende, entretanto, que isto signifique de maneira alguma que os intelectuais são uma força extra-classe ou neutra, em relação às classes, portadores de um suposto ideal acima das classes. Se as camadas superiores dos intelectuais servem à burguesia fielmente e com convicção, as camadas inferiores são obrigadas a servir ao capital, porque estão na sua dependência econômica. No capitalismo, os intelectuais são, na sua parte principal, uma arma nas mãos da burguesia para a defesa e salvaguarda de seus interesses.

O conceito marxista dos intelectuais como camada social que "reflete e exprime o desenvolvimento de interesses de classe e grupos políticos em toda a sociedade" (Lênin), é categoricamente hostil a todas as teorias burguesas que pintam os intelectuais como uma força "acima das classes", supostamente neutra em relação às classes e lutas de classes. Na Rússia, a teoria da posição "acima das classes" dos intelectuais foi defendida principalmente pelos narodniki (populistas). O publicista dos narodniki, Ivanov Razumnik, na sua *História do pensamento social na Rússia*, declarou que os intelectuais são um grupo ético acima das classes, que se caracteriza pela criação de novas formas e ideais.

E' completamente evidente que a ilusão da posição "acima das classes" dos intelectuais é conveniente para a burguesia dominante; sob a máscara de "extra-classe", a ideologia das classes dominantes confunde as massas trabalhadoras mais facilmente. Como é conhecido, um grupo de intelectuais liberalóides renegados, editando em 1909 um livro "vergonhosamente famoso", segundo a expressão de Lênin, intitulado *Forja*, tentava explicar a sua fuga da revolução como "humanismo", "espírito de auto-sacrifício", "espiritualismo". O reacionário e místico Berdiaiev, um dos autores da *Forja*, declarava que "os intelectuais "acima das classes" constituem aquela parte ideal do espírito humano, que superou a limitação de grupos".

Lênin e Stálin sempre lutaram contra a interpretação idealista do papel dos intelectuais, demonstrando a sua dependência da burguesia. No trabalho "*Quem são os "amigos do povo" e como eles lutam contra os social democratas?*", escrevia Lênin:

"A composição dos intelectuais delinea-se tão claramente como a composição da sociedade ocupada na produção de valores materiais; se na última impera e dirige o capitalista, na primeira domina um grupo cada vez mais numeroso de carreiristas e mercenários da burguesia, "in-

telectuais" satisfeitos e tranquilos, alheios a quaisquer "delírios" e sabendo muito bem o que desejam".

Na mesma ocasião, falando sobre "a ridícula idéia dos narodniki, da hegemonia dos intelectuais", Lênin mostrava que "os intelectuais russos liberais, "democráticos" e progressistas eram intelectuais burgueses, que esses intelectuais russos "extra-classes" representavam uma real força social à medida que defendiam os interesses reais da burguesia".

Apesar do facto de que na sociedade burguesa os intelectuais são recrutados quasi exclusivamente do seio das classes possuidoras, grupos isolados, principalmente entre os intelectuais democratas, passam para o lado do proletariado, ajudando-o em sua luta de classe. Para uma luta vitoriosa contra o capitalismo, o proletariado necessitava antes de tudo possuir a sua ideologia. Mas a ideologia do proletariado constitui a mais alta conquista da ciência social, não podendo ser forjada pelo próprio proletariado, porque o capitalismo não lhe dá acesso à alta cultura. Nessa dificuldade, vêm em auxílio do proletariado os representantes da intelectualidade burguesa, que se elevam à compreensão teórica de todo o processo do desenvolvimento histórico, passam para o lado do proletariado revolucionário, tornando-se seus ideólogos. Desde o aparecimento do Marxismo, que esclareceu o papel histórico do proletariado e ajudou a parte mais progressista dos intelectuais a vencer a limitação de classe da ideologia burguesa, o proletariado encontrou numa parte dos intelectuais um auxiliar e um amigo.

Contudo, os intelectuais burgueses e pequenos-burgueses, que se colocam firmemente ao lado do proletariado, são relativamente pouco numerosos e o proletariado deve, apesar de todas as dificuldades, forjar os seus próprios intelectuais operários.

O proletariado russo, em sua luta contra o absolutismo e o capitalismo, também teve ajuda de intelectuais revolucionários, frequentemente oriundos de classes possuidoras e que passavam para o lado da classe operária. Nenhum país do mundo teve tradições tão esplêndidas de luta libertária por intelectuais progressistas como a Rússia. As duas primeiras etapas do movimento libertador russo são ligadas, antes de tudo, aos intelectuais, primeiro da nobreza, desde os "Decabristas" até Gerzen, depois da burguesia, desde Tchernitchévski até aos lutadores da "Naródnaia Vólia".

Lênin mostrava que na Rússia havia duas culturas, a cultura reacionária dos Katkov e Purichkévitchev e a cultura democrática e progressista de Tchernitchévski e Plerránov. Os representantes dos intelectuais russos democratas de Radíchtchev e Púchkin à Tolstói e Górkí desenvolviam uma cultura progressista, preparando o terreno para o movimento revolucionário do proletariado, herdeiro de tudo quanto é de melhor criado pela humanidade, tanto material como espiritualmente. Lênin e Stálin, os bolcheviques, conduziam uma luta decisiva pela atitude correta da classe operária em relação aos intelectuais. Desmascarando o servilismo e a bajulação da massa principal da "inteliguentsia" russa, os bolcheviques destacavam, entretanto, o papel saliente dos intelectuais revolucionários no movimento operário. Nesta questão, Lênin e Stálin lutavam tanto contra o exagêro idealista dos "narodniki", sobre o papel da "inte-

liguêntsia" russa no movimento revolucionário, como a depreciação e diminuição dêste papel pelos "economistas" e mencheviques. Os bolcheviques repeliam as concepções reacionárias dos "machistas", que consideravam os intelectuais como inimigos principais do proletariado e declaravam que a libertação da classe operária significará a sua libertação da "dominação" dos intelectuais.

Polemizando com os "economistas", que propunham arrancar o movimento operário das mãos de líderes-intelectuais revolucionários, Lênin mostrava que "um operário consciente sabe dar o devido valor ao cabedal de conhecimentos mais rico, ao horizonte político mais amplo, que êle encontra no intelectual social-democrata" (*Obras de Lênin*, vol. 4, página 312, ed. russa).

Lênin e Stálin, os bolcheviques, cuidavam com carinho para que a formação dos intelectuais do proletariado se fizesse não só através da passagem de representantes isolados dos intelectuais burgueses e pequeno-burgueses para o lado da classe operária, como também através da formação de intelectuais revolucionários, saídos da própria classe operária.

Lênin escrevia:

"Enquanto a sociedade culta perde o interesse pela leitura da honesta literatura ilegal, cresce, entre os operários, uma ansia ardente para o saber e para o socialismo, aparecem verdadeiros heróis, que, apesar de deprimentes condições de sua vida, apesar do extenuante trabalho nas fábricas, têm suficiente caráter e força de vontade para estudar, sempre estudar, forjando-se social-democratas conscientes, intelectuais operários. Já temos na Rússia êsses intelectuais operários. (Lênin, vol. 2.º, pág. 574 da ed. russa).

Do seio dêsses operários intelectuais, que com o auxílio incansável dos intelectuais social-democratas cresciam em número e qualidade, saíram muitos líderes da classe operária.

As idéias de Lênin sobre a formação de quadros de profissionais revolucionários previam antes de tudo a formação dêsses operários intelectuais, sem os quais não se poderia criar o partido proletário e realizar a revolução socialista.

Entretanto, antes da vitória da revolução proletária, a classe operária da Rússia não podia criar uma grande camada de intelectuais. Os intelectuais proletários eram principalmente lutadores políticos e organizadores das massas; seus próprios especialistas no ramo da técnica e da ciência a classe operária não possuía nem podia possuir. A burguesia, antes da vitória política da sua revolução, torna-se a força dominante no ramo da economia. Por isso, pode criar e cria, muito antes da revolução burguesa, quadros de seus próprios trabalhadores intelectuais (intelliguêntsia). O escriturário e o contador da fábrica, o técnico, o engenheiro, o administrador, etc., todos êles apareceram junto com a produção capitalista, muito antes da revolução burguesa. Além disso, a burguesia, depois de alcançado o poder, não destrói, mas conserva a velha máquina estatal, adaptando-a às suas necessidades. Ela recebe, desta maneira, numerosos quadros já criados, de funcionários do antigo aparelho estatal.

O proletariado encontra-se numa situação completamente diferente. Dentro das condições da sociedade burguesa, o proletariado constitui uma classe oprimida no sentido econômico, esmagada e sem oportunidades no sentido cultural. Ele não pode utilizar amplamente os meios de aquisição de cultura, não pode, por conseguinte, criar grande número de seus próprios intelectuais, antes da vitória da revolução proletária. No processo de desenvolvimento da revolução socialista, o proletariado destrói a velha máquina estatal exploradora, criando seu próprio novo Estado.

Em consequência disso, encontra grandes dificuldades na utilização dos intelectuais burgueses. Além disso, o Estado burguês não tem e nem pode ter por objetivo dirigir a economia e realizar a educação política do povo, enquanto o Estado proletário desde seu início coloca diante de si justamente estes objetivos. Entretanto, o Estado soviético não pode atingir estes objetivos sem a existência de sua própria camada intelectual. Tudo isso coloca diante do proletariado, após a vitória da revolução socialista, como um de seus problemas mais complexos, a criação da "inteliguêntia" soviética.

* * *

Em nenhum regime social os intelectuais representam nem podiam representar o papel que lhes cabe no regime socialista. As formas sociais pre-socialistas desenvolvem-se de uma maneira anárquica, enquanto no socialismo o desenvolvimento da sociedade é dirigido pela atividade consciente dos homens. Consequentemente, cresce o papel dos trabalhadores intelectuais.

O papel da "inteliguêntia" soviética, como um dos construtores ativos da economia socialista, é determinado justamente pelo facto de que a economia socialista é planificada por meio da aplicação consciente das leis de construção socialista na atividade prática. Na sociedade burguesa, o capitalista pode "planejar" a produção, porém dentro dos limites da sua empresa, visto que em toda a sociedade reina a anarquia. Na sociedade socialista não se pode imaginar o desenvolvimento da economia sem um plano geral. O Estado Soviético planeja a produção, não só em empresas separadas, como nos ramos inteiros da economia, em escala que abranje todo o país.

Na organização dos planos do desenvolvimento de todos os ramos da economia soviética, na luta pela concretização destes planos, papel importantíssimo pertence aos trabalhadores que se encontram na direção das organizações soviéticas (do Estado) e do Partido, dirigentes das empresas, dos kolrózes, sovrórozes, estações de tractores e máquinas (MTS).

Na sociedade socialista, onde, pela primeira vez na história, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção é liquidada; onde, devido a isso, abre-se um horizonte ilimitado para o desenvolvimento das forças produtivas, a ciência e a técnica adquirem um novo sentido social e uma nova força de desenvolvimento. A atividade do cientista,

do pesquisador, deixa de ser algo de interesse pessoal, adquirindo um sentido para todo o povo, para o Estado. Em nenhum outro Estado há nem pode haver um tal interesse para o desenvolvimento da ciência e da técnica, nem um tal carinho, como no Estado Soviético, onde as conquistas da ciência e da técnica não são de interesse de tal ou qual empregador, mas de toda a sociedade, em cujo benefício estas conquistas são utilizadas. Por isso, em nenhum lugar o papel dos intelectuais técnico-científicos é tão apreciado como no país do socialismo.

Sem a existência de numerosos quadros da "inteliguêntsia" soviética, o nosso Estado Socialista não poderia ter cumprido com sucesso a sua função de organizador da economia.

Ao novo método socialista de produção corresponde um novo regime político, novo tipo de democracia política, a mais consequente, a mais legitimamente popular — a democracia soviética. O que a distingue fundamentalmente de toda e qualquer forma de democracia burguesa é que o povo soviético goza, na prática, de todas as liberdades políticas e civis, tomando parte ativa na direção do Estado. Por isso, ao Estado Soviético, como Estado de novo tipo, corresponde a nova tarefa, a tarefa de educar politicamente o povo, preparando estadistas ativos e conscientes, saídos do seio do próprio povo. A responsabilidade disto repousa especialmente sobre o Partido bolchevique, sobre seus quadros de organizadores e propagandistas. Na educação política do povo tomam parte ativa todas as forças culturais do nosso país. Na sociedade capitalista, a parte principal dos intelectuais é a que introduz a ideologia burguesa no meio dos trabalhadores, enquanto na sociedade socialista os da "inteliguêntsia" são os introdutores da mais avançada ideologia socialista entre os trabalhadores. Através a "inteliguêntsia", o Estado Soviético realiza o seu trabalho de educação e cultura. Os trabalhadores da arte e cultura soviética, os professores e todos os outros trabalhadores intelectuais realizam um trabalho de educação e cultura, diário e multiforme, entre os trabalhadores. Nenhum empreendimento importante, político, econômico ou cultural se realiza sem que a sua razão de ser seja levada à compreensão das massas. O trabalho de agitação e propaganda e o esclarecimento das massas pelos organismos do partido, organismos soviéticos, do komsomol, organismos profissionais, etc., etc., a imprensa, o rádio, o cinema, o teatro, todos estes e muitos outros meios de influência ideológica são dirigidos para levantar o nível de consciência socialista do povo. O grande peso específico da "inteliguêntsia" na sociedade soviética é determinado também pelo facto que justamente nesta sociedade todos os valores da cultura material e espiritual pertencem ao povo. Isso significa um enorme crescimento de pedido de cultura e consequentemente de educação popular em escala sem precedente e nunca vista. Paralelamente, crescem os quadros da "inteliguêntsia", trabalhadores de diversos ramos do trabalho intelectual.

Assim, a "inteliguêntsia" soviética constitui uma poderosa alavanca, com importantíssima função no Estado Socialista no seu trabalho de organização da economia e de educação cultural.

Outra importantíssima função do Estado socialista constitui a defesa do nosso país da agressão exterior. As condições da técnica militar mo-

derna e da organização de forças armadas tornam impossível o cumprimento dessa função do Estado Socialista sem a existência do exército permanente, sem a existência de um esclarecido e poderoso comando e quadros de oficiais que são a "inteliguêntsia" militar.

O papel sempre crescente da "inteliguêntsia" na sociedade soviética é determinado pela própria perspectiva do seu desenvolvimento, que conduz à completa liquidação da contradição entre o trabalho intelectual e o físico, por meio do crescimento ininterrupto do nível cultural de todos os trabalhadores.

A passagem gradativa do socialismo ao comunismo significará um aumento ininterrupto da "inteliguêntsia" e o levantamento do nível dos operários e camponeses até ao nível da "inteliguêntsia". A sociedade comunista é uma sociedade constituída de homens altamente instruídos, desenvolvidos e profundamente conscientes, capazes de dominar a complexa técnica e dirigir a vida econômica e cultural. Nessa sociedade, desaparecerá por completo a distinção entre o trabalho físico e o intelectual. Tais são as etapas importantes que determinam o destacado papel e a importância da "inteliguêntsia" na sociedade soviética.

Somente os novos intelectuais, os intelectuais soviéticos, podem estar à altura da missão histórica que lhes coube na sociedade socialista. Isto é confirmado pela experiência da construção socialista, em nosso país.

* * *

O problema dos intelectuais surgiu perante o Estado Soviético imediatamente após a vitória da revolução socialista na Rússia. Este problema adquiriu um caráter especialmente agudo devido à sabotagem aberta dos empreendimentos do poder soviético por parte dos intelectuais da camada superior da antiga burguesia.

A sabotagem dos intelectuais da camada superior da burguesia foi esmagada pelas medidas revolucionárias do Estado Proletário.

Ao mesmo tempo, surgiu à frente do Estado Soviético o problema de utilizar os intelectuais burgueses, atraindo-os para o lado do Poder Soviético. Este problema foi levantado por Lênin em março-abril de 1918. Não se podia formar repentinamente quadros de especialistas de operários e camponeses e ao mesmo tempo era necessário resolver problemas inaliáveis de direção do Estado, da economia, etc.

Lênin, Stálin e os bolcheviques compreendiam perfeitamente que o proletariado vitorioso só pode construir o socialismo utilizando todas as conquistas da ciência, da técnica e da cultura criados pelo desenvolvimento anterior da sociedade.

Acentuando a necessidade da utilização dos especialistas burgueses, Lênin mostrava que "seu conhecimento, sua experiência e seu trabalho não são necessários; sem eles não podemos assimilar na prática aquela cultura criada pelas relações sociais da velha sociedade que permaneceu com base material do socialismo" (*Obras de Lênin*, v. 22., página 487, ed. russa).

Falando das nossas relações com os especialistas burgueses, dizia Lênin: "Esmagamos a sua resistência — era necessário fazê-lo — mas apenas isto não bastava. Era preciso obrigá-los, pela força da organização fraternal dos trabalhadores, a servir-nos, tirar-lhes os velhos vícios, impedi-los de voltar à sua prática exploradora." (Lênin, v. 24, p. 67, ed. russa).

Lênin e Stálin lutavam decisivamente contra a atitude "machista" em relação aos intelectuais, atitude propagada pelos grupos dos chamados "comunistas de esquerda", "oposição operária", etc., inimigos do nosso partido.

Lênin propunha cercar os velhos especialistas de uma atmosfera de fraternal cooperação, criando-lhes condições para o trabalho fecundo, mas ao mesmo tempo lutar implacavelmente contra os sabotadores. "É necessário, dizia Lênin, colocar os especialistas burgueses num ambiente de trabalho fraternal, comum, ombro a ombro, com a massa dos operários, conduzidos pelos comunistas conscientes e assim contribuir para a compreensão recíproca e para a aproximação entre os trabalhadores intelectuais e manuais, divididos pelo capitalismo." (Lênin, v. 24, pág. 102, ed. russa).

As medidas tomadas pelo Partido bolchevique e pelo Estado Soviético deram seus resultados. Já em novembro de 1918, Lênin observava que, entre a massa principal dos velhos intelectuais, já se percebia uma reviravolta favorável ao Poder Soviético.

Desde o momento da vitória da Revolução de Outubro esboçaram-se entre os intelectuais burgueses três grupos em relação ao Poder Soviético, como dizia Stálin no 18.º congresso do partido. A camada mais qualificada, mais altamente colocada dos intelectuais, decidiu-se abertamente contra a revolução socialista, apoiando os guardas brancos em sua luta contra o governo soviético. Este grupo foi anulado pelo Estado Soviético. Os remanescentes deste grupo, esperando o fracasso do governo soviético, mudaram de tática, resolvendo "esperar"... Mas, quando as suas esperanças sobre a transformação do Estado Soviético não se concretizaram, eles passaram a sabotar, tornando-se agentes da espionagem estrangeira.

Entretanto, devemos observar que, entre os intelectuais mais qualificados, havia não poucos elementos honestos, fiéis ao seu povo, que desde os primeiros dias da revolução passaram para o lado do Poder Soviético. Estes eram justamente os melhores cientistas de maior talento, com um horizonte mais amplo, e cuja inteligência crítico-científica compreendeu antes dos outros o sentido progressista da revolução proletária. Tais eram: Timiriasev, Michurin, Karpinski, Pavlov, Cialkovski, Bach, Keller, Marr e outros. Contudo, eles constituíam exceção entre os velhos intelectuais da camada superior.

Outro grupo de intelectuais do velho tipo, menos especializados, porém mais numeroso, vacilara durante muito tempo, não saía do lugar, mas adaptou-se ao Poder Soviético mais tarde, passando a servi-lo. O terceiro grupo de intelectuais, sua camada inferior, seguiu a classe operária,

completou a sua instrução já no regime soviético, servindo com honestidade aos operários e camponeses. Ainda nos anos da guerra civil, dizia Lênin que "toda a experiência trará os intelectuais inevitavelmente para as nossas fileiras e receberemos com eles aquele material humano, por meio do qual poderemos dirigir." (Lênin, v. 24, pág. 189, ed. russa).

Confirmava-se a previsão de Lênin. A classe operária e os camponeses, com seu heroísmo na luta pela liberdade e independência do País dos Soviets, trabalhando sem medir sacrifícios na construção do socialismo, arrastavam os intelectuais. Nos anos da construção socialista, os intelectuais da velha escola convenceram-se na prática das enormes vantagens do regime soviético, compreenderam que "o futuro pertence ao socialismo, que só o regime socialista dá aos intelectuais possibilidades ilimitadas para o trabalho fecundo e criador.

A sábia política do Partido bolchevique em relação aos especialistas da velha escola facilitava a passagem dos intelectuais para o lado do Poder Soviético.

"O governo soviético, dizia Stálin, podia ter apenas uma única política em relação aos velhos intelectuais — técnicos —, esmagar os sabotadores ativos, dispersar, os neutros e atrair os leais" (*Questões do Leninismo*, pág. 343, ed. russa).

O governo soviético tratava com carinho aqueles intelectuais que eram fiéis ao seu povo, servindo-o honestamente, criava para eles todas as condições para o trabalho criador. O artista do povo da URSS, V. I. Nemirovitch-Danchenko, caracterizou com as seguintes palavras, na reunião dedicada a 40 anos de teatro de arte de Moscou, em 1938, o processo da passagem dos velhos intelectuais para o lado do Poder Soviético:

"O Partido e o governo acompanhavam com carinho e atenção o processo da nossa evolução ideológica. Isto possibilita-me a dizer agora, nesta reunião solene, diante de toda a sociedade soviética, que nós, velhos, nós que atravessamos três revoluções, que trouxemos o nosso amor à arte através de todas as etapas de desenvolvimento do teatro, transformamos agora de um modo definitivo em verdadeiros cidadãos soviéticos, para quem nada existe de mais valioso do que os interesses da nossa grande pátria, do que os ideais do socialismo que construímos todos em conjunto."

Com a vitória do socialismo na URSS, completou-se o processo da passagem da massa principal dos velhos intelectuais para o lado do Poder Soviético.

Entretanto, o Estado Soviético não podia se contentar somente com os velhos "inteliguentsia", já insuficiente para a solução dos problemas levantados pelo crescimento da construção socialista. Do outro lado, a vitória da revolução socialista na Rússia abriu para os trabalhadores ilimitadas possibilidades para adquirir conhecimentos e cultura, criou premissas para a revolução cultural em nosso país, permitindo a formação de amplos quadros de "inteliguentsia" do seio dos operários e camponeses.

O processo de formação da "inteliguentsia" soviética, desde o início, desenvolvia-se de acordo com o plano do Estado Proletário. Isto distingue a formação dos intelectuais soviéticos do processo de formação de intelectuais burgueses, que ocorre de um modo não planejado.

Desde os primeiros dias do Poder Soviético, a formação de intelectuais socialistas desenvolvia-se de três maneiras: 1) colocação dos operários de vanguarda e camponeses conscientes nos postos de direção do Estado e da economia; 2) ganhar para o proletariado a melhor parte dos intelectuais da velha guarda; 3) preparação de especialistas de origem operária e camponesa nos estabelecimentos de ensino soviéticos.

Para as escolas superiores, aceitavam-se em primeiro lugar proletários e camponeses mais pobres e dava-se a eles auxílio financeiro em larga escala. Por proposta de Lênin, em 1919, foram organizadas faculdades operárias, a fim de preparar a juventude operária para as escolas superiores.

No período do restabelecimento da economia, depois da guerra civil, o Estado Soviético deu séria atenção à tarefa de atração dos operários para as escolas superiores e secundárias e a colocação dos operários de vanguarda nos postos de direção.

Aguçou-se, particularmente, porém, o problema de preparação de especialistas soviéticos no período de reconstrução da indústria e da agricultura à base de técnica nova, no período dos planos quinquenais stalinistas. Sem a preparação de grande número de especialistas em todos os ramos da economia e da cultura, não era possível resolver os problemas da construção socialista, que se levantavam por todo o país.

O Pleno de julho de 1928, do Comité Central do Partido Comunista (bolchevique) da URSS, dizia, em sua resolução baseada no informe de Mólotov, que "o problema de preparação de novos especialistas torna-se o mais importante do partido."

Stálin traçou o programa amplo de criação de intelectuais soviéticos no seu histórico discurso "As novas condições e novos problemas da construção econômica". Disse Stálin:

"Precisamos de forças técnicas e de comando que sejam capazes de compreender a política da classe operária do nosso país, que sejam capazes de assimilar essa política, realizando-a sinceramente. Mas que significa isto? Isto significa que o nosso país entrou em tal fase de desenvolvimento, na qual a classe operária deve formar os seus próprios intelectuais-técnicos, capazes de defender os seus próprios interesses na produção como interesses de classe dominante. Não há dúvida que vamos receber dentro em breve das nossas escolas milhares de novos técnicos e engenheiros, novos comandantes da nossa produção."

Stálin mostrou que os nossos intelectuais-técnicos formar-se-ão não só de indivíduos com instrução superior, mas de trabalhadores práticos, mais capazes e intruídos-vanguardeiros da produção, e também levantou o problema de criar para esta categoria de novos intelectuais as condições correspondentes para continuarem os estudos.

Pela iniciativa de Stálin foram então tomadas medidas importantes para a formação dos intelectuais proletários. As escolas técnicas superiores passaram para os comissariados do povo, diretamente interessados na preparação de quadros. Foram criadas muitas escolas superiores e técnicas novas.

Nos anos dos planos quinquenais stalinistas a quantidade de estabelecimentos de ensino superiores e secundários especializados e o número de seus alunos crescia incessantemente, conforme se vê na tabela abaixo:

Anos	Número de escolas superiores	Número de alunos (em milhares)	Número de escolas secundárias especializadas	Número de alunos (em milhares)
1914-15	91	112	295	35,8
1928-29	152	176,6	1051	206,3
1932-33	832	504,4	3509	723,7
1938-39	708	602,9	3732	951,9

A composição social dos estudantes nas escolas superiores modificava-se radicalmente em favor dos operários e camponeses.

Os intelectuais soviéticos originavam-se de operários, camponeses e outras camadas de trabalhadores. O discurso de Stálin na formatura da Academia do Exército Vermelho, em 1935, teve um destacado significado histórico na questão da formação de quadros. Nesse discurso, disse Stálin: "É preciso compreender que nas condições atuais os quadros são decisivos". Se tivermos bons e numerosos quadros da indústria, na agricultura, nos transportes, no exército, nosso país será invencível. Se não tivermos esses quadros, andaremos mancando de ambas as pernas."

As providências tomadas pelo Partido e pelo governo não tardaram a se fazer sentir. Os especialistas formados durante o primeiro plano quinquenal foram: 170 mil com instrução superior, 291,2 mil com instrução técnica e secundária especializada. No segundo plano quinquenal, as escolas superiores formaram 369,9 mil especialistas e as escolas secundárias para preparação de especialistas — 623 mil pessoas. Em 1938, as escolas superiores deram 103,8 mil e as escolas secundárias para a preparação de especialistas — 201,2 mil. Assim, de 1929 a 1938, inclusive as escolas superiores, deram 643,7 mil especialistas, e nas escolas técnicas 1.115,4 mil — no total de 1.759,1 mil pessoas.

O problema da preparação de especialistas estava sendo solucionado ao par do levantamento do nível cultural de todo o povo.

Como resultado do trabalho grandioso efetuado pelo Partido e pelo governo, o número de pessoas com instrução superior e secundária em nosso país, pelo recenseamento de 1939, passou de 13 milhões de pessoas; destes, 10 milhões pelas escolas soviéticas.

De acôrdo com a política nacional de Lénin-Stálin, efetuava-se um renascimento cultural de tôdas as repúblicas nacionais da União Soviética. Prosseguia a formação de camadas de intelectuais entre todos os povos do nosso país. O número de escolas superiores e secundárias crescia em tôdas as repúblicas federadas da URSS. No território da RSFSR, em 1914, havia 71 escolas superiores, com 85 mil alunos, mas, ao iniciar-se a Guerra Pátria, havia 470 escolas superiores, com 400 mil estudantes. Na Ucrâina havia, em 1914, 19 escolas superiores, com 127 mil alunos. Na Geórgia, em 1914, uma escola superior com apenas 300 estudantes; em 1940, 21 escolas superiores, com 22.700 estudantes. As repúblicas como a Bielorrússia, Azerbaidjan, Arménia, Turkménia, Uzbequistão, Kazarrstan, Tadjikistan e Kirguizistão, que antes da revolução não tiveram nenhuma escola superior, têm agora, tôdas elas, muitas escolas superiores. O desenvolvimento da rede de escolas superiores e técnicas constituiu o meio mais importante para a formação de camadas de intelectuais nacionais, em tôdas as repúblicas da URSS.

A criação dêsses quadros nacionais de intelectuais fortalecia a soberania estatal de tôdas as repúblicas da URSS, facilitando-lhes o crescimento da economia e o desenvolvimento da cultura, nacional em sua forma e socialista em seu conteúdo, entre todos os povos do nosso país multi-nacional. Tudo isso fortalece o Estado Soviético e a amizade entre os povos da URSS. A democracia socialista soviética, que faz participar na direção do Estado todo o povo, facilita o processo de criação de intelectuais do seio do próprio povo. Ainda no início da revolução, Lénin exigia a liquidação de qualquer maneira do velho, selvagem e ridículo preconceito de que somente as "classes superiores" podem dirigir o Estado. As organizações dos trabalhadores, como o Partido, os Soviets (conselhos do povo), os sindicatos, o komsomol, as cooperativas e outras organizações de massa, constituem uma escola poderosa de educação de quadros dirigentes do povo para todos os ramos do trabalho estatal, econômico e cultural. Justamente a democracia soviética possibilitou ao nosso Estado resolver o problema da formação de quadros no mais curto prazo histórico. Nisto evidenciou-se a vantagem do regime soviético diante de tôdas as outras formas sociais baseadas na exploração.

Além de quadros preparados nas escolas superiores e secundárias, durante os planos quinquenais stalinistas, processava-se uma rápida formação de quadros dirigentes da economia, constituídos de trabalhadores vanguardeiros da produção-starranovistas, operários e kolrozianos. Em comparação com o número de engenheiros e técnicos, com instrução secundária e superior, que de 1929 a 1933 aumentou em 3,8 vezes, a quantidade de intelectuais soviéticos, saídos diretamente da produção aumentou em 5,87 vezes. A percentagem de trabalhadores práticos entre os intelectuais engenheiros e técnicos igualava em 1935 a 48,6 %.

A coletivização da agricultura era acompanhada pelo levantamento geral do nível cultural da população agrícola e pelo crescimento dos intelectuais do campo. Apareceram no campo organizadores da agricultura kolrosiana, dirigentes dos kolrózes, guarda-livros, contadores, agrônomos, zootécnicos, dirigentes das brigadas de tratores e do campo, etc.. No

pre-guerra (1938-1939), o campo tinha centenas de milhares de professores, médicos e agrônomos.

Assim foi criada a elite (a "inteliguêntsia") soviética de homens e mulheres da classe operária, dos camponeses e de outras camadas de trabalhadores. Os restos de especialistas da velha guarda, que passaram para o lado do Poder Soviético, diluiu-se na massa da "inteliguêntsia"

formada já no período soviético.

Em 1937, o número de intelectuais soviéticos era de 9.591.000, que contando com os membros de suas famílias constituía 13 a 14 % da população de toda a URSS.

Já em 1936, 80 a 90 % dos nossos intelectuais eram constituídos de homens e mulheres de origem operária e camponesa e de outras camadas de trabalhadores. Nos anos posteriores, essa percentagem ficou ainda maior.

No XVIIIº congresso do Partido, dizia Stálin, dando contra as atividades do Partido, particularmente no campo do levantamento do nível cultural do povo:

"Como resultado de todo êste enorme trabalho cultural nasceu e formou-se entre nós uma numerosa e nova camada de intelectuais soviéticos, saídos das fileiras da classe operária, dos camponeses, dos empregados soviéticos — sangue do nosso povo — intelectuais que não conhecem a exploração, que odeiam os exploradores e que estão prontos a servir abnegada e sinceramente aos povos da URSS.

Eu penso que o nascimento dessa nova elite ("inteliguêntsia") popular e socialista constitui um dos mais importantes resultados da revolução cultural em nosso país."

A formação da camada chamada "inteliguêntsia" soviética constituía a solução de um dos mais difíceis problemas da revolução proletária, significando uma nova e importante etapa de consolidação do Estado Soviético. A formação da camada "inteliguêntsia socialista" era condição importantíssima para o crescimento do poderio econômico, político e militar da nossa Pátria.

O regime socialista soviético mudou a fisionomia da camada intelectual. De um intelectual burguês, são característicos a atitude servil diante da burguesia, o seu individualismo, o seu isolamento do povo. às vezes mesmo hostilidade para com seu povo. "Ninguém se atreverá a negar, — escrevia Lênin sobre os intelectuais burgueses, — que os intelectuais, como uma camada especial da moderna sociedade capitalista, caracterizam-se, em seu conjunto, pelo seu individualismo e a incapacidade à disciplina e à organização... Consiste nisso a desvantajosa diferença dessa camada social em comparação com o proletariado; isto explica a moleza e as vacilações dos intelectuais, que o proletariado chega a conhecer tão freqüentemente. E êstes traços característicos dos intelectuais estão indissolúvelmente ligados ao seu habitual modo de vida, às condições do seu trabalho, tão próximas, em muitos e muitos aspectos, ao modo de existência pequeno-burguesa (trabalho individual ou em pequenas empresas, etc.)" (Volume VI, pág. 212-213, ed. russa).

A "inteliguêntsia" soviética é ligada ao povo por todas as raízes e defende os interesses dos operários e camponeses ao máximo. Ela se

constitui dos portadores de uma cultura e ciência de vanguarda. A "inteliguêntsia" soviética é uma parte dos trabalhadores que reúne os melhores filhos da classe operária e dos camponeses. Os intelectuais soviéticos — "são o tipo novo de intelectuais, livres de toda e qualquer exploração, a serviço do povo." Semelhante tipo de intelectuais era desconhecido em toda a história da humanidade". (*História do Partido Comunista (bolchevique) na URSS*, pág. 329, ed. russa).

A "inteliguêntsia" soviética, criada no período do socialismo, possui o precioso sentido do novo. Ela cresceu e formou-se na luta contra os elementos conservadores da velha camada intelectual agarrada às envelhecidas normas da técnica e da produção. A "inteliguêntsia" soviética é portadora da ciência de vanguarda e de um espírito criador do novo. Tudo isto constitui a grande vantagem da nossa "inteliguêntsia".

Desde o seu aparecimento, a "inteliguêntsia" soviética presta um auxílio precioso sempre crescente aos operários e camponeses. A "inteliguêntsia" soviética deu uma enorme contribuição à construção da sociedade socialista em nosso país. Nos anos da Grande Guerra Pátria, a "inteliguêntsia" soviética contribuiu com os seus conhecimentos e poder criador para o esmagamento do inimigo. Apesar das severas condições de guerra, impulsionava para a frente a ciência e a cultura soviéticas e utilizava os sucessos e as novas conquistas científicas para o aperfeiçoamento das armas do Exército Vermelho, para ajudar aos operários e camponeses na indústria e agricultura e para o melhoramento da técnica e organização na produção.

No patriotismo dos intelectuais soviéticos apareceram traços especiais, próprios dos verdadeiros filhos do povo. Intelectuais em países capitalistas pertencem em sua maioria às classes exploradoras e servem aos interesses destas classes. O seu patriotismo é ligado indissolivelmente à consolidação das posições políticas e econômicas das classes dominantes.

Os intelectuais soviéticos — sangue do sangue do seu povo — são ligados a ele na luta pela sua liberdade e bem estar. O patriotismo dos intelectuais soviéticos significa estar a serviço de sua pátria e de seu povo.

Ainda nos anos de desenvolvimento pacífico, formou-se uma importante camada intelectual de militares soviéticos. No período da guerra, que exigiu grande ampliação de quadros de oficiais, o Exército Vermelho recebeu considerável número de pessoas com instrução superior e secundária, cuja maioria alcançou o oficialato. Os oficiais soviéticos — um dos destacamentos de vanguarda da "inteliguêntsia" soviética — consolidavam o exército, absorviam com sucesso a arte militar stalinista e ensinavam aos combatentes como bater o inimigo.

No curso da guerra, os comandantes soviéticos superaram os generais e oficiais alemães e japoneses na arte militar, logrando assim derrotar o inimigo. A arte militar de alto nível do Exército Vermelho, demonstrada no curso da guerra, a madureza do alto comando, explicam-se em grande parte pela presença em suas fileiras de quadros qualificados de intelectuais soviéticos.

Um papel não menos importante teve durante a guerra a “inteliguêntsia” soviética na retaguarda. No período da guerra, Stálin assinalou freqüentemente os serviços prestados pela nossa “inteliguêntsia” ao Exército Vermelho. Durante a guerra, o inimigo não conseguiu ultrapassar o nosso exército na qualidade dos armamentos, graças aos intelectuais soviéticos. Durante os anos de Guerra Pátria, os construtores soviéticos criaram admiráveis modelos de todos os tipos de armas, cuja qualidade não só igualava como superava a qualidade dos armamentos do inimigo. Stálin disse no seu discurso dedicado ao 27.º aniversário da grande Revolução Socialista de Outubro:

“Nossos intelectuais prosseguem corajosamente pelo caminho de criar o novo em técnica e cultura, desenvolvendo com sucesso a ciência moderna e aplicando de modo fecundo as suas conquistas na produção de armas para o Exército Vermelho. O trabalho criador dos intelectuais soviéticos constituiu uma inapreciável contribuição na derrota do inimigo”.

Os construtores de aeronáutica soviéticos criaram durante a guerra muitas máquinas militares de primeira classe, verdadeiros flagelos para o exército e a aviação teuto-fascista.

A guerra demonstrou que o tank médio soviético “T-34” pelas suas características tático-técnicas, supera todos os tanks médios conhecidos dos exércitos estrangeiros. Este tank, assim como o tank pesado “CV” (Clementi Vorochílov) e os nossos canhões auto-móveis esmagavam com sucesso os “tigres”, “panteras” e “ferdinandos” (“Ferdinando”, canhão auto-móvel alemão) dos fascistas.

Nossos construtores desenvolveram novos e admiráveis modelos de artilharia e enriqueceram o Exército Vermelho com novos e mais modernos modelos de armas automáticas.

O canhão foguete soviético, a nossa famosa “Katiucha”, cobriu-se de merecida fama.

O admirável armamento do Exército Vermelho — os aviões, os tanks, canhões, morteiros e outros tipos de armas — produzia-se com o auxílio de todo o país. A alta qualidade de armamento do Exército Vermelho conseguia-se com o trabalho dedicado dos trabalhadores de todos os ramos da nossa produção — engenheiros, técnicos e operários, — pelo alto nível da base técnico-científica da União Soviética. Os engenheiros e técnicos dos ramos metalúrgico, elétrico, de construção de máquinas, de ferramenta e outros ramos da nossa indústria, trabalhavam incansavelmente para suprir a frente. Durante a guerra, os representantes da intelectualidade soviética trabalhavam fecunda e persistentemente para acelerar a construção dos objetivos industriais e militares, para a melhoria da tecnologia, para o desenvolvimento da técnica da produção e para maior amplitude do movimento estarranovista.

A “inteliguêntsia” soviética da agricultura trabalhava com dedicação, juntamente com todo o povo, para garantir a alimentação ao Exército Vermelho e à população e para suprir a indústria com matérias primas. Os agrônomos e agro-técnicos, os presidentes de kolrózes, técnicos do campo, zootécnicos, dirigentes das brigadas de tratores e do campo junto com os camponeses desenvolviam a economia agrícola, ampliavam

o movimento estarranovista, conseguiam aumentar as áreas semeadas nas regiões orientais e melhoravam o rendimento das colheitas. O alto patriotismo dos camponeses e o patriotismo dos intelectuais do campo possibilitou, apesar das difíceis condições de guerra e da ocupação das regiões ocidentais da URSS, suprir o país sem interrupções com alimentos e matérias primas.

Os cientistas soviéticos ajudaram o povo a derrotar o inimigo, realizando um enorme trabalho de pesquisa dos recursos naturais e continuando a desenvolver todos os ramos da ciência. No primeiro ano de guerra, um grupo de cientistas, sob a direção do acadêmico Komarov, realizou um grande e fecundo trabalho de pesquisa dos Montes Urais. O mesmo trabalho foi realizado em Kazarstán e na Sibéria. Foram descobertas grandes jazidas de metais raros, tão necessários à indústria de defesa.

Em sua saudação à Academia de Ciências da URSS, por motivo do seu 220.º aniversário, o Comité Central do P. C. (b) da URSS e o Conselho dos Comissários do Povo diziam que "os cientistas soviéticos realizaram um trabalho vitorioso durante a guerra, ajudando a frente de combate e a economia do nosso país. Os cientistas soviéticos contribuíram de maneira importante para a derrota do inimigo".

Durante a Guerra Pátria, todas as camadas de intelectuais soviéticos deram à frente de combate toda a ajuda possível.

Os trabalhadores da medicina, com o seu trabalho incansável e dedicado na frente e na retaguarda, salvaram a vida e devolveram às fileiras centenas de milhares de combatentes do Exército Vermelho. Eles desenvolveram muitos métodos novos de cura de feridos e doentes, fazendo progredir de maneira notável a ciência médica soviética. Os trabalhadores da medicina conseguiram evitar, apesar da pesada guerra, as epidemias que sempre acompanhavam as guerras anteriores. Formaram-se em nosso país numerosos quadros de cientistas no ramo da medicina. Durante a guerra, foi criada a Academia de Ciências Médicas da URSS. Os professores e pedagogos das escolas superiores preparavam, incansavelmente, em difíceis condições de guerra, novos quadros de intelectuais; dezenas de milhares de especialistas de todos os ramos da produção e de cultura eram diplomados anualmente.

Os mestres-escolas nos anos da guerra continuaram a ensinar e a educar a nossa jovem geração, garantindo assim ulterior ampliação e melhoria da educação do povo. Os trabalhadores da literatura e da arte ajudavam a conquista da vitória com o seu trabalho criador. As obras patrióticas de escritores, pintores e compositores soviéticos inspiravam o povo para a luta.

O trabalho corajoso e fecundo da "intelliguentsia" soviética ajudou os operários e camponeses no nosso país a ganhar a grande vitória. Sem a existência dos intelectuais soviéticos, o Estado Soviético não poderia organizar vitoriosamente a defesa do país, nem conquistar a vitória na Guerra Pátria.

Dizia Mólotov, no seu informe por ocasião do 28.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro:

"Resolvemos os problemas da frente e da retaguarda também por que os intelectuais soviéticos cumpriram o seu dever perante a Pátria. A guerra demonstrou claramente a transformação dos intelectuais nos anos do Poder Soviético. Já não se ouve falar em velhos e novos intelectuais. Este problema foi resolvido pela própria vida. Em sua maioria esmagadora, os intelectuais soviéticos cumprem honesta e vitoriosamente as suas altas obrigações na obra de organização da economia, educação de novos quadros de especialistas, na defesa da saúde do povo e levantamento do nível cultural da população. Com grande satisfação podemos dizer agora que os intelectuais soviéticos são dignos filhos do seu povo e servem sinceramente à sua Pátria". A experiência dos intelectuais soviéticos, o seu patriotismo sem reservas na luta contra os invasores germano-fascistas constituem um exemplo inspirador para os intelectuais de vanguarda dos países estrangeiros. A bancarrota do sistema capitalista, demonstrada em pesadíssimas crises econômicas, em guerras destruidoras que levam à ruína dezenas de milhões de seres humanos e destroem o fruto do trabalho de muitas gerações, o aparecimento do fascismo — o inimigo mortal da cultura — tudo isto faz com que camadas cada vez mais amplas de intelectuais dos países estrangeiros comecem a compreender o inexorável fim do capitalismo. Do outro lado, as vitórias do socialismo em nosso país, onde existem tôdas as condições para o trabalho criador, como também o fato de que o Estado Soviético constituiu uma força decisiva na luta contra a barbarie fascista, tudo isso convence a amplos círculos de intelectuais no estrangeiro de que o futuro pertence ao socialismo. Eis porque nos países libertados dos invasores fascistas aparecem, aliados ao proletariado, como partidários decisivos da liquidação definitiva do fascismo, amplas camadas de intelectuais. Neste nobre trabalho, inspira-os a experiência de muitos anos de luta pela felicidade do povo desenvolvida pelos intelectuais do nosso país.

A "inteliguêntsia" soviética é uma poderosa força, unida aos operários e camponeses pelos interesses comuns na construção de uma sociedade nova. Em tôdas as formas sociais pre-socialistas, os intelectuais no seu todo serviam para consolidar a dominação das classes exploradoras. Nestas formas da sociedade, a divisão entre o trabalho intelectual e o físico é um fenômeno da estrutura antagônica da sociedade. No regime soviético, o trabalho intelectual e seus realizadores, os intelectuais — são colocados pela primeira vez na história a serviço dos interesses de todo o povo, a serviço da construção socialista. O trabalho intelectual deixa de ser antagônico ao trabalho físico. A força dos intelectuais soviéticos consiste no fato de trabalhar na mais estreita camaradagem com a classe operária e os camponeses. Somente nesta fraternidade é concebível o desenvolvimento da "inteliguêntsia" soviética. A fraternidade entre a classe operária, os camponeses e os intelectuais do nosso país é baseada na comunidade de interesse destes grupos sociais da sociedade soviética. Os intelectuais soviéticos, assim como os operários e camponeses do nosso país, são trabalhadores da sociedade socialista, que trabalham nas empresas de tipo socialista, nas empresas do Estado, nos kolrózes, em repartições. O crescimento da economia socialista representa a base do bem estar dos operários, camponeses e "inteliguêntsia".

Por isso, todos estão profundamente interessados no desenvolvimento da propriedade socialista e no sistema socialista da economia, que lhes oferece todas as possibilidades para uma atividade fecunda e sem limites.

A classe operária, os camponeses e a "inteliguêntsia" do nosso país constroem a nova sociedade sob a bandeira da ideologia Leninista-Stalinista, que constitui a ideologia da imensa maioria da União Soviética. O ulterior desenvolvimento do sistema socialista da economia, a liquidação dos remanescentes da ideologia capitalista na consciência dos trabalhadores, a divulgação da ideologia socialista de vanguarda entre as massas trabalhadoras, o levantamento do nível cultural do povo — tudo isso são condições que farão desaparecer, cada vez mais aceleradamente, os limites entre a classe operária, os camponeses e "inteliguêntsia".

A liquidação da contradição entre o trabalho intelectual e o físico, no socialismo, será conseguido por meio do levantamento do nível técnico-cultural dos operários e camponeses até ao nível da "inteliguêntsia" soviética. O movimento estarronovista, como diz Stálin, contém a semente do futuro levantamento enorme do nível técnico-cultural da classe operária, abre caminhos para grande aumento da produtividade do trabalho, que possibilitam a transição para o comunismo.

Nos anos de guerra, a união entre a classe operária e os camponeses com a "inteliguêntsia" tornou-se ainda mais forte. O significado deste fato para o maior florescimento do nosso país é enorme.

Comemorando o 28.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, disse Mólotov, em seu informe:

"No rápido crescimento da vida cultural do nosso país e no fato, que, agora, os intelectuais como uma parte mais culta e avançada fundiu-se com o seu povo, levantando assim a unidade moral e política da sociedade soviética a um grau ainda mais alto. — em tudo isso não se pode deixar de vêr um novo progresso da democracia soviética, que nos enche de novas esperanças e nos dá a certeza sobre o futuro do nosso país."

Como uma demonstração brilhante do alto papel dos intelectuais em nosso país serve a distribuição, há pouco realizada, dos prêmios stalinistas aos representantes destacados do trabalho intelectual. Estes prêmios foram concedidos pelas grandes realizações nos setores de ciência, arte e literatura, pelas descobertas mais valiosas e pelo aperfeiçoamento dos métodos da produção. Todas estas conquistas são um testemunho do alto nível da "inteliguêntsia" soviética e da sua inabalável fidelidade à Pátria e ao seu povo.

Terminada vitoriosamente a Grande Guerra Pátria, a União Soviética entrou no caminho pacífico da construção socialista. O novo período na vida do nosso país coloca diante do povo soviético novos e grandiosos problemas. O nosso povo terá que consolidar a vitória conquistada, restabelecer a economia nas regiões libertadas dos invasores e impulsionar para a frente o desenvolvimento de todos os ramos da economia e da cultura para sobrepassar o nível do desenvolvimento econômico de pré-guerra, no próximo quinquênio.

Isto exigirá de todo o nosso povo grande emprêgo de forças e energia. Neste sentido, são apresentadas especiais exigências à "inteliguêntsia" soviética, como parte mais culta e avançada da sociedade soviética.

Diante do Estado Soviético estão problemas de grande responsabilidade nos setores do progresso da ciência e da técnica. Da sua solução depende o poderio militar e econômico da União Soviética. O problema do levantamento do nível técnico da nossa indústria não pode ser resolvido sem o levantamento do nível de conhecimentos técnico-científicos de toda a massa de intelectuais-técnicos ligados à produção. Os intelectuais soviéticos devem não só não ficar atrás dos intelectuais de países estrangeiros, como passar-lhes à frente, pois os intelectuais soviéticos são chamados a participar na grande tarefa de construir a sociedade comunista, baseada numa produtividade de trabalho imensamente mais alta do que na sociedade capitalista. E' da natureza da sociedade socialista um constante movimento para a frente em todos os setores da vida. O socialismo não tolera rotina ou estagnação, êle exige de cada homem soviético aperfeiçoamento e audácia.

No 28.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro, dizia Mólotov, em seu informe: "Em nossos tempos de alta técnica e ampla aplicação da ciência na produção, quando já se tornou possível a aplicação de energia atômica e outras grandes descobertas técnicas em nossos planos de economia, deve ser dada atenção primordial às questões da técnica, questões do levantamento do nível técnico da nossa indústria e a formação de quadros técnicos altamente qualificados. Devemos igualar as conquistas da técnica mundial moderna em todos os ramos da indústria e da economia nacional e garantir as condições de progresso para a ciência e a técnica soviéticas."

No período de após guerra, cresce ainda mais o papel dos intelectuais soviéticos na tarefa de levantamento do nível cultural de todo o povo soviético. "Queremos fazer de todos os operários e de todos os camponeses, pessoas cultas e instruídas, e nós o faremos com o tempo", dizia Stálin, no XVIII congresso do Partido. Nesta grande obra, papel importante cabe aos nossos intelectuais.

Para que os intelectuais soviéticos possam cumprir seu importante papel na vida econômica política e cultural do nosso país devem manejar com perfeição a teoria marxista-leninista.

O Partido bolchevique — guia e dirigente do povo soviético — educa no espírito do marxismo-leninismo todos os trabalhadores do nosso país. Stálin e o Partido bolchevique conduzem uma luta decisiva contra a atitude de menosprezo em relação aos intelectuais soviéticos. O Comité Central do P. C. (b), em suas determinações sobre a propaganda do Partido, em relação ao compêndio "*História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS*", acentuou a necessidade de intensificar a educação ideológica entre os quadros de intelectuais soviéticos, mostrando que "cada trabalhador do Estado deve executar o seu trabalho vitoriosa e conscientemente, deve compreender a política do Estado e os seus problemas externos e internos". As condições atuais exigem prosseguir reforçando o trabalho dos organismos do partido na educação ideológica de nossos quadros. À medida que cresce o movimento de progresso da sociedade soviética, cresce também, cada vez mais, a importância dos intelectuais como força ativa na construção do comunismo.

(Traduzido diretamente de *Bolchevik*, n. 8, janeiro de 1946).

De Tudo, um Pouco..

ARGUMENTOS ANTICOMUNISTAS — Os burgueses de mentalidade estreita afirmam, na sua propaganda anticomunista, que os comunistas querem tirar dos que têm para dar aos que não têm; transformar os empregados em patrões e vice-versa. E acrescentam: tirando dos que têm e distribuindo pelos que não têm, a ninguém aproveitará; não é possível que existam mais patrões que empregados. Exaustos por tal esforço “dialético”, acomodam-se e esperam que o mundo continue o mesmo, pelos tempos afora. Em verdade, os comunistas não lutam por tais objetivos simplistas. Lutam, sim, para que a propriedade privada dos meios de produção, produto do trabalho social, passe a ser, como o trabalho, social; lutam também pela abolição de classes como as de patrões e empregados, para que se realize uma sociedade em que não seja possível a exploração do homem pelo homem, isto é, uma sociedade sem classes, na qual não existirão patrões e tão-pouco empregados. — *Viná.*

A REVOLUÇÃO SOVIÉTICA — “Não há nada que possa elevar a maior altura a energia revolucionária do proletariado mundial, nada que encurte tão consideravelmente o caminho que conduz a sua vitória total, do que essa vitória decisiva da *revolução* que já se iniciou na Rússia.

Até que ponto é provável êsse triunfo, isso já é outra questão. Não nos sentimos, de modo algum, inclinados ao otimismo desarrazoado. A êsse propósito, não esquecemos, de forma alguma, as enormes dificuldades que traz consigo essa tarefa, mas, lançando-nos à luta, devemos desejar a vitória e saber indicar o verdadeiro caminho que a ela conduz. As tendências suscetíveis de conduzir a essa vitória existem indiscutivelmente. E' verdade que nossa influência, a dos social-democratas (comunistas — N.R.), sôbre a massa do proletariado, ainda é insuficiente em alto grau; a influência revolucionária sôbre a massa camponesa é muito insignificante; a dispersão, a falta de desenvolvimento, a ignorância do proletariado e, sobretudo, dos camponeses, são ainda terrivelmente grandes. Mas a revolução estabelece rapidamente a coesão das forças e educa com rapidez não menor. Cada passo, no desenvolvimento da mesma, desperta a massa, e atrai com força irresistível para o programa revolucionário, como o único que traduz, de modo consequente e completo, seus verdadeiros interesses, seus interesses vitais.” (Lénin — *Dois táticas*, pág. 85 — Edit. Calvino, 1945).

O SISTEMA DE REMUNERAÇÃO DO TRABALHO NA U.R.S.S.

Prof. I. BROVER

(Doutor em ciências econômicas)

Na Rússia soviética, a massa predominante dos meios de produção (quase a totalidade da terra, tôdas as fábricas, tôdas as oficinas, tôdas as estradas de ferro, etc.) é propriedade socialista, constituindo propriedade do Estado, isto é, propriedade de todo o povo. Isso quer dizer que nenhum particular, nenhum grupo social pode dispor dos mesmos em seu benefício exclusivo; significa que êsses meios de produção portencem ao conjunto de todo o povo e que somente o Estado se encarrega de sua administração. Em 1936, mais de 97 % de todos os fundos da indústria e 76 % dos fundos de produção da agricultura, haviam passado a ser propriedade socialista.

A propriedade socialista na URSS apresenta-se quer sob a forma de propriedade estatal, quer sob a forma de propriedade cooperativa-kolrosiana, sendo esta constituída por um grupo determinado, por uma união de cooperativas, por uma cooperativa industrial ou pelo *artel* agrícola (kolró). Esta forma surgiu como consequência da associação dos antigos pequenos produtores individuais em *artéis* cooperativos de produção, que constituem a forma mais difundida na agricultura.

A produção das empresas estatais é propriedade estatal (e não propriedade das empresas). A produção das empresas cooperativas e dos kolroses, é propriedade dessas empresas ou kolroses. No entretanto, os kolroses e os kolrosianos são beneficiados não só pelos seus produtos como também pelas mercadorias produzidas nas empresas estatais.

O Estado, através de sua rede comercial, vende aos kolrosianos as mercadorias produzidas nas empresas estatais, a preços fixos. As estações de máquinas e tratores do Estado facilitam aos kolroses o uso de tratores, segadoras e outras complicadas máquinas agrícolas, tudo por um preço fixado. Os kolrosianos, como todos os cidadãos da URSS, desfrutam de assistência médica e dispõem de todos os centros de ensino e de cultura do país, tudo isso gratuitamente. Em compensação, os kolrões são obrigados por lei a vender parte de sua produção ao Estado, segundo um preço fixo. Dessa forma, o Estado dispõe, de facto, não somente de quase toda a produção da indústria e de outros ramos da economia nacional, mas também de uma massa considerável da produção agrícola, de toda a produção dos sovróses (grande empresa agrícola estatal) e de parte da produção dos kolrões. Isso dá ao Estado soviético a possibilidade de distribuir, de acôrdo com um plano, quase toda a produção social, levando em conta o interesse de um futuro aumento da produção, o desenvolvimento do bem-estar material e do nível cultural de seus cidadãos e o fortalecimento da capacidade defensiva do país.

Como dono que é de tôdas as riquezas produzidas no país, o povo soviético pode utilizá-las como bem entender. Poderia, se quisesse, apoderar-se de todo o produto social (descontada unicamente a parte necessária para reconstituir os meios de produção) para satisfazer as necessidades pessoais de todos os membros da sociedade. Mas, nesse caso, ficaria excluída a possibilidade de qualquer desenvolvimento ulterior da produção e, por conseguinte, de uma futura elevação do nível de vida dos cidadãos. Pelo contrário, a União Soviética aspira atingir um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas de forma a permitir que as necessidades de cada um dos cidadãos seja satisfeita da forma mais completa e diversa. A URSS pretende alcançar uma produção tão abundante que permita distribuir os produtos de acordo com o princípio: "De cada um, segundo sua capacidade; a cada um, segundo suas necessidades", coisa que só será possível quando cada um possa participar do trabalho social proporcionalmente às suas forças e sua capacidade, recebendo da sociedade uma quantidade de produtos que satisfaça inteiramente suas necessidades.

Para que se verifique o mais rápido desenvolvimento das forças produtivas, para que as fontes de riqueza social possam fluir livremente, é necessário; entretanto, o desenvolvimento da técnica sob todos os seus aspectos, uma mais vasta aplicação dos adiantamentos da ciência e da técnica moderna em todos os ramos da economia nacional. Para isso, é necessário que uma parte do produto social seja empregado no desenvolvimento da técnica e na expansão regular da produção. O povo soviético, administrador consciente e providente, atua exatamente nesse sentido.

Na URSS, a totalidade do produto social é distribuída de tal forma que, antes de tudo, fique reservada a parte destinada a cobrir as necessidades da produção e garantir a ampliação da mesma. Basta recordar que somente durante o período do primeiro quinquênio, as inversões de capital na economia nacional da URSS se elevaram a 52 bilhões e 100 milhões de rublos e, no 2.º quinquênio, a 135 bilhões e 500 milhões. Em 1937, cerca de 22 % de toda a renda nacional foram invertidos na ampliação da indústria e cerca de 3 % no aumento dos fundos de reserva. Graças a essas grandes inversões de capital, a produção industrial da URSS aumentou, em 1940, de quase 12 vezes em comparação com o ano de 1913.

Esse rápido ritmo de crescimento da produção, não somente aproxima a URSS de seu objetivo (alcançar uma posição em que seja possível distribuir o produto social de acordo com o princípio: "De cada um, segundo a sua capacidade; a cada um, segundo suas necessidades"), como assegura também o constante aumento do nível material e cultural dos trabalhadores no momento presente. Assim, durante o período do segundo quinquênio (de 1933 a 1937), a produção industrial da URSS cresceu mais de 2,2 vezes. Durante o mesmo período, aumentou em mais de duas vezes o salário real e, por conseguinte, o nível de consumo dos operários e empregados. Dessa forma, o aumento da produção na URSS marcha paralelamente à ampliação da capacidade de consumo pessoal.

Outra parte do produto social global, na URSS, é destinado anualmente ao fundo de seguros contra acidentes, calamidades imprevistas, etc.

O Governo soviético é obrigado também a gastar uma parte da renda nacional no fortalecimento da capacidade defensiva do país. Os gastos para a defesa, levando em conta a ameaça de agressão militar que pendia sobre a União Soviética, aumentaram progressivamente, principalmente nos últimos anos anteriores à guerra, isto é, desde a subida ao poder do fascismo na Alemanha (uma vez que o nazismo deixava entrever claramente seus planos de rapinagem). Enquanto que, em 1934, as verbas orçamentárias do Estado para gastos de guerra representavam pouco mais de 14 % de todos os gastos do orçamento da URSS, em 1937-1938 elevavam-se já a 26 % num orçamento muito maior por suas quantidades absolutas.

Do que sobra do produto social da URSS é reservada também, em primeiro lugar, uma verba destinada aos gastos de administração; em segundo lugar, uma parte destinada à satisfação das necessidades sociais dos cidadãos (escolas, assistência médica, etc.); em terceiro lugar, os fundos para subsídios a incapacitados para o trabalho, etc.

O que resta do produto social, cujo volume cresce constantemente, em proporção ao desenvolvimento das forças produtivas, é distribuído entre todos os trabalhadores da sociedade socialista, tendo em vista a satisfação de suas necessidades pessoais.

A distribuição, entre os trabalhadores, dessa parte do produto social destinada à satisfação de suas necessidades pessoais, é realizada na URSS sob a forma de pagamento de seu trabalho. Essa forma é determinada pelo facto de que, na União Soviética, é obrigatória a participação no trabalho social, única condição que dá direito a desfrutar do produto social. No regime soviético, é uma lei o princípio de "quem não trabalha, não come" (naturalmente isso se refere somente aos cidadãos aptos para o trabalho).

O pagamento do trabalho, na URSS, é realizado, por enquanto, segundo o princípio "de cada um, segundo sua capacidade; a cada um, segundo o seu trabalho". Quer isso dizer, em primeiro lugar, que se exige de cada cidadão soviético que trabalhe na medida de seus conhecimentos e de sua capacidade; em segundo lugar, significa que cada trabalhador recebe uma parte do produto social correspondente ao trabalho por ele realizado em benefício da coletividade.

"O princípio do socialismo — dizia J. Stálin na primeira reunião nacional de starranovistas — consiste em que, na sociedade socialista, cada um trabalha segundo a sua capacidade e recebe artigos de consumo, não de acordo com suas necessidades, mas segundo o trabalho realizado. Isso quer dizer que o nível técnico e cultural da classe trabalhadora não é ainda suficientemente elevado. A contradição entre o trabalho intelectual e o trabalho físico continua existindo; o rendimento do trabalho não é ainda suficientemente elevado para que permita uma grande abundância de artigos de consumo; por essa razão, a sociedade viu-se obrigada a distribuir os artigos, não em correspondência com as necessidades de seus membros, mas sim de acordo com o trabalho por eles realizado para a coletividade".

A aplicação dêsse princípio tem grande importância para o desenvolvimento das forças produtivas da União Soviética até que se atinja um nível em que fique assegurada a completa abundância de artigos de consumo, tornando-se possível a distribuição dos mesmos entre os trabalhadores, não segundo o trabalho realizado por cada um, mas sim levando em conta as necessidades próprias de uma vida altamente desenvolvida.

O objetivo a que se propõe a URSS é o de conseguir o desenvolvimento das forças produtivas, não por meio da prolongação da jornada de trabalho ou pelo aumento da intensidade do mesmo, mas sim por meio de uma técnica mais aperfeiçoada e uma organização mais perfeita do trabalho, ao mesmo tempo que procura reduzir este progressivamente, no maior grau possível. Nesse sentido, adquire grande importância o constante aperfeiçoamento da qualificação dos operários, a rápida assimilação por eles de uma técnica nova e mais perfeita.

Enquanto na URSS subsistir a diferença essencial entre os diferentes tipos de trabalho — o intelectual e o físico, o qualificado e o não qualificado — (e essa diferença não poderá ser eliminada em curto prazo), é necessária a existência do estímulo material aos trabalhadores qualificados e cuidadosos. J. Stálin dizia na primeira conferência dos starranovistas: "...a supressão do contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual só poderá ser obtida na base da elevação do nível cultural e técnico da classe operária até o nível intelectual dos engenheiros e técnicos." O pagamento feito em proporção ao trabalho cria um poderoso estímulo para aumentar o rendimento do mesmo, provocando no trabalhador a aspiração de elevar a sua qualificação e despertando nele maior zelo pelo trabalho. Elevando a sua qualificação, assimilando a técnica mais moderna da produção, os operários da URSS aumentam o rendimento de seu trabalho bem como o pagamento correspondente ao mesmo. Do aumento de sua qualificação depende o resultado de seu trabalho; e o pagamento que lhe corresponde cresce em proporção aos resultados do mesmo.

O pagamento feito em proporção ao trabalho assegura uma coordenação melhor entre os interesses gerais e particulares dos trabalhadores da URSS. O desenvolvimento e o enriquecimento da sociedade em seu conjunto, na URSS, constitui a base do aumento do bem-estar individual e conduz ao aumento do nível de vida de cada cidadão. Os cidadãos da União Soviética compreendem que, concorrendo para elevar seu bem-estar pessoal, estão ao mesmo tempo aumentando a riqueza de todo o povo soviético.

Ao produzir maior trabalho, ao trabalhar melhor, o operário da URSS sabe que está assegurando um nível mais elevado de vida não só para o seu presente mas também para o seu futuro e especialmente para a sua velhice, quando tiver que viver da pensão do Estado, uma vez que a magnitude desta pensão dependerá do volume dos salários percebidos durante o tempo que trabalhou.

O constante crescimento da produtividade do trabalho, com seu correspondente aumento de pagamento, constitui uma lei da economia soviética. O pagamento do trabalho em proporção à sua quantidade e qualidade, constitui um dos factores fundamentais dos êxitos consegui-

dos na perseguição desse duplo objetivo. Eis aí por que se sustentou e se sustenta ainda, na União Soviética, uma luta decidida contra qualquer tendência no sentido do "igualitarismo", isto é, no sentido da substituição do pagamento proporcional ao trabalho pelo pagamento igual a todos os trabalhadores, independentemente de sua qualificação, da qualidade e da quantidade de seu trabalho. O pagamento igual por trabalho desigual exclui o interesse material do trabalhador pela elevação de sua qualificação, pelo aumento da produtividade do trabalho, pela melhoria da qualidade da produção. Por isso, o igualitarismo teria sido prejudicial, na URSS, tanto para o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, como para o bem-estar de toda a massa trabalhadora.

O Estado soviético não permite o "igualitarismo", isto é, o pagamento *igual* por *trabalho desigual*, realizando de maneira consequente o princípio de pagamento igual por *trabalho igual*, independentemente de quem realize esse trabalho: homens, mulheres, adultos ou adolescentes. Tal igualdade resulta inevitavelmente do princípio do pagamento proporcional ao trabalho, o que significa o seguinte: num determinado volume de salário, são levadas em conta exclusivamente a quantidade e a qualidade do trabalho executado, isto é, os resultados objetivos do trabalho.

O direito do cidadão soviético a um salário igual por igual trabalho tem grande importância no que se refere à libertação econômica da mulher; estas, bem como a juventude, são atraídas em massa para a produção, para a multiplicação das forças produtivas da sociedade, acelerando o seu desenvolvimento e contribuindo para o crescimento do bem-estar material e elevação do nível cultural dos trabalhadores.

O trabalho, na União Soviética, cada vez mais se transforma em uma função honrosa, nobre e heróica, uma vez que cada um trabalha para si, para a sua sociedade. "Entre nós — dizia J. Stálin — o trabalhador se considera um cidadão livre, um membro ativo da sociedade. E, quando trabalha bem, dando à sociedade tudo quanto pode dar, converte-se em um herói do trabalho, aureolado pela glória". O amor à Pátria e a consciência de seu dever perante ela, a fidelidade ao poder soviético, a aspiração a fazer tudo quanto possível pelo bem do país, impulsiona o homem soviético para a realização de magníficas façanhas no trabalho, milhares das quais foram realizadas diariamente durante o período de edificação pacífica e cujo número aumentou consideravelmente durante os anos da Guerra Patriótica do povo soviético contra os invasores alemães. A emulação socialista é cada vez mais intensa entre os cidadãos da União Soviética. Nessa emulação, cada trabalhador procura, não só fornecer a maior produção possível, como também conseguir um aumento geral por meio de uma ajuda fraternal prestada aos mais atrasados.

Os heróis do trabalho são objeto de glória nacional, na União Soviética; para eles foram instituídas ordens e medalhas, tendo sido criados títulos especiais; e isso constitui, para eles, a melhor recompensa.

A existência, entre os trabalhadores da União Soviética, de poderosos estímulos morais no sentido da elevação de sua qualificação e,

ao mesmo tempo, no aumento da produtividade do trabalho, em nada diminui a importância do interesse material particular, que é plenamente assegurado quer pela observância do princípio do pagamento em proporção ao trabalho, quer pelos prêmios em dinheiro que recebem os vencedores da emulação socialista.

O pagamento proporcional ao trabalho realizado, estimulando o trabalhador a elevar sua qualificação, a aumentar a produtividade ao trabalho e a melhorar a qualidade da produção, ao mesmo tempo constitui um dos meios de ação material sobre os trabalhadores negligentes, o que tem grande importância ao lado de outras medidas tomadas para educá-los no sentido de uma nova atitude perante o trabalho.

Nem todo o produto social destinado ao consumo pessoal é distribuído, na URSS, individualmente, isto é, sob a forma de pagamento do trabalho. Uma considerável parte desse produto, por seu próprio caráter, é de consumo coletivo, não fazendo parte da distribuição individual, mas desempenhando o papel de suplemento essencial ao pagamento individual do trabalho. Referimo-nos às escolas de toda espécie, teatros, clubes, sanatórios, hospitais, jardins da infância, creches, etc. Da magnitude dos gastos nesse terreno se pode julgar pelo facto de que em 1938, por exemplo, as verbas oficiais destinadas a finalidades social-culturais se elevaram a 36,5 % do fundo geral de salários. Em 1940 foram consignados no orçamento 18 bilhões de rublos para serviços médicos e de seguro social; em 1945, último ano da Guerra Pátria, foram consignados para o mesmo fim 25 bilhões de rublos. Por conta dos fundos de seguro social, antes da guerra, eram enviados anualmente para os sanatórios e casas de repouso cerca de 2,5 milhões de operários e empregados. Todos os cidadãos soviéticos desfrutavam de assistência médica gratuita. Na União Soviética foram construídas 20.607 novas escolas somente no período de 1933 a 1938. Em 1939, mais de 90 % dos estudantes dos centros de ensino superior e cerca de 86 % dos alunos das escolas técnicas, recebiam um subsídio.

Em 1929 e 1939, o número das bibliotecas públicas, na URSS, atingiu a cifra de perto de 50.000 e o de clubes a cerca de 60.000. É fácil compreender que não se pode fazer um juízo exato sobre o nível do pagamento do trabalho e do bem-estar material dos trabalhadores da URSS, se não levarmos em conta os gastos feitos tendo em vista as necessidades coletivas.

Na URSS são adotadas duas formas fundamentais de pagamento do trabalho: nas empresas e instituições do Estado existe o *salário*; nos kolrôses, a *repartição do produto geral em proporção aos dias de trabalho*.

As formas fundamentais do salário na URSS são: o pagamento em relação à produção por peças e o salário fixo. O salário em relação por peça é adotado principalmente na indústria. Em princípios de 1938, 75 % dos trabalhadores da grande indústria percebiam salários de acordo com a produção. Nos ramos de trabalho não produtivo (instrução, saúde, etc.) assim como nos ramos da produção nos quais é impossível um cálculo exato do resultado do trabalho (como o trabalho dos técnicos, engenheiros, contabilistas, etc.) é aplicada a forma do salário fixo.

O salário segundo a produção, por sua vez, é aplicado na URSS sob duas modalidades: 1) sob a forma de pagamento direto, por peças; 2) sob a forma de pagamento progressivo.

Com o salário direto segundo a produção, o operário recebe em pagamento uma quantidade igual por cada peça, qualquer que seja o número destas. Por conseguinte, o salário, neste caso, é diretamente proporcional ao trabalho real do operário. A grandeza do salário de cada operário em particular é determinada, em primeiro lugar, mediante o pagamento por peças e, em segundo, tendo em vista a sua qualificação. Desta depende o caráter do trabalho que é encomendado a cada operário e, quanto mais complicado e difícil seja esse trabalho, mais alto é avaliada a peça e mais alto é paga a sua elaboração. Da qualificação do operário depende também a espécie de trabalho a ser por ele realizado.

Na União Soviética existe o seguinte sistema de determinação do pagamento do trabalho por peças: em cada ramo de produção, os diversos tipos de trabalho são classificados de acordo com o grau de sua complexidade, de sua dificuldade, da qualificação que se torna necessária para sua execução (ordinariamente em 8 categorias); quanto mais complicado o trabalho, mais alta a sua categoria. Para o trabalho de cada categoria foi estabelecida uma escala de tarifas. Essa escala aumenta progressivamente, desde a categoria inferior até a mais elevada. Nessa escala, foi estabelecido um coeficiente de aumento para as categorias mais altas, coeficiente esse que é proporcional à tarifa mais baixa, tomada como unidade. Dessa forma, a escala de tarifas por cada categoria, com exceção da primeira, representa o produto das tarifas da primeira categoria pelo coeficiente correspondente à categoria dada.

Esse sistema de categorias e seus respectivos coeficientes constituem uma rede de tarifas.

O coeficiente e, por conseguinte, a escala de tarifas cresce, não só no sentido da categoria inferior para a superior, como também aumenta cada vez mais, tanto em cifras absolutas como relativas. Tal composição da rede de tarifas corresponde plenamente ao princípio do pagamento proporcional ao trabalho, assegurando o estímulo dos operários no que diz respeito ao aumento de sua qualificação.

A cada operário, de acordo com sua profissão e qualificação, é-lhe adjudicada uma determinada categoria. Ao mesmo tempo, é determinada a classe de trabalho que lhe é possível realizar, tendo em vista a tarifa pela qual deve ser pago. Se um ajustador, por exemplo, é classificado na quinta categoria, isso significa que pode ele executar trabalhos de ajuste correspondentes a essa categoria e que a escala de tarifas que lhe corresponde será igual às tarifas da primeira categoria multiplicadas pelo coeficiente correspondente à quinta categoria.

A escala de tarifas, juntamente com as normas de trabalho, serve de base para a avaliação do trabalho correspondente, isto é, dos trabalhos de que são encarregados os operários de uma ou de outra categoria; essa avaliação representa, em si, o quociente da divisão da escala de tarifas pelo número de objetos, peças, etc., que o operário deve realizar em um determinado período de tempo, ordinariamente em uma jornada de trabalho.

O pagamento, segundo o trabalho realizado (e em particular o pagamento por peças), cria o interesse material por parte dos trabalhadores, não só no que diz respeito ao aumento da quantidade de trabalho a ser executado em um dado prazo, como também no que se refere à elevação de sua qualificação e à passagem gradual à execução de trabalhos mais complexos e mais altamente remunerados. Esse aumento geral da qualificação dos trabalhadores é muito importante para o crescimento das forças produtivas da sociedade, a mais importante e decisiva das quais é a mão de obra. O poder soviético não somente estimula, por todos os meios, o aumento da qualificação dos trabalhadores, como também lhes faculta para isso as mais amplas possibilidades por meio da organização de toda espécie de cursos escolares e institutos técnicos, aos quais os trabalhadores podem assistir gratuitamente e sem abandonar o seu trabalho.

Somente no ano de 1938 terminaram os diferentes cursos de preparação e elevação de qualificação mais de quatro milhões duzentos e cinquenta mil trabalhadores. Nos centros de ensino superior da URSS, no decurso de 1938-1939, estudaram mais de 600.000 indivíduos; nas escolas técnicas, mais de 950.000; nas escolas de ensino fabril e escolas profissionais, cerca de 250.000.

O pagamento por peça, na URSS, assegura um crescimento constante do salário dos operários em proporção ao aumento da produtividade do trabalho social. O aumento dos salários é também assegurado pelo facto de que o aumento da produtividade do trabalho não é acompanhado de um aumento proporcional das normas do mesmo, nem de uma queda em sua avaliação. Naturalmente, as normas de trabalho e a avaliação não permanecem invariáveis na URSS, pois que, nesse caso, qualquer crescimento da produtividade do trabalho em seu conjunto passaria a aumentar exclusivamente a capacidade de consumo dos trabalhadores. Nessas condições, não ficaria assegurado o aumento progressivo da acumulação e não seria possível conseguir a intensificação do ritmo da produção, o que se torna necessário para o mais rápido crescimento da riqueza social, para o fortalecimento da capacidade defensiva do país, para a passagem gradual a uma fase superior de desenvolvimento, isto é, quando o princípio de distribuição: "a cada um segundo o seu trabalho", possa ser substituído pelo princípio: "a cada um segundo as suas necessidades". Na União Soviética é levada a cabo, periodicamente, uma revisão das normas de trabalho e da avaliação do mesmo com o fim de adaptá-las às novas condições da produção, ao desenvolvimento da técnica, ao mais alto nível de assimilação desta, etc. São elevadas as normas de trabalho, mas em menor proporção que o aumento médio da produtividade do trabalho. Em 1940, por exemplo, na oficina mecânica da fábrica "Shevchenko" de Rarkov, ao ser feita a revisão das normas de trabalho, eram estas observadas numa média de 174 %. Depois da revisão, foram elas elevadas somente de 35 %. Na fábrica de confeitos "Outubro Vermelho" era observada a norma em uns 147,5 % no que se refere ao corte dos caramelos. Essas normas foram revistas e elevadas de uns 28 %. Dessa forma, foram assegurados os interesses do futuro

desenvolvimento da sociedade e, ao mesmo tempo, o aumento do salário e do nível de vida dos trabalhadores no presente.

Convém assinalar também que o crescimento da produtividade dos operários, na URSS, não pode provocar o desemprego. O sistema soviético de economia, planificado como é, exclui a possibilidade da superprodução e das crises. Mesmo no caso de ser elevado o nível de produtividade do trabalho, na economia socialista há sempre possibilidade de utilizar racionalmente todos os recursos de trabalho existentes uma vez que, em relação ao mercado de venda, as possibilidades de ampliação da produção são ilimitadas visto como o aumento constante do salário dos trabalhadores provoca uma procura cada vez maior de produtos. O aumento da produtividade do trabalho conduz não somente ao aumento do salário individual de cada trabalhador, mas também ao crescimento do fundo geral de salários. Verifica-se na URSS um aumento sistemático do número de trabalhadores. Assim, durante o período do segundo quinquênio (de 1933 a 1937), o salário médio anual dos operários e empregados em toda a economia nacional cresceu em uns 113,5 % e o fundo geral de salários dos operários e empregados em uns 151,2 %, uma vez que nesse mesmo lapso de tempo o número de operários e empregados aumentou em uns 17,6 %.

O pagamento progressivo por peça não se diferencia, em princípio, do pagamento direto por peça, podendo-se aplicar ao segundo processo tudo quanto foi dito em relação ao primeiro. Mediante o pagamento por peça progressivo, o operário recebe pelo seu trabalho, dentro dos limites da norma, uma quantia de acordo com a avaliação ordinária estabelecida e, pelo que faça acima da norma, uma certa quantia de acordo com uma avaliação superior, sendo esta tanto mais elevada quanto maior for a percentagem que supere a norma. Assim, no que diz respeito aos operários de toda uma série de profissões da indústria do carvão de pedra (carregadores, perfuradores e outros) foi estabelecida uma escala progressiva para pagamento do trabalho: no caso de superação da norma em 10 %, todo o trabalho realizado acima da norma é pago pelo dobro do normal; e pela superação da norma em mais de 10 % é tudo pago pelo triplo. O pagamento por peça progressivo cria, dessa maneira, um forte estímulo no sentido do aumento do trabalho, estímulo maior do que o pagamento por peça direto. Por isso, é ele aplicado preferentemente nos casos em que é necessário elevar rapidamente a produção em qualquer ramo da indústria e também nos casos em que há um novo recrutamento de operários, como meio de estímulo para que haja uma assimilação mais rápida da técnica da produção e para elevar a sua qualificação.

Mediante o salário fixo, a observação do princípio do pagamento proporcional ao trabalho é assegurado por meio da classificação dos diferentes tipos de trabalho de acordo com sua complexidade, dificuldade, importância para a economia nacional e para a defesa do país; e, por outro lado, com a classificação dos próprios trabalhadores segundo a sua qualidade. A classificação dos trabalhadores serve de base para a determinação de escalas diferenciais de salários correspondentes à execução de cada um deles; a classificação dos trabalhadores serve de base para

atribuir a êstes, ora êstes, ora aquêles trabalhos. Dessa forma, o pagamento do trabalho segundo um salário fixo, depende também da qualificação do trabalhador.

Um dos defeitos do salário fixo, sob o ponto de vista da observação consequente do princípio do pagamento proporcional ao trabalho, é que os trabalhadores que realizam um mesmo trabalho recebem o mesmo salário, conquanto a qualidade de cada um dos trabalhadores seja diferente.

Para a eliminação (ou pelo menos para a redução desse defeito) foram introduzidas várias modificações no sistema de salários fixos: 1) um mesmo trabalho pode ser realizado frequentemente por trabalhadores de diferente qualificação, como por exemplo: as conferências nos centros de ensino superior podem ser dadas por um professor ou por um ajudante, por um mestre de grande experiência pedagógica ou por um outro com pouca experiência. Uma vez que a qualidade do trabalho, nesses casos, é determinada em grau considerável pela qualificação do trabalhador, para os trabalhadores com um nível mais alto de formação, mais especializados e com maior experiência de trabalho é estabelecido um salário mais elevado, sob a forma de escala de tarifas mais altas (salário de funcionário), ou então sob a forma de uns tantos por cento diferenciados, como suplemento ao salário fundamental; 2) no processo da produção, há algumas formas de trabalho cujos resultados não podem ser submetidos a um cálculo imediato mas que, num certo grau, podem ser submetidos a um cálculo indireto. Por exemplo: a qualidade do trabalho dos engenheiros e dos técnicos, nas empresas, encontra sua expressão na proporção em que cumprem o plano de produção, na economia de matérias primas, de combustível, de energia elétrica, na redução do preço de custo da produção, etc. Dessa forma se consegue estabelecer uma certa correspondência entre o salário dos engenheiros, dos técnicos, bem como de outras categorias de trabalhadores e aos resultados da produção obtidos em seus respectivos sectores de trabalho, nos quais, ao lado de outros factores, ficou também demonstrada a qualidade de seu trabalho. Isso é conseguido mediante um sistema de prêmios concedidos segundo uma percentagem determinada sobre o salário fundamental, desde que seja obtido êste ou aquêle resultado acima da tarefa estabelecida pelo plano. Neste caso, o salário adquire a forma de prêmio-tempo. Assim é que, na indústria carbonífera da URSS, por exemplo, foram estabelecidos prêmios para os trabalhadores técnicos e engenheiros sempre que haja superação do plano de extração de carvão ou qualquer redução do preço de custo do mesmo em comparação com o previsto pelo plano, etc. Os diretores das minas, os engenheiros-chefes, os mecânicos-chefes, os chefes de sectores, seus ajudantes e os mecânicos de sector, recebem um prêmio de 10 % sobre o salário fundamental por cada superação do plano; por cada tantos por cento de redução no custo de produção, o prêmio é pago nas seguintes condições: ao pessoal de toda a mina e aos empregados dos trustes, 15 % do salário fundamental; e ao pessoal do sector, 5 %.

Conquanto o salário fixo de cada trabalhador não se encontre em relação direta com a produtividade de seu trabalho, uma vez que não é possível fazer um cálculo exato desta última, o nível médio do salário

fixo, na URSS, fica na dependência da produtividade do trabalho geral em medida não menor do que o nível médio do pagamento por peça; e, da mesma forma que este, cresce constantemente, pois, como já dissemos no princípio, o salário na URSS representa uma parte do produto social que se destina ao consumo pessoal dos trabalhadores e que é distribuído entre eles de acordo com seu trabalho; por esse motivo, na medida em que cresce a produtividade do trabalho social, esta parte aumenta cada vez mais em sua expressão absoluta. Assim sendo, os trabalhadores que recebem um salário fixo, têm um interesse material em concorrer para aumentar a produtividade social do trabalho e, em particular, em desenvolver a produtividade do trabalho nos sectores em que prestam seus serviços.

O princípio do pagamento proporcional ao trabalho é aplicado tanto nas empresas estatais como nos kolróses. Nestes últimos, o pagamento do trabalho não é realizado sob a forma de salário, mas sim sob a forma de *distribuição segundo os "dias de trabalho"*.

O "dia de trabalho" é a unidade de medida da quantidade e qualidade de trabalho dos kolrosianos; na base do cálculo dos "dias de trabalho" é que se realizam os labores do campo. O trabalho e o tempo necessários para a aradura de um hectare de terra é tomado como um "dia de trabalho". Para trabalhos mais ligeiros é contada uma quantidade, "inferior a um dia de trabalho" e para trabalhos mais complicados uma quantidade maior do que "um dia de trabalho".

Essa forma de pagamento segundo os "dias de trabalho" está condicionada ao caráter cooperativo da produção kolrosiana. Enquanto que o produto da empresa estatal é propriedade do Estado, o produto kolrosiano é propriedade do próprio kolroz. O salário dos operários e empregados das empresas estatais é retirado do fundo geral de salários do Estado, fundo esse distribuído planificadamente entre as diferentes empresas e instituições, proporcionalmente à quantidade de pessoal e ao nível de salários determinados para cada uma delas. O pagamento do trabalho dos kolrosianos é feito por conta da renda do respectivo kolroz e fica na dependência direta da magnitude dessa renda que só é determinada no fim do ano agrícola. Por isso, diferentemente das empresas estatais, onde os cálculos referentes ao salário são feitos de antemão, no kolroz só são realmente determinados no fim do ano, de acordo com os resultados do trabalho. Antes dessa ocasião, o cálculo do trabalho dos kolrosianos e do pagamento a eles atribuído só pode ser feito mediante uma medida geral condicional como é o "dia de trabalho". É também importante a circunstância de que a produção kolrosiana tem um caráter temporário e o pagamento do trabalho do kolrosiano não pode ser feito em partes regulares e iguais no decurso de todo o ano, uma vez que não somente o resultado geral da produção como também a medida da participação de cada kolrosiano no trabalho geral, são determinados no fim do ano agrícola.

Para o cálculo do trabalho do kolrosiano em "dias de trabalho" todas as atividades kolrosianas são classificadas, segundo o seu grau de complexidade, dificuldade e também segundo sua importância para a produção kolrosiana, em vários grupos; e, para cada aspecto ou tipo

de trabalho, é estabelecida uma norma diária. Pelo cumprimento da norma nos grupos mais inferiores, é atribuído ao kolrosiano "meio dia de trabalho"; para cada um dos grupos seguintes a avaliação do "dia de trabalho" (em caso de cumprimento da norma) é acrescido de 0,25 em relação ao grupo anterior. Se o kolrosiano supera a norma estabelecida, conta-se-lhe a parte correspondente segundo uma quantidade maior que um "dia de trabalho". Dessa forma, fica plenamente assegurado o pagamento proporcional ao trabalho, isto é, de acordo com a qualificação do trabalhador e com seu trabalho efetivo, bem como com a quantidade e qualidade do mesmo.

Outra particularidade distintiva no que se refere ao pagamento do trabalho nos kolroses, em comparação com as empresas estatais, é que o pagamento se realiza principalmente em espécie, enquanto que nas empresas estatais o mesmo é feito em dinheiro.

Dois circunstâncias facilitam a distribuição, em espécie, da produção entre os membros do kolroz: em primeiro lugar, o facto de que os kolroses produzem, numa escala considerável, produtos de consumo pessoal e justamente os mais necessários; em segundo lugar, o facto de que os produtos kolrosianos se caracterizam pela sua homogeneidade, e sua divisibilidade o que facilita a sua distribuição sob a forma de "dias de trabalho".

Visto como os kolrosianos, além dos produtos do campo, necessitam também de artigos industriais, o seu trabalho é pago, em parte, em dinheiro. O kolroz recebe esse dinheiro do Estado em troca dos produtos a ele vendidos bem como pela venda, no mercado, de uma parte de sua produção.

Além disso, os kolrosianos podem adquirir mercadorias industriais mediante o dinheiro conseguido na venda dos produtos que receberam a título de pagamento de seu trabalho (pelos seus "dias de trabalho") ou como resultado de seu trabalho na esfera particular.

De tudo quanto foi anteriormente exposto, resulta claro que não somente o resultado geral do trabalho do kolroz, mas também o volume da parte da produção que pode ser distribuída entre os membros do kolroz, tanto sob a forma natural como em dinheiro, só podem ser determinados no fim do ano agrícola. Só então é fixado o nível real do "dia de trabalho", que representa em si o quociente da divisão da quantidade total de cada um dos produtos a serem distribuídos e da soma total a ser distribuída sob a forma de dinheiro, pelo número real de "dias de trabalho" realizado por todos os kolrosianos.

Predomina nos kolroses o pagamento em relação ao trabalho, mas, em certa medida, é empregado o salário fixo. O pagamento por peça é empregado sob a sua forma direta e também progressiva, mas predominando a primeira. Além disso, nos kolroses é empregada uma forma especial de pagamento do trabalho (como estímulo) sob a forma de pagamento suplementar sempre que certos kolrosianos conseguem superar o nível de produção previsto no plano.



COMPRA E VENDA DA FORÇA DE TRABALHO

KARL MARX

Para extrair o valor de utilização de uma mercadoria, seria preciso que nosso possuidor de dinheiro tivesse a boa sorte de descobrir, na esfera da circulação, isto é, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso fôsse dotado da propriedade singular de ser fonte de valor, cuja utilização real seria, pois, realização objetiva de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado essa mercadoria particular: é a capacidade de trabalho, a força de trabalho.

Por potência ou força de trabalho entendemos o conjunto de tôdas as faculdades físicas ou intelectuais, existentes no corpo e na personalidade viva de um homem, que êle põe em ação sempre que produz valores de uso de qualquer espécie.

Mas, para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho sob forma de mercadoria, é preciso que certas condições sejam preenchidas. A troca de mercadorias implica apenas nas relações de dependência que decorrem de sua própria natureza. Nesta hipótese, a força de trabalho só pode figurar no mercado como mercadoria se fôr posta à venda ou vendida pelo próprio possuidor, pela pessoa de quem é a força de trabalho. Para que o possuidor a venda como mercadoria, é preciso que possa dela dispor e que seja, por conseguinte, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa (1). Êle e o possuidor de dinheiro encontram-se no mercado e entram em relações como possuidores completamente iguais, diferentes apenas pelo facto de um ser comprador e o outro vendedor, isto é, pessoas jurídicas do mesmo nome. Esta relação só pode durar com a condição expressa de que o proprietário da força de trabalho sempre a venda por tempo determinado. Com efeito, se a vende em bloco, de uma vez por tôdas, vende-se a si próprio, de homem livre torna-se escravo e, de possuidor de mercadoria, transforma-se em mercadoria. E' preciso que conserve sempre, no que se refere à sua força de trabalho, a relação do proprietário em face da propriedade, e, por conseguinte, a própria mercadoria. Ora, isto só é possível colocando, passageiramente e por tempo limitado, sua força de trabalho à disposição do comprador, a fim de que êste a use

(1) Nas enciclopédias consagradas à antiguidade clássica, encontra-se frequentemente a insensatez de que, no mundo antigo, o capital estava plenamente desenvolvido, à exceção de "que faltavam o operário livre e o sistema de crédito". O próprio Mommsen, em sua *História Romana*, comete, a êste respeito, uma série ininterrupta de equívocos.

como quiser. Não deve, porém, ao aliená-la, renunciar à sua propriedade (2).

Há uma segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho na qualidade de mercadoria: é preciso que o possuidor, em vez de poder vender mercadorias representativas de seu trabalho, ponha à venda a própria força de

trabalho, que só existe em seu corpo e em sua pessoa viva.

Quem quer que queira vender mercadorias distintas de sua força de trabalho, tem, naturalmente, necessidade de possuir meios de produção, por exemplo: matérias primas, instrumentos de trabalho, etc. Sem couro não se poderia fazer sapatos. Além disso precisa de alimento. Ninguém, nem mesmo um músico futurista poderia viver de produtos do futuro, nem, por conseguinte, de valores de uso cuja produção ainda está inacabada. E, como desde o primeiro dia de seu aparecimento na cena terrena, o homem é ainda obrigado a consumir diariamente, antes e durante a produção. Se os produtos são mercadorias, é preciso que sejam vendidos após a produção. Somente depois da venda é que podem satisfazer as necessidades dos produtores. O tempo necessário à venda soma-se ao tempo exigido para a produção.

(2) E' por isso que certas legislações fixam um máximo para o contrato de trabalho. Entre os povos em que o trabalho é livre, o código regula as condições de rescisão do contrato. Em vários países (em particular no México, e, antes da Guerra de Secessão, nos territórios arrebatados ao México, do mesmo modo que, até a revolução de Kusa, nas províncias danubianas), pelo menos na prática, a escravidão era dissimulada sob o nome de *peonagem*. Por adiantamentos em dinheiro, que devia pagar em trabalho e se perpetuavam de geração em geração, o trabalhador isolado e, mesmo sua família, tornavam-se de facto propriedade de outras pessoas e das famílias destas. Juarez havia abolido a *peonagem*. O pretense imperador Maximiliano restabeleceu-a com um decreto que, na Câmara dos Representantes de Washington, alguém estigmatizou muito justamente, qualificando-o de decreto que reintroduzia a escravidão no México. "No que se refere às minhas faculdades especiais, físicas e intelectuais, e às minhas possibilidades de atividade, posso, por tempo limitado, entregá-las à utilização de outrem, porque, nessa limitação, adquiro uma relação exterior com minha totalidade e minha generalidade. Alienando todo o meu tempo, representado por trabalho, e a totalidade de minha produção, entregaria a outrem minha própria substância, isto é, minha atividade geral, minha realidade, minha personalidade". (Hegel — *Philosophie des Rechts*, Berlim, 1840, pág. 104). Obs. do Trad.: *Peonagem* (em francês *péonage*; em inglês *peonage*) deve ser entendida como um sistema especial de contrato entre proprietários e jornaleiros, no qual estes são contratados aos magotes.

A transformação do dinheiro em capital exige, pois, que o possuidor de dinheiro encontre no mercado o trabalhador livre, e livre sob duplo ponto de vista. E' preciso, em primeiro lugar, que o trabalhador possa dispor, como homem livre, de sua força de trabalho como de uma mercadoria que lhe pertença. Em segundo lugar, é preciso que não tenha outra mercadoria para vender e que, livre, no mais amplo sentido de termo, não possua nada do que é preciso para realizar sua força de trabalho.

O possuidor de dinheiro não se interessa em saber por que o trabalhador livre se lhe oferece na esfera da circulação. Para êle, o mercado do trabalho é apenas uma secção especial do mercado das mercadorias. No momento, faremos como êle e admitiremos teòricamente um facto que êle admite praticamente. Um ponto está contudo, assentado.

A natureza não produz, por um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadoria e, por outro, simples possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não é baseada na natureza, nem é uma relação social comum a todos os períodos históricos. E', evidentemente, resultado de um processo histórico anterior, produto de numerosas revoluções económicas e do desaparecimento de tóda uma série de formas antigas da produção social.

As categorias económicas que examinamos atrás trazem, igualmente, seu cunho histórico. A própria existência dos produtos mercadorias implica em certas condições históricas. Para tornar-se mercadoria, o produto não deve ser produzido como meio de subsistência imediata do próprio produtor. Poderíamos ter ido mais longe, em nossas pesquisas, e perguntar-nos em que circunstâncias todos os produtos, ou, pelo menos, a maior parte, assumem a forma mercadoria. Neste caso, teríamos chegado à conclusão de que isso só acontece num modo especial de produção, a produção capitalista. Mas tal investigação não entraria na análise da mercadoria. A produção e a circulação das mercadorias podem processar-se, apesar de, em sua própria totalidade, os produtos imediatamente destinados às necessidades pessoais dos produtores não se transformarem em mercadorias e, por conseguinte, o valor de troca estar ainda muito longe do domínio da produção social, em tóda sua extensão e em tóda sua profundidade. O simples facto de dar ao produto a forma mercadoria supõe, na sociedade, uma divisão do trabalho suficientemente desenvolvida para que já exista a separação entre o valor de uso e o valor de troca, que começa apenas na troca direta. Ora, êsse grau de desenvolvimento é comum às formas económicas da sociedade historicamente as mais diferentes.

Se considerarmos o dinheiro, verificaremos que supõe certo desenvolvimento da troca das mercadorias. As formas particulares do dinheiro: simples equivalente de mercadoria, meio de circulação, meio de pagamento, tesouro e moeda universal, indicam, segundo a extensão variável e a preponderância relativa de uma ou outra dessas funções, graus muito diversos da produção social. A experiência mostra-nos que basta, entretanto, uma circulação relativamente restrita das mercadorias para fazer nascer tódas essas formas. Com o capital, porém, é diferente.

As condições históricas de sua existência absolutamente não se realizam pelo facto de circularem a mercadoria e o dinheiro. Para que ele apareça, é indispensável que o possuidor de meios de produção e de subsistência encontre no mercado o trabalhador livre, na qualidade de vendedor da força de trabalho. E somente esta condição histórica abrange todo um período da história. O capital anuncia, pois, desde seu aparecimento, uma nova época da produção social (3).

Devemos, agora, examinar mais detidamente esta mercadoria especial, a força de trabalho. Assim como todas as demais mercadorias, possui um valor (4). Como se determina esse valor?

O valor da força de trabalho é determinado, como o de qualquer mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à produção e, por conseguinte, à reprodução desse artigo especial. Como valor, a força de trabalho representa unicamente a quantidade determinada de trabalho social médio que nela se encontra realizado. E' apenas uma simples disposição do indivíduo vivo. A produção supõe, pois, a existência do indivíduo. Uma vez dada essa existência, a produção da força de trabalho consiste na reprodução ou conservação do indivíduo. Ora, para se conservar o indivíduo vivo é preciso certa quantidade de meios de subsistência.

O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho reduz-se, pois, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência. Noutros termos, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à conservação de seu proprietário.

Mas a força de trabalho só se realiza por sua manifestação exterior e só se exerce no trabalho. E este exercício, o trabalho, acarreta um dispêndio de certa quantidade de músculos, nervos, cérebro, etc., que é preciso restaurar. Este aumento da despesa exige um aumento da receita (5). Depois de ter trabalhando um dia, o proprietário da força de trabalho deve recomeçar no dia seguinte, nas mesmas condições de força e de saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente

(3) O que caracteriza, pois, a era capitalista é o facto de, para o trabalhador, a força de trabalho adquirir a forma de uma mercadoria que lhe pertence e seu trabalho assumir, pois, a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, é somente a partir desse momento que se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho.

(4) "The value or worth of a man, is as of all other things his price... that is to say, so much as would be given for the use of his power." (O valor de um homem, como o de todas as coisas, é seu preço... isto é, a soma que se precisa pagar para poder dispor de sua força). (Th. Hobbes — *Leviathan, in Works*, ed. Molesworth. Londres, 1839-44, vol. III, pág. 76).

(5) Na antiga Roma, o *villicus*, isto é, o feitor que dirigia os trabalhos agrícolas dos escravos, recebia ração menor porque seu trabalho era menos árduo do que o dos escravos. (Mommsen — *Röm. Geschichte*, 1856, pág. 810).

para manter no estado normal o trabalhador. Ora, as necessidades naturais (nutrição, roupa, aquecimento, moradia), diferem segundo as condições climáticas ou outras de cada país. Por outro lado, a extensão das pretensas necessidades indispensáveis, assim como a maneira de satisfazê-las, são produtos históricos e dependem, em sua maioria, do grau de civilização de um país e, sobretudo, das condições nas quais se constituiu a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências particulares (6). Ao contrário das outras mercadorias, entra, pois, um elemento histórico e moral na determinação do valor da força de trabalho, mas, num país e num período dados, a soma média dos meios de subsistência necessária é variável.

O proprietário da força de trabalho é mortal. Para que sua presença no mercado seja permanente, como supõe a transformação contínua do dinheiro em capital, é preciso que o vendedor da força de trabalho se perpetue, "como todo indivíduo vivo se perpetua, pela reprodução" (7). As forças de trabalho que o uso ou a morte arrebatam ao mercado devem, pelo menos, ser constantemente substituídas por igual número de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho compreende, pois, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que a raça desses proprietários especiais de mercadorias se perpetue no mercado (8).

Para modificar a natureza humana, de maneira a dar-lhe habilidade e mestria num gênero de trabalho determinado e dela fazer uma força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso certa formação ou educação que custa uma quantidade maior ou menor de equivalentes em mercadorias. Essa quantidade varia segundo o caráter mais ou menos imediato da força de trabalho. As despesas de aprendizagem (insignificantes, aliás, para a força de trabalho ordinária), entram, pois, no total dos valores despendidos para a produção da força de trabalho.

(6) Ver: *Overpopulation and its Remedy*. Londres, 1846, por W. Th. Tornton.

(7) "...in the way that every living individual perpetuates himself, by procreation." (W. Petty). (N. do Trad.)

(8) "Its (do trabalho) natural price... consists in such a quantity of necessities and comforts of life, as, from the nature of the climate, and the habits of the country, are necessary to support the labourer, and to enable him to rear such a family as may preserve, in the market, an undiminished supply of labour." (O preço natural do trabalho... consiste na soma das coisas necessárias ou úteis à vida, tal como exigem a natureza do clima e os costumes da região, suficientes para manterem o trabalhador e permitirem que constitua família, graças à qual o mercado conserva sempre a mesma quantidade de trabalho disponível). (R. Torrens: *An Essay of the external Corn Trade*. Londres, 1915, pág. 62). A palavra trabalho é aqui empregada abusivamente, ao invés de força de trabalho.

O valor da força de trabalho reduz-se ao valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Varia, pois, segundo o valor desses meios de subsistência, isto é, segundo a grandeza do tempo de trabalho preciso para sua produção.

Uma parte dos meios de subsistência, o que, por exemplo, concerne à alimentação, ao aquecimento, etc., é consumida todos os dias e deve diariamente ser substituída. Outras, como roupas, móveis, etc., duram mais e não precisam ser substituídas a não ser a intervalos mais longos. Segundo a espécie, compram-se e pagam-se as mercadorias diariamente, semanalmente, trimestralmente, etc. Mas qualquer que seja a repartição anual dessas despesas, devem ser compensadas com receitas diárias. Seja A a massa das mercadorias exigidas todos os dias para a produção da força de trabalho, B a soma semanal, C a soma trimestral, etc. A média quotidiana dessas mercadorais seria:

$$365 A + 52 B + 4 C + \text{etc.}$$

$$365$$

Admitamos que, nesta massa de mercadorias necessárias ao dia médio, haja seis horas de trabalho social. A força de trabalho representa, pois, diariamente, apenas meia jornada de trabalho social médio. Noutros termos, meia jornada de trabalho é requerida para a produção quotidiana da força de trabalho. Esta soma de trabalho constitui o valor de uma jornada da força de trabalho ou o valor da força de trabalho reproduzida todos os dias. Se meia jornada de trabalho social médio é igualmente representada por uma massa de ouro de 3 shillings ou de 1 escudo, segue-se que um escudo é o preço correspondente ao valor de uma jornada da força de trabalho. Se o possuidor da força de trabalho a oferece por um escudo, seu preço de venda é igual ao seu valor e, conforme nossa hipótese, esse valor é pago pelo possuidor de dinheiro, que visa a trans-

formação de seu escudo em capital.

O último limite, ou limite mínimo, da força de trabalho é constituído pelo valor da massa de mercadoria cujo suprimento quotidiano é necessário ao possuidor da força de trabalho, isto é, ao homem, para continuar a viver. E' constituído pelo valor dos meios de subsistência materialmente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho descer desse mínimo, descerá abaixo do valor real. Neste caso, a força de trabalho apenas vegetaria, e desenvolver-se-ia sob forma enfezada. Mas o valor de qualquer mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho exigido para que possa ser produzida em qualidade normal.

E' fazer sentimentalismo barato achar grosseiro êste modo de determinar o valor da força, apoiando-se na própria natureza do fenômeno, e fazer côro com Rossi em suas lamentações: "Conceber a capacidade de trabalho, fazendo a abstração dos meios de subsistência dos trabalhadores, durante o processo da produção, é conceber um fantasma. Quem diz trabalho, quem diz capacidade de trabalho, diz, ao mesmo tempo, traba-

lhadores e meios de subsistência, operários e salários" (9). Quem diz capacidade de trabalho não diz trabalho, do mesmo modo que quem diz capacidade de digestão não diz digestão. Para digerir, não basta, é sabido, ter bom estômago. Falando-se da capacidade de trabalho, não se faz abstração dos meios de subsistência necessários à sua existência. O valor destes últimos é, antes, expresso no valor da primeira. Não vendida, a capacidade de trabalho é inútil ao trabalhador e este apenas sente uma cruel necessidade física pelo facto de sua capacidade de trabalho ter exigido, para a produção, certa quantidade de meios de subsistência e continuar a exigí-los para a reprodução. Descobre então, com Sismondi, "que a capacidade de trabalho... não é nada se não fôr vendida" (10).

A natureza particular deste valor específico, a capacidade de trabalho, faz com que, à conclusão do contrato entre o comprador e o vendedor, seu poder de uso não passe realmente para as mãos do comprador. Como qualquer outra mercadoria, seu valor é determinado antes de entrar na circulação, já que uma quantidade determinada de trabalho social foi despendida na produção da força de trabalho, mas seu valor de uso consiste apenas na ulterior manifestação da força. A alienação da força e sua manifestação real, isto é, sua existência como valor de uso, não são, pois, simultâneas. Mas para as mercadorias (11), cuja alienação formal do valor de uso, pela venda, e entrega real ao comprador, não se fazem ao mesmo tempo, o dinheiro do comprador funciona, de ordinário, como meio de pagamento. Em todos os países onde predomina o modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga após ter funcionado durante o lapso de tempo fixado no contrato de compra, por exemplo: no fim de cada semana. O trabalhador sempre adianta, pois, ao capitalista, o valor de uso da força de trabalho; permite ao comprador con-

(9) "Concevoir la puissance de travail en faisant abstraction des moyens de subsistance des travailleurs pendant l'œuvre de la production, c'est concevoir un être de raison. Qui dit travail, qui dit puissance de travail, dit à la fois travailleurs et moyens de subsistance, ouvriers et salaires." (Rossi: *Cours d'Economie Politique*. Bruxellas, 1842, pág. 370).

(N. do Trad.)

(10) "...que la puissance du travail... n'est rien, si elle n'es pas vendue." (Sismondi: *Nouveaux principes*, etc., t. I, pág. 112). (N. do T.)

(11) "All labour is paid after it has ceased." (Todo trabalho é pago depois de terminado). (*An Inquiry into those Principles respecting the nature of Demand*). "Le crédit commercial a dû commencer au moment où l'ouvrier, premier artisan de la production a pu, au moyen de ses économies, attendre le salaire de son travail jusqu'à la fin de la semaine, de la quinzaine, du mois, du trimestre, etc." (O crédito comercial começa obrigatoriamente no momento em que o operário, o primeiro artesão da produção, pode, em virtude de suas economias, esperar o salário correspondente ao seu trabalho até o fim da semana, da quinzena, do mês, do trimestre, etc.) (Ch. Ganiilh: *Des Systèmes de l'Economie Politique*, 2.^a ed., Paris, 1821, t. I, pág. 150).

sumi-la antes de pagá-la; e dá crédito ao empregador. Este crédito não é uma quimera, como o provam, não somente a perda eventual do salário quando o capitalista entra em bancarrota (12), mas ainda uma série de outras consequências mais duráveis (13). A natureza da troca das

(12) "L'ouvrier prête son industrie; mais — acrescenta Storch, maliciosamente — il ne risque rien que de perdre son salaire...; l'ouvrier ne transmet rien de matériel." (O operário empresta sua habilidade; mas nada arrisca, a não ser a possibilidade de perder o salário... O operário não transfere nada de material). (Storch: *Cours d'Economie Politique*. Petersburgo, 1815, t. II, pág. 37).

(13) Vejamos um exemplo: "In London there are two sorts of bakers, the "full priced", who sell bread at its full value, and the "under-sellers", who sell it under its value. The latter class comprises more than three-fourths of the total number of bakers." (Há, em Londres, duas espécies de padeiros: os que vendem o pão pelo justo valor e os que o vendem abaixo desse valor. Estes constituem mais das três quartas partes do total dos padeiros). (Pág. XXXII: Relatório do Comissário do Governo, H. S. Tremenhoe, sobre as *Grievances complained of by the journeymen bakers*, etc., Londres, 1862). Estes últimos padeiros, quase sem exceção, vendem pão adulterado com misturas de alume, sabão, potassa, cal, gesso, ou outros ingredientes do mesmo gênero, igualmente agradáveis, são e alimentícios... (Ver o livro azul acima citado, bem como o relatório do *Committee of 1855 on the Adulteration of Bread*, e a obra do Dr. Hassall: *Adulterations Detected*). Sir John Gordon, declarou, diante do Comité de 1855 que "in consequence of these adulterations, the poor man, who lives on two pounds of bread a day, does not now get one fourth part of nourishing matter, let alone the deleterious effects on his health" ("em virtude dessas adulterações, o coitado que vive de duas libras de pão por dia não obtém sequer um quarto dos elementos nutritivos de que precisa, isto para não falar na ação nociva que esse pão exerce sobre a saúde"). Por que, porém, grande parte da classe operária, conhecendo perfeitamente essas adulterações, aceita apesar disso o alume, a cal, etc.? Porque, diz-nos Tremenhoe (lugar cit., pág. XLVIII), "it is a matter of necessity to take from their baker of from the chandler's shop, such bread as they choose to supply" (são forçados, pela necessidade, a aceitar dos padeiros ou dos varejistas o pão que eles oferecerem"). De vez que são pagos somente no termo da semana de trabalho, não podem "to pay for the bread consumed by their families, during the week, before the end of the week" ("pagar antes do fim da semana o pão que a família consumiu no decurso dela"). E Tremenhoe acrescenta, apoiando-se em depoimentos de testemunhas: "It is notorious that bread composed of those mixtures, is made expressly for sale in this manner." (É público e notório que tal pão é preparado muito especialmente para essa categoria de clientes"). Em grande número de distritos agrícolas da Inglaterra e, sobretudo, da Escócia, o salário é pago somente de quinze em quinze dias, ou, mesmo, mensalmente. Com esses

mercadorias é, entretanto, sempre a mesma, quer o dinheiro funcione como meio de compra, quer como meio de pagamento. O preço da força de trabalho é fixado por contrato, embora só seja realizado posteriormente, como o aluguel de uma casa. A força de trabalho é vendida, embora não seja paga no ato. Mas, para compreender melhor a relação, em toda a sua pureza, parece-nos útil supor, provisoriamente, que, no momento em que a vende, o proprietário da força de trabalho obtém, imediatamente, o preço fixado pelo contrato.

Sabemos, agora, como se determina o valor que o possuidor de dinheiro paga ao proprietário desta mercadoria particular, a força de trabalho. O valor de uso que o primeiro adquire na troca só se revela na utilização real, no consumo da força de trabalho. Todas as coisas necessárias a essa operação (matérias primas, etc.), o possuidor de dinheiro compra no mercado e paga pelo justo preço. O fenômeno do consumo da força de trabalho é, ao mesmo tempo, fenômeno da produção de mercadoria ou de mais-valia. O consumo da força de trabalho, como o de qualquer mercadoria, completa-se fora do mercado ou da circulação. Abandonemos esta esfera agitada; puramente superficial, perceptível a todos, e acompanhemos o possuidor de dinheiro e o proprietário da força de trabalho ao laboratório secreto da produção, sobre cuja portada se lê:

pagamentos espcieados, o operário agrícola é coagido a comprar as mercadorias a crédito, pagar preços mais elevados e ficar totalmente preso à casa que lhe dá crédito. Em Horningham, Wilts, por exemplo, onde o salário é pago por mês, o operário paga 2s 2d por medida de trigo, que, em toda a parte, aliás, custa apenas 1s 5d. (*Sixth Report on Public Health, by the Medical Officer of the Privy Council, etc.*, 1864, pág. 264). "The block printers of Paisley and Kilmarnock enforced, by a strike, fortnightly, instead of monthly payment of wages." (Os estampadores de Paisley e Kilmarnock, no oeste da Escócia, conseguiram, em 1853, através de uma greve, que o pagamento fosse feito quinzenalmente, ao invés de sê-lo mensalmente). (*Reports of the Inspectors of Factories for 31st October, 1853*, pág. 34). Encontramos ainda um belo espécime do crédito que o trabalhador dá ao capitalista no método de muitos proprietários de minas de carvão, na Inglaterra. Só pagam os operários no fim do mês, mas, entretanto, concedem-lhes adiantamentos, que consistem, muitas vezes, em mercadorias pagáveis acima do preço corrente (*Truck-system*). "It is a common practice with the coal masters to pay once a month, and advance cash to their workmen at the end of each intermediate week. The cash is given in the shop; the men take it on one side and lay it out on the other." (É uma prática habitual, entre os proprietários de minas de carvão, pagar apenas uma vez por mês e fazer adiantamentos aos operários no fim de cada semana intermediária. Este dinheiro, o operário devolve-o na loja, que pertence ao próprio patrão; em última análise, os operários recebem com uma mão o que entregam com a outra). (*Children's Employment Commission, III Report.*, Londres, 1864, pág. 38, n. 192).

“E’ proibida a entrada a quem não vier a negócio”. Lá veremos como o capital produz e como êle próprio é produzido. O mistério da criação da mais-valia vai ser, enfim, desvendado.

A esfera que vamos abandonar (da circulação ou da troca das mercadorias), no interior da qual se operam a venda e a compra da força de trabalho, é, com efeito, um verdadeiro Eden dos direitos inatos do homem. O que nela reina, é Liberdade, Igualdade. Propriedade e Bentham. Liberdade! O comprador e o vendedor de uma mercadoria (por exemplo: da força de trabalho), dependem unicamente de sua livre vontade. Assinam contratos na qualidade de pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades refletem uma expressão jurídica comum. Igualdade! Relacionam-se apenas como proprietários de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Cada um dispõe do que é seu. Bentham! Cada um se preocupa somente consigo. A única força que os reúne e relaciona é a de seus interesses e proveitos particulares, a de seu egoísmo. E’ precisamente porque cada um só se preocupa consigo, sem se importar com o vizinho, que todos, em virtude de uma preestabelecida harmonia das coisas, ou sob os auspícios de uma Providência maravilhosamente engenhosa, executam a obra do proveito recíproco, da utilidade comum, do interesse geral.

No momento de abandonar esta esfera da circulação simples, ou da troca das mercadorias, da qual o livre-cambista vulgar extrai todas as suas idéias, noções e também o critério para o julgamento da sociedade baseada no capital e no salário, podemos ver, parece-me, operar-se certa transformação na fisionomia das personagens do nosso drama. O antigo possuidor de dinheiro inicia a marcha como capitalista; o proprietário da força de trabalho segue-o na qualidade de trabalhador que lhe pertence; o primeiro mostra-se importante, exhibe um sorriso de alegria e parece muito ocupado; o segundo tem um ar tímido, aparenta resistir, como alguém que, tendo vendido a própria pele, nada mais espera do que o curtimento. (Karl Marx — *Le Capital*, págs. 189 a 204 — Alfred Costes, editor, 1930).

● ●

QUE SIGNIFICA A PEQUENA PRODUÇÃO — Em 1894, escrevendo contra os populistas, Lênin disse: “A pequena exploração, fracionária, individual, prende os lavradores em um lugar particular, desune-os, impede-os de apreciar sua solidariedade de classe, impede-os de unir-se e de compreender que a causa de sua exploração não é uma causa particular, isolada, mas sim todo o sistema econômico. O capitalismo em larga escala, ao contrário, rompe inevitavelmente todos os laços dos trabalhadores com a velha sociedade, em uma localidade particular e com um explorador particular; une-os, obriga-os a pensar e os coloca em condições tais que os capacita para começar uma luta organizada” (Lênin — *El desarrollo del capitalismo en Rusia*).

AS LEIS DA HISTÓRIA

ROGER GARAUDY.

A História é uma explicação do presente, formada pelos elementos do passado. A maneira de explicar o presente variou, evidentemente, segundo as idéias do homem sobre o mundo e sobre si próprio.

As primeiras obras históricas fornecem-nos o exemplo de uma concepção religiosa do mundo, que se impõe à História. Os antigos historiadores tratavam de justificar a ordem estabelecida, de divinizar o presente para eternizá-lo. A explicação do presente foi, portanto, nessa época, de ordem teológica.

Esse método de explicar a História, chamado "método apologético", dominou, mais ou menos sem contradita, desde Heródoto (484-425 antes de nossa era) — para quem o "ciúme dos deuses" provocava os acontecimentos humanos, até o século XVII, com o *Discurso Sobre a História Universal*, de Bossuet, que assim conclui sua obra:

E' assim que Deus reina sobre todos os povos. Não mais falemos de acaso. O que é certo, para nosso espírito incerto, é um designio premeditado para um espírito mais alto, isto é, um espírito eterno que reúne todas as causas e todos os efeitos numa só ordem. Dessa maneira, tudo leva ao mesmo fim.

Sob todas as formas por que se possa apresentá-lo esse método foi dominado por uma afirmação: um espírito comanda as coisas, as idéias comandam o mundo. Esta a afirmação fundamental do idealismo.

Essa concepção da História transforma-se com a idéia que o homem fazia do mundo e de si próprio.

Desde a época da Renascença, o homem se apercebeu de que fazia parte da natureza. Vemos isso estudando Descartes. O "método apologético" teve que recuar diante dos progressos das ciências e a idéia de que o futuro é determinado, visto que o mundo não muda, vai modificar-se. Desde o fim do século XVII, sabe-se que a natureza, considerada até então como imóvel, é estudada do ponto de vista do movimento: Kant, e depois Laplace, ensinam que o céu possui uma história. Os astros nascem, vivem e morrem. Os geólogos contam-nos a história da terra. A transformação da energia mostra-nos a matéria em perpétua metamorfose. Lamarck, e depois Darwin, provam que a vida é um processo de evolução. A natureza inteira move-se num fluxo eterno.

Nesse mesmo momento, a classe burguesa em ascensão utiliza, como uma arma, a idéia do movimento, para liquidar o direito divino da ordem feudal, que se pretendia eterno. Na realidade, o feudalismo vê as formas perfeitas no passado. Sua concepção de História é uma concepção teológica, apologética e idealista, em que vemos o espírito dirigir as coisas e os acontecimentos.

Visto que o mundo foi criado e que tudo na terra foi determinado, o futuro também é determinado e, por consequência, o estado de coisas existente não deve mudar. Eis porque encontramos na estrutura hierárquica do feudalismo o reflexo do método de pensamento de Aristóteles. contido e defendido na *Súmula* de Santo Tomaz de Aquino.

A primeira característica dêsse método é o princípio da identidade, pelo qual cada coisa deve ficar idêntica a si própria e vemos tôdas as idéias gerais se encaixarem umas nas outras, segundo os princípios da lógica de Aristóteles. Foi assim a hierarquia feudal concebida por essa imagem, seguindo essa quantidade de categorias, que se misturam umas nas outras pelo jôgo de relações precisas entre soberanos e vassalos.

Vamos, portanto, assistir, diante do progresso das ciências, a modificação dessa antiga concepção do mundo. A essa concepção estática do mundo sucedeu a do movimento, e *da concepção nova do mundo vai nascer a concepção nova das sociedades e da História.*

Enquanto isso, a burguesia, classe em ascensão e progressista, a quem o futuro é prometido, vai utilizar como uma arma a idéia do movimento para liquidar o direito divino da ordem feudal que se pretendia fôsse eterno.

As concepções históricas dos filósofos do século XVIII são, entretanto, limitadas por um ponto de vista de classe bastante estreito. Querem realizar uma sociedade "conforme à razão" e, por sua vez, consideram-na como eterna e perfeita, sem se aperceber de que a "razão" que concebem não é mais do que a expressão das aspirações burguesas do momento.

A classe burguesa vai, portanto, apoderar-se da idéia do movimento para combater o feudalismo, mas, vai, ela mesma, construindo essa sociedade "razoável", traçar-lhe os limites.

Contudo, para Diderot, para Condorcet, para todos os doutrinadores da burguesia revolucionária, o tipo ideal das sociedades não está atrás de nós, numa "idade de ouro" lendária, como pretendia a aristocracia feudal decadente (que vivia somente da nostalgia do passado), mas diante de nós: daí a fé no "progresso", característica das forças sociais que têm um futuro. Naturalismo e idéia de progresso definem a nova concepção do homem e do mundo. Esses princípios são a base dos sistemas históricos do século XVIII. Montesquieu é um precursor, analisando as causas da decadência dos romanos, êle se serve do passado para arrazar, *pela crítica*, a sociedade do momento. A crítica era já um método pre-científico. A História não depende da vontade de Deus, mas das condições físicas e geográficas.

As leis — diz Montesquieu no "Espírito das Leis", — *devem ser relativas à geografia do país, ao clima... à qualidade do terreno, à sua situação, à sua grandeza, ao gênero de vida dos povos: lavradores, caçadores ou pastores... Elas devem refletir a religião dos habitantes, suas inclinações, suas riquezas, sua densidade, seu comércio e seus hábitos, suas maneiras... E' de todos êsses pontos de vista que devem ser consideradas."*

Encontramos aqui essa lei de ação recíproca, que estudamos nas lições precedentes, a qual será resumida por Michelet, um século depois, no *Prefácio* de sua *História de França*, em 1869: “*tudo influi em tudo*”. Essa ação faz da História um conhecimento experimental, ligando-a à natureza. A História é a natureza continuando, com o homem, sua criação. Esse método crítico dá à História um *valor de combate*. Liquidada a velha concepção das leis de “instituição divina” (Décálogo de Moisés, Constituição de Solon, monarquia de direito divino...)

Assim, o movimento passou das ciências da natureza para as ciências sociais: *a História tornou-se científica, quando a ciência se tornou histórica.*

Quais foram as condições para que a História se tornasse uma ciência?
Toda ciência apresenta duas características:

- 1) Estabelece as leis que presidem os fenômenos.
- 2) Examina e domina os fenômenos e cria uma técnica.

A. História obedece realmente a leis gerais? Montesquieu, na obra já citada, demonstrou com perfeita clareza:

Há causas gerais que agem em cada monarquia, a elevam, a mantêm ou a derrubam; todos os acidentes são submetidos a essas causas; se o acaso de uma batalha, isto é, uma causa particular, arruinou o Estado, havia uma causa geral que fazia com que esse Estado devesse perecer por efeito da única batalha.

A derrota na batalha de Waterloo, por exemplo, teve múltiplas causas. Uns dirão que nesse dia chovia e que a cavalaria não pôde manobrar como devia (causa meteorológica); outros dirão que o gênio do imperador já não era tão grande, que suas decisões já não eram claras (causas psicológicas); outros ainda falarão da falta de confiança de seus generais (causas sociológicas); e poder-se-ia citar ainda outras causas econômicas, políticas, etc.

Cada acontecimento é um “nó” de causas de natureza diversa. Só é possível estabelecer leis se existe um fator determinante de evolução das sociedades ou se o conjunto das condições está hierarquizado.

Qual pode ser esse fator determinante?

O meio geográfico? Vimos que isso não basta, porque as mudanças da sociedade se realizam mais depressa do que as mudanças do meio geográfico; dois ou três regimes se sucedem num mesmo território, de características constantes.

A densidade demográfica? Vimos também que uma densidade maior de população não cria necessariamente um novo regime.

A causa determinante que procuramos não será o modo de produção das condições materiais da vida? Sim. *Esse o ponto de encontro do homem com a natureza.* Ele compreende:

1. As forças produtivas (instrumentos de trabalho e o homem), que exprimem o comportamento dos homens diante das forças da natureza.

2. As relações de produção. Em sua luta contra a natureza, os homens produzem por grupos; associam-se e entram em ligação uns com os outros (relações de dominação, de colaboração, etc.).

Na produção — diz Karl Marx — os homens não agem somente sobre a natureza, mas também uns sobre os outros. Só produzem colaborando, de maneira determinada, trocando entre si suas atividades. Para produzir, entram em relação e em ligação determinadas uns com os outros, e é somente no limite dessas relações e dessas ligações sociais que se estabelece sua ação sobre a natureza, que se faz a produção.

O modo de produção assim definido por um certo estado da técnica (forças produtivas) e um certo regime da propriedade (relações da produção), transforma-se sem cessar e promove a mudança de todo um regime social: tal modo de vida implica em tal modo de pensamento.

Uma modificação no estado da técnica (das forças produtivas) modifica o regime da propriedade (relações da produção). Mas há uma ação recíproca: certas relações de produção entravam o desenvolvimento das forças produtivas.

Gradualmente, a organização política, a ética moral e religiosa das sociedades dependem, essencialmente, de seu modo de produção.

No ponto de encontro do homem com a natureza, determinado pelo modo de produção, constatamos que esse “nó” de causas determinantes obedece a grandes tipos de leis históricas, que são:

1. Tipos de leis de correlação.
2. Tipos de leis de desenvolvimento.

Como estão ligadas entre si as causas determinantes, que nos fazem dizer que “a economia é o motor da história”?

Sabemos que a civilização começa quando o trabalho substitui a colheita daquilo que é espontaneamente fornecido pela natureza (colheita, caça, pesca), quando, por consequência, a vida sedentária sucede à vida nômade. As consequências dessa fixação ao solo, pela descoberta da criação de animais e da agricultura, são um desajustamento de toda a condição humana; a estrutura inteira da sociedade vai-se transformar em função de sua nova economia.

Foi no Egito, na Mesopotâmia, na Índia, na China, nesses grandes berços da civilização, que as melhores condições se verificaram.

Nesses quatro casos encontramos os mesmos factores.

Nos grandes rios: Nilo (Egito), Tigre e Eufrates (Mesopotâmia), Indus e Ganges (Índia), Hoang-Ho ou Mar Amarelo (China).

A) Planícies aluvianas, cujo solo é particularmente fértil e onde o problema de irrigação (diques, reservatórios, canais) estimula a cooperação dos grandes grupos humanos cada vez maiores (formação dos primeiros grandes Impérios) e uma divisão do trabalho cada vez mais avançada.

B) Meios de comunicação facilitados (transportes por água, navegação fluvial), que são um factor decisivo de unificação social e política.

Escolheremos como exemplo o Egito, primeiro porque sua história nos é mais acessível e mais bem conhecida, depois porque sua evolução, pelas razões que mais adiante exporemos, está mais diretamente ligada às formas históricas ulteriores da economia.

O Nilo, grande rio de enchentes periódicas, criou condições excepcionais de fecundidade. Mas o solo teve de ser disputado às águas e traba-

lhado para a construção de obras que exigiram uma forte coordenação entre a direção e a mão de obra abundante.

Isso nos permite ressaltar o facto econômico fundamental: quem possui os meios de produção, isto é, a terra, os diques, as barragens, os reservatórios do Nilo?

Muito cedo ainda (no sexto milênio antes de nossa era), já uma vasta rede humana cobria os vales; cada aglomeração organizou, de início, para suas próprias necessidades, pequenos domínios que, no correr dos séculos, se foram ligando entre si. A necessidade de um plano de conjunto para dirigir o Nilo levou à formação de um Império, cujo chefe, o Faraó, dirigia a vida material e a coesão do Egito. A disciplina do trabalho agrícola exigiu uma autoridade capaz de coordenar os trabalhos de homem para homem e de cidade para cidade. A unidade política resulta de uma necessidade econômica, porque permite estabelecer um plano de conjunto para a irrigação e as culturas e uma necessidade militar para defesa contra os nômades que, descendo das chapadas se apoderavam das boas terras.

O poder do chefe, que dirige os trabalhos agrícolas e governa os homens, e o poder do sacerdote, que comanda as forças invisíveis, associaram-se na noção dos deuses-reis e dos reis-deuses, que define o Faraó.

Assim, sobre a base agrícola, levantou-se uma estrutura social, política e religiosa.

O Faraó, chefe de Estado, possui o direito sobre todas as terras: ele divide o país em províncias (distritos), confiando sua administração a funcionários que procurarão sempre tornar-se independentes e transmitir hereditariamente seus poderes para constituir uma aristocracia feudal; só o conseguirão nos períodos de decadência, porque uma monarquia centralizada é uma condição de saúde política e econômica do Egito, pelas razões técnicas que já definimos: a necessidade de um sistema único de irrigação exige um poder central forte e um trabalho coletivo. A fragmentação feudal sempre foi frágil no Egito porque significava ruína.

Em resumo, o Egito era dividido em duas classes sociais:

a) os trabalhadores do campo;
b) a aristocracia dos funcionários e dos intelectuais que detêm e escondem os segredos técnicos da produção. (Essa casta de intelectuais é característica das grandes civilizações agrícolas: escribas do Egito, sacerdotes, advinhos da Caldéia, brahmanes hindús, mandarins chineses).

O Estado, cuja autoridade se exerce em benefício da classe dominante, é representado por um soberano absoluto, que desempenha dois principais papéis:

1. Assegurar a continuação do sistema de irrigação.
2. Assegurar a manutenção da classe dominante, estabelecendo um tributo sobre o trabalho dos camponeses: no Egito, antes da invasão dos hyksos, a quarta parte das colheitas era deixada para os trabalhadores; o resto destinava-se a remunerar o pessoal dirigente e a aristocracia não produtora.

A unidade econômica e política do Egito era, pois, fundada sobre o Nilo. Mas o uso do rio, como meio de comunicação, determinava o desen-

volvimento dos transportes por água e isso formava a base de uma nova etapa histórica, a nova etapa determinada pela navegação marítima, a extensão da civilização para outros rumos.

Vemos nesse exemplo, que nos explica as leis de correlação, as necessidades técnicas, a criação de um sistema de irrigação único, exigirem um poder central forte, personificado pela monarquia, que detem e esconde os segredos da técnica da produção. Isso permite-lhe comandar, de um lado, a natureza, de outro lado, os homens.

O rei (o Faraó) é Deus. Deus é o rei que prevê, que age.

Outro exemplo: enquanto não apareceu a manufatura e os antigos meios de produção, os instrumentos, continuaram como propriedade do trabalhador, enquanto o trabalho continuou em sua forma artesã, a ordem política não mudou. Mas, quando a produção muda, quando novas forças produtivas atingem a maturidade e se passa da produção artesã para a produção manufatureira, então as relações da produção, isto é, o regime de propriedade imposto pelas formas políticas antiquadas, têm de ser liquidadas pela ação das novas forças. Os servos devem ser libertados para entrar nas manufaturas, devem ser liquidados os grandes latifúndios, as normas do artesanato, que eram entraves ao desenvolvimento das manufaturas, devem desaparecer.

Aí está um segundo exemplo dessa lei de correlação.

Quanto à lei de desenvolvimento, nós a formularemos dizendo que se verifica um salto na História quando o regime da propriedade se torna um obstáculo ao desenvolvimento da técnica. A evolução econômica torna, então, necessária uma revolução social. Tomemos um exemplo moderno. Já vimos que a concepção do regime da propriedade evoluiu depois do feudalismo, quando a terra pertencia a vários proprietários. Essa forma de propriedade era um obstáculo ao progresso e por isso foi liquidada. Vemos, hoje, que a forma da propriedade burguesa se tornou, por sua vez, um obstáculo ao progresso. Realmente, essa forma de propriedade individual, que leva o proprietário dos meios de produção a produzir, não para sua necessidade, mas para ganhar dinheiro, leva-nos a sofrer essas crises que começam por destruir os produtos quando a imensa maioria dos homens deles tem necessidade. Foi o que vimos antes da guerra (leite, trigo, vinho, etc.). E depois chega-se até à destruição das próprias máquinas. Foi assim que vimos, por exemplo, no Norte, serem destruídas máquinas de tecer e serem compradas as patentes de invenção de outras novas máquinas que permitiriam produzir cada vez mais, porém que aumentariam o marasmo dos negócios individuais.

Vemos, portanto, que o regime de propriedade é um obstáculo ao progresso. As soluções propostas são de duas espécies: 1.º) o fascismo, que quer manter esse regime entre regras estreitas e reacionárias, com seu corolário: a guerra ou a destruição, oferece uma pretensa solução provisória às crises; ou, 2.º) ajustar a produção às necessidades.

Esta segunda solução exige uma transformação total do regime de propriedade, porque não se pode realmente controlar a produção para colocá-la em relação com as necessidades se se deixar os meios de produção, as máquinas, as usinas, nas mãos de indivíduos, cuja única finalidade é ganhar dinheiro.

A evolução econômica torna, portanto, indispensável, uma transformação social.

O progresso histórico realiza-se, assim, dialéticamente, isto é, por efeito das contradições, dos conflitos entre as forças produtivas e as relações da produção. Como dizia Heráclito: "*A contradição é o que empurra para a frente*". "*O desenvolvimento*, dizia Lênin, *é a luta dos contrários*".

A luta é, portanto, a mesma em todas as coisas: luta entre as forças contrárias que se defrontam. E é dessa luta que sai o progresso. A História, obedecendo a certas leis, permite a previsão e, depois, a ação. A História não pode ser uma ciência senão com uma segunda condição: ela deve dominar os fenômenos que estuda e criar uma técnica eficaz. E é aí que intervém o papel do indivíduo e do pensamento. A História permite realmente constituir-se uma técnica eficaz. Não nos permite somente interpretar o *presente*, mas também transformá-lo.

A ciência física fundamenta a técnica do engenheiro.

A ciência biológica fundamenta a técnica do médico.

A ciência histórica fundamenta a técnica do legislador e do político.

Estamos longe daquele fatalismo sistemático, pelo qual os adversários do materialismo histórico querem somente ver o homem sofrendo, com todas as suas conseqüências e suas determinações, as condições materiais da existência.

Faz-se História obedecendo às leis da História, mas é preciso conhecer essas leis e saber manejá-las. Se sairdes por uma estrada com um automóvel, do qual não conheceis o mecanismo, certamente não andareis muito e açabareis num desastre. Ignorando inteiramente o funcionamento de um motor, não podereis fazê-lo andar, ao passo que um mecânico que conhece sua profissão afastará as causas de desastre e consertará o motor, se necessário. Não são as preces e as orações que podereis fazer sôzinhos, numa estrada, que farão andar vosso automóvel. Assim, não são as orações e as preces utópicas que farão o mundo evoluir. E', num caso como no outro, o conhecimento das leis. O homem só exerce uma ação eficaz sobre o movimento histórico tendo consciência das leis de seu desenvolvimento. Uma vez mais, segundo o axioma do velho Bacon, *Só se comanda a natureza obedecendo às suas leis*.

O grande homem é aquele que toma consciência do movimento geral de sua época e se coloca em posição de impulsionar o movimento histórico.

Alguns exemplos:

Carlos Magno, concluindo o edifício feudal.

Gregório XII, edificando o cristianismo.

Lutero, afirmando o despertar da burguesia e das nações.

Richelieu, trabalhando pela unidade francesa.

Robespierre, realizando essa unidade.

Napoleão, realizando o advento da burguesia.

Lênin, realizando o domínio do proletariado.

E' preciso homenagear os homens que obedeceram às leis da História.

Se essas personalidades não tivessem existido, a História teria percorrido a mesma trajetória, porém com um ritmo mais lento.

Se nada conheceis de mecânica e pretendeis demonstrar um motor ireis com certeza quebrá-lo — pode-se quebrar um motor como se pode quebrar a marcha da História —, mas com a diferença de que o motor vai parar, ao passo que a História não para, mas sua marcha para a frente é retardada. Lênin, em seu livro *Imperialismo, última etapa do capitalismo*, prevê o fascismo e o hitlerismo, e está certo de que essa forma de opressão retardará a marcha da História.

Mas, se se pode retardar o ritmo da História, não se pode paralizá-lo, do mesmo modo que não se pode, conhecendo as leis da História, dar-lhe contra-marcha, fazê-la mover-se contra a corrente. Pode-se somente retardar sua marcha, porém ela se desenvolve no tempo, impelida, como é, pelas suas forças internas, pelas suas forças contraditórias, que se chocam e criam o movimento, indiferente ao pensamento dos indivíduos.

O papel dos homens é, assim, mobilizar, organizar as forças já existentes, para acelerar o ritmo da necessária evolução e das necessárias revoluções.

Eis o papel que o materialismo dialético dá ao indivíduo e ao pensamento. Em lugar de tornar-se escravo das forças e das necessidades materiais, como pretendem os adversários do marxismo, ele faz avultar o papel do homem, exige-lhe a formação de uma consciência lúcida e clara para permitir-lhe organizar essas forças, acelerar o ritmo das necessárias transformações.

Esse método condena, irremediavelmente, os utópicos. O mundo não evolui segundo nossos sonhos e nossos desejos, mas segundo suas leis imanescentes.

O realismo do método científico obriga-nos a ver o mundo como um conjunto de forças. O estudo de suas relações, de seus equilíbrios, de suas evoluções e de seus resultados é um problema científico.

Precisamos, portanto, organizar essas forças, e é organizando as massas, fazendo penetrar nelas a consciência de sua força (e é esse o nosso trabalho prático), que "a humanidade sairá do reino do fatalismo para entrar no reino da liberdade" (Engels).



PRINCÍPIOS BOLCHEVIQUES — "Os princípios de organização do bolchevismo são o instrumento de realização de um programa e de uma tática revolucionários conseqüente, porque um programa revolucionário não pode ser convertido em realidade sem uma organização férrea, centralizada." (A. Idánov — *Informe ao XVIII Congresso do P.C. (b) da URSS* — Moscou, 1939, Ediciones en lenguas extranjeras, pág. 6.)

Para Compreender e Interpretar Marx por Sidney Hook

CAPÍTULO VIII

O MARXISMO COMO MÉTODO

Que faremos em face dessas interpretações contraditórias de Marx, assinaladas nos nossos artigos anteriores? Acrescentaremos outra? Quem será capaz de escolher entre elas? Por que, então, não considerar essas teorias como uma seqüência de doutrinas mais ou menos ambíguas e que exerceram grande influência sobre os homens porque justificavam o que eles queriam fazer de qualquer modo? Semelhante procedimento não poderia explicar porque se recorre às doutrinas de Marx e não às de Saint-Simon, Proudhon ou Bakúnin. Deve ter havido, pelo menos, certos aspectos de Marx que se prestavam a essas diversas interpretações. A nosso ver, tôdas as opiniões atrás consideradas (e só examinámos as mais importantes) são, com exceção da de Lênin, acentuações unilaterais de certas fases do pensamento de Marx e incapazes de apreciar a natureza de seu método dialético.

Considerando o método de Marx como a chave de suas doutrinas, vamo-nos achar apoiados pelas interpretações críticas em voga, cujo traço saliente é o fato de sustentarem, antes de tudo, que as doutrinas de Marx são contraditórias (1). A teoria de Sombart sobre as *duas almas* de Marx — o pensador e o homem que odeia, — nasceu dessas contradições aparentes; e a concepção ainda mais espalhada de Marx à *Doutor Jekyll e Mr. Hyde*, — o revolucionário profissional e o metafísico confuso. Mas, dessa maneira, esquece-se a preocupação metodológica mais elementar. A completa significação de uma doutrina não deve ser procurada somente numa análise formal de textos isolados. Deve ser também deduzida pelo confronto desses textos por analogia dos pontos de vistas e das opiniões aos quais se opõem. Como o sentido de uma proposição se torna mais claro quando formulamos a proposição contraditória exata, da mesma forma a significação do pensamento de um homem

(1) E' fora de dúvida que, consideradas sem levar em conta o método que ilustram e o contexto histórico nos quais nasceram, essas doutrinas parecerão realmente contraditórias.

torna-se mais evidente quando conhecemos as doutrinas às quais ele se opõe. Se as doutrinas que ele combate se opõem também uma à outra, podemos esperar que os pontos aceitos por umas sejam empregados contra as outras. Se o crítico não tem uma idéia clara das posições atacadas, corre o risco de converter a acentuação relativa de circunstâncias diferentes em contradições absolutas. Isso se verifica em todos os "aniquilamentos críticos" de Marx de que tenho conhecimento.

Marx chega a uma consciência crítica de si mesmo lutando com as diferentes tradições e atitudes intelectuais de sua época. Não escreveu manuais enchendo-os de verdades congeladas. Seus trabalhos eram programas de ação e suas análises um método de iluminar o caminho da ação. Nenhuma de suas obras pode, portanto, ser tomada sem a compreensão das posições opostas, às quais ele se referia implícita ou explicitamente. Contra o idealismo de Bruno Bauer e dos seus amigos Jovens Hegelianos, Marx emprega a tese materialista. Contra o materialismo passivo de Feuerbach, Marx defende os princípios de ação e de influência recíproca de importância central na dialética hegeliana. Contra o fatalismo, tanto do idealismo absoluto como do materialismo "vulgar" (reduutivo), Marx proclama que os homens fazem sua própria história. Contra os revolucionários de palavra, ele acrescenta que a história é feita em condições definidas e limitadas. É tão fácil caracterizar o método de Marx como completamente hegeliano porque ele atacou as afirmações do empirismo atômico, como acusá-lo de ser um materialista "sem alma", porque procurou uma explicação para a causa dos valores. Aos "verdadeiros socialistas", que tentavam iniciar um movimento de reforma social na base de princípios éticos absolutos, como "o amor social" e a "justiça", Marx declara que todo movimento social realista deve ser um movimento de classe.

Aos sindicalistas puros, que lutavam a favor de "um justo salário diário para um justo dia de trabalho", diz que toda a luta de classes é também uma luta política. Revela que a glorificação feita por Stirner do egoísmo empedernido com suas perpétuas declinações de "eu, eu, sempre eu" não é mais do que o mecanismo de defesa social de uma alma pequeno-burguesa que deseja salvar o "seu". Contra a escola clássica da economia, que considerava suas categorias econômicas como válidas para todo o sistema histórico, sustenta que as categorias econômicas não eram idéias platônicas e sim tão contraditórias quanto as relações históricas que exprimem. Contra a escola histórica da economia, justifica a necessidade de analisar a estrutura na sua origem. Em oposição ao ideal anarquista de uma descentralização completa, defende o princípio da autoridade. Ao culto do Estado de Lassalle, opõe a idéia do seu desaparecimento definitivo. E criticou tanto o oportunismo pequeno-burguês da direita quanto o sectarismo de extrema-esquerda de Most e Bakunin. Os críticos, que deram tal importância às posições contraditórias de Marx, nunca tentaram encontrar um ponto de vista do qual pudesse perceber que essas pretensas contradições não eram mais que aplicações dos mesmos princípios e dos mesmos desígnios a situações históricas diferentes.

Essas situações históricas, tanto quanto os mais amplos horizontes sociais em face dos quais Marx formulou seus problemas, não podem ser tratados aqui. Uma exposição completa do pensamento de Marx deveria incluí-los paralelamente com uma narrativa das transformações industriais, dos movimentos políticos de massas e dos desenvolvimentos culturais de sua época. Somente então aplicaríamos o método histórico de Marx à própria obra de Marx (2). Mas, apesar disso, os traços diferenciadores do pensamento de Marx seriam apenas postos em evidência, porque, na época em que ele viveu, outros pensadores existiram, dos quais ele foi radicalmente diferente. São, acima de tudo, esses traços diferenciadores que quero discutir.

Admitindo, então, que, para compreender completamente Marx, é necessário explicar o ambiente cultural e material que o cercava, que falta conhecer nele? Evidentemente suas intenções, suas reações a esse ambiente e o interesse lógico do seu pensamento quando ele o analisava. Porque só podemos conhecer suas formulações em função das suas intenções. O fim da atividade intelectual de Marx era a destruição revolucionária da ordem existente. Isso era visível em toda a extensão das suas obras. Mesmo seus tratados econômicos, tão eruditos, não enganaram os representantes acadêmicos da autoridade constituída, tão suscetíveis de fazer perder toda veleidade revolucionária a qualquer um dos discípulos declarados. Pode-se ouvir a voz do próprio Marx, nas palavras pronunciadas em sua honra por Engels no cemitério de Highgate, em 1883: "Marx era, antes de tudo, um revolucionário". E foi como revolucionário que abordou os problemas teóricos na sociologia, na economia, na filosofia. Para ele, estavam em primeiro lugar os problemas teóricos da revolução social (3). As ciências sociais não podem estar isentas de pressuposições. Escondidos no seu seio acham-se certos valores irredutíveis ou *Stellungsnachmen* (tomadas de posição), que estão indiscutivelmente condicionados pela situação social e pelo equilíbrio de

(2) Um passo interessante nessa direção foi dado por Mehring na biografia: *Karl Marx, Geschichte seines Lebens*, Berlim, 1919; por Gustav Mayer em *Friedrich Engels*, Berlim, 1919; por Mehring e Beer, nas suas *Histórias do movimento socialista*; e por Riazanov, no seu *Marx e Engels*. (Éditions Françaises, Bureau d'Édition, Paris).

(3) Que a intenção de Marx era realmente definir os problemas que se apresentavam na sua frente e não um detalhe psicológico extemporâneo está suficientemente provado pelo método com o qual ele e Engels avaliavam a importância das teorias sociais dos seus adversários; em primeiro lugar, por sua influência provável na formação das organizações políticas revolucionárias; em segundo lugar, pela sua independência com relação a esse "humanitarismo confuso", que tendia a afastar essas organizações da ação militante. Como exemplo, com relação à influência desorganizadora de Feuerbach, consultar *Briefwechsel zwischen Marx und Engels* vol. I, ed. Mehring, p. 7, 24, 45-48, e *Die deutsche Ideologie*. Para a influência perigosa de Grün e Proudhon, *Ibid.*, I p. 40-42.

fôrças das classes existentes numa época determinada, mas não podem ser logicamente deduzidas destas últimas. Toda ciência social é, também, uma ciência de classe e o que Marx entende por ciência não é o que o mundo de hoje compreende por essa palavra, mas uma *crítica baseada nas tendências observáveis do desenvolvimento social*. —

A aproximação científica da sociedade leva à aplicação contínua de ideias aos funcionamentos de instituições e à experiência contínua desses ideais pelas consequências sociais de suas aplicações. Marx considerava os que se limitavam a uma descrição objetiva do curso da vida social, excluindo toda a noção “do que deveria ser”, como *apologistas* da ordem existente e dos ideais realizados nas instituições sociais. E considerava como utópicos os que erigiam seu “deveria ser” em imperativo categórico, independentemente das condições restritivas da situação histórica existente. Marx só se mostrava objetivo nas suas investigações à proporção que tirava conclusões justas e corretas das suas premissas. Não escondia seus interesses e suas inclinações, — ao contrário, utilizava-os para revelar mais eficazmente os interesses dos que faziam alarde de um culto de imparcialidade. Veremos de que maneira era possível a Marx proclamar que sua posição não era imparcial, mas que, não obstante, era objetiva. O que motivava o sentimento revolucionário de Marx não lhe era mais pessoal do que o seu meio social. Numerosos contemporâneos seus, seja entre os utópicos (Owen), seja entre os reacionários (Lorenz von Stein), sentiam a pressão de um problema que era sensivelmente o mesmo. Seu fim — a revolução social — era o fim comum de grande número de exilados alemães, franceses blanquistas, poloneses e russos expatriados. Para alguns deles, era uma religião, comparada à qual a fé de Marx pareceria fraca. Esta não era a finalidade de alguns indivíduos, mas a de uma classe inteira. Que é que diferenciava, então, o pensamento de Marx, senão os problemas, as intenções ou as conclusões do homem? O que é característico do pensamento de Marx, segundo me parece, é o *método dialético* pelo qual ele chegava a resolver seus problemas e atingir seus fins (4).

Diferenciar entre o método dialético de Marx e suas conclusões não quer dizer que estas sejam erradas e examinar o método dialético de Marx não faz supor que ele seja um instrumento abstrato. Em cada ocasião especial em que ele é aplicado, o fim especial de Marx participou. Não obstante, é possível descrever o caráter geral do método e indicar suas múltiplas aplicações filosóficas e sociais.

(4) “Considero a elaboração do método, que se acha na base da crítica da economia política por Marx, como um resultado pouco menos importante do que a concepção materialista da história.” (Engels — *Resumo da Introdução à Crítica da economia política*, de Marx, reimpressa em Feuerbach, ed. Les Revues, pág. 135). O método abstrato, modificado pela descrição histórica que Marx emprega na sua análise econômica, não é mais do que uma aplicação específica do método dialético.

ASPECTOS DE ALGUNS PROBLEMAS AGRO-PECUARIOS NO BRASIL

Excertos da aula inaugural proferida na Universidade Rural no dia 1 de Março de 1947, pelo Prof. Dr. Octavio Dupont.

Poucas semanas após a nossa chegada ao Brasil, em 1912, atendendo a um convite para visitar a fazenda do Dr. Eduardo Cotrim, grande estudioso dos problemas agro-pecuários daquela época, subimos, pela primeira vez, a Serra do Mar em direção a Campo Belo, pela E. F. C. B. O abastado fazendeiro gastara grandes somas na importação de gado Red-Lincoln, procurando aclimatá-lo e promover a sua adaptação ao nosso meio, que lhe não foi favorável. Definhando através das sucessivas gerações, o referido plantel foi desaparecendo aos poucos, como tantos outros, devido à hostilidade do meio e pobreza das pastagens.

A primeira subida lenta da Serra do Mar, com seus numerosos túneis, deixou-nos apreensivo: a prosperidade econômica das nações está, em grande parte, ligada à sua topografia. A Serra do Mar (quase impenetrável em muitos dos seus trechos), que a natureza edificou na direção Norte-Sul do país, tem sido, de fato, uma fortaleza natural de segurança nacional, mas tem constituído, também, um dos grandes óbices à nossa prosperidade. Até hoje, as suas torrentes encachoeiradas não foram transformadas em força útil à eletrificação da nossa principal via de transporte terrestre.

Em seguida, ao fim de 1912, fomos rumo ao planalto do Estado do Paraná, zona de Guarapuava, para observar u'a misteriosa e controvertida enzootia dos eqüinos. Que penosa viagem para conseguir alguma documentação necessária ao diagnóstico de uma forma de encefalite eqüina, naquela época pouco esclarecida! Lembrar-nos-emos sempre dêsse primeiro contacto com os Campos Gerais. Era a época das queimadas e do início das chuvas. Nuvens de fumaça cobriam o horizonte. O processo das queimadas na primavera é, ainda hoje, o único método usado nos Campos Gerais para promover a rápida e efetiva recuperação, por alguns meses, do valor nutritivo das pastagens fibrosas.

Não nos consta que a solução do problema de melhoramento de tão vastas zonas tenha sido, sequer, encetada. Ainda, naquela época, visitando o núcleo colonial holandês de Carambeí, localizado na zona dos Campos Gerais, encontrámo-los em franca desagregação, consequente à pouca fertilidade das terras.

No estabelecimento de núcleos coloniais, há 5 fatores importantes e inseparáveis a encarar: a riqueza da terra, os meios de transporte, o mercado, a adaptabilidade do colono e a situação higiênica da zona. No caso em questão faltava um fator, o mais relevante: a organização da colônia carecia dos pareceres do geólogo e do laboratório de química agrícola.

Desde 1913, até hoje, em nossas visitas a numerosas fazendas do Paraná, posteriormente ao Estado de São Paulo e ao Estado do Rio, verificámo-

que as enzootias mais mortíferas dos ruminantes são: a estrongilose gastro-intestinal, a esofagostomose, a bronco-pneumonia verminosa e outras, todas mais ou menos caquetizantes e que, associadas aos ectoparasitas, desferem o primeiro golpe destruidor às novas gerações. Um dos focos da estrongilose gastro-intestinal mais grave por nós encontradas nos bovinos existiu na região serrana de Teresópolis, a 900 metros de altitude!

No combate às moléstias enzoóticas, a cerca de arame farpado constituiu, na maioria dos casos, a viga mestre da estrutura da profilaxia, não só das verminoses, como da coccidiose, do carbúnculo hemático, das pasteureloses, etc.

O criador deve, por todos os meios ao alcance, manter as suas pastagens na fase tenra, porque, só nesse estado, por sua composição e digestibilidade, oferecem colheita verdadeiramente aproveitável para a sua transformação em carne e leite. Nas citadas condições, o capim se torna uma verdadeira safra axial (pivotal crops), dentro do sistema econômico brasileiro.

Uma estatística relativamente recente sobre a produção agropecuária mundial (média, per-capita, de 1927 a 1934), publicada por Colin Clark, demonstra o quanto é rendosa essa indústria, quando manejada por administração competente. Na mesma, salienta-se francamente a Nova Zelândia (com 2.444 dólares, per capita), cujas condições geológicas e meteorológicas não são das mais favoráveis. Vêm, em seguida, a Argentina, a Austrália, os Estados Unidos, a Dinamarca, o Canadá, a Grã-Bretanha e a Bélgica.

A Argentina deve a privilegiada situação aos seus providenciais alfafaes, que produzem o melhor rebanho de gado de corte, atualmente existente. Uma boa composição e feliz disposição das suas terras, com clima ameno, os Pampas argentinos, onde medra com tanta facilidade esta insubstituível leguminosa, tornaram-se o principal estio da economia argentina, suplantando a todos os países sulamericanos reunidos.

Se esse país conseguir os tratores, maquinismos e meios de transporte, para o projetado plano quinquenal do presidente Perón, associado à colonização eficiente, passará rapidamente para a dianteira da estatística mundial de produção agrícola, per capita.

Atualmente, 75% das nossas terras desnudadas de matas, devido às suas condições geológicas, topográficas e falta de comunicações, não poderão, tão cedo, ser destinadas à cultura. Eis nossa situação: de um lado, talvez mais de um milhão de quilômetros quadrados de pastagens mal aproveitadas; de outro, a penúria de alimentos de origem animal... Além de severamente racionados, somos forçados a dissipar o nosso ouro acumulado durante o período de guerra, para adquirir, no exterior, alimentos de toda ordem, inclusive leite em pó, carne, queijo e, até, a célebre mantequilla.

Registou-se nos jornais, há poucos dias, uma alusão de S. Excia. o Dr. Daniel de Carvalho, esforçado Ministro da Agricultura, à importação de bovinos e ovinos da Nova Zelândia, que seriam comprados por intermédio de uma comissão "in loco".

Quem lê os relatórios de George Andrew Holmes sobre a produção agro-pecuária desse distante domínio inglês, verifica que a sua prosperidade é, sobretudo, resultante dos melhoramentos da terra, das pastagens e das condições higiênicas. Lá, o carneiro é produto de uma multidão de fatores que nós, por enquanto, não possuímos. Holmes diz que os técnicos neo-

zelandeses especializados nos diversos ramos agro-pecuários são insuperáveis em competência e dedicação, acompanhando, nas próprias fazendas, a execução dos melhoramentos, os mais diversos. No seu entusiasmo pela organização neo-zelandesa, Holmes exclama: "A Nova Zelândia pode, com toda justiça, proclamar que domina o mundo na aplicação dos métodos científicos da agricultura". O inglês, sempre reservado nas suas apreciações, parece ter feito u'a merecida exceção.

O saudoso ministro Fernando Costa, quando na Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, querendo mais bem servir à agricultura e à pecuária, criou o Instituto Biológico, pensando, entre outras questões, dominar rapidamente o flagelo da pneumoenterite dos bezerros, que, de fato, figura em tempos normais como o maior fator de mortandade entre os bovinos, entidade mórbida esta complexa, sempre agravada pela coexistência das afecções parasitárias do sangue. Países com características de ambiente semelhantes às nossas, como a África do Sul, nomearam comissões especiais para assentar medidas profiláticas, capazes de fazer diminuir rapidamente a grande mortandade entre os bezerros. A introdução nos currais de boas condições de higiene e alimentação, aliadas à vacinação, fizeram cair rapidamente o número de perdas.

Charles Vincent — prematuramente falecido — fez exaustivas e irrefutáveis demonstrações sobre o alto valor das medidas profiláticas (trabalho publicado na Revista de Indústria Animal de São Paulo, número de dezembro de 1934, página 154).

Capítulo da mais alta significação para o Brasil é o do estudo das deficiências nutritivas ou carências, produzindo os acidentes mais variáveis. Trabalhos importantes foram realizados em muitos países, que, geralmente, combatem o mal pela administração de misturas salinas (licks) à base de sal de cozinha e fosfatos, e outras substâncias, de acordo com o caso em apreço. No Brasil, estas carências aparecem nos planaltos, sobretudo nas épocas de seca e nos terrenos arenosos. E' verdade que, nessa fase do ano, a transformação lenhosa do pasto acarreta a carência de todos os elementos nutritivos. Na Alemanha, u'a mistura muito usada continha sal de cozinha, fosfatos diversos, enxofre e ioduretos. A agricultura francesa demonstrou, na província do Limousin, que a lavoura e a pecuária progridem proporcionalmente à utilização de fosfatos. A União Sulafricana é, hoje, o maior importador de fosfatos e transformador desse precioso complemento e agente corretivo do solo. O seu serviço de defesa sanitária animal é dividido em 83 zonas, todas chefiadas por veterinários saídos do laboratório central de Onderstepoort, ao qual é anexa a Escola de Veterinária. Esta feliz associação inicia os candidatos no hábito das pesquisas mais diversas, tornando o jovem diplomado em perfeito agente de profilaxia.

A defesa sanitária do Brasil deve ser moldada sobre o que se faz, nesse sentido, na África do Sul, país de condições mesológicas análogas, norteando ao mesmo tempo o ensino veterinário na direção de sua grande finalidade.

Na Argentina, a defesa sanitária animal dispunha em 1938 de 296 veterinários distritais. Verifica-se, portanto, que, em todos os países adiantados, inclusive os de criação extensiva, a defesa sanitária tem os seus centros de apoio nos veterinários do distrito, munidos dos recursos indispensáveis para

socorrer os pontos ameaçados; em casos excepcionais, recebem o auxílio de um laboratório central de pesquisas.

Finalmente, à medida que os serviços de assistência aos rebanhos se organizam, há formação de serviços especializados, uns destinados ao combate à tuberculose, como nos Estados Unidos, outros à luta contra a febre aftosa, como na Holanda e na Alemanha; outros, ainda, contra o aborto epizootico e as verminoses, como na África do Sul, etc.

Em todos os países foram criados laboratórios com a especial finalidade de incrementar a Avicultura; graças aos mesmos, o progresso deste ramo de indústria animal, nos Estados Unidos, foi assombroso e, hoje, constitui fortuna incalculável. Entre nós, o Instituto Biológico de São Paulo já prestou o seu concurso técnico, permitindo lançar as bases desta nova fonte de riqueza; laboratórios para esse fim, devem ser criados em torno dos grandes centros, para proteger os capitais invertidos nas granjas, que muito contribuem para o abastecimento das cidades.

Uma outra questão que deve não ser olvidada é o problema das plantas tóxicas. Um pequeno núcleo de técnicos já fez, neste setor, boas observações, aqui e em São Paulo. Em todos os países tropicais e subtropicais, o estudo desse capítulo é vasto e de execução laboriosa, e, entre nós, está apenas esboçado; convém, portanto, animar e organizar as raras iniciativas já existentes.

Preciosa contribuição à defesa sanitária animal prestam as publicações distribuídas aos fazendeiros, trazendo esclarecimentos sobre os males que perseguem a criação na referida zona, dando noções básicas para a sua extinção, solicitando a colaboração das autoridades municipais e dos interessados em geral, e mantendo o veterinário distrital em ativo intercâmbio de informações, dentro do seu distrito, com os veterinários distritais vizinhos e com o laboratório central.

Entre os ectoparasitas muito nocivos, o berne tem sido, até hoje, de combate difícil; tudo faz prever que, para breve, o grande inseticida da guerra, o D.D.T., revolucionará o combate à forma larvar da Dermatobia, já por sua poderosa atividade em diluição relativamente grande, por seu poder de "imunização" de várias semanas nos lugares onde é aplicado, por sua dissolução fácil em querosene e conseqüente mistura aos óleos, já por seu preço módico, quando importado diretamente do laboratório.

Lembramos aqui, de passagem, a nossa principal epizootia, — a febre aftosa; o combate à sua rápida extensão foi sempre inoperante, devido à grande contagiosidade, diferença de tipos de vírus e precária imunidade deixada pela doença. Atualmente, a grande descoberta de Waldman e Köbe, em 1938, acaba de oferecer uma nova e poderosa arma à defesa sanitária. Dois autores nacionais, os Drs. Silvio Torres e Trapp, respectivamente aqui e em São Paulo, introduziram útil modificação na vacina que teve berço na ilha de Riems, ao norte da Alemanha. Esta vacina, porém, pouco resiste no ambiente comum. Precisa de transporte rápido e a baixa temperatura; sendo onerosa a sua preparação, deve ser produzida exclusivamente por iniciativa oficial, o mesmo sucedendo ao seu transporte por avião nas condições requeridas.

A vacina contra a peste suína exige os mesmos cuidados; a sua produção é delicada e requer maiores precauções. A falta de proteção do soro,

como a falta de potência intrínseca por parte do vírus, pode constituir meios da terrível doença, hoje verdadeiro flagelo nacional.

Não podemos deixar de rememorar aqui o vitorioso combate de meia dúzia de veterinários, em 1921, contra a peste bovina, a mais temida das doenças do velho continente, introduzida por um plantel de zebús da Índia e que se propagou a vários municípios ao redor de Osasco (E. de S. Paulo).

Há poucos anos atrás, importamos, também, com um lote de cabras, a exótica Rickettsiose dos ruminantes e os seus vectores — a mais mortífera das doenças africanas. Após um diagnóstico preciso, foram, por ordem do então ministro Fernando Costa, destruídos todos os mencionados caprinos, que estavam em quarentena na Ilha do Engenho.

Estes e outros relevantes serviços prestados pelos veterinários do Brasil merecem a atenção dos poderes públicos, que lhes devem outorgar o pleno domínio em todos os setores da produção animal. Há outros problemas relativos à defesa sanitária: a tuberculose e a brucelose merecem ser citadas, doenças comuns aos animais e ao homem. A primeira é de capital importância em muitos países da Europa, sendo, por enquanto, de ordem secundária no Brasil, mas, nem por isso, pode ser desprezada e abandonada. Nos Estados Unidos há 950 veterinários incorporados ao seu combate.

A brucelose tem progredido em extensão e, de certo, as exposições de gado não têm sido estranhas à sua propagação.

A raiva dos bovinos, que tem como transmissores os morcegos hematófagos, despertou a atenção das autoridades, desde 1910, quando foram realizados os primeiros estudos, e, nesta última década, o problema foi elucidado, inicial e experimentalmente no sertão de Mato Grosso, e, posteriormente, confirmado em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Equipes especializadas percorrem as zonas flageladas, mas a tarefa é imensa e requer a colaboração permanente dos Estados e dos municípios.

* * *

No que diz respeito à produção, se quisermos sair do círculo vicioso formado pela carência de produtos alimentares e por seu crescente encarecimento resultante da inflação, do empirismo e da desorganização da nossa agricultura, do desmantelamento e insuficiência do sistema de transportes, devemos: estabilizar os preços das gêneros de primeira necessidade pela importação, durante algum tempo, dos que o país se mostra mais carente, até que tenhamos estabelecido e organizado centros agropecuários capazes de produzir o bastante para, através de uma rede de transportes econômicos, suprir as nossas populações.

A situação da produção de alguns dos alimentos de primeira necessidade ainda não é satisfatória. O caso do leite, por exemplo, é típico do drama em aprêço, apresentando os aspectos de verdadeiro desastre econômico. No inverno, o "deficit" resulta da falta de alimento barato para o gado; na estação das águas e do pasto tenro, a produção excede às necessidades do consumo, mas, infelizmente, não chega ao seu destino, em bom estado de conservação, já pelo deficiente sistema de transportes, já pelo mau acondicionamento. Centenas de milhares de litros do precioso alimento

destinam-se, mensalmente, ao ralo, causando prejuízos, que montam a milhões de cruzeiros por ano.

E' de admirar que o povo prefira a longa espera, em intermináveis filas, para adquirir um produto, muitas vezes de conservação duvidosa, a usar leite em pó, fabricado com os modernos requisitos da técnica e da higiene, e insubstituível à nutrição da criança.

Uma solução prática, para evitar os enormes prejuízos decorrentes, quer do excesso, quer da falta do produto, poderia consistir na industrialização, "in loco", de uma parte da produção, que, assim, certamente, não se perderia pelo caminho. Seria, portanto, transformada em leite em pó, manteiga, queijos, etc. Dentre as vantagens dessa providência, citamos a redução de 90% do volume, durante o transporte, e o aproveitamento integral e de conservação indefinida desses alimentos para abastecer os centros consumidores localizados no norte do país, os quais se encontram sempre na maior penúria de leite e dos seus subprodutos.

O maquinismo para tal industrialização é relativamente simples e acessível, por seu preço de custo, à maior parte dos entrepostos, onde a mesma industrialização deverá ser feita.

Dessa forma, em todo o território nacional, os preços dos subprodutos de laticínios cairiam e se estabilizariam com uniformidade, porque os próprios produtores não sentiriam a necessidade de forçar as frequentes altas, que, dia a dia, se têm verificado, exclusivamente consequentes ao desperdício da produção.

O problema de uma efetiva organização, na verdadeira acepção do vocábulo, precisa ser atacado em grande escala, consoante os modernos processos de trabalho agrícola e a concentração de esforços construtivos nos pontos do território nacional, onde a produção mais prontamente se realize.

Os centros para a produção intensiva devem ser procurados em terras e climas favoráveis ao cultivo, por exemplo, do trigo e de outros alimentos ricos indispensáveis à nutrição. Para este grupo de culturas, a região privilegiada, que logo ressalta aos nossos olhos, está situada no Rio Grande do Sul, nas circunvizinhanças das lagoas e no vale do Jacuí e seus afluentes, descendo, a seguir, para o Sul, até ao vale do Camaquã, podendo, ainda, estender-se através das cochilhas, na direção do vale do Ibicuí. Toda esta zona é extraordinariamente propícia à lavoura motomecanizada.

Bom e importante trecho do Jacuí é navegável e maior extensão do mesmo poderia ser entregue à navegação, uma vez que se construíssem represas com canalizações complementares. Alguns dos seus afluentes, como o Taquarí, cujas cabeceiras despontam nas montanhas do Norte do Estado, poderiam ter as suas águas represadas e fornecer energia elétrica. Aliás, o represamento desse e de outros rios (como o Tennessee, nos Estados Unidos) seria útil, ainda que fôsse para regularizar o traçado do seu leito, diminuir as inundações e atenuar a tremenda erosão das terras adjacentes. Além disso, o Rio Grande do Sul é o único Estado litorâneo do Brasil central e meridional, em que cerca de 50% das suas terras se prestam à lavoura mecanizada, graças à sua topografia privilegiada. E', também, o único Estado que não sofre as prolongadas secas do inverno. Assim, os seus equivalentes meteorológicos são satisfatórios para os nossos cereais, inclusive a aveia e o trigo; quanto a este último, desde que sejam fixadas variedades precoces

e resistentes à ferrugem, com uma adubação adequada e correção do pH do solo pela calagem. Ao lado destes cereais, vegeta igualmente bem o linho — a mais rica das plantas industriais após o algodão, ambos produzindo fibras, óleos e deixando um resíduo farináceo do mais alto valor nutritivo para a alimentação do gado.

A agricultura moderna depende de um conjunto de fatores, que, por sua vez, se subordinam à organização de vastos e importantes estabelecimentos. No Brasil, poderiam ser instaladas estações providas de toda a aparelhagem necessária e acionadas por técnicos especializados. Essa aparelhagem constaria de tratores, máquinas e aparelhos, como arados, semeadoras, ceifeiras, batedoras, silos, elevadores e moinhos, isto é, de todo o material imprescindível ao preparo da terra, à cultura vegetal e ao beneficiamento do produto.

Os fertilizantes do solo, armazenados em entrepostos, poderiam ser obtidos a baixo custo com o aproveitamento dos subprodutos da indústria da carne, do pescado, etc., e com a utilização das algas marinhas.

Nos portos de embarque, haveria silos de expurgo e elevadores, que permitiriam a conservação e evacuação dos produtos agrícolas.

Após a instalação da primeira estação, outras seguiriam em diversas direções, à medida que a zona de cultivo se alargasse.

O caminho do trator deverá sempre ser traçado pelas cartas agrônômicas e calcimétricas.

Resultaria dessa providência que, ao fim de pouco tempo, existiria uma cadeia de estações ligadas entre si por vias de transportes rápidos e econômicos, formando uma vasta rede que, progressivamente, englobaria vários municípios de condições geológicas e ecológicas semelhantes.

Chegaríamos, assim, a possuir extensa área de exploração rural intensiva, com culturas de inverno (trigo, aveia e linho) e culturas de verão (milho, arroz, soja, etc.).

E' preciso notar que tais estações não promoveriam apenas a monocultura, para a lavoura do trigo ou da aveia; intensificar-se-iam, antes de tudo, todos os cultivos de resultados garantidos e já adaptados ao meio, afim de se amortizarem mais rapidamente os grandes capitais que seriam invertidos na triticultura, cuja expansão progressiva medraria à sombra da policultura.

Em quatro ou cinco anos, o Brasil exportaria anualmente milhões de toneladas de milho, de arroz e outros cereais. Qualquer esforço inicial neste sentido deveria ser concentrado, evitando-se a perniciosa dispersão dos valores. Com efeito, a rede de estações e comunicações, a lotação e o trabalho dos técnicos especializados, etc., formariam um conjunto harmonioso.

Todo o material necessário à instalação das primeiras estações e o respectivo pessoal técnico deveriam ser buscados nos países de produção intensiva, como, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte.

Aliás, os relatórios e conferências de Yakolev — o grande organizador das fazendas coletivas da U.R.S.S. — citam, como termo de comparação ao que se tem feito na Rússia, a lavoura moto-mecanizada norte-americana.

O estímulo dirigido pelo governo e as excepcionais condições decorrentes da última conflagração mundial produziram, como era fácil de prever, um rápido desenvolvimento do nosso parque industrial, que vem proporcio-

nando lucros, em certos casos, fabulosos; o derrame sem fim do meio circulante, o luxo e o conforto existentes nas principais cidades, etc.; concorreram para a forte atração da grande massa rural flagelada pelas endemias para os centros industriais, despovoando-se progressivamente, em pouco tempo, os campos e fazendo definhar a nossa agricultura rotineira.

Hoje, todo o mundo sabe que reside na moto-mecanização da lavoura a força capaz de reerguer a massa agonizante agricultura. O trator e a máquina desempenharão nos tempos modernos o mesmo papel relevantíssimo que, no longo período colonial, exerceram o braço escravo, o trabalho paciente do boi e o destemor do sertanista, aos quais, sem dúvida alguma, deveu o Brasil o esplendor e a grandeza da lavoura da cana de açúcar, naquela época da sua formação histórica.

A monocultura da "planta de canas doces", mandada vir da Ilha da Madeira por Martin Afonso de Souza, chegou a constituir, por mais de uma centúria, o sustentáculo da economia brasileira! (como os tempos mudaram...).

Manda a justiça que se não esqueçam aqui os honestos e diligentes lavradores de Portugal, da Galiza e Canárias, que, contratados por Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, e estimulados pela fundação, por Jerônimo de Albuquerque, de um engenho nas vizinhanças de Olinda, deram o melhor das suas energias ao cultivo que, então, se iniciava.

Voltando à moto-mecanização da lavoura, esta pode, em épocas propícias do ano, aproveitar o dia e a noite em trabalho contínuo, com pessoal dividido em turmas, para tirar da máquina o máximo de rendimento e centuplicar os braços que abandonaram o campo. Não há dúvida que, de preferência, se precisariam confiar os tratores e maquinismos a companhias incorporadas para esse fim, do que a particulares inexperientes. Tais companhias teriam tôdas as probabilidades de êxito maior, porque poderiam contar com pessoal habilitado, com oficinas de reparação e retificação de máquinas, e estariam em condições de promover o repovoamento de extensas zonas do território nacional, quase que inteiramente abandonadas, e restabelecer o bem-estar geral.

Vinte mil tratores pertencentes a tais organizações livres produziriam mais que cem mil nas mãos dos particulares, servindo indistintamente a todos os fazendeiros, grandes e pequenos, pobres e ricos, e favoreceriam a formação de pequenas colônias agrícolas, que forneceria os técnicos e trabalhadores especializados, necessários à moto-mecanização.

Para uma organização de tal natureza, os lucros extraordinários dos nossos 45.000 estabelecimentos industriais, acumulados durante os "anos gordos" da guerra, poderiam proporcionar os capitais necessários. Demais, assim como foram doados inúmeros aeroplanos para a Campanha Pró-Aviação, um movimento nacional pró-mecanização da nossa lavoura poderia ser esboçado com a patriótica doação de tratores e máquinas agrícolas. Os industriais que tão bem souberam providenciar a rápida frutificação dos seus capitais estariam em condições para dirigir esse novo consórcio de salvação nacional.

Aliás, o governo poderia forçar, por lei, à subscrição obrigatória e proporcional de ações do consórcio, as pessoas físicas que tenham renda superior a cem mil cruzeiros anuais. Em lugar de bonus de guerra, poderia

haver "bonus da lavoura", pelos quais o povo pudesse contribuir, com menores parcelas, para completar os grandes capitais saídos dos lucros extraordinários. Tais bonus não deveriam render juros, pelo menos durante um decênio.

Na Bélgica, existe uma liga de fazendeiros para fomentar o progresso da agricultura, a compra de máquinas, adubos, para o estabelecimento de entrepostos de vendas diretas, etc., conjunto este destinado a acabar com os intermediários nas compras e vendas e para dar escoamento progressivo aos produtos, proporcionando financiamento e seguro. Assim, a liga evita os monopólios e as tão prejudiciais flutuações dos preços. O partido político baseado nessa organização constitui, há mais de 50 anos, o partido majoritário do país. Antes da guerra, a contribuição anual de cada fazendeiro era de 20 francos, contando a liga com mais de 200 mil associados.

O estabelecimento de entrepostos para a venda de produtos sem intermediários, de bancos de crédito agrícola, a formação de empresas de navegação, a construção de trapiches e prolongamento dos cais, etc., e a industrialização dos produtos das zonas de moto-mecanização agrícola contribuiriam para o barateamento imediato da vida.

Isso golpearia de morte os estéréis e gananciosos intermediários, pelas mãos dos quais passam os alimentos de primeira necessidade. Também, de certa forma, deixariam de existir as verdadeiras razões porque são desencadeadas as greves. Teríamos, assim, um grande consórcio de companhias, coordenadas para o mesmo fim.

A navegação fluvial é marítima transportaria os gêneros necessários ao abastecimento do litoral, enquanto que o interior seria servido pelos centros produtores locais, aliviando os transportes terrestres insuficientes.

Ao falar sobre tal assunto, um pensamento logo acode à mente.

Quando os países estiverem restabelecidos da comoção da guerra e em condições de exportar normalmente os seus produtos a preços de concorrência, as nossas indústrias encontrarão obstáculos poderosíssimos e lutarão contra adversidades periódicas. Se fôrmos providentes, um novo esteio terá surgido em nosso edifício econômico — viga mestra, cuja solidez dependerá do apóio que tiver na terra que Pero Vaz de Caminha classificou de "generosa".

Quando vir a crise industrial, o trator terá dado uma produção agrícola abundante e organizada, que diminuirá o choque da crise econômica.

Dar-nos-á o trator, nas condições em que, atualmente, se encontram os nossos conhecimentos sobre o cultivo do trigo, um milhão e duzentas mil toneladas deste cereal por ano, segundo um plano quinquenal duplo? O Brasil é um dos maiores compradores de trigo, sendo a quase totalidade do que é consumido importada (100 mil toneladas por mês). Há cerca de 50 anos que o nosso ouro vem sendo, por isso, drenado para o Rio da Prata.

Não cremos que cheguemos a produzir tanto em tão pouco tempo, mas acreditamos que poderemos colhê-lo, em um decênio, umas 500 a 600 mil toneladas anuais. Até lá, haverá um bom pão misto e o que faltar poderá ser adquirido na Argentina e no Canadá, pois as trocas comerciais equilibradas entre os povos são necessárias.

Demais, a mistura entre trigos crescidos em climas diversos ou pertencentes a variedades diferentes contribui para o aperfeiçoamento dos segre-

dos da boa panificação. A nosso ver, o celeiro do trigo nacional deverá ser o Rio Grande do Sul, não só pelas razões anteriormente expostas, como também pela facilidade do transporte marítimo. Não obstante, certas zonas do Planalto (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas e Goiás) poderão produzi-lo bem, mas de acôrdo com o nosso deficiente e caríssimo sistema de transportes terrestres, através de extensas regiões montanhosas, não serão capazes de oferecer um produto que resista a um confronto com o da lavoura moto-mecanizada do sul ou do estrangeiro.

Vários outros serviços de máxima importância poderiam ser criados, nas áreas de invasão do trator, para a defesa da agricultura e da pecuária, visando o estudo das pragas dos vegetais e das "pestes" dos rebanhos, e, sobretudo, dos métodos práticos para a sua extinção.

Não podemos deixar de lembrar, aqui, a indústria de arameiro, importante fator de progresso da lavoura e da pecuária, pois da mesma depende a separação das terras de cultura e das pastagens, tendo em vista a profilaxia das enzootias em geral e das infestações parasitárias.

A nossa pecuária precisa constituir, antes de tudo, um produto das nossas pastagens, e estas podem ser, o mais possível, conservadas na fase tenra, mediante a aplicação do sistema de rotação.

Devido às necessidades da guerra, as nossas exportações deixaram um "superavit" apreciável. Este deveria ser transformado, quanto antes, em tratores, máquinas, navios de carga, guindastes, material elétrico, trilhos, cimento para construir cáis, represas, silos, elevadores para cereais, em arame para cerca, fenotiazina, etc. Assim, aumentaríamos rapidamente a nossa produção agro-pecuária, o "nó gordio" das nossas dificuldades sociais e econômicas.

A U. R. S. S., em 1930, possuía 70.000 tratores e, no espaço de 10 anos, as estações de máquinas e tratores conseguiram aumentar progressivamente a superfície cultivada de 12.000.000 de hectares; e, a partir de 1930, esperavam um aumento anual de 7 a 8 milhões de hectares, pela extensão das rês do maquinismo especializado. No Brasil, um trator pode lavrar 3.000 hectares por ano, sobretudo nos Estados onde há colheitas de inverno e de verão. Que assombroso surto econômico dará ao Brasil um programa agrônomo baseado no trator e no transporte rápido, que não encarece mais de 10% os gêneros de primeira necessidade!

Nestes últimos tempos, muito se tem escrito e falado sobre o assunto, mas tudo continua no mesmo, tudo encarece, e o mal estar social cresce. São derramadas em pura perda somas fabulosas, que poderiam ser transformadas em material para a eletrificação das nossas estradas de ferro e para a moto-mecanização.

Os E. E. U. U. e a U. R. S. S. continuarão sempre à frente da motocultura. No primeiro daqueles países, de 1920 a 1930, o número de tratores passou de cem mil a um milhão, com 50 mil máquinas combinadas e 800 mil caminhões, tudo constituindo material de primeira qualidade.

Como senões apontados em tais países, cita-se que, no primeiro, o trator, monopolizado pelos grandes fazendeiros, "esmaga" os pequenos, que existem em grande numero; no segundo, observa-se que o material, a terra — o capital — pertence ao Estado, que encaminha a preços menores a maior parte da produção das fazendas coletivas para os grandes

centros industriais (consumidores). Decorre daí, que o estímulo à produção consiste apenas na simples "emulação" entre organizações congêneres.

Se u'a mão misteriosa ou algum contrato comercial não vier contrariar a marcha do trator através das planícies sulinas, se enfrentarmos com resolução e patriotismo um plano de expansão agrícola, baseado no trator e na mecanização da lavoura, teremos iniciado uma nova era na história econômica do Brasil.

O CARÁTER TRANSITÓRIO DO CAPITALISMO — Quando Lênin publicou o trabalho sobre *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, em 1899, sob o pseudônimo de V. Ilin, sua refutação da análise populista da vida econômica russa aumentou consideravelmente a influência do pensamento marxista entre os intelectuais russos.

Como conclusão, nesta obra básica, Lênin resumiu a *questão que na literatura se tem chamado "missão do capitalismo"*, isto é, o seu papel histórico no desenvolvimento econômico da Rússia. Lênin dizia: "é absolutamente compatível (tal como procuramos demonstrar em detalhe em cada passagem de nossa exposição dos factos) com o mais completo reconhecimento dos lados negativos e nebulosos do capitalismo, a admissão das inevitáveis, profundas e múltiplas contradições sociais que caracterizam o capitalismo e que revelam o caráter historicamente transitório deste sistema".

COMO PENSAVAM E AGIAM OS POPULISTAS — Os *populistas* não davam a menor atenção aos problemas dos trabalhadores industriais, e escreviam quase exclusivamente sobre a aldeia russa. Sonhavam com um socialismo que seria realizado por uns poucos líderes abnegados, que levariam as massas inconscientes a uma vida melhor. Deploravam o crescimento industrial e não tinham a mais remota idéia do papel revolucionário do proletariado industrial. Todas as suas esperanças repousavam nos camponeses.

Os *populistas* passavam por alto as profundas diferenças existentes entre os camponeses e idealizavam a comunidade camponesa como uma base natural para o socialismo. Visavam uma expansão daquilo que chamavam "produção popular". Mas Lênin demonstrou com toda a clareza que as indústrias das famílias camponesas, idealizadas pelos *populistas*, cresciam, convertendo os camponeses pobres em trabalhadores assalariados. Representavam os primeiros passos de um desenvolvimento genuinamente capitalista.

Durante o ano de 1890, Lênin desfez, baseando-se em argumentos sólidos, as manifestações de desvario utópico dos *populistas*. E apresentou, de todos os ângulos, o problema camponês como parte do problema mais amplo do desenvolvimento que vai do feudalismo ao capitalismo, e depois, do capitalismo ao socialismo. (Ana Rochester — *Lénin y el problema agrário* — La Habana, 1944, pág. 17).

O Pensamento de Lênin



A fanfarronada comunista existe entre todos os que acreditam poder resolver os problemas com decretos comunistas. (Lênin.)

O sentimentalismo é um crime tão grande como a deserção durante a guerra. Quem relaxar atualmente a disciplina abrirá as portas ao inimigo. (Lênin.)

Já se viu, alguma vez, que uma revolução socialista tivesse início sem sonhadores? (Lênin.)

No que respeita ao segundo inimigo, a ignorância, posso dizer que, enquanto existir no país, será muito difícil falar de educação política. Um analfabeto está fora da política: é necessário, primeiro, ensinar-lhe o alfabeto. Sem isso, haverá somente tagarelice, cochichos, preconceitos, mas não política. (Lênin.)

As classes não se contentam com declarações no papel, mas com coisas materiais. (Lênin.)

Política significa relação entre as classes, e são essas classes que decidem a sorte da República. (Lênin — *O Capitalismo de Estado e o Imposto em espécie*, pág. 88 — Ed. Guaira.)

Enquanto houver pequena produção, enquanto existir liberdade de comércio, haverá rebentos de capitalismo. (Lênin.)

Ou a direção do proletariado, ou a dos capitalistas: não há meio-térmo. Sonhar com o meio-térmo é contradizer a política, a economia e a história. (Lênin.)

O capitalismo é um mal em relação ao socialismo. (Lênin — *O Capitalismo de Estado e o Imposto em espécie*, pág. 45 — Ed. Guaira.)

O capitalismo é a especulação: seria ridículo dissimular essa verdade. (Lênin.)

PRINCIPIOS ELEMENTARES DE FILOSOFIA

De Georges Politzer

Tradução de Eneida

I

A apresentação dos "Princípios Elementares de Filosofia", de Georges Politzer, logo após a publicação de "A Filosofia ao Alcance de Todos", de Cécile Angrand (números 12 a 19-20 desta revista) constitui a realização do nosso programa de facilitar a difusão e o estudo da filosofia pela maior parte.

Na França, país de nível cultural elevado, julgaram, ainda assim, os professores marxistas, necessário apresentar o estudo da filosofia sem as formulações complicadas, que tornaram essa matéria tão árida e difícil no passado. Trouxeram para a linguagem comum, simples, de todo-o-dia, as explicações e análises básicas ao conhecimento desse "estudo dos problemas gerais", "desse prolongamento das ciências".

"Devemos estudar a filosofia para compreender o marxismo — diz Politzer — para rebater os argumentos das teorias burguesas e ainda para emprender uma luta política mais eficaz".

Julgámos que para nós, no Brasil, a tradução das lições de Politzer devia ser ainda mais simples, em linguagem acessível às mais amplas camadas dos leitores, tornando ainda mais claras as explicações e as análises. O editor francês dos "Princípios Elementares de Filosofia" conservou, inclusive, a maneira pela qual Politzer dava as aulas, o que também faremos. No fim de cada lição são colocadas perguntas sobre a matéria exposta, e o conselho: "No fim de cada lição, o leitor deve fechar o livro e, de acôrdo com as perguntas, responder mentalmente ou por escrito. Assim, controlará o que aprendeu e verificará até onde conseguiu assimilar o que leu". Aconselhamos também a prática desse método e, para isso, além das notas das citações, incluímos um pequeno índice de nomes próprios e palavras que talvez sejam pouco conhecidos do leitor.

Publicaremos os "Princípios Elementares de Filosofia" em números sucessivos desta revista. A primeira parte, que hoje iniciamos, apresenta: os problemas filosóficos.

PREFÁCIO DA EDIÇÃO FRANCESA

O manual elementar de filosofia que hoje publicamos reproduz as notas tomadas por um de seus alunos durante o curso dado por Georges Politzer, na Universidade Operária, no período escolar de 1935-1936. Para compreender o caráter e a importância desse curso é necessário precisar, inicialmente, o método e o objetivo de Nosso camarada.

Sabe-se que a Universidade Operária foi fundada em 1932 por um pequeno grupo de professores para ensinar a ciência marxista aos trabalhadores manuais e fornecer-lhes um método de raciocínio que lhes permitisse com-

preender nosso tempo e orientar-lhe a ação, tanto na técnica, como no terreno político e social.

Desde o início, Georges Politzer encarregou-se de ensinar, na Universidade Operária, a filosofia marxista, o materialismo dialético: tarefa tanto mais necessária quanto o ensino oficial continua ignorando ou falsificando essa filosofia.

Nenhum daqueles que tiveram o privilégio de assistir a esses cursos — Politzer falava cada ano perante um numeroso auditório, em que se misturavam pessoas de todas as idades e todas as profissões, predominando, entretanto, os jovens operários — poderá jamais esquecer a impressão profunda que todos sentiam diante daquele rapaz ruivo, tão entusiasta e tão sábio, tão consciencioso e fraternal, tão preocupado em tornar compreensível a um público inexperiente uma matéria árida e ingrata.

Sua autoridade impunha ao curso uma disciplina agradável. Ele sabia ser severo, mas continuava sempre justo, e de sua pessoa irradiava uma tal potência de vida, tal entusiasmo, que levavam seus alunos a ama-lo e a admirá-lo.

* * *

Para que os alunos bem o compreendessem, Politzer suprimia inicialmente do seu vocabulário qualquer jargão filosófico, todos os termos técnicos que só podem ser entendidos pelos iniciados. Só queria empregar palavras simples e conhecidas de todos. Quando era obrigado a usar um termo particular, nunca deixava de explicá-lo amplamente, com exemplos familiares. Se, nas discussões, alguns de seus alunos empregava palavras difíceis, Politzer chamava-lhe a atenção e trocava dele, com aquela ironia ferina, conhecida de todos os que com ele privaram.

Queria ser simples e claro, e fazia sempre apelo ao bom senso, sem jamais sacrificar, entretanto, a justeza e a verdade das idéias e das teorias que expunha. Sabia tornar seus cursos extremamente animados, e fazia o auditório participar das discussões antes e depois da lição. Agia assim: no fim de cada lição dava aquilo que chamava “uma ou duas perguntas de controle”; elas tinham como objetivo resumir a lição ou aplicar seu conteúdo a algum assunto particular. Os alunos não eram obrigados a tratar do assunto, porém muitos deles, que revelavam maior interesse, traziam trabalhos escritos, apresentando-os no início da aula seguinte. Politzer perguntava quem havia feito algum trabalho; levantávamos a mão e ele escolhia, então, alguns dentre nós para ler o nosso texto e completá-lo com explicações orais, se necessário. Politzer criticava ou felicitava o autor, provocava entre os alunos pequenas discussões, e concluía tirando os ensinamentos dos debates. Isso durava aproximadamente meia hora e permitia a aqueles que haviam faltado à aula precedente retomar pé no curso e estabelecer ligação entre a nova lição e o que haviam aprendido anteriormente. Isso também permitia ao professor verificar se havia sido compreendido, insistindo nos pontos delicados ou obscuros.

Começava, então, a lição do dia, que durava uma hora; depois, os alunos faziam perguntas sobre o que acabavam de ouvir. Essas perguntas eram geralmente interessantes e judiciosas; Politzer aproveitava a ocasião para

dar novas explicações e retomar o essencial do curso sob um ângulo diferente.

Georges Politzer, que possuía um conhecimento profundo do assunto e uma inteligência extraordinariamente agil, preocupava-se principalmente com as reações do seu auditório: cada dia tomava "o pulso" geral e verificava constantemente o grau de assimilação de seus alunos. Daí ser ouvido com interesse apaixonado. Contribuiu para formar milhares de militantes comunistas e muitos dentre estes ocupam hoje postos de responsabilidade.

* * *

Nós, que compreendemos o valor desse ensino e que desejamos difundí-lo a todos aqueles que não o puderam ouvir, e particularmente aos nossos camaradas do campo, queríamos a publicação desse curso. Politzer prometia pensar nisso, mas, no meio de seu imenso trabalho, nunca achava tempo para realizar o projeto.

Foi então que, no decorrer de meu segundo ano de filosofia na Universidade Operária, onde se criara um curso superior, tive ocasião de pedir a Politzer que me corrigisse alguns trabalhos e entreguei-lhe, a seu pedido, meus cadernos de aulas. Ele achou-os muito bem feitos, e eu propuz-me a redigir, segundo as notas, as lições do curso elementar. Politzer encorajou-me a isso, prometendo rever e corrigir o trabalho. Infelizmente, não teve tempo para fazê-lo. Suas ocupações eram cada dia mais absorventes, passando o curso superior de filosofia ao nosso amigo René Maublanc. Puz este último ao corrente dos nossos projetos e pedi-lhe revisse as lições que eu já redigira. René Maublanc aceitou a tarefa com entusiasmo e concitou-me a terminar esse trabalho, que depois apresentariamos a Georges Politzer. Mas veio a guerra: Politzer morreu heroicamente na luta contra o invasor alemão.

Se bem que nosso camarada não mais exista para rever o trabalho que aprovara e estimulara, julgamos útil sua publicação. Nosso amigo J. Kanapa, assistente de filosofia, leu e corrigiu detalhadamente o texto que eu redigira antes de 1939, segundo minhas notas do curso.

* * *

Georges Politzer, que começava todos os anos seu curso de filosofia na Universidade Operária fixando o verdadeiro sentido da palavra "materialismo", e protestava contra as deformações caluniosas que ela sofria da parte de certas pessoas, nunca se esquecia de assinalar que o filósofo materialista não deixa de ter um ideal e que ele está sempre pronto a combater para que esse ideal triunfe. Soube, desde então, provar isso com seu sacrifício. Sua morte heroica ilustra este curso inicial no qual afirmava a união, no marxismo, da teoria e da prática. Não é inútil lembrar esse devotamento a um ideal, essa abnegação e esse alto valor moral numa época em que novamente ousam apresentar o marxismo "como uma doutrina que transforma o homem numa máquina ou num animal apenas superior ao gorila ou ao chimpanzé".

panzé". (Sermão da Quaresma em Notre Dame de Paris, pronunciado em 18 de fevereiro de 1945, pelo Padre Panici).

Nunca é demais o protesto contra os ultrajes à memória de nossos camaradas. Lembramos somente àqueles que têm a audácia de pronunciar seus nomes, o exemplo de Georges Politzer, de Gabriel Peri, de Jacques Salomon, de Jacques Decour, que eram marxistas e ensinavam na Universidade Operária de Paris: todos foram bons camaradas, simples, generosos, fraternais, não hesitavam em empregar boa parte de seu tempo em vir a um quarteirão distante ensinar aos operários filosofia, economia política, história ou ciências.

A Universidade Operária foi dissolvida em 1939. Reapareceu no dia seguinte 20 da Libertação, sob o nome de Universidade Nova. Uma nova equipe de abnegados professores, substituindo os fuzilados, veio retomar a obra interrompida.

Nada nos pode encorajar mais nesta tarefa essencial do que homenagear um dos fundadores e animadores da Universidade Operária, e nenhuma homenagem nos parece mais justa e mais útil que publicar hoje os "Princípios Elementares de Filosofia", de Georges Politzer.

Mauricio Le Goas

PRIMEIRA PARTE

INTRODUÇÃO

- | |
|--|
| I — Por que devemos estudar filosofia? |
| II — E' difícil o estudo da filosofia? |
| III — Que é filosofia? |
| IV — Que é filosofia materialista? |
| V — Quais são as relações entre o materialismo e o marxismo? |
| VI — Campanhas da burguesia contra o marxismo. |

I — POR QUE DEVEMOS ESTUDAR FILOSOFIA?

No decorrer destas lições, proponho-nos a dar e explicar os princípios elementares da filosofia materialista.

Por que? Porque o marxismo está intimamente ligado a uma filosofia e a um método: os do materialismo dialético. E', portanto, indispensável estudar essa filosofia e esse método para bem compreender o marxismo, para rebater os argumentos das teorias burguesas, ao mesmo tempo que para poder realizar uma luta política eficaz.

Lénin disse: "Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário". Isso quer dizer, antes de mais nada: é necessário ligar a teoria à prática.

Que é a prática? — E' o fato de realizar. Por exemplo: a indústria e a agricultura realizam (quer dizer: levam à realidade) certas teorias (teorias químicas, físicas ou biológicas).

Que é a teoria? — E' o conhecimento das coisas que queremos realizar.

Pode-se ser somente prático; mas então **realiza-se** apenas rotineiramente. Pode-se ser apenas teórico e então o que se concebe é muitas vezes irrealizável. E' necessário, portanto, que haja ligação entre a teoria e a prática. Toda a questão está em saber qual deve ser essa teoria e qual deve ser sua ligação com a prática.

Achamos que é necessário ao militante operário um método de análise e de raciocínio justo para poder realizar uma ação revolucionária justa. O militante precisa de um método que não seja um dogma, dando-lhe soluções já prontas, mas um método que leve em conta fatos e circunstâncias, que nunca são os mesmos, um método que nunca separe a teoria da prática, a racionalidade da vida. Ora, esse método está contido na filosofia do materialismo dialético, base do marxismo, que ora nos propomos a explicar.

II — E' DIFÍCIL O ESTUDO DA FILOSOFIA?

Geralmente se pensa que o estudo da filosofia é, para os operários, uma coisa cheia de dificuldades, exigindo conhecimentos especiais. Devemos dizer que, na realidade, a maneira pela qual são redigidos os manuais burgueses confirma essas idéias e só faz robustece-las.

Longe de nós negar as dificuldades que apresenta o estudo em geral e o da filosofia em particular; mas essas dificuldades são perfeitamente superáveis e decorrem principalmente do fato de se tratar de coisas novas para muitos de nossos leitores.

De início, iremos mesmo precisando as coisas, chamando a atenção dos leitores para retermos certas definições de palavras que são falseadas na linguagem corrente.

III — QUE E' FILOSOFIA?

Entende-se vulgarmente por **filósofo**: ou aquêl que vive nas nuvens ou aquêl que encara as coisas pelo lado melhor, aquêl que "não liga a coisa alguma". Ao contrário, o filósofo é aquêl que quer, diante de certas questões, dar respostas precisas, e se se considera que a filosofia pretende dar uma explicação aos problemas do universo (de onde surgiu o mundo? para onde vamos?, etc.), vê-se, por conseguinte, que o filósofo se preocupa com muitas coisas e, ao inverso do que geralmente dizem, "**liga a tudo em demasia**".

Podemos dizer, para definir a filosofia, que ela pretende explicar o universo e a natureza; que ela é **o estudo dos problemas mais gerais**. Os problemas menos gerais são estudados pelas ciências. A filosofia é, portanto, um prolongamento das ciências.

Acrescentemos desde logo que a filosofia marxista dá uma solução a todos os problemas e que essa solução depende do que se chama: o materialismo.

IV — QUE E' FILOSOFIA MATERIALISTA?

Ainda aqui existe uma confusão que devemos imediatamente acentuar. Chama-se vulgarmente materialista àquele que só pensa em gozar dos pra-

zeres materiais. Jogando com a palavra materialismo — que deriva da palavra matéria — chegaram a dar-lhe um sentido inteiramente falso.

Vamos — estudando o materialismo no sentido científico da palavra — dar-lhe novamente seu verdadeiro significado: ser materialista não impede — como vamos ver — ter um ideal e combater para fazê-lo triunfar.

Dissemos que a filosofia quer dar uma explicação aos problemas mais gerais do mundo. Mas, no curso da história da humanidade, essas explicações nem sempre foram as mesmas.

Os primeiros homens procuravam explicar a natureza e o mundo, mas não o conseguiam. O que permite realmente explicar o mundo e os fenômenos que o cercam são as ciências; ora, as descobertas que permitiram às ciências progredir, são muito recentes.

A ignorância dos primeiros homens era, portanto, um obstáculo às suas pesquisas. E' essa a razão pela qual, no decorrer da história, por causa dessa ignorância, vemos surgir as religiões, que querem também explicar o mundo. Elas o explicam através das forças sobrenaturais. Mas é uma explicação anticientífica. Pouco a pouco, com o passar dos séculos, a ciência veio se desenvolvendo. Os homens foram tentando explicar o mundo pelos fatos materiais, partindo das experiências científicas, e daí, dessa vontade de explicar as coisas pelas ciências, foi que nasceu a filosofia materialista.

Vamos, noutras páginas, estudar o que é materialismo, mas desde já devemos aprender que o materialismo nada mais é do que a explicação científica do universo.

Estudando a história da filosofia materialista, veremos quanto foi amarga e difícil a luta contra a ignorância. Devemos também constatar que em nossos dias essa luta ainda não terminou, pois o materialismo e a ignorância continuam a subsistir juntos, lado a lado.

No decorrer desse combate, intervieram Marx e Engels. Compreendendo a importância das grandes descobertas do século XIX, eles permitiram à filosofia do materialismo fazer enormes progressos na explicação científica do universo. Foi assim que nasceu o **materialismo dialético**. Marx e Engels compreenderam, primeiro que ninguém, que as leis que regem o mundo permitem também explicar a marcha das sociedades, e formularam, assim, a celebre teoria do **materialismo histórico**.

Propomo-nos, nesta obra, estudar primeiro o materialismo, depois o materialismo dialético e finalmente o materialismo histórico.

Agora, queremos estabelecer as relações entre o materialismo e o marxismo.

V -- QUAIS AS RELAÇÕES ENTRE O MATERIALISMO E O MARXISMO?

Podemos resumir a resposta da seguinte maneira:

1. A filosofia do materialismo é a base do marxismo.
2. Essa filosofia materialista que quer dar uma explicação científica aos problemas do mundo progride no decorrer da história, ao mesmo tempo que as ciências. Por conseguinte, o marxismo nasceu das ciências, nelas repousa e com elas evolui.

3. Antes de Marx e Engels houve, em várias épocas, e sob formas diferentes, filósofos materialistas. Mas, no século XIX, as ciências deram um grande passo à frente. Marx e Engels renovaram esse antigo materialismo partindo das ciências modernas e deram-nos o materialismo moderno, que se chama **materialismo dialético** e que é a base do **marxismo**.

Por essas explicações, vemos que a filosofia do materialismo, contrariamente ao que dizem, tem uma história. Essa história está intimamente ligada à história das ciências. O marxismo, baseado no materialismo, não saiu do cérebro de um só homem. Ele é o coroamento, a continuação do materialismo antigo, que era já bastante avançado com Diderot (*). O marxismo é o alargamento do materialismo desenvolvido pelos enciclopedistas (**) do século XVIII, enriquecido pelas descobertas do século XIX. O marxismo é uma teoria viva, e para demonstrar de que maneira ele vê os problemas vamos tomar um exemplo que todo mundo conhece: o problema da luta de classes.

Que se pensa sobre esse problema? Algumas pessoas julgam que a conquista do pão dispensa a luta política. Outras que bastam atentados terroristas, negando a necessidade de organização. Outras ainda acham que só a luta política dará uma solução a essa questão.

Para o marxista, o problema da luta de classes compreende:

- a) a luta económica;
- b) a luta política;
- c) a luta ideológica.

O problema deve, portanto, ser colocado **simultaneamente** nesses três terrenos.

a) Não se pode lutar por mais pão (luta económica) sem lutar pela paz (luta política) e sem defender a liberdade (luta ideológica).

b) Da mesma maneira, na luta política — que depois de Marx se tornou uma verdadeira ciência — somos obrigados a levar em conta, ao mesmo tempo, a situação económica e as correntes ideológicas.

c) Quanto à luta ideológica, que se manifesta pela propaganda, temos de levar em conta, para que ela seja eficaz, a situação económica e política.

Vemos, portanto, que todos esses problemas estão intimamente ligados,

(*) Diderot (1713-1784) foi o mais eminente dos materialistas franceses do século XVIII, chamado "Século da luz". Foi ele o chefe e a alma dos enciclopedistas. Se alguém — escreveu Engels — consagrou toda sua vida com entusiasmo à verdade e ao direito — tomada esta frase no bom sentido — esse alguém foi Diderot. Educado num catolicismo rigoroso, Diderot evoluiu com uma admirável lógica, passando do deísmo ao materialismo e ao ateísmo militante para terminar incarnando as finalidades mais altas da filosofia revolucionária burguesa de França. Exerceu sobre a sociedade de seu tempo a influência mais profunda e mais durável.

(**) Enciclopedistas foram os filósofos franceses que organizaram a Enciclopédia, obra que contém um resumo de todos os conhecimentos humanos da época. Na história literária francesa, a Enciclopédia é a grande obra publicada no século XVIII, na qual os conhecimentos humanos foram, pela primeira vez, apresentados do ponto de vista da burguesia revolucionária.

e assim não se pode tomar nenhuma decisão, diante de qualquer aspecto desse grande problema, que é a luta de classe (numa greve, por exemplo) sem tomar em consideração cada face do problema e o conjunto do próprio problema.

Aquele que for, portanto, capaz de lutar em todos os terrenos, é o que dará ao movimento sua melhor direção:

Vemos como um marxista compreende esse problema da luta de classes. Além disso, na luta ideológica que temos de travar todos os dias, encontramos-nos diante de problemas difíceis de resolver: a imortalidade da alma, a existência de Deus, as origens do mundo, etc. O materialismo dialético é que nos dá um método de raciocínio para resolver todos esses problemas, assim como combater todas as campanhas de falsificação do marxismo, dos que pretendam completá-lo ou renová-lo.

VI — CAMPANHAS DA BURGUESIA CONTRA O MARXISMO

As tentativas de falsificação apoiam-se em bases diversas. Procuram levantar contra o marxismo os autores socialistas do período pre-marxista (antes de Marx). Assim, vemos muitas vezes serem utilizados contra Marx os utopistas (*). Outros utilizam Proudhon (**); outros exploram os revisionistas (***) de antes de 1914 (estes foram magistralmente vencidos por Lênin). Mas o que se deve acentuar é a campanha do silêncio da burguesia contra o marxismo. Ela tudo faz principalmente para impedir que seja conhecida a filosofia materialista sob sua forma marxista. Particularmente frizante, a esse respeito, é o conjunto de ensino filosófico, tal como é ministrado, por exemplo, na França.

Nos estabelecimentos de ensino secundário, ensina-se filosofia. Mas pode-se seguir todo esse curso sem jamais aprender que existe uma filosofia

(*) Utopistas (do grego **u** (não) **topos** (lugar) isto é, que não se encontra em lugar algum; portanto, irrealizável. A palavra **utopia** começou a ser empregada depois do aparecimento de um famoso livro de Tomas Morus **Utopia**, no qual o Estado ideal e a vida social racionalmente organizada eram praticados numa ilha imaginária e inexistente, chamada ilha da Utopia. Desde então, a palavra utopia serve para assinalar uma teoria fantástica sobre o regime estatal ideal, sobre a sociedade ideal, teoria que não possui nenhuma base real. Sobre os utopistas é bom ler Engels: **Do socialismo utópico ao socialismo científico** — in **Introdução ao Estudo do Marxismo**, páginas 17-67 — Ed. Calvino, 1945.

(**) Proudhon (1809-1865) foi um escritor e economista francês. Representante clássico do socialismo pequeno-burguês. Foi um dos fundadores do anarquismo. Fez parte da Primeira Internacional. A um de seus livros, intitulado **A Filosofia da Miséria**, Marx respondeu com **A Miséria da Filosofia**. Suas idéias tiveram grande influência sobre os artesãos franceses.

(***) Revisionismo. O revisionismo filosófico foi uma corrente hostil ao marxismo. Sob a capa de "revisão" e de "fazer emendas" nas bases filosóficas do marxismo, os revisionistas foram somente anti-marxistas. O criador desse revisionismo foi Bernstein e logo após Kautski e outros.

materialista elaborada por Marx e Engels. Quando, nos manuais de filosofia, falam de materialismo (porque afinal é preciso falar) é sempre separando o marxismo do materialismo. Apresentam o marxismo, de modo geral, unicamente como uma doutrina política e quando falam de materialismo histórico não falam a esse respeito da filosofia do materialismo; enfim, silênciam inteiramente sobre o materialismo dialético.

Essa situação não existe somente nas escolas e nos liceus; é também a existente nas Universidades. O fato mais característico é que se pode ser na França um "tecnico" de filosofia, munido dos diplomas mais altos que as Universidades francesas concedem, sem saber que o marxismo tem uma filosofia, que é o materialismo, e sem saber que o materialismo tradicional tem uma forma moderna, que é o marxismo ou materialismo dialético.

Queremos demonstrar que o marxismo comporta uma concepção geral, não somente da sociedade, mas ainda do próprio universo. E', portanto, inútil, contrariamente ao que pretendem certos cavalheiros, declarar que o grande defeito do marxismo é sua falta de filosofia e querer, como alguns teóricos do movimento operário, sair em busca dessa filosofia que falta ao marxismo.

Acontece que, apesar dessa campanha de silêncio, apesar de todas as falsificações e precauções tomadas pelas classes dirigentes, o marxismo e sua filosofia começam a ser cada dia mais conhecidas.

Capítulo Primeiro

O PROBLEMA FUNDAMENTAL DA FILOSOFIA

- | |
|---|
| I — Como devemos começar o estudo da filosofia? |
| II — Duas concepções para explicar o mundo. |
| III — A matéria e o espírito. |
| IV — Que é matéria e que é espírito? |
| V — A questão ou o problema fundamental da filosofia. |
| VI — Idealismo ou materialismo. |

I — COMO DEVEMOS COMEÇAR O ESTUDO DA FILOSOFIA?

Em nossa introdução, citamos varias vezes a filosofia do materialismo dialético como sendo a base do marxismo.

A finalidade que nos propomos é o estudo dessa filosofia, mas, para atingirmos esse fim, devemos caminhar por etapas.

Quando falamos de materialismo dialético, encontramos-nos diante de duas palavras: — **materialismo** e **dialético**, o que significa que o materialismo é dialético. Sabemos que antes de Marx e Engels o materialismo já existia, mas que foram eles, com o auxílio das descobertas do século XIX, que transformaram esse materialismo e criaram o materialismo dialético.

Examinaremos mais tarde o sentido da palavra "dialética", que designa a forma moderna do materialismo.

Mas, como houve filósofos materialistas antes de Marx e Engels (por exemplo Diderot, no século XVIII) e como ha pontos comuns a todos os

materialistas, precisamos inicialmente estudar a **historia** do materialismo antes de estudar o materialismo dialético. Precisamos conhecer igualmente quais são as concepções que se opõem ao materialismo.

II — DUAS CONCEPÇÕES PARA EXPLICAR O MUNDO

Vimos que a filosofia é o “estudo dos problemas mais gerais” e que ela tem por finalidade explicar o mundo, a natureza, o homem.

Se abrirmos um manual de filosofia burguesa ficaremos admirados da quantidade de filosofias diversas, que lá se encontram. Elas são designadas por múltiplas palavras mais ou menos complicadas, terminando em **ismo**: criticismo, evolucionismo, intelectualismo, etc., e essa diversidade cria a confusão. A burguesia, além disso, nada fez para esclarecer esse ponto; pelo contrário. Mas nós podemos desde logo separar esses pensamentos em duas grandes correntes, em duas concepções nitidamente opostas:

- a) a concepção científica;
- b) a concepção não-científica do mundo.

III — A MATERIA E O ESPÍRITO.

Quando os filósofos começaram a explicar as coisas do mundo, da natureza, do homem, enfim, de tudo o que nos cerca, viram-se obrigados a fazer diferenciações. Constatamos que ha coisas e objetos que são materiais, coisas e objetos que vemos, que tocamos; e ha outras coisas que não vemos e não podemos tocar nem medir, como nossas ideias.

Classificamos, portanto, as coisas, assim: de um lado, as que são materiais; de outro lado, as que não são materiais e pertencem ao domínio do espírito, do pensamento, das ideias.

Foi assim que os filósofos se encontraram em presença da **materia** e do **espírito**.

IV — QUE É MATERIA E QUE É ESPÍRITO?

Acabamos de ver, de um modo geral, como os homens foram levados a classificar as coisas segundo o que elas sejam: **materia** ou **espírito**.

Mas devemos notar que essa diferenciação se faz sob diferentes formas e com palavras diferentes. É assim que, em lugar de falar do espírito, falamos do pensamento, das nossas ideias, da nossa consciência, da alma, da mesma maneira que, ao falarmos da natureza, do mundo, da terra, do ser, falamos da **materia**.

Engels, em seu livro “Ludwig Feuerbach”, fala do ser e do pensamento. O ser é a **materia**; o pensamento é o **espírito**.

Para definir o que é pensamento ou espírito e o que é o ser ou a **materia** diremos:

O **pensamento** é a ideia que fazemos das coisas. Certas ideias nos vêm geral e diretamente de nossas sensações e correspondem a objetos materiais; outras ideias, como as de Deus, da filosofia, do infinito, do próprio pensamento, não correspondem a objetos materiais. O essencial que devemos aprender aqui (e não esquecer) é que temos ideias, pensamentos, porque vemos e sentimos.

A **materia** ou o ser, é aquilo que nossas sensações e nossa percepção nos mostram e nos dão; é, de maneira geral, tudo o que nos cerca, é o que se chama o "mundo exterior". Exemplo: minha folha de papel é branca. Saber que ela é branca é uma ideia e são os meus sentidos que me dão essa ideia. A **materia** é a própria folha de papel.

E' essa a razão pela qual, quando os filósofos falam das relações entre o ser e o pensamento ou entre o espírito e a **materia**, ou entre a consciencia e o cerebro, etc., tudo isso é a mesma coisa e quer dizer: qual dos dois, entre a **materia** e o espírito, ser e o pensamento, é o mais importante, o que domina o outro, enfim, qual é o primeiro? Eis o que se chama:

V — A QUESTÃO OU O PROBLEMA FUNDAMENTAL DA FILOSOFIA

Cada um de nós quer saber o que nos acontece depois da morte, de onde surgiu o mundo, como se formou a terra? Parece-nos impossível admitir que sempre tenha existido alguma coisa. Nossa tendencia é para pensar que num certo momento não existia nada. E a essas perguntas é mais facil responder como ensina a religião: "O espírito pairava acima das trevas... depois veio a **materia**..." Da mesma forma perguntamo-nos muitas vezes: **Onde** estão nossos pensamentos? E eis que se apresenta diante de nós o problema das relações existentes entre o espírito e a **materia**, entre o cerebro e o pensamento. Ha ainda muitas outras maneiras de apresentar a questão. Por exemplo: quais são as relações entre a vontade e o poder? A vontade aqui é o espírito, o pensamento; o poder é aquilo que é possível, é o ser, a **materia**. Temos tambem a questão das relações entre a "existencia social" e a "consciencia social".

Vemos, portanto, que a questão fundamental da filosofia se apresenta sob diferentes aspectos e sentimos como é importante conhecer sempre a maneira pela qual se apresenta esse problema, as relações entre a **materia** e o espírito, pois sabemos que só pode haver duas respostas a essa pergunta:

- 1 — Uma resposta científica.
- 2 — Uma resposta não-científica.

VI — IDEALISMO OU MATERIALISMO

Foi assim que os filósofos se viram obrigados a tomar posição diante dessa importante questão.

Os primeiros homens, inteiramente ignorantes, não tendo nenhum conhecimento do mundo, nem deles proprios, atribuíram a seres sobrenaturais a responsabilidade de tudo o que lhes causava admiração. Em sua imaginação, excitada pelos sonhos, nos quais viam viver seus amigos e a si proprios, chegaram à concepção de que cada um de nós tinha uma existencia dupla. Perturbados pela ideia dessa "duplicidade", chegaram a imaginar que seus pensamentos e suas sensações eram produzidos não pelo

seu proprio corpo, mas por uma alma particular, habitando nesse corpo e deixando-o no momento da morte (1).

Dai ter nascido essa ideia da imortalidade da alma e de uma possível vida do espirito, fora da materia.

Muitos e muitos seculos foram necessarios para que os homens encastrassem assim a questao. Na realidade, somente depois da filosofia grega (e particularmente depois de Platão (*)), há aproximadamente 25 seculos) foi que os homens opuseram claramente a materia ao pensamento.

Sem duvida, haviam, durante muito tempo, pensado que o homem continuava a viver depois da morte sob a forma de uma "alma", mas supunham que essa alma era como uma especie de corpo transparente e não sob a forma de um pensamento puro.

Ao mesmo tempo, acreditavam nos deuses, seres mais poderosos que os homens, mas os imaginavam sob a forma de homens ou de animais, como corpos materiais. Somente mais tarde é que as almas e os deuses (o deus unico substituiu mais tarde os deuses) foram concebidos como espiritos puros.

Chegou-se então à ideia de que ha na realidade espiritos que têm uma vida inteiramente especifica, completamente independente dos corpos e que não precisam de corpos para existir.

Depois, essa pergunta se apresentou de maneira mais precisa com respeito à religião, sob esta forma:

O mundo foi criado por Deus ou existe de toda a eternidade?

Segundo a maneira pela qual respondiam a essa pergunta, os filosofos dividiam-se em dois grandes campos.

Os que adotavam a explicação não-cientifica admitiam a criação do mundo por Deus, isto é, afirmavam que o espirito criara a materia, e formavam no campo do idealismo.

Os outros, que procuravam dar uma explicação cientifica do mundo e pensavam que a natureza, a materia, era o elemento principal, esses pertenciam às diferentes escolas do materialismo.

Na sua origem, essas duas expressões, idealismo e materialismo, não significam mais do que isso.

O idealismo e o materialismo são, portanto, duas respostas opostas e contraditorias ao problema fundamental da filosofia.

O idealismo é a concepção não-cientifica. O materialismo é a concepção cientifica do mundo.

Veremos mais adiante as provas dessa afirmativa, mas podemos desde logo dizer que se constata, na experiencia, que há corpos sem pensamento, como as pedras e os metais, a terra, mas nunca se constatou a existencia de espirito sem corpo.

(*) Platão (428-348 antes de nossa era). Filósofo grego, o maior pensador idealista da antiguidade. Em seu caráter social, o idealismo de Platão é a ideologia das classes dominantes da sociedade antiga. Repousava no trabalho dos escravos em seu periodo, de decadencia progressiva, que foi acelerada, sem cessar, pelo desenvolvimento da economia comercial e do capital e usurario.

Terminando este capítulo com uma conclusão inequívoca, vemos que para responder a essa pergunta: "porque o homem pensa?" há duas respostas inteiramente diferentes e totalmente opostas uma à outra.

1.^a resposta — O homem pensa porque possui uma alma.

2.^a resposta — O homem pensa porque possui um cérebro.

Conforme uma ou outra de nossas respostas, seremos levados a dar soluções diferentes aos problemas que decorrem dessa pergunta.

A questão é saber se o cérebro foi criado pelo pensamento ou se o pensamento é um produto do cérebro.

Segundo a resposta, que dermos, somos idealistas ou materialistas.

Capítulo Segundo

O IDEALISMO

- | |
|---|
| I — O idealismo moral e o idealismo filosófico. |
| II — Por que devemos estudar o idealismo de Berkeley? |
| III — O idealismo de Berkeley. |
| IV — Consequências dos raciocínios "idealistas". |
| V — Os argumentos idealistas: |
| 1 — O espírito cria a matéria. |
| 2 — O mundo não existe fora de nosso pensamento. |
| 3 — Nossas ideias é que criam as coisas. |

I — O IDEALISMO MORAL E O IDEALISMO FILOSÓFICO.

Vimos já a confusão criada pela linguagem corrente sobre o materialismo. A mesma confusão se verifica a propósito do idealismo.

É preciso, realmente, não confundir, o idealismo moral e com o idealismo filosófico.

O idealismo moral consiste em nos devotarmos a um ideal, a uma causa. Sabemos, pela história do movimento operário internacional, quantos revolucionários, quantos marxistas se dedicaram até o sacrifício da própria vida por um ideal moral; entretanto, eram adversários desse outro idealismo que se chama idealismo filosófico.

Idealismo filosófico

O idealismo filosófico é uma doutrina que tem por base a explicação da matéria pelo espírito.

É o raciocínio que responde à questão fundamental da filosofia, dizendo: O pensamento é o elemento principal, o mais importante, o primeiro. E o idealismo, afirmando a importância primordial do pensamento, afirma que é ele que produz o ser, ou, por outras palavras, é o espírito que produz a matéria.

Eis aí a primeira forma do idealismo, que se desenvolveu nas religiões, afirmando que Deus, espírito puro, é o criador da matéria.

A religião, que pretendeu e pretende ainda estar fora das discussões filosóficas, é, pelo contrário, a representação direta e lógica da filosofia idealista.

Ora, a ciência, intervindo no decorrer dos séculos, tornou necessária a explicação da matéria, do mundo, das coisas de modo diferente da explicação através de Deus. Porque, desde o século XVI, a ciência começa a explicar os fenômenos da natureza sem levar em conta a Deus e desprezando a hipótese da criação.

Para melhor combater essas explicações científicas, materialistas e atêas, era necessário, portanto, levar ainda mais longe o idealismo e **negar a existência da própria matéria.**

Foi o que aconteceu no começo do século XVIII com um bispo inglês, Berkeley (*), que ficou chamado o pai do idealismo.

II — POR QUE DEVEMOS ESTUDAR O IDEALISMO DE BERKELEY?

A finalidade do sistema filosófico de Berkeley, será, portanto, destruir o materialismo, tentar demonstrar-nos que a substância material não existe. Ele escreve no prefácio de seu livro "Diálogos de Hylas e de Phylonous":

Se esses princípios são aceitos e considerados verdadeiros, o ateísmo e o ceticismo são completamente liquidados de uma só vez; as questões obscuras são esclarecidas, as dificuldades insolúveis resolvidas; e os homens que gostam dos paradoxos são reconduzidos ao senso comum.

Assim, portanto, para Berkeley, o verdadeiro é que a matéria não existe e o paradoxal é pretender o contrário.

Vamos ver como ele demonstra isso. Mas penso não será inútil insistir em que os que querem estudar filosofia devem dar à teoria de Berkeley uma grande importância.

Sei que suas conclusões farão sorrir a muita gente, mas não devemos esquecer que vivemos no século XX e que nos beneficiamos de todos os estudos do passado. Veremos também, quando estudarmos o materialismo e sua história, que todos os filósofos materialistas da antiguidade também nos fazem hoje sorrir.

Precisamos saber também que Diderot, que foi, antes de Marx e Engels, o maior dos pensadores materialistas, dava ao sistema de Berkeley alguma importância, visto que o descrevia como um sistema, que, para a vergonha do espírito humano e da filosofia, é o mais difícil de ser combatido, embora seja o mais absurdo de todos (*). (Citado por Lênin no *Materialismo e Empirio-crítico*, pag. 16 — Edit. Calvino, 1946).

Lênin também nesse livro dedicou várias páginas à filosofia de Berkeley, dizendo:

Os filósofos idealistas mais modernos não produziram contra os materialistas nenhum... argumento que não seja encontrado na teoria do bispo Berkeley.

(*) Berkeley (1683-1753) — Filósofo inglês, padre, foi missionário na América. Sua atividade clerical estava a serviço da política inglesa conquistadora; era, portanto, um serviço reacionário.

keley (5), e eis aqui a definição do imaterialismo de Berkeley num manual de historia da filosofia difundido ainda hoje nos liceus:

Teoria ainda imperfeita, sem duvida, mas admiravel e que deve destruir, para sempre, nos espiritos filosoficos, a crença na existencia de uma substancia material (6).

Isso define a importancia desse raciocinio filosofico.

III — O IDEALISMO DE BERKELEY

A finalidade desse sistema consiste, portanto, em demonstrar que a matéria não existe.

Berkeley dizia:

A materia não é aquilo em que nós cremos pensando que ela existe fora de nosso espirito. Pensamos que as coisas existem porque as vemos, porque as tocamos; é porque elas nos dão essas sensações, que cremos em sua existencia.

Mas nossas sensações são apenas ideias que temos em nosso espirito. Portanto, os objetos que percebemos pelos nossos sentidos não são outra coisa senão ideias, e as ideias não podem existir fora de nosso espirito.

Para Berkeley, as coisas existem, ele não nega sua natureza e sua existencia, mas existem apenas sob a forma de sensações que nos fazem conhecê-las e — diz ele — nossas sensações e os objetos são apenas uma e a mesma coisa.

As coisas existem, é verdade, mas **em nós**, em nosso espirito, e não têm nenhuma substancia fora do espirito.

Concebemos as coisas com o auxilio da vista; percebemo-las com o auxilio do tacto; o olfato nos ensina sobre o cheiro; o paladar sobre o gosto; a audição sobre os sons. Essas diferentes sensações nos dão ideias que, combinadas umas com as outras, fazem com que lhes demos um nome comum e as consideremos como objetos.

Observa-se, por exemplo, uma cor, um gosto, um cheiro, uma forma, uma determinada consistencia... reconhecendo-se esse conjunto como um objeto que designamos com o nome de "maçã".

(Outras combinações de sensações nos dão) outros conjuntos de idéias (que) constituem o que se chama pedra, arvore, livro e outros objetos sensíveis (7).

Somos, portanto, vitimas de ilusões quando pensamos conhecer como exterior o mundo e as coisas, pois tudo isso só existe em nosso espirito.

Em seu livro *Dialogo de Hylas e de Phylonous*, Berkeley nos demonstra essa tese da seguinte maneira:

Não será um absurdo julgar-se que uma mesma coisa, num mesmo instante, possa ser diferente? Por exemplo, quente e frio ao mesmo tempo? Imaginai, portanto, que uma de vossas mãos seja quente, a outra fria e que todas duas sejam mergulhadas ao mesmo tempo num vaso cheio de água com uma temperatura intermediária: a água não parecerá quente a uma das mãos e fria à outra? (8)

Como é absurdo julgar que uma coisa ao mesmo tempo possa ser em si mesma diferente, devemos concluir que essa coisa só existe em nosso espirito.

Que faz então Berkeley em seu metodo de raciocinio e de discussão? Retira dos objetos, das coisas, todas as suas propriedades:

Dizeis que os objetos existem porque eles têm uma cor, um cheiro, um sabor, porque são pequenos ou grandes, pesados ou leves? Vou demonstrar-vos que isso não existe nos objetos, mas em nosso espirito.

Tomemos de um retalho de pano: direis que ele é vermelho. Estais certos disso? Pensais que o vermelho está no proprio tecido? Será isso verdade?

Sabeis que ha animais que têm os olhos diferentes dos nossos e que não verão esse tecido vermelho; assim tambem um homem que estiver com ictericia o verá amarelo! Então, de que cor ele é? Isso depende, direis. O vermelho não está, portanto, no tecido, mas nos olhos, em nós.

Dizeis que o pano é fino. Deixai-o cair em cima de uma formiga e ela naturalmente o achará pesado. Quem tem então razão? Pensais que ele é quente? Mas se estiverdes com febre o achareis frio. Afinal, é quente ou frio?

Numa palavra: se as mesmas coisas podem ser ao mesmo tempo para uns vermelhas, pesadas, quentes e para outros exatamente o contrário, é que somos vitimas de ilusões e as coisas só existem em nosso espirito.

Retirando todas as propriedades aos objetos, chegamos a dizer que eles existem apenas em nosso pensamento, **que a materia é a ideia.**

Antes de Berkeley, os filosofos gregos diziam — e isto estava certo — que certas qualidades, como o sabor, o som, não eram coisas existentes em si proprias, mas em nós.

O que há de novo na teoria de Berkeley é justamente que ele estende essa analise a **todas** as qualidades dos objetos.

Os filosofos gregos haviam estabelecido entre as qualidades das coisas a seguinte diferença:

De um lado, as **qualidades primarias**, isto é, as qualidades que existem nos objetos como o peso, o tamanho, a resistencia, etc.

De outro lado, as **qualidades secundarias**, isto é, as que estão em nós, como o cheiro, o sabor, o calor, etc.

Berkeley aplica às qualidades primarias a mesma tese que às qualidades secundarias, achando que **as qualidades, as propriedades não estão nos objetos, mas em nós.**

Se olharmos o sol o veremos redondo, achatado, vermelho. A ciencia nos ensina que o sol não é achatado, nem é vermelho. Faremos, portanto, abstração, pela ciencia, de certas propriedades falsas que damos ao sol, mas sem concluir por isso que ele não existe. E é a esta conclusão que Berkeley chega.

Berkeley não errou demonstrando que a diferenciação estabelecida pelos antigos não resiste à analise cientifica, mas comete um erro de raciocínio, um sofisma, tirando dessas analises deduções que elas não comportam. Ele demonstra, realmente, que as qualidades das coisas não são tais como nos demonstram nossos sentidos, isto é, que nossos sentidos nos enganam e deformam a realidade material, e conclui logo, apressadamente, que a realidade material não existe!

IV — CONSEQUENCIAS DOS RACIOCINIOS “IDEALISTAS”.

Sendo a tese: “tudo existe apenas em nosso espirito”, esses raciocinios nos levam a crer que o mundo exterior não existe.

Levando esse raciocínio até o fim, chegamos a dizer: "Só eu existo, pois só conheço os outros homens pelos meus próprios pensamentos; os outros homens são, para mim, como os objetos materiais, apenas conjuntos de ideias". E' o que em filosofia se chama o solipsismo (que quer dizer: só-eu-mesmo).

Berkeley — diz-nos Lênin em seu livro já citado — defende-se, por instinto, contra a acusação de sustentar uma tal teoria. Constata-se mesmo que o solipsismo, forma extrema do idealismo, não foi defendido por nenhum filósofo.

E' por isso que devemos preocupar-nos — discutindo com os idealistas — em demonstrar que os raciocínios que negam efetivamente a matéria, para ser lógicos e consequentes, devem chegar a esse extremo absurdo que é o solipsismo.

V — OS ARGUMENTOS IDEALISTAS

Esforçamo-nos para resumir o mais simplesmente possível a teoria de Berkeley porque foi ele quem mais claramente expôs o que é o idealismo filosófico.

Está claro que para bem compreender esses raciocínios, que são novos para nós, é indispensável leva-los muito a sério e fazer um esforço intelectual para compreendê-los.

Veremos depois que, se o idealismo se apresenta de maneira ainda mais disfarçada, mas encoberto em palavras e expressões novas, todas as filosofias idealistas não fazem mais do que tomar os argumentos do "velho Berkeley" (Lênin).

Veremos também quanto a filosofia idealista, que dominou e domina ainda a história oficial da filosofia, trazendo consigo um método de pensamento do qual somos impregnados, soube penetrar em nós, apesar de uma educação inteiramente leiga.

Como a base dos argumentos de todas as filosofias idealistas se encontra nos raciocínios do padre Berkeley, vamos resumir este capítulo, procurando salientar quais são os seus principais argumentos e o que pretendem demonstrar-nos:

1. O espírito cria a matéria.

E' essa — como sabemos — a resposta idealista à questão fundamental da filosofia. E' a primeira forma de idealismo que se reflete nas diferentes religiões que afirmam que o espírito criou o mundo.

Essa afirmação pode ter dois sentidos:

Deus criou o mundo e este existe realmente fora de nós. E' o idealismo comum das teologias. (Teologia é a "ciência"!!! que trata de Deus e das coisas divinas).

Ou então, Deus criou a ilusão do mundo dando-nos ideias que não correspondem a coisa alguma. E' o "idealismo imaterialista" do bispo Berkeley, que pretende provar que o espírito é a única realidade, sendo a matéria um produto fabricado por nosso espírito.

E' por isso que os idealistas afirmam que

2. O mundo não existe fora de nosso pensamento.

Isto é o que Berkeley pretende demonstrar-nos afirmando que cometemos um erro atribuindo às coisas propriedades e qualidades que lhes seriam próprias, enquanto elas existem apenas em nosso espírito.

Para os idealistas, os bancos e mesas existem, mas somente em nosso pensamento, não fora de nós, porque

3. São as nossas ideias que criam as coisas.

Por outras palavras: as coisas são o reflexo de nosso pensamento. Com efeito, visto que é o espírito que cria a ilusão da matéria, visto que é o espírito que dá ao nosso pensamento a ideia da matéria, pois as sensações que experimentamos diante das coisas não provêm das próprias coisas, mas somente de nosso pensamento, a causa da realidade do mundo e das coisas é o nosso pensamento e, por conseguinte, nada do que nos envolve existe fora de nosso espírito e é somente o reflexo de nosso pensamento. Mas como, para Berkeley, **nosso** espírito seria incapaz de criar **para ele somente** essas ideias e, além disso, ele não faz o que quer, como aconteceria se pudesse criar coisas sozinho, temos de admitir que é um outro espírito, mais poderoso, o criador. É, portanto, Deus que cria nosso espírito e nos impõe todas as ideias do mundo, que nele encontramos.

Eis aí as principais teses sobre as quais repousam as doutrinas idealistas e as respostas que elas dão à questão fundamental da filosofia. Veremos, no capítulo seguinte, a resposta da filosofia materialista a essa questão e aos problemas levantados por essas teses.

(Continuará no próximo número.)



CLASSES NA URSS — “A vitória do socialismo na URSS assegurou o domínio absoluto da Economia socialista. De acordo com as mudanças radicais que tiveram lugar na Economia, mudou também a composição de classes da União Soviética. Nos anos de construção socialista, terminou-se com os elementos exploradores, capitalistas, comerciantes, kulaks e especuladores. Os trabalhadores da URSS, operários, camponeses e intelectuais, transformaram-se profundamente no decurso dos anos da construção socialista.

“Vão-se apagando, vão desaparecendo, as fronteiras de *classe*, entre os trabalhadores da URSS, vão desaparecendo as contradições políticas e econômicas entre os operários, camponeses e intelectuais. Foi esta precisamente a base da unidade moral e política da sociedade soviética. Esta unidade moral e política da sociedade soviética teve uma confirmação brilhante na formação e na completa vitória do bloco de comunistas e sem partido nas eleições para o Soviet Supremo da URSS e para os Soviets Supremos das Repúblicas federadas.” (A. Idánov — *Informe ao XVIII Congresso do P.C. (b) da URSS*, Moscou, 1939 — Ediciones en lenguas extranjeras, pág. 10.)

O Pensamento de Engels



A REVOLUÇÃO SE APROXIMA...

No que diz respeito à *revolução*, que se aproxima e que transformará o atual regime de distribuição dos produtos do trabalho, com todos os seus clamorosos contrastes de miséria e abundância, fome e dissipação, se contássemos apenas com a consciência de que esse regime de distribuição é injusto e de que, cedo ou tarde, o direito e a justiça acabariam por triunfar poderíamos, então, esperar tranquilamente sentados. Os místicos da Idade Média, aqueles que sonhavam com a proximidade do reino milenar, já tinham consciência dessa injustiça, a consciência da injustiça dos antagonismos de classe. Nos primórdios da história moderna, há uns trezentos e cinquenta anos, ergueu-se a voz de Thomas Munzer, clamando contra esta injustiça. O mesmo grito novamente ressoa e perde-se na Revolução Inglesa e na Revolução burguesa da França. O grito, que até 1830 não tinha comovido ainda as massas trabalhadoras e oprimidas, encontra hoje eco em milhões de homens, abalando, um por um, todos os países, na mesma ordem e com a mesma intensidade com que, nesses países, se vai desenvolvendo a grande indústria, e chega a atingir, no decurso de uma geração, uma força tal, que pode desafiar todos os poderes coligados contra ele, estando mesmo seguro da vitória definitiva num futuro próximo. Cabe-nos perguntar agora: A que se deve isso? Simplesmente ao facto de que a grande indústria moderna engendrou, por um lado, o proletariado, classe que se pode levantar, pela primeira vez na história, para exigir a abolição, não de uma ou de outra organização concreta de classe, não de tal ou qual privilégio concreto de classe, mas de todas as classes em geral; essa classe, pelas próprias circunstâncias, é obrigada a impor essa abolição, sob pena de ficar reduzida à situação em que se encontram os *coolies* na China. Por outro lado, a grande indústria cria a burguesia, classe que ostenta o monopólio de todos os instrumentos de produção e meios de vida, ficando demonstrado, em cada período de saturação e nas crises que lhes são subseqüentes, que é já incapaz de continuar a governar as forças produtivas, que fogem ao seu controle; essa classe, sob cujo controle a sociedade corre, vertiginosamente, para a ruína, como se fôsse uma locomotiva, na qual o maquinista não tem mais força suficiente para abrir nenhuma válvula de segurança. Ora, por outras palavras: a onda de rebeldia é devida a que as forças produtivas engendradas, tanto pelo moderno regime capitalista de produção, como também pelo sistema de distribuição de riquezas, por ele criado, estão em flagrante contradição com esse regime de pro-

dução, numa contradição tão irreductível que, necessariamente, deverá se produzir uma transformação radical no regime de produção e de distribuição, arrastando para o abismo tôdas as diferenças de classe, se é que a sociedade moderna não quer perecer. Neste facto material e tangível, que se impõe, dentro de limites mais ou menos claros, através de uma irresistível necessidade, nos cérebros dos prole*ários vítimas da exploração, nesse facto e não nas idéias e maquinações de um erudito especulador sôbre o Direito e a Justiça, é que se evidencia a certeza de que o socialismo moderno terá de triunfar.” (Engels — *Anti-Dühring*, pág. 211 — Edit. Calvino Ltda., 1944.)

● ●

A HISTÓRIA É ANTIGA — A Alta Côrte francesa julgava a secção francesa da Primeira Internacional e condena a comissão pró-greve de Genebra. Forma-se uma segunda comissão, composta de nove membros: entre outros, o encadernador Varlin, o tintureiro Benoit Malon, o ourives Combault. A comissão anuncia públicamente sua constituição, sem se preocupar com perseguições; lança um apêlo em favor dos grevistas de Genebra, onde os rapazes da construção civil lutam pela jornada de dez horas. A imprensa, ao publicar o apêlo cria, sem detença, o arsenal de calúnias, que se tornariam tradicionais e quasi que se repetem: “*agitadores estrangeiros*”, “*ordens vindas de Londres*”, o “*ouro da Internacional*”. Isso em 1868.

●

O CAPITALISMO — “O capitalismo não só não pode já manter-se de pé, mas tem nas mãos metralhadoras, tanques, bombas e exércitos; tem uma copiosa força pública, de uma fertilidade que pode exibir-se até num comício agrícola. Tem tribunais e cárceres. Tem os jornais, as escolas, a diplomacia e as alianças agressivas. Tem as leis. E fabrica tanto as leis quanto as moedas. Tem tudo quanto é necessário para desembaraçar-se dos homens livres, para expoliar os débeis, para explorar falsamente a civilização, para insuflar a uma parte da pequena burguesia a confiança nacional até à epilepsia, até à morte; para desperdiçar o trabalho e manter um pouco ainda a era de decadência e de destruição” — Henry Barbusse — Stálin, 1934, pág. 251.

●

A grande questão fundamental de toda filosofia, e especialmente a filosofia moderna, é a da relação entre o pensamento e o ser. (Engels — *Idealismo e Materialismo*).

●

...em política, para não se errar, é preciso ser-se revolucionário e não reformista. (Stálin — *Sôbre os Fundamentos do Leninismo*, página 272).

Páginas de Lênin

LÊNIN E A IMPRENSA BURGUESA

Agora, quando a nossa imprensa reacionária se volta contra o comunismo, repetindo as mesmas palavras que ouvíamos e liamos antes da guerra, vale a pena reproduzirmos um trecho de Lênin, tão vivo e atual, que parece dirigido aos chateaubriands e afonsos de carvalho de todos os países:

“Os milhões de exemplares dos periódicos burgueses que gritavam em todos os tons contra os bolcheviques, ajudaram-nos a conseguir que as massas valorizassem o bolchevismo, e mesmo sem contar com a imprensa, toda a vida social, graças ao “zêlo” da burguesia, impregnou-se de discussões sobre o bolchevismo. No momento atual, os milionários de todos os países conduzem-se de tal modo na escala internacional, que lhes devemos estar reconhecidos de todo o coração. Perseguem o bolchevismo com o mesmo zêlo com que antes o perseguiu Keriénski e companhia e, como este, também ultrapassam os limites e *nos ajudam*. Quando a burguesia francesa converte o bolchevismo em ponto central da campanha eleitoral, injuriando por seu bolchevismo a socialistas relativamente moderados ou vacilantes; quando a burguesia norte-americana, perdendo completamente a cabeça, detém milhares e milhares de indivíduos suspeitos de bolchevismo e cria um ambiente de pânico propagando por todas as partes a notícia de conspirações bolcheviques; quando a burguesia inglesa, a mais “sólida” de todas as burguesias do mundo, com todo o seu talento e sua experiência, comete inverossímeis tolices, funda riquíssimas “Sociedades para a luta contra o bolchevismo”, cria uma literatura especial sobre este último, toma a seu serviço, para a luta contra o bolchevismo, a um quadro pessoal suplementar de sábios, agitadores, padres, devemos nos inclinar e agradecer aos senhores capitalistas. Eles trabalham para nós, ajudam-nos a interessar as massas na questão da natureza e da significação do bolchevismo. E não podem agir de outro modo porque já fracassaram em seus intentos de silenciar em torno do bolchevismo e afogá-lo.” (Lênin — *A doença infantil do “esquerdismo” no Comunismo* — Ed. Vitória, págs. 118 e 119.)



TOLSTOI E A LUTA PROLETÁRIA — “Com uma força e uma sinceridade imensas, Tolstoi estigmatizou as classes dominantes; desmascarou com uma extrema nitidez a mentira interior de todas as instituições, graças às quais a sociedade atual se mantém: a Igreja, a justiça, o militarismo, o casamento “legal”, a ciência burguesa. Entretanto, sua doutrina encontrou-se em contradição completa com a vida,

o trabalho e a luta do proletariado, coveiro do regime atual. Qual o ponto de vista que se refletiu na pregação de Leon Tolstói? Por sua boca, falava essa massa do povo russo, êsses milhões de homens que já odiavam os senhores da vida atual, mas que não tinham ainda atingido a luta consciente e consequente contra êstes últimos, luta travada até o fim e sem piedade.

A história e o rumo da grande revolução russa demonstraram que essa foi precisamente a massa que se encontrava entre o proletariado socialista consciente e os defensores resolutos do antigo regime. Essa massa — principalmente a camponesa — demonstrou, durante a revolução, como era grande seu ódio contra o antigo estado de coisas, como sentia vivamente todo o peso do regime atual, como era vasta sua tendência espontânea para se desvencilhar dêsse regime e encontrar uma vida melhor.

Ao mesmo tempo, essa massa demonstrou durante a revolução que era insuficientemente consciente em seu ódio, inconsequente em sua luta, estreitamente limitada em sua procura de uma vida melhor.

O grande oceano popular, agitado até o mais profundo de si mesmo, refletiu-se no ensinamento de Tolstói com tôdas as suas fraquezas e lêdas as suas forças.

Estudando as obras artísticas de Leon Tolstói, a classe operária russa conhecerá melhor seus inimigos, enquanto que, vendo claro na doutrina de Tolstói, todo o povo russo deverá compreender em que consistiu sua própria fraqueza que o impediu de realizar até o fim a obra de sua libertação. Isso é preciso ser compreendido para marcharmos para a frente.

Esta marcha para a frente está entravada por todos aquêles que decretaram que Tolstói é a "consciência comum", o "senhor da vida". É uma mentira difundida conscientemente pelos liberais desejosos de utilizar o lado contra-revolucionário dos ensinamentos de Tolstói. Essa mentira sobre Tolstói, "senhor da vida", é repetida, depois dos liberais, por alguns artigos social-democratas.

O povo russo não obterá sua libertação senão quando tiver compreendido que deve aprender a lutar por uma vida melhor, não com Tolstói, mas com a classe cuja importância Tolstói não compreendia e que é a única classe capaz de destruir o velho mundo que Tolstói odiava: a classe do proletariado." (Lénin — *Tolstói e a Luta Proletária*, "in" *Rabótschaia Gazeta* (O Jornal Operário) de 18 (21) de dezembro de 1910. Obras, t. XIV, págs. 407-408, ed. russa).

DO SOCIALISMO AO COMUNISMO — A URSS entrou em uma nova fase de seu desenvolvimento, na fase do coroamento da edificação socialista e passagem gradual do socialismo ao comunismo. (A. Idánov — *Informe ao XVIII Congresso do P.C. (b) da URSS*, Moscou, 1939 — Ediciones en lenguas extranjeras, pág. 65.)

NOTAS SOBRE A INFLAÇÃO

CALVINO FILHO.

A inflação é um processo, devido a várias causas, de emissão continuada de dinheiro não metálico, inconversível, de que resulta por fim um excesso, em circulação ou em depósito nos bancos, em relação às mercadorias e serviços a serem por ele trocados.

Essa ocorrência, dentro de um país, só é possível por ter sido substituído o ouro amoeado, como intermediário nas trocas, ou seja, como meio de circulação das mercadorias, por símbolos impressos: bilhetes de banco, papel-moeda, etc.

Ouro — Meio de circulação

Quando o ouro, como dinheiro, circulava sob a forma de moeda, o excesso que porventura se verificasse, num dado período, era automaticamente retirado da circulação, para ser transformado em objetos de arte, em barras, etc. Sim, porque se havia excesso de moedas de ouro em circulação, como dinheiro, sendo o ouro também uma mercadoria, por força da lei da oferta e da procura, baixava o seu preço. Baixando seu preço, havia uma procura maior de moeda-ouro para ser transformado em utilidades de toda espécie, donde a sua retirada da circulação. O aumento das trocas ou a retirada continuada das moedas de ouro da circulação determina finalmente uma procura maior de ouro amoeado, como meio de circulação, donde o seu valor, como moeda, dinheiro, subir.

Aumentando o valor de troca da moeda-ouro, havia uma retransformação das barras, utilidades, objetos de arte, etc., em moeda, dinheiro. Assim, o equilíbrio se fazia automaticamente, por força do valor do ouro, como equivalente geral das mercadorias.

No século XVIII, porém, houve um afluxo demorado de ouro no mercado, com a descoberta de novas e ricas minas. Esse excesso, temporário, de ouro, sob forma dinheiro, determinou uma alta geral dos preços das mercadorias, porque, sendo o ouro também uma mercadoria, como mercadoria tivera seu valor diminuído e pela abundância maior determinara maior oferta que procura, o que acarretou, como sempre sucede para qualquer mercadoria, a baixa do seu preço. E sendo o preço das mercadorias em geral relacionado ao preço do ouro, que é o equivalente geral, quando este baixa, sobe o das mercadorias, e vice-versa.

Assim aconteceu, em verdade, no século XVIII, com a *revolução dos preços*, quando a produção das novas minas de ouro da América e África, em curto lapso de tempo, ultrapassou as necessidades mundiais de ouro, como meio de circulação. Com o aumento da produtividade do ouro, pela melhoria da técnica empregada e descoberta de minas mais ricas, o valor do ouro-mercadoria, equivalente geral, baixara em relação

às demais mercadorias, portanto, o valor das outras mercadorias, formas relativas de valor, subiram em relação ao ouro, equivalente geral.

Como é evidente, não se pode assimilar a *revolução dos preços* do século XVIII, consequente de um excesso temporário de ouro, equivalente geral, com as elevações dos preços das mercadorias, em certos países, nos séculos XIX e atual, resultantes de inflação de papel-moeda. O excesso de ouro, verificado no século XVIII, que por analogia se pode denominar de inflação áurea ou de ouro, teve caráter mundial, pois se tratava e trata de dinheiro universal — ouro, donde as suas consequências terem sido também de caráter mundial. Enquanto a inflação de papel-moeda, até aqui tem tido apenas caráter nacional. Diminuído, como vimos, o valor do ouro, portanto, o seu preço como mercadoria também baixou, e sendo ele também equivalente geral, é claro que os preços das demais mercadorias, cuja produção se mantinha regular, normal, teria que subir em relação ao seu equivalente geral — o ouro. Não houve, corretamente, uma inflação, mas um reajustamento dos preços das mercadorias em geral em relação ao preço do ouro, por ser ele o equivalente geral.

Moeda-papel e papel-moeda

Mas, à necessidade crescente de meios de circulação e pagamento, pelo valor e volume sempre crescentes da produção de mercadorias e serviços, não correspondeu posteriormente ao século XVIII, uma produção proporcional de ouro. A sua substituição por símbolos — bilhetes de banco, moeda-papel, papel-moeda, etc. — foi se impondo, facilitada pelas comodidades que esses símbolos fornecem e pelos desajustamentos econômico-financeiros, em muitos países.

A missão desses símbolos, no entanto, sempre ficou relacionada, pelo menos simbolicamente, à existência do ouro que representa, nos países. a maioria do mundo, cujo sistema monetário se baseia no padrão ouro.

Sem exceção, essa relação entre o papel-moeda, símbolo do ouro, e o ouro, tem sido alterada pelos governos de todos os países. Essas alterações da relação ouro x papel moeda têm representado sempre uma inflação monetária. Lembremo-nos das primeiras formas bancárias e do bilhete de banco. O banqueiro, que substituiu o ourives, à base do ouro depositado em suas caixas, emitia bilhetes de banco, conversíveis a qualquer momento em ouro. Assim deveriam proceder os governos atuais, monopolistas do sistema emissor e reguladores do sistema monetário. Entretanto, vemos que, por força de várias causas, emitem mais do que lhes seria defeso emitirem, donde a desvalorização do papel-moeda nacional, porque, permanecendo constante ou lentamente em aumento determinado as reservas de ouro, lastro, a emissão dos seus símbolos, papel-moeda, contudo, se faz constante e aceleradamente, donde resultar a sua desvalorização cada vez maior.

Maiores necessidades, justificáveis ou não, sobrevieram para os governos reguladores do sistema monetário, e muitas emissões de dinheiro se têm realizado com o abandono da base ouro, através do papel-moeda inconversível, embora nenhum governo abandone o entesouramento do ouro, porque indispensável, ainda hoje, nas trocas internacionais.

Entretanto, como é óbvio, as emissões não podem ser feitas arbitrariamente, pois, repercutem fundamente na vida da nação.

A repercussão que se faz sentir prontamente é no nível dos preços das mercadorias. Por isso, todos os governos procuram reduzir as suas emissões de papel-moeda aos limites das exigências econômico-financeiras do país.

A dependência em que se encontra o nível de preços da quantidade de dinheiro em circulação é conhecida por *teoria quantitativa do valor monetário*, ou, simplesmente, da moeda.

Quando o nível de preços se eleva, há inflação; quando cai, há deflação.

Inflação

Uma inflação ou uma deflação ligeiras, não acentuadas, não acarretam consequências desastrosas e profundas; mas, se uma ou outra se acentuam, se aprofundam e se prolongam, então as consequências são graves, não só sob os aspectos financeiro e econômico, como social também.

Para se compreender que deve haver uma relação entre a quantidade de dinheiro em circulação e a quantidade de mercadorias produzidas e serviços prestados, recapitulemos o seguinte:

Nos primórdios da economia fundada na troca, em que a troca (compra e venda) é direta, mercadoria contra mercadoria, um valor determinado é trocado por outro equivalente. Os impostos cobrados pelo Governo para cobrir as suas necessidades são em espécie e em serviços.

Não podia haver inflação de qualquer espécie.

Quando, na economia mercantil desenvolvida aparece o dinheiro — ouro e prata — como equivalentes gerais, intermediários das trocas efetuadas, os impostos cobrados pelo governo para cobrir as suas despesas são em dinheiro: ouro ou prata, também mercadorias, portanto valores reais.

Neste caso, quando o governo tinha as suas despesas superiores às receitas, limitava-se a impor maiores impostos para cobri-las ou a pilhagens, internas e externas. De qualquer forma, a uma quantidade de valores produzidos ou serviços prestados, correspondia uma quantidade de outros valores: ouro e prata. Se há excesso de ouro ou prata, como são metais preciosos, transformam-se em objetos de arte, conforme já explicamos.

Depois, por várias causas, o papel-moeda surge, e passa apenas a significar: símbolo do ouro. Domina tal forma a economia capitalista.

Nesta, a grosso modo, devemos considerar 2 períodos:

1.º, o ouro e prata são depositados nos bancos. Estes emitem bilhetes de banco, espécie de moeda-papel particular, conversível, teoricamente, a qualquer momento, em ouro ou prata, nas quantidades que representa;

2.º, o Governo suprime essa faculdade dos bancos de emitirem, e fica com o monopólio dessas emissões de papel-moeda.

A princípio, emite papel-moeda correspondente ao ouro ou prata depositados em suas caixas. O papel-moeda vale 100 % ouro ou prata que represente. E' chamado moeda-papel.

Depois, premido por necessidades resultantes de desequilíbrios orçamentários, etc., emite mais papel-moeda que os valores correspondentes ao ouro e à prata depositados em suas caixas. A moeda-papel, conversível 100 %, passa a ser papel-moeda, conversível parcialmente ou inconvertível.

De acordo com a proporção de papel-moeda emitido, seu valor variará na razão inversa da quantidade de ouro ou prata a que corresponda.

Exemplo: O Governo tem em depósito, lastreando o papel-moeda, 10 quilos de ouro, que correspondem 100 %, por hipótese, a Cr\$ 200.000,00. Se, apesar de manter apenas 10 quilos de ouro, emitir Cr\$ 400.000,00, é claro que o valor em ouro a que se refere esse papel-moeda se reduziu de 50 %, isto é, a unidade desse papel-moeda passa a valer apenas a metade. Assim, uma antiga nota de Cr\$ 20,00 passa a valer, no mercado de trocas, apenas Cr\$ 10,00. Por que? Porque o ouro, equivalente geral, continua a exprimir o mesmo valor; apenas os seus símbolos é que se multiplicaram, e se multiplicando representarão, em conjunto, o mesmo valor ouro. Logo cada unidade desses símbolos valerá tantas vezes menos quantas tenham sido as quantidades multiplicadas de emissões. A grama de ouro vale Cr\$ 20,00, por hipótese. Se se emite, à base dessa grama de ouro, 3 notas de Cr\$ 20,00, cada uma delas passará a representar apenas 0,333 grama de ouro, e como 0,333 grama valem menos 3 vezes que 1 grama, o papel-moeda que representar 0,333 grama representará também um valor 3 vezes menor do que dantes.

Por que? Porque, por exemplo, com 1 quilo de ouro poderíamos comprar um automóvel, ou seja, com Cr\$ 20.000,00 papel-moeda, símbolo de 1 quilo de ouro. Se os Cr\$ 20.000,00 não representarem, agora, mais que 1/3 de 1 quilo de ouro, é claro que com eles não poderemos comprar o automóvel, que vale 1 quilo de ouro ou o seu equivalente em papel-moeda. Portanto, o papel-moeda se desvalorizou. E quanto mais o Governo emitir, sem que haja uma base real para tanto, mais se desvalorizará o papel-moeda em circulação. A isto se chama inflação monetária geral, ou simplesmente inflação.

O tipo de inflação de que trataremos aqui é justamente esse, chamado de *inflação geral*, monetária, para diferenciar da inflação em sectores limitados, tais como a "inflação da bolsa", "inflação do crédito", "inflação de gêneros alimentícios", "inflação de salários", "inflação de juros", etc.

Aliás, qualquer tipo parcial de inflação, se não eliminado rápida e prontamente, com medidas adequadas, tende, pelo seu aprofundamento, a estender-se aos outros sectores da economia, terminando por se transformar no tipo de "inflação geral".

Inflação geral

Passemos, pois, a estudar a inflação geral, nas suas causas mais frequentes e preponderantes, bem como suas consequências mais desastrosas, por isso visíveis.

Antes de mais nada, definamos. Uma definição é um instrumento de idéias e de expressão e duas das qualidades mais desejáveis de uma definição são: precisão e simplicidade.

A definição, para ser útil, deve exprimir ou delimitar as fronteiras de um conceito e deve ser facilmente compreendida.

A inflação monetária significa, pois, um excesso de dinheiro, sob a forma de papel-moeda inconvertível, em circulação ou nos bancos, em relação às mercadorias ou serviços a serem por ele trocados.

Esse excesso de dinheiro pode resultar de duas causas: 1.^o desorganização da produção de mercadorias e dos serviços, donde serem oferecidos à circulação em menores quantidades que as correspondentes ao volume de dinheiro então existente; 2.^o a emissão e derrame na circulação de dinheiro por força de causas várias, principalmente *deficits* orçamentários dos governos, exportação maior que importação, quando há monopólio do câmbio pelo Governo, etc.

A primeira causa é mais teórica do que prática, enquanto a segunda é real, presente em todo processo inflacionista geral.

Deficits orçamentários — A compreensão do mecanismo da inflação é fácil. Tomemos a causa *deficits* orçamentários, que é a mais frequente. Depois, com facilidade compreenderemos o mecanismo das outras causas. O Governo, nos dias atuais, como regulador do sistema monetário, tem o monopólio de imprimir dinheiro. O Governo compra mercadorias e força de trabalho e vende (presta) serviços, cobrando-se, indiretamente, através dos impostos e taxas de toda espécie. Por consequência, tem uma receita e uma despesa, como qualquer casa comercial. Se a despesa é maior que a receita, seja qual for a causa, é claro que o governo não pode pagar tudo quanto compra: mercadorias e força de trabalho. O simples comerciante, nesse caso, depois de exgotado o crédito, por fim vai à falência. O Governo, entretanto, representa interesses gerais e vultosos, podendo socorrer-se de vários recursos, com que pode evitar a falência. Não podendo o Governo pagar, mas os vendedores de mercadorias e de força de trabalho exigindo o pagamento, o Governo só pode resolver a situação de 3 maneiras:

- 1.^o aumentando a receita: impostos e taxas;
- 2.^o obtendo empréstimos internos ou externos;
- 3.^o imprimindo dinheiro (forma de empréstimo sem juros com tomadores compulsórios), papel-moeda, cujo custo é baixíssimo em relação ao valor que representa, e com ele pagando o que compra, isto é, cobrindo as suas despesas.

Como os impostos e taxas são estabelecidos anual e previamente, é claro que, se no transcurso do ano as despesas forem superiores à receita orçada, o recurso para satisfazê-las será a impressão de dinheiro ou empréstimo, a curto ou longo prazo.

Como os empréstimos não são sempre possíveis, via de regra os governos se socorrem da impressão fácil de dinheiro. Isto determina um processo inflacionista, de pequena repercussão, se for prontamente evitado, com o estímulo a uma produção maior de mercadorias, com o estabelecimento de novos impostos e taxas no orçamento seguinte ou, o que é raríssimo, realizar-se a compressão das despesas ao nível da

receita. Todavia, como compressão de despesas e novos impostos indiretos e taxas são impopulares, os governos, via de regra exercidos por políticos ávidos de popularidade, e sempre representantes da classe dominante, que nada sofre com a inflação, pelo contrário, e se opõe aos impostos diretos e progressivos, não se socorrem desta terapêutica correta, salvadora, que desperta vivas e sérias resistências. Dão a solução mais fácil, contra a qual, a princípio, só os avisados pequeno-burgueses protestam: imprimem papel-moeda.

Assim, com a impressão continuada de dinheiro e seu derrame na circulação, através do pagamento dos fornecedores do Governo, seja de mercadorias como de força de trabalho, o equilíbrio entre a quantidade de dinheiro circulante ou em bancos para troca de mercadorias ou de serviços se rompe, passando a circular, a existir, mais dinheiro (meio de circulação) do que o necessário. Isto é a inflação.

Outras causas existem para a inflação, sem dúvida, mas cujo estudo faremos depois.

Permanecendo constante a produção de mercadorias e prestação de serviços ou não aumentando no mesmo ritmo equivalente às quantidades de papel-moeda derramado na circulação, isto determina, é óbvio, uma procura maior de mercadorias e serviços. Essa procura maior que a oferta determina, por sua vez, a elevação dos preços tanto das mercadorias como dos serviços. Todos sentem que o dinheiro se desvaloriza em face das mercadorias. Precipita-se a circulação do papel-moeda.

"Todos querem comprar hoje, porque as coisas amanhã estarão mais caras. Os armazéns vendem, os negociantes procuram aumentar seus estoques, o industrial procura aumentar seus depósitos de matérias primas e melhorar a sua fábrica, o construtor procura construir. Cria-se um forte mercado de compra.

A velocidade da circulação monetária e dos depósitos bancários é aumentada surpreendentemente. Isto provoca um artificial e febril estímulo aos negócios, aumenta enormemente a procura de capital de toda espécie e leva para cima a taxa de juros. E' por essas razões que, historicamente falando, o nível da taxa de juros e o nível de preço de utilidades apresentam geralmente o mesmo traçado geral, movendo-se juntos para cima nos tempos de inflação e declinando juntos nos tempos de deflação. O abarrotamento de dinheiro e de depósitos devido às forças inflacionárias é logo absorvido pelos preços mais altos, logo que esse consequente movimento de alta de preços assume sua marcha a todo vapor".

Isto ainda não se verificou no Brasil, embora não esteja longe de se verificar.

Com a elevação crescente dos preços das mercadorias e serviços, os que vendem sua força de trabalho ao Governo e a particulares exigem maiores salários para poder fazer face ao custo de vida que se eleva; os fornecedores de mercadorias ao Governo, também vendem os seus produtos por preços mais elevados; resultados: o Governo emite mais dinheiro e mais aprofunda a inflação e mais contribui para a corrida dos preços, num eterno círculo vicioso, até que a inflação à imensa

FINANÇAS DA UNIÃO — RECEITAS E DESPESAS

Anos	1.000.000 DE CRUZEIROS					ÍNDICES 1938 = 100	
	RECEITAS			Despesas	Saldos negativos	Receitas	Despesas
	Ordinárias	Extraordinária	Totais				
1935	2.365	358	2.723	2.872	— 149	70	61
1936	2.460	667	3.127	3.226	— 99	81	68
1937	2.951	511	3.462	4.143	— 681	89	88
1938	3.086	793	3.879	4.735	— 856	100	100
1939	3.298	497	3.795	4.335	— 540	98	92
1940	3.422	614	4.036	4.629	— 593	104	98
1941	3.750	295	4.045	4.839	— 794	104	102
1942	3.909	468	4.377	5.748	— 1.371	113	121
1943	4.899	544	5.443	5.944	— 501	140	126
1944	6/509	857	7.366	7.451	— 85	190	157
Montante dos deficits de 1935 a 1944					5.669		

maioria sufoque e revolucionariamente se ponha termo à anarquia reinante, por um processo desinflationista radical.

O facto de um Governo recorrer à inflação é perfeitamente comparável ao indivíduo que recorre ao ópio para eliminar dores, decorrentes de uma causa não debelada. As primeiras sensações são agradáveis, mas, quanto mais fuma ou toma, mais quer. Quanto mais o indivíduo cede, mais fraco se torna seu poder de resistência. Somente um ato heróico poderá salvá-lo do desenlace.

Como se vê no quadro da pág. 119, que transcrevemos do Relatório do Banco do Brasil, referente ao ano de 1945, indica mais do que claramente como tem sido dirigido mal o Brasil. Em 10 anos tivemos um *deficit* orçamentário de 5.669 milhões de cruzeiros. Como o Governo não o cobriu com um empréstimo interno ou externo, emitiu cruzeiros para cobrir os seus *deficits*. Esses cruzeiros, não reclamados pelo aumento do volume da produção e prestação de serviços, mas devidos a *deficits* do Estado, são uma das causas do processo inflacionista no Brasil.

PRODUÇÃO PRIMÁRIA E MEIO CIRCULANTE
ÍNDICES — 1938 = 100

<i>Anos</i>	<i>Produção Primária</i>	<i>Meio Circulante</i>
1934	95	
1935	93	
1936	99	84
1937	93	94
1938	100	100
1939	110	103
1940	110	107
1941	113	138
1942	114	171
1943	—	228
1944	—	300
1945	—	363

Outras das principais causas de inflação

Vimos que o desequilíbrio orçamentário do governo é uma das causas principais da inflação monetária geral.

Meio circulante no Brasil — Em 1930, o meio circulante montava a 2.845 milhões de cruzeiros. Em 1933, já havia a mais 192 milhões de cruzeiros. Em 1939, sobre a quantidade existente em 1933, 6 anos depois, portanto, o meio circulante já havia aumentado de mais 1.934 milhões de cruzeiros. Em 1945, isto é, 6 anos depois de 1939, já o meio circulante era aumentado de mais 12.564 milhões de cruzeiros. Donde o total em 1945 ser de 17.535 milhões de cruzeiros.

Essas emissões de papel-moeda eram reclamadas pelo aumento da produção e conseqüente circulação de mercadorias? Não. O quadro da pág. 120, embora incompleto nos anos de 1943 a 1945, por falta de dados, demonstra claramente isso.

No Brasil, o total e as responsabilidades do papel-moeda em circulação, em fins de 1944 e 1945, assim se distribuíam, em milhares de cruzeiros conforme também se vê no quadro abaixo:

	1 9 4 4	1 9 4 5
Tesouro Nacional	8.197.390	12.641.051
Carteira de Redescontos	6.199.900	4.829.900
Caixa de Mobilização Bancária	59.549	59.549
Caixa de Estabilização	5.190	4.769
Totais	14.462.928	17.535.269

Vejamos, agora, outras causas além dos *deficits* orçamentários. Exemplificaremos com o caso brasileiro, para maior facilidade de compreensão.

Balança comercial — Devido à guerra há pouco terminada e o período de reconversão da indústria de guerra para a de paz, bem como a reorganização econômica dos países devastados pela guerra, o Brasil muito exportou e continua exportando e pouco importou e continua importando pouco do estrangeiro. O saldo da nossa balança comercial o ano passado foi superior a 5 bilhões de cruzeiros.

Tendo o Governo brasileiro o monopólio da moeda e das liquidações do comércio exterior, pois que todas as liquidações de vendas dos nossos

produtos e de compras no estrangeiro obrigatoriamente eram feitas por intermédio do Banco do Brasil, é claro que à medida que as vendas se efetuavam, o Banco do Brasil era creditado no estrangeiro e tinha que pagar aqui, aos vendedores, em cruzeiros.

Desta forma, como monopolista da moeda e das liquidações do comércio externo, o Governo, através do Banco do Brasil, fixa o valor do nosso cruzeiro em relação às demais moedas, não permitindo que ela se fixe de acordo com as leis naturais da economia.

Portanto, recebendo os nossos exportadores cruzeiros e o nosso Governo divisas estrangeiras, é claro que teria de emitir cruzeiros à proporção que as vendas para o estrangeiro se fôsem efetuando.

Isso determinou um excesso de dinheiro na circulação, papel-moeda brasileiro, pois que as divisas estrangeiras ficavam nos bancos estrangeiros creditados ao Banco do Brasil.

Quando se vende mais que se compra, no exterior, tendo o Governo o monopólio dessas trocas, fica êle em mãos com divisas estrangeiras, expressão monetária dos valores vendidos, mas tem que pagar aos exportadores particulares o valor do que foi exportado, em cruzeiros. Passa, pois, a circular internamente um volume de papel-moeda superior às necessidades de acordo com as mercadorias existentes e serviços. Essa uma das causas da nossa inflação.

MILHÕES DE CRUZEIROS			
	<i>Exportação</i>	<i>Importação</i>	<i>Saldo</i>
1936	4.895	4.269	+ 626
1937	5.092	5.315	— 223
1938	5.097	5.196	— 99
1939	5.616	4.984	+ 632
1940	4.961	4.964	— 3
1941	6.726	5.514	+ 1.212
1942	7.500	4.693	+ 2.807
1943	8.729	6.162	+ 2.567
1944	10.727	7.997	+ 2.730
1945	12.198	8.617	+ 3.581

Total líquido do saldo em cruzeiros 14.155

Do saldo da nossa balança comercial acima indicado, de 1936 a 1945, há a deduzir todos os pagamentos da nossa representação no exterior, juros de empréstimos, de dividendos das empresas estrangeiras instaladas no Brasil, etc. Deduzidos todos esses pagamentos no exterior, então restará um saldo, representado por divisas e em ouro, este adquirido também com as nossas divisas, depositados em bancos no estrangeiro. E' claro que essas divisas pertenciam originalmente aos nossos exportadores, que as venderam ao nosso govêrno, representado pelo Banco do Brasil. Este, não tendo cruzeiros para comprar, determina a emissão de mais papel-moeda por parte do Tesouro, papel-moeda que entra na circulação interna, aumentando portanto o volume da inflação.

Guerra — A guerra sempre determina despesas extraordinárias, as quais, via de regra, não são devidamente financiadas pelos empréstimos, donde a emissão de papel-moeda se impôr e conseqüente inflação.

As guerras antigas de pilhagem, como as de Napoleão, por exemplo, não determinaram a inflação da moeda francesa, porque as pilhagens levadas a efeito entre os povos vencidos davam para pagar tôdas as despesas de guerra e ainda deixavam apreciáveis saldos...

As guerras modernas, no entanto, com amplas e profundas destruições, arrasam a economia dos povos vencidos, de forma que as pilhagens são um fato episódico, sem expressão na economia da nação vencedora.

A guerra de 14 enriqueceu os Estados Unidos, fornecedor de armamentos e gêneros alimentícios, durante largo tempo, das ricas nações imperialistas, que se entredevoravam. De país devedor se transformou em credor.

Como os Estados Unidos, porém, vendiam muito e pouco compravam, não puderam evitar a inflação em 18, como o Brasil, nesta guerra.

A guerra, pois, de forma geral, determina a inflação, maior ou menor, mas sempre inflação, não só entre os países em guerra como entre os seus fornecedores.

No caso brasileiro, a mobilização para a guerra acarretou também despesas extraordinárias, cujo montante, se me não falha a memória, somou mais de 8 bilhões de cruzeiros. Essa despesa de tal forma impressionou o país, que o próprio presidente General Eurico Dutra, ainda quando candidato à Presidência da República, assim resumiu, em discurso, em S. Paulo, o programa financeiro do seu govêrno:

"Cessadas as operações de guerra, *deveremos restringir as despesas militares*, protrair o início de obras novas e reduzir o andamento das já iniciadas, cuja conclusão não tenha efeitos imediatos sobre o barateamento do custo da vida, até que possamos restabelecer o equilíbrio das finanças públicas e estancar qualquer nova emissão de papel-moeda".

Infelizmente, apesar de tão sábias disposições, o general Dutra não pôde vencer as resistências criadas entre os militares pelo hábito de grandes verbas, daí as forças armadas pesarem no nosso orçamento atual com mais de 5 bilhões de cruzeiros, quase 40 % de todo o orçamento da República, enquanto ao Ministério da Agricultura, para fomentar a produção, não couberam mais de 400 mil cruzeiros.

Isto significa que apesar de estarmos com economia de paz, as nossas finanças são orientadas para a guerra.

Restringisse o general Dutra, como prometeu, as despesas militares, só aí teríamos o fator decisivo para o equilíbrio orçamentário, sem o qual caminharemos diretamente para a guerra civil.

Se há motivos para temores de guerra, então toda a economia e finanças brasileiras deveriam ser orientadas nesse sentido. O que não é possível, sem levar o país à desgraça, é manter essa contradição; economia de paz e orçamento de guerra.

Compra de ouro — A política do nosso governo comprando ouro é outra das causas da nossa inflação atual. Para comprar e estocar ouro, o nosso governo tem que pagar os portadores de ouro. Para pagá-los em dinheiro corrente, cruzeiros, papel-moeda, é obrigado a emití-lo, visto que não possui saldos, mas, sim, "deficits" orçamentários. A compra de ouro é pois também uma das causas da nossa inflação. Fosse o ouro comprado por saldos em dinheiro resultantes do nosso orçamento, é claro que esse ouro só fortaleceria o nosso papel-moeda, dado o padrão ouro que rege o nosso sistema monetário.

As compras de ouro efetuadas pelo Banco do Brasil, no decorrer de 1945, como Agente do Tesouro Nacional, atingiram a 25.328 quilogramas, sendo 2.965 (11,7 %) no país e 22.363 (83,3 %) no exterior.

O quadro da pág. 125 especifica as aquisições feitas desde a outorga de tal atribuição ao Banco do Brasil, nos termos do Dec. n. 23.535, de 4-12-1933:

Pequenas vendas de ouro reduziram as reservas-ouro do Tesouro nacional, no Banco do Brasil e no exterior, em 31-12-1945, a 314.600 quilogramas, no valor de Cr\$ 7.115.095.780.80. Como o ouro comprado no Brasil não foi com saldos do nosso orçamento, que se mantém deficitário desde 1935, no mínimo, é claro que o Tesouro Nacional teve que emitir papel-moeda para essas compras. Isto significou maior massa de papel-moeda lançada à circulação, ou seja, aceleração e intensificação do processo inflacionário.

Inflação de crédito — Aumentado o meio circulante, os depósitos nos bancos aumentam. Os comerciantes e industriais procuram obter maiores créditos para desenvolver os seus negócios, em virtude da maior procura de mercadorias.

Aos bancos, por sua vez, não convém manter caixas altas, pagando juros aos seus depositantes, donde facilitarem os créditos, sempre e mais avidamente procurados. É a inflação de crédito.

Mais acentuada, entre nós, pelos depósitos que foram realizados nos Bancos privados pelos Institutos e Autarquias, que recolhem enormes somas dos seus contribuintes.

No quadro da pág. 127, os leitores terão uma idéia precisa e clara de como se desenvolveu a inflação de crédito, sem necessidade de maiores explicações.

Essa inflação de crédito tornou o comércio de dinheiro tão lucrativo, que somente em 1945 se instalaram 306 novos estabelecimentos bancários.

QUILOGRAMAS

<i>Anos</i>	COMPRA NO PAÍS		<i>Compra no exterior</i>	<i>Totais das compras</i>
	<i>As minas</i>	<i>A parti- culares</i>		
1933 . .	281	44	—	325
1934 . .	3.858	3.000	—	6.358
1935 . .	3.592	4.571	—	8.163
1936 . .	3.925	3.023	—	6.948
1937 . .	4.425	1.909	—	6.334
1938 . .	4.615	2.124	—	6.739
1939 . .	4.467	3.389	1.167	9.023
1940 . .	4.607	3.614	1.699	9.920
1941 . .	4.483	2.838	9.762	17.083
1942 . .	5.468	1.657	32.817	39.942
1943 . .	4.599	352	118.667	123.618
1944 . .	4.505	41	62.325	66.871
1945 . .	2.945	20	22.363	25.328
	(*) 51.770	(*) 26.582	(*) 248.800	(*) 326.652

(*) Totais de ouro lastreando o nosso papel-moeda.

rios, elevando assim a 2.765 o número de bancos e casas bancárias, em todo o país.

A essa inflação de crédito é que se deve em grande parte a larga especulação imobiliária que assistimos, bem como a febre de construções de arranha-céus e de iniciativas aventureiras de toda ordem, que tanto prejudicaram a nossa produção agrícola, com os deslocamentos inevitáveis de trabalhadores dos campos para as cidades, à procura sempre de maiores salários, porque sempre inferiores às necessidades da renovação de sua força de trabalho. (Ver pág. 127).

Contribuíram, também, para mais acentuar essa inflação de crédito e dar arras à especulação imobiliária os financiamentos feitos pelos Institutos, que atingiram até 21-12-1945, aproximadamente 1 bilhão e duzentos milhões de cruzeiros.

Velocidade de circulação — Ninguém desejando manter em mãos um papel moeda em plena desvalorização, procura trocá-lo por mercadorias ou bens que não perdem o seu valor. O dinheiro circulando mais rapidamente equivale a uma maior quantidade de dinheiro na sua função de troca. A sua circulação rápida significa uma procura maior de bens, o que determina a subida de preços para esses bens, donde uma necessidade maior na quantidade de papel moeda para adquiri-los, a cada momento que passe.

Inflação de salários — Os preços das utilidades subindo, os que vivem de salários reclamam, para poderem sobreviver, maiores salários. Os maiores salários determinam pequenos aumentos no custo das mercadorias, com o que o capitalismo procura justificar sua desenfreada corrida altista nos preços das utilidades.

Aumentando os preços das matérias primas, principalmente, e os da força de trabalho, são justificados, por sua vez, aumentos nos preços de venda dos produtos. Os aumentos nas preços de venda dos produtos, elevando o custo de vida, levam o trabalhador a pedir novos aumentos de salários, para não morrerem de fome. Esta é a chamada "inflação espiral", dos economistas burgueses.

Uma vez iniciados os aumentos nos preços das utilidades, propagam-se de produção a produção, industrial e agrícola, e torna-se geral.

Quando a produção permanece estacionária durante o processo inflacionista, a soma dos salários em mãos dos trabalhadores cresce rapidamente enquanto diminui a quantidade de utilidades que os trabalhadores podem comprar. É a chamada "inflação em vácuo", dos economistas burgueses, a qual significa que uma crescida procura de utilidades determina a elevação de seus preços, donde os salários dos trabalhadores já não bastarem para aquisição nem dos simples alimentos. O salário continua nominal, com poder aquisitivo cada vez menor.

É preciso notar-se, entretanto, que a inflação de salários jamais foi causa de qualquer processo inflacionista, por isso que ela é efeito, só se verifica depois que a inflação geral é presente. O que sempre sucede é que os capitalistas, apoiados pelos seus economistas e pela sua "imprensa", não podendo deter a inflação geral, com a qual, aliás, mais lucra o capi-

MOVIMENTO BANCÁRIO — EMPRÉSTIMOS
SALDOS EM FIM DE ANO EM MILHÃO DE CRUZEIROS

Anos	EMPRÉSTIMOS DO BANCO DO BRASIL			<i>Emprésti- mos realiza- dos pelos demais bancos</i>	Total	<i>Índices do total</i> 1938 = 100
	<i>A entidades públicas</i>	<i>A Bancos</i>	<i>Ao público</i>			
1936 . .	1.867	310	781	4.760	7.718	78
1937 . .	1.631	229	712	6.027	8.599	87
1938 . .	2.861	169	895	6.017	9.942	100
1939 . .	2.781	166	1.232	7.103	11.282	113
1940 . .	2.270	139	1.693	8.735	12.837	129
1941 . .	3.027	219	2.370	10.278	15.894	160
1942 . .	3.327	184	2.885	11.810	18.206	133
1943 . .	6.243	181	3.298	19.035	28.757	289
1944 . .	7.381	253	6.137	26.336	40.107	403
1945 (*)	3.381	277	8.680	31.242	43.580	432

(*) Os saldos de 1945 são em 30-11-1945.

talismo e se concentra o capital, via de regra atribuem como causa os imprescindíveis aumentos de salários, daí lutarem por todos os meios para não os concederem, embora indispensáveis, com o que aumentam ainda mais os seus lucros fabulosos, dentro da inflação. Para isolarem e manterem a classe média passiva, afastando-a das massas trabalhadoras, para a qual tendem, visto todos serem vítimas, os capitalistas ameaçam-na com o "espectro do comunismo", que seria a fonte estimuladora das reivindicações dos trabalhadores e não a fome que os liquida.

Custo de vida no Distrito Federal

O Banco do Brasil, em seu Boletim Estatístico n. 23, de outubro de 1946, publica um levantamento estatístico sobre o que calcula como orçamento mínimo para uma família de classe média, composta de 7 pessoas, como despesas ordinárias.

1936.....	2.099 cruzeiros
1937.....	2.260 "
1938.....	2.354 "
1939.....	2.415 "
1940.....	2.511 "
1941.....	2.803 "
1942.....	3.134 "
1943.....	3.475 "
1944.....	3.845 "
1945.....	4.470 "
1946 (1.º semestre).....	4.897 "

O Rio de Janeiro, pelo facto de ser séde do govêrno, êste o beneficia mais que às restantes regiões do país, senão à custa do sacrificio maior delas, pois com isso compra uma tranquilidade maior para dirigir o país. Imagine-se, pois, o que se não passa pelo resto do Brasil, em matéria de orçamento mínimo para uma vida decente e sem despesas extraordinárias com doenças etc., quando sabemos que o salário médio mensal de um trabalhador no Brasil não atinge Cr\$ 300,00!

Conseqüências da inflação

A conseqüência mais importante da inflação é a baixa do salário real.

Mesmo que aumente o salário expresso em dinheiro, êsse aumento é mais lento que o dos preços. Assim, em casos de inflação, o trabalhador pode comprar cada vez menos mercadorias e não consegue restabelecer sua força de trabalho. Seu salário real diminui cada vez mais, o que é vantagem para os capitalistas, pois a baixa do salário real implica numa diminuição dos custos de produção e no aumento dos seus lucros.

Na realidade, em todos os países capitalistas, a burguesia trata de encontrar solução para a crise, às expensas da classe trabalhadora, procurando rebaixar-lhe ainda mais o nível de vida.

E baixa o seu nível de vida, até levá-lo à mais extrema miséria. E as massas trabalhadoras, operários, camponeses e pequeno-burgueses, passam a achar que "já não há mais justiça no mundo". "Os períodos de grande inflação são invariavelmente tempos de baixos padrões de ética e de pouco respeito pelas leis e pelo governo. Um velho provérbio francês já dizia: A guilhotina segue de perto o papel-moeda: as duas máquinas trabalham sempre em ligação, uma depois da outra".

As classes médias se arruinam e se proletarizam; os operários e lavradores vão morrendo aos poucos por sub-nutrição e apodrecendo na mais torpe miséria.

Enquanto isso, ... "o verdadeiro resultado da inflação é arrancar o dinheiro do bolso de todo mundo para pô-lo nos dos capitalistas". (Scott).

Para que se não julgue exagerada a afirmação de Scott, lembramos que só aqui no Rio de Janeiro, o número de capitalistas com rendas superiores a 500 contos, aumentou de 65 em 1939 para 455 em 1943. Infelizmente não temos estatísticas de 1946, que devem surpreender. Enquanto isso, o povo morre de fome...

E como os capitalistas detêm o poder governamental, como classe dirigente, dispõem de todos os recursos de convicção e coerção: imprensa, rádio, livros, etc., e mais os de força: polícias e exércitos, atribuem a responsabilidade da inflação aos comunistas que "intrigam" os trabalhadores a pleitearem maiores salários, os quais, se concedidos, determinam o aumento de preços das utilidades, daí, no dizer deles, resultar a inflação.

Apenas, esquecem-se de que se quizessem baixar os preços das utilidades ao ponto dos trabalhadores poderem ao menos sobreviver, ninguém reclamaria aumentos de salários, pois que êstes se destinam apenas à compra das utilidades e serviços indispensáveis à vida humana.

Mas aumentando os preços e conservando os salários nos níveis anteriores, o capitalismo mais enriquece e o objetivo do capitalismo é acumular mais riquezas entre as suas mãos, embora à custa da miséria da esmagadora maioria do povo.

Porisso, atribui exclusivamente aos salários nominais altos a causa da inflação, para assim confundir os trabalhadores e desviarem de si os ódios despertados na classe média, que também sofre e desesperadamente com a inflação, por terem rendas ou salários constantes, fixos, enquanto os preços sobem desabaladamente, por força de causas às quais são alheias os trabalhadores.

Que os salários, ao contrário do que afirmam socialistas pequeno-burgueses, jamais poderão ser aumentados de acordo com os aumentos, dos preços das utilidades, tendo como causa a inflação, isto é, a desvalorização da moeda, compreende-se facilmente, maximé porque a prática diária o demonstra cabalmente.

Ao derramar papel-moeda na circulação, o governo não tem como medir a sua influência nas modificações dos preços das mercadorias, que são determinadas em diversos graus, por diversas maneiras e segundo as diferentes regiões.

Se não pode medir e determinar quais as modificações que se verificarão nos preços das mercadorias e dos serviços, não o poderá também quanto ao preço da força de trabalho, para poder manter uma relação constante entre eles.

Além de materialmente impossível o estabelecimento dessa relação, que só interessa aos assalariados, ainda há a vencer as dificuldades causadas pelo capitalismo, que se baseia e nutre justamente desse desequilíbrio entre os preços das mercadorias e dos serviços e os da força de trabalho. E o Estado é capitalista; o governo também o é, por consequência; e Estado e Governo capitalistas existem exclusivamente para atender os interesses do capitalismo.

Como, pois, esperar de um tal Estado e de um tal Governo medidas que atendessem os interesses dos assalariados contrariando os da classe — capitalismo — que os domina? Admitir tal ilusão é suspeito...

E' possível, não há dúvida, estabelecer uma relação constante entre os preços das mercadorias dos serviços e os da força de trabalho, para que o salário se torne real, mas somente no sistema socialista de produção, porque planificado. No sistema capitalista, cuja produção é anárquica, isto é impossível, pois neste sistema o que se verifica é justamente o contrário, tanto é certo que o capitalismo procura pagar pela força de trabalho o menos possível e vender as suas mercadorias pelo máximo possível.

Nos momentos de inflação, o capitalismo leva aos extremos a perscuição dêsse seu objetivo e, não se pode negar, consegue então lucros fabulosos, que não realiza nos períodos normais, de estabilização.

Os assalariados são os que mais sofrem com a inflação e contribuem para a maior riqueza dos capitalistas, à custa de seu suor, fome e embrutecimento.



ERA ASSIM NA RÚSSIA TSARISTA — A liberdade dos camponeses praticamente não existia, particularmente, desde que os mesmos ficaram presos a seus lotes de terra. Milhões deles eram pequenos demais para proporcionar meios de subsistência à família camponesa; mas o camponês não podia abandonar legalmente seu lote nem fugir ao pagamento dos impostos e do resgate. Podia arrendá-lo, mas não o podia vender. E, mesmo assim, não podia sair legalmente da aldeia, nem mesmo para trabalhar temporariamente como assalariado, a não ser com permissão da polícia, a qual considerava sua primeira obrigação, a de satisfazer os grandes proprietários territoriais. Somente se dava permissão para sair àqueles de cujos serviços os latifundiários não precisavam em suas fazendas. Como dizia Lênin, em seu magistral manifesto: *Aos pobres da aldeia*: "Eu lhes pergunto, isto não é servidão? Não é um insulto ao povo o facto de que qualquer nobre venal e licencioso tenha direito de dar ordens a camponeses maiores de idade?" (Lênin — *Aos pobres da aldeia*, 1903). Ana Rochester — *Lênin y el problema agrário* — La Habana, 1944, pág. 16).

BIOLOGIA E MARXISMO

por Marcel Renant

CAPÍTULO OITAVO

O PROBLEMA DA MATÉRIA VIVA

O fato essencial da biologia, o unico que pode explicar a manutenção da vida na terra, é, já o vimos, a força de expansão da materia viva. Esta materia, no entanto, não sae do nada. Para aumentar, tem de consumir elementos apropriados, que toma, em ultima analise e por intermedio dos vegetais, da natureza bruta e assimila, quer dizer, transforma em materia semelhante a ela mesma.

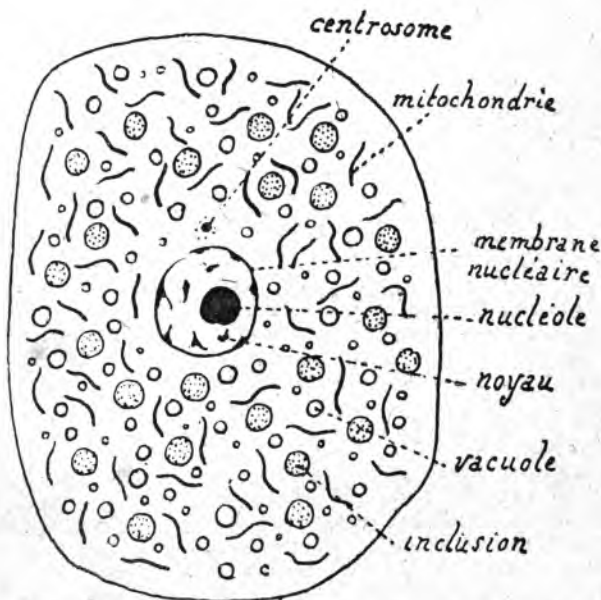
O fenomeno capital da assimilação pode parecer misterioso. Tem, contudo, fora do dominio da vida, analogos quimicos muito nitidos que numerosos biologists assinalam. Não é raro que uma molecula de substancia A, por sucessivas reações com substancias B, C, D, etc., acabe por produzir duas moleculas de A, o que é, sem duvida, um esquema de assimilação. Isso não basta, bem entendido, para levar a afirmar que a substancia A é viva. Para que as coisas se passem assim, é mister, com efeito, que os produtos quimicos convenientes B, C, D, etc., sejam trazidos na ordem definida que a tecnica humana realiza. Nada de semelhante efeito no caso da materia viva!

O que caracteriza esta, através de todas as mutações de materia que sofre, é, ao mesmo tempo, certa estabilidade que faz com que o ser vivo continue a ser reconhecivel e que, sendo dadas essas mutações, é, mais ou menos, incompreensivel ou, pelo menos, paradoxal para o pensamento logico "metafisico". E', ao contrario, perfeitamente acessivel ao pensamento dialectico, que não vê escandalo algum no fato de um ser vivo, como todo corpo material, ser, ao mesmo tempo, "o mesmo e não o mesmo" e busca, apenas, precisar suas condições concretas.

Julgou-se, durante muito tempo, que a materia viva fosse feita de produtos quimicos especiais, inteiramente diferentes dos do mundo bruto. Data dessa época a distinção da quimica organica e da quimica inorganica, distinção que ainda se conserva, porém com sentido absolutamente diverso. Ha um seculo, com efeito, Woehler, pela primeira vez, mostrou, em relação à uréia, corpo organico caracteristico da urina, que se podia, no laboratorio, reproduzi-lo por sintese a partir de elementos minerais. Desde então, os quimicos têm realizado a sintese de quase todos os corpos organicos naturais: os açucars, as gorduras, as essencias e esses corpos azotados que se chamam acidos aminados e polipeptidiós. Mesmo em relação àqueles, como as albuminas, que se furtam ainda à sintese, já se está, sem duvida, adian-

tado no caminho desta. Mais fortes do que a natureza, a ciência e a técnica humanas têm até realizado, às dezenas e centenas de milhares, as sínteses de produtos que não se encontram nem no mundo vivo, nem no mundo bruto, mas que se chamam também orgânicos porque são, quimicamente, vizinhos de corpos orgânicos verdadeiros, no sentido antigo da palavra.

Os grandiosos progressos da química orgânica permitem esperar, para futuro próximo, uma síntese da matéria viva? Era, essa, há sessenta anos, a opinião dos sábios materialistas, que esperavam que a síntese das albuminas fosse, simultaneamente, a da vida. A posição deles era, evidentemente, mecanicista e metafísica, pois se traduzia na fórmula seguinte: "A vida é o modo de existência dos corpos albuminoides".



Esquema da estrutura de uma célula — centrosoma, mitocondrio, membrana nuclear, nucleolo, núcleo, vacuolo, inclusão.

A ciência experimental moderna é mais dialética. Ensina-nos que a matéria viva não é uma simples porção de albumina, mas uma mistura muito complexa, na qual as albuminas representam, sim, papel essencial, mas na qual outros corpos são indispensáveis também: gorduras, açúcares, ácidos, água, etc. Todos esses produtos reagem uns sobre os outros e sobre os constituintes do meio ambiente e o conjunto dessas reações constitui o movimento de matéria que caracteriza a vida.

Se, num recipiente, misturássemos, de modo tão complexo quanto quisessemos, albuminas e todos os produtos supracitados, não teríamos, no entanto, matéria viva: nessa espécie de gelatina, as reações químicas seriam desordenadas e brutais e se suspenderiam rapidamente, em vez de continuarem se renovando. E' que não teríamos reproduzido a estrutura, que é característica da vida ao mesmo título que a composição química.

Toda matéria viva tem estrutura. Em primeiro lugar, seus blocos não são informes e de dimensões quaisquer. São, em geral, células cada uma de cujos tipos tem tamanho e, muitas vezes, aspecto mais ou menos definido. As células, conforme os casos, vivem isoladas no meio exterior ou agrupadas em organismos complexos, que estudaremos adiante: o corpo humano, por exemplo, é um aglomerado de vários trilhões de células.

Cada célula, porém, tem certa individualidade e estrutura interna. Nela se observa, em geral, um núcleo, cercado pelo protoplasma. Ambos, por sua vez, são estruturados: o núcleo pode encerrar corpos figurados chamados nucleolos. No protoplasma, encontram-se numerosos grânulos ou pequenos bastonetes, os mitocôndrios, e também pequenos vacúolos esféricos, em grande número, sem contar diversas inclusões, gotículas de gordura, grânulos de amido, etc., que variam conforme os tipos de célula. Os nucleolos e o núcleo, este e o protoplasma e, neste último, os mitocôndrios, os vacúolos, a massa geral, não têm a mesma composição química. Pouco importa que certas células, como as das bactérias, sejam mais simples e, por exemplo, não comportem núcleo. O fato é que toda matéria viva é estruturada, inclusive as bactérias.

Indagou-se, durante muito tempo, qual era a sede da vida, entre todos os elementos estruturais das células. Uns diziam ser o núcleo: outros, os mitocôndrios; outros, um pequeno corpo vizinho do núcleo e chamado centrosoma, etc. Os primeiros, por exemplo, descreviam os fenômenos da vida celular como se o núcleo nela tivesse papel orientador, ativo e autônomo e como se todo o resto da matéria viva fosse na célula, apenas, massa passiva, obediente a essa orientação. Os partidários do centrosoma levavam ao extremo ponto de vista análogo e os deslocamentos desse corpo, que acompanhavam ao microscópio nas diversas fases da vida celular, lhes pareciam indícios de sua atividade própria. A confiança nas propriedades intrínsecas das diversas estruturas celulares era tal, a essa época, que, devido também aos defeitos da técnica, se descreviam, com profusão, pormenores novos, julgando penetrar mais ainda na compreensão da vida. A maior parte desses detalhes vieram a ser, mais tarde, reconhecidos inexatos e artificiais.

Mecanicistas e vitalistas agiam, a esse respeito, mais ou menos do mesmo modo. Uns chegavam, por exemplo, a situar no centrosoma uma espécie de alma celular, e outros, de acordo com analogias reais, porém grosseiras, dele faziam centro de forças elétricas ou, ainda, enlaçamento de filamentos. De um lado como do outro, desprezavam-se suas relações concretas com o resto da célula e a composição material desta.

Os primeiros que entreviram uma concepção dialética da vida celular foram aqueles, que, há uns trinta anos, situaram os fenômenos vitais essenciais no protoplasma amorfo em que boiam todos os corpos figurados da célula. Eles destacaram o fato de que esse constituinte celular, sendo o

menos congelado em sua forma, deve ser o mais vivo. Tiveram a ideia de que a vida era a transformação.

Tem-se andado muito, a partir daí, nesta senda. Não ha mais sabio moderno que não conceba a vida celular como um conjunto de trocas materiais incessantes entre os diversos elementos estruturais da substancia viva, por intermedio do protoplasma amorfo, assim como entre a celula inteira e o meio exterior. Por conseguinte, não se pode mais dizer que tal elemento seja vivo e tal outro não. Pode-se notar, simplesmente, que tais elementos, como seja o nucleo ou uma quantidade minima de protoplasma, são, particularmente, indispensaveis. Mas a vida real da celula aparece como resultado em que cooperam, mais ou menos, todos os elementos materiais realmente presentes.

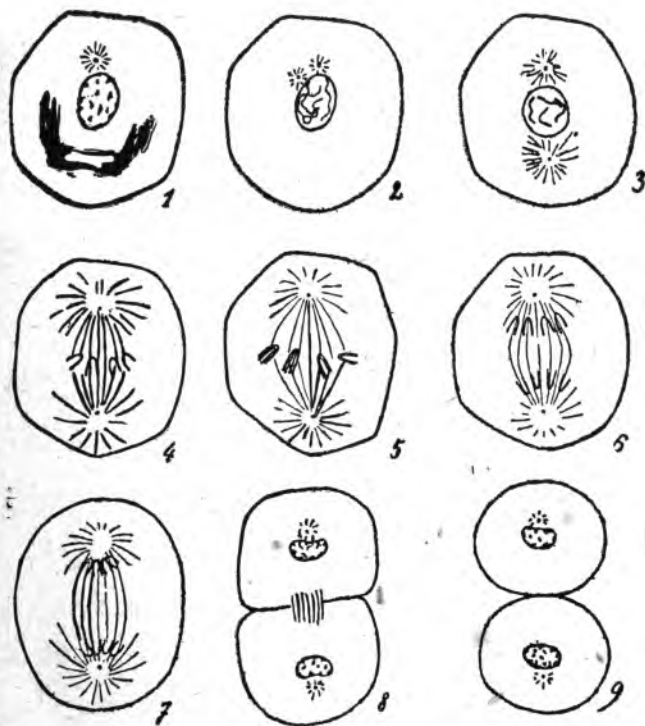
Compreende-se, assim, como a vida está ligada à estrutura. Sem estrutura, não pode haver essas trocas intimas, das quais as trocas com o meio não são mais do que a expressão exterior. Sem estrutura, impossível é que uma reação se detenha antes de ter consumido todo o produto correspondente, disponivel na celula, ou, pelo menos, antes de haver atingido equilibrio definitivo, como se daria no tubo de ensaio de um quimico. Impossivel, pois, é que a materia viva, se não for estruturada, conserve sua estabilidade na complexidade das trocas.

A estrutura, aliás, não se limita, certamente, ao que o microscopio nos revela, isto é, a dimensões da ordem do decimo-millesimo de milimetro. A maior parte dos corpos quimicos, que compõem a materia viva, nela se encontram no estado que os fisicos chamam coloidal e eles conhecem tambem na natureza inorganica. Sem entrar em detalhe algum a este respeito, pode-se dizer que o estado coloidal torna possiveis estruturas extremamente complexas, cujas dimensões se escalonam entre as das moleculas quimicas (no maximo) e as das primeiras estruturas microscopicas. Dessas particularidades estruturais, umas nos são ainda conhecidas em sua silhueta, graças ao ultramicroscopio, porém as mais finas não são, diretamente, perceptíveis e as provas que se tem da sua respectiva existencia são obtidas por meios indiretos.

Assim, o estado coloidal permite que a materia viva de uma celula não seja simples mistura de produtos quimicos e não tenha tambem a estrutura rigida de uma molecula quimica. Entre estas duas antiteses, ele realiza, de algum modo, uma sintese; permite a composição quimica global de uma celula variar em certa medida, sem que, no entanto, essas variações sejam quaiquer umas, nem ilimitadas; e permite tambem, seja qual for a variação fisica ou quimica, mesmo local, repercutir, em medida mais ou menos forte, sobre o conjunto da celula. Permite, em suma, na celula, que se realizem, entre os diversos constituintes, as interações complexas que constituem a vida.

Isso, porém, não é tudo, porque os coloides, vivos ou não, têm ainda uma propriedade que se encontra, aqui e ali, na natureza bruta não-coloidal, mas é pouco marcada e pouco espalhada: os fenomenos que neles se passam dependem dos estados anteriores; têm carater historico. Se, por exemplo, dissolvermos em certa quantidade dagua uma quantidade de sal marinho, corpo não-coloidal, e, em seguida, levarmos a solução a certa temperatura e a condições fisicas exteriores bem precisas, pouco importará que a disso-

lução haja sido efetuada a frio ou a quente, que a tenhamos feito, primeiro, em pequena quantidade dagua, diluida após, ou que a tenhamos feito imediatamente na quantidade dagua requerida: o resultado ha de ser sempre o mesmo. Com um coloide não se dá a mesma coisa e o resultado depende, em larga medida, das condições precisas por que houver passado, pois sua estrutura depende dessas condições.



Esquema da divisão do nucleo e da celula; 1 a 3, formação dos cromosomas no nucleo e desdobramento do centrosoma; 4 a 7, os cromosomas desdobram-se e dirigem-se para os dois polos; 8 e 9, reconstituição dos nucleos e separação das duas celulas-filhas.

Para exprimir este fato, fala-se, por vezes, em memoria dos coloides. O termo é perigoso, porque não deve fazer supor que se trate de memoria analoga à nossa, mas é, simultaneamente, sugestivo e exato, se se entender que, nesses rastros do passado, inscritos na estrutura da materia coloidal

viva, reside, sem duvida, a base material da memoria psicologica e da hereditariedade.

Ao mesmo tempo que se fazem entre o meio e a celula e, tambem, entre os elementos desta as trocas de materia que caracterizam a vida, a estrutura se modifica igualmente. As diversas regiões do protoplasma podem tornar-se mais ou menos fluidas ou mais ou menos rigidas. Os vacuolos podem crescer ou diminuir. O nucleo pode deslocar-se e mudar de aspecto. Corpos de reserva podem acumular-se ou ser consumidos. A propria superficie da celula pode deformar-se, etc.

As modificações estruturais são, amiude, lentas, mas, às vezes, sobrevêm alterações bruscas, verdadeiras subversões. Como exemplo, descrever-se-á, sumariamente, a divisão celular, que é uma das mais frequentes e das mais importantes (fig. 2).

Numa celula em repouso, isto é, na qual as modificações são ainda lentas, vê-se o centrosoma dividir-se em dois: cada um dos dois centrosomas formados torna-se centro de uma zona protoplasmática mais rígida, de estrutura. Depois, parecem repelir-se mutuamente na direção dos dois polos celulares. Enquanto isso, a materia do nucleo muda de estrutura e distribue-se em certo numero de corpos, geralmente alongados, denominados cromosomas, que o desaparecimento da membrana nuclear permite mergulhar, diretamente, no protoplasma. Os cromosomas, cujo numero n é constante para uma especie dada, estão, a principio, dispostos a igual distancia entre os centrosomas. Depois, cada um deles parte-se longitudinalmente e as respectivas metades são transportadas, pouco a pouco, para os centrosomas, de modo que, junto de cada um destes, se encontram, finalmente, n meio-cromosomas. Estes perdem, então, sua individualidade e fundem-se num nucleo, o qual readquire sua estrutura de repouso. A celula separa-se em duas pelo meio a igual distancia dos centrosomas e dos nucleos e as estruturas protoplasmáticas tambem voltam ao estado de repouso. A antiga celula, em suma, dividiu-se em duas, menores, que têm estrutura absolutamente analoga, mas essa divisão se fez por uma subversão completa e não — no caso geral, pelo menos — do modo mais simples, isto é, por estiramento do nucleo e do protoplasma.

Semelhante subversão depende, em parte, de condições internas da celula. Tende a produzir-se quando esta, no curso do seu crescimento, se aproxima de certo tamanho limite: provavelmente, porque as superficies da celula, do nucleo, etc., onde se fazem as trocas de materia, se tornam insuficientes em relação ao volume da substancia viva. Neste sentido, tem os caracteres de uma crise da celula.

Por outro lado, depende, como toda crise, aliás, de circunstancias exteriores. Nos organismos pluricelulares, diversas perturbações do equilibrio geral podem desencadear divisões celulares. Tem-se julgado, de alguns anos para cá, que celulas em divisão influenciam suas vizinhas, as quais, então, tendem tambem a se dividir. De maneira mais precisa, existem meios experimentais de deter ou de fazer recommear divisões em curso.

Nenhum sabio duvida mais da identidade profunda entre os fenomenos fisicos e quimicos da vida e os que se passam na materia bruta. Os proprios espiritalistas reconhecem isso, embora ressaltando o lugar de uma finalidade que, de algum modo, regularia e guiaria o conjunto desses fenomenos

e daria sua unidade ao ser vivo ou mesmo à célula viva. O padre Sertillanges diz-nos, por exemplo (*):

O sucesso do método experimental, aplicado aos vivos, prova, dados os meios deste método, que a vida tem por instrumentos exclusivos da sua ação as forças físico-químicas.

Esta posição dos espiritualistas modernos é bastante forte, por isto que lhes evita todo contacto com uma experiência qualquer. Prove-se que um fenómeno característico da vida celular pode ser influenciado por meios físico-químicos ou até reproduzido, experimentalmente, por esses meios, eles respondem que nada ha nisso de espantoso, mas desafiam que se reproduza o conjunto com sua pretensa finalidade, vale dizer, que se realize a síntese da vida.

A síntese da vida, a partir da matéria bruta, é sonho que os biólogos têm tido ha muitos anos. No tempo de Engels (**), eles a concebiam de maneira bastante simples e puramente química. Reconhece-se, hoje, que o problema é muito mais complicado. Alguns, entretanto, dão a entender, de bom grado, que um dia se poderá descobrir um fenómeno físico ou químico ainda desconhecido, o qual, de uma só vez, revelará o segredo da vida.

Esta é uma atitude mecanicista, provavelmente errônea e muito perigosa, pois que formula um problema insolúvel, rigorosamente calçado em certas concepções espiritualistas. Não ha segredo da vida, pois existem, talvez, tantas matérias vivas quantas espécies e quantas categorias de células nessas espécies e mais ainda. E é muito duvidoso que o seu "segredo", seja revelado, um dia, pela descoberta de fenómeno quase miraculoso.

Uma matéria viva determinada é caracterizada pela composição química precisa dos corpos que a constituem, de suas albuminas, especialmente? Não é inverossímil, dado que, para corpos igualmente complexos, o numero possível de combinações muito vizinhas e, entretanto, diferentes é enorme, muito superior ao das espécies vivas.

E' ela caracterizada pela composição precisa da mistura dos diversos corpos químicos, pelas proporções destes entre eles? E' mais ou menos certo e dispõe-se aqui de dados experimentais mais numerosos.

E' ela caracterizada, enfim, por uma estrutura precisa dessa mistura? Isto ainda é mais ou menos certo. E', pois, todo este conjunto muito complexo que define uma matéria viva particular. Ele é resultado de uma evolução que durou milhões de séculos no mínimo. Como se ha de querer que um sábio, em seu laboratório, consiga reproduzi-lo dentro de alguns instantes!

O que se obteve, desde já, o que se tem certeza de desenvolver mais ainda é uma ação sobre os fenómenos íntimos da vida, ação que pode não só modifica-los, mas também melhora-los, do ponto de vista da própria vida, e que é, da parte do homem, verdadeira tomada de posse desta. Aqui vai um exemplo.

(*) Citado por R. Collin: "Física e metafísica da vida", p. 91. O livro de Collin é guiado, inteiramente, pelo mesmo ponto de vista.

(**) Sobre a atitude de Engels nesta questão, ver "Anexos, Sobre a matéria viva", que publicaremos num dos próximos numeros desta revista.

Certos infusorios não podem, nas condições naturais, reproduzir-se indefinidamente por divisão das respectivas células. No fim de duzentas ou trezentas gerações, por exemplo, o ritmo das divisões retarda-se e os indivíduos acabam por degenerar e morrer, se não puderem efetuar a tempo, dois a dois, um processo bastante complicado, que é a conjugação. Passam, em suma, antes desta, por uma crise de degenerescência, que é devida à própria vida deles. Ora, sabe-se, hoje, senão evitar-lhes completamente, pelo menos atenuar-lhes muito essa crise, cultivando-os em meios artificiais convenientes, como o extrato de carne, ou adicionando ao meio certos produtos químicos, como seja o álcool ou a estricnina. Se se quiser admitir que uma finalidade preside à vida desses organismos, ter-se-á de admitir também que, aí como em muitos outros casos, a finalidade humana permite ultrapassar a da natureza.

COMO É POSSÍVEL UM SALTO — “Examinai o mapa da R.S.F.S.R.

(1). Ao norte de Vologda, ao sudeste de Rostov, sobre o Don, e de Saratov, ao sul de Oremburgo e de Omsk, ao norte de Tomsk, vereis lugares imensos nos quais habitariam, sem dificuldades, dezenas de grandes Estados modernos. Atualmente, todos esses lugares estão sob regime patriarcal, em estado semi-selvagem ou mesmo selvagem. Em todo o resto da Rússia camponesa? Por toda parte onde algumas dezenas de *verstas* de caminhos separam uma aldeia da estrada de ferro, isto é, do seu laço material com a civilização, o capitalismo, a grande indústria, a grande cidade — em todos esses lugares, não existe também o reino do regime patriarcal e do estado semi-selvagem?

Será permitido conceber como possível uma transição direta desse estado de coisas dominante na Rússia para o socialismo? Sim, é permitido até certo ponto, sob uma condição única, que hoje conhecemos com a maior exatidão, graças a um enorme trabalho científico terminado agora. Essa condição é a eletrificação. Se construirmos muitas dezenas de grandes centrais elétricas (já sabemos, agora, onde e como se pode e se deve construí-las), se levarmos a energia dessas centrais elétricas a todas as cidades, se obtivermos o número necessário de dinamos e outras máquinas, não teremos necessidade, ou teremos muito pouca, de etapas intermediárias, de degraus entre o regime patriarcal e o socialismo. Mas sabemos muito bem que essa condição *única* exige nada menos do que dez anos para os trabalhos urgentes, não podendo esse prazo ser reduzido senão no caso de vitória da revolução proletária em países como a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos.” (Lénin — *O Capitalismo de Estado e o Imposto em espécie*, págs. 44-45 — Ed. Guaíra).

(1) República Socialista Federativa Soviética da Rússia, transformada, pela revisão constitucional de setembro de 1922, em União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. (N. do T.)..

O Pensamento de Marx



APOLITICISMO (1)

KARL MARX

"A classe operaria não se deve constituir em partido politico; não deve, sob nenhum pretexto, ter atividades politicas, porque combater o Estado é reconhecer a existencia do Estado e isto contraria os principios eternos. Os operarios não devem declarar greves porque, esforçar-se por aumentar os salarios ou por impedir a sua redução, equivale a reconhecer a existencia do salario, o que contraria os principios eternos da emancipação da classe operaria.

"Se, na luta politica contra o Estado burguês, os operarios se unem para arrancar somente concessões, estão aceitando compromissos, o que contraria os principios eternos. Deve-se desprezar, portanto, todos os movimentos pacificos como aqueles que os operarios ingleses e americanos têm o mau costume de organizar. Os operarios não se devem esforçar por estabelecer um limite legal da jornada de trabalho, porque isto equivale a um compromisso com os patrões, os quais, por isso, já não poderão explorá-los mais que dez ou doze horas em vez de quatorze ou dezesseis. Não se deve, tão pouco, incomodar-se para conseguir a proibição legal do trabalho das crianças menores de 10 anos nas fabricas, porque dessa maneira não impedem a exploração dos meninos menores de dez anos; o que se faz é incorrer numa nova transação que mancha a pureza dos principios eternos.

"Os operarios devem menos ainda pretender que, como acontece na Republica dos Estados Unidos, o Estado, cujo orçamento se nutre da classe operaria, seja obrigado a dar instrução primaria aos filhos dos operarios, porque a instrução primaria não é a instrução completa. E' preferivel que os operarios e as operarias não saibam ler, escrever nem fazer contas, a que recebam instrução de um mestre-escola do Estado. E é muito melhor que a ignorancia e um trabalho de 16 horas diarias, embruteçam a classe trabalhadora a que sejam violados os principios eternos.

"Se a luta politica da classe operaria assume formas violentas, se os operarios substituem a ditadura da classe burguesa por sua ditadura revolucionaria, cometem o terrivel delito de lesa-principios; porque, para satisfazer

(1) Escrito no ano de 1873 e publicado, em italiano, no "Almanaque Republicano para 1874". (N. da Red.).

suas miséras necessidades profanas de cada dia, para eliminar a resistência da classe burguesa, em lugar de depor as armas e abolir o Estado, dão a este uma forma revolucionária e transitória. Os operários não devem formar corporações especiais para cada ofício, porque assim perpetuam a divisão do trabalho social, tal como já a encontram na sociedade burguesa; e esta divisão, que desune os operários, é a verdadeira base de sua atual escravidão.

"Numa palavra, os operários devem cruzar os braços e não perder o tempo em movimentos políticos e econômicos. Estes movimentos não podem dar-lhes senão resultados imediatos. Como homens verdadeiramente religiosos, os operários, desprezando as necessidades diárias, devem exclaimar, cheios de fé: Que nossa classe seja crucificada, que pereça nossa raça, mas que permaneçam imaculados os princípios eternos! Como cristãos devotos, devem crer nas palavras do padre, desprezar os bens da terra, e não pensar senão em ganhar o paraíso". Onde se diz paraíso, leia-se **liquidação social** — que advirá um bom dia, em algum rincão do mundo, não se sabe como, nem por obra de quem — e a mistificação será idêntica em tudo e por tudo.

"Portanto, esperando esta famosa liquidação social, a classe operária deve se comportar bem, como um rebanho de ovelhas que tem pasto abundante; deixar em paz o governo, temer à polícia, respeitar a lei, e fornecer, sem queixar-se, carne de canhão.

"Na vida prática quotidiana, os operários devem ser os servidores obediêntíssimos do Estado; mas, em seu fóro íntimo, devem protestar energicamente contra sua existência e demonstrar-lhe seu profundo desprezo teórico, por meio da aquisição e leitura de tratados literários sobre a abolição do Estado; devem, pois, evitar, muitíssimo, opor ao regime capitalista qualquer outra resistência que não seja a de declarar acerca da futura sociedade, na qual o odioso regime terá deixado de existir".

Ninguém negará que, se os apóstolos do apoliticismo se expressassem de um modo tão claro, a classe operária manda-los-ia passear e se sentiria insultada por esses burgueses doutrinadores e fidalgos desviados que são bastante tontos ou ingenuos para lhe proibir todos os meios reais de luta, porque todas as armas para combater é preciso que se as tome da sociedade atual e porque as condições fatais desta luta têm a desgraça de não se adaptar às suas fantasias idealistas, fantasias que estes doutores em **ciência social** elevaram à categoria de divindade, sob os nomes de **Liberdade, Autonomia e Anarquia**. Mas o movimento da classe operária é, hoje em dia, tão potente, que estes filantropos sectários já não se atrevem a repetir, com relação à luta econômica, as **grandes** verdades que incessantemente proclamavam com relação à luta política. São demasiadamente covardes para aplicá-las ainda às greves, às coalisões, às corporações de um só ofício, às leis sobre o trabalho das mulheres e das crianças, à limitação das horas de trabalho, etc., etc.

Tratemos agora de verificar se podem eles invocar as boas tradições, o pudor, a boa fé e os princípios eternos.

Os primeiros socialistas (Fourier, Owen, Saint-Simon, etc.), devido a não estarem as condições sociais bastante desenvolvidas para permitir que a classe operária se constituísse em classe militante, tinham fatalmente que se

limitar a sonhar com a **sociedade modelo** do futuro, e a condenar todas as tentativas, como as greves, as coalisões e os movimentos políticos, iniciados pelos operários para melhorar um pouco a sua sorte. Mas, se não nos é lícito renegar esses patriarcas do socialismo, como não é lícito aos químicos renegar seus antepassados, os alquimistas, devemos evitar, entretanto, reincidir em seus erros, os quais, se cometidos por nós, seriam imperdoáveis.

Mais tarde — em 1839 —, entretanto, quando a luta política e econômica da classe operária já tinha adquirido na Inglaterra um caráter bastante acentuado, Bray — um dos discípulos de Owen e um dos que descobriram o **mutualismo**, muito antes de Proudhon — publicou um livro intitulado “Labour’s wrongs and Labour’s remedy” (“Os males e os remédios do trabalho”).

Num dos seus capítulos sobre a ineficácia **de todos os remédios que se deseja aplicar na luta atual**, faz uma acerba crítica de todos os movimentos, tanto políticos como econômicos, dos operários ingleses; condena o movimento político, as greves, a limitação das horas de trabalho, a regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças nas fábricas, porque tudo isto — segundo ele — em lugar de nos livrar do estado atual da sociedade, prende-nos a ele e não faz mais que intensificar os antagonismos.

Aqui está o oráculo destes doutores em ciência social, Proudhon. Ao mesmo tempo em que o mestre tinha a coragem de se levantar energicamente contra todos os movimentos econômicos (coalisões, greves, etc.), contrários à teoria redentora de seu mutualismo, estimulava com seus escritos e com sua participação pessoal o movimento político da classe operária; e seus discípulos não ousam pronunciar-se abertamente contra este movimento. Já em 1847, época em que veio à luz a grande obra do mestre: “As contradições econômicas”, eu refutei seus sofismas contra o movimento operário (2). Entretanto, em 1864, depois da lei Ollivier, que outorgava aos operários franceses, de um modo tão restrito, o direito de coalisão, Proudhon veio novamente à carga através de seu livro: “Da capacidade política das classes operárias”, publicado poucos dias depois de sua morte.

Os ataques do mestre correspondiam de tal maneira ao gosto da burguesia, que, por ocasião da grande greve dos alfaiates de Londres, em 1866, o “Times” deu a Proudhon a honra de traduzi-lo e de condenar os grevistas com as suas próprias palavras. Eis aqui algumas amostras:

Os mineiros de Rive-de-Gier declararam-se em greve; os soldados acorreram para chama-los à razão.

“A autoridade — grita Proudhon — que fez fuzilar os mineiros de Rive-de-Gier foi bastante infeliz. Mas agiu como o antigo Brutus, colocado entre o amor de pai e seu dever de Consul: tinha que sacrificar os filhos para salvar a República. Brutus não duvidou e a posteridade não se atreve a condená-lo” (3).

(2) Veja-se, o opusculo “Miséria da Filosofia”, resposta à “Filosofia da Miséria”, do Sr. Proudhon (Paris, 1847, Franck editor), Cap. V, intitulado: “As greves e as coalisões operárias”. (Nota de Marx).

(3) P. G. Proudhon, “Da capacidade política das classes operárias”, Paris, Lacroix & Cie., 1868, pg. 387. (Nota de Marx).

Nenhum proletário se lembrará do caso de nenhum burguês que tenha duvidado em sacrificar seus operários para salvar seus próprios interesses. Que Brutus são os burgueses! (4)

"Pois bem, não. Não existe o direito de coalisão, como não existe o direito de fraude e de furto, como não existe o direito de incesto e de adultério" (5). E' preciso dizer, entretanto, que existe, isto sim, o direito de cacetização.

Quais são, pois, os princípios eternos, em nome dos quais fulmina o mestre com as suas excomunhões estapafúrdias?

Primeiro princípio eterno: "O nível dos salários determina o preço das mercadorias".

Mesmo aqueles que não têm a menor noção de Economia política e que ignoram que o grande economista burguês Ricardo, em seu livro "**Princípios de Economia Política**", publicado em 1817, refutou, de uma vez para sempre, este erro tradicional, conhecem o fato tão notório da indústria inglesa, que pode vender seus produtos a um preço bastante inferior aos de outra nação qualquer, enquanto que os salários são relativamente mais elevados na Inglaterra do que em qualquer outro país da Europa.

Segundo princípio eterno: "A lei que autoriza as coalisões é altamente anti-jurídica, anti-econômica, contrária a toda a sociedade e a toda a ordem". Em uma palavra, "contrária o **Direito econômico** da livre concorrência". Se o mestre fosse um pouco menos chovinista, se tivesse procurado saber como e que se explica que quarenta anos antes tivesse sido promulgada uma lei, na Inglaterra, tão contrária aos **direitos econômicos da livre-concorrência**, e como é que, à medida que a indústria se desenvolve, e com ela a **livre-concorrência**, esta lei — tão contrária a **toda sociedade e a toda ordem** — impõe-se como uma necessidade inclusive aos próprios Estados burgueses. E' possível que ele tivesse descoberto que esse Direito (com D maiúsculo) não existe a não ser nos **manuals econômicos** redigidos pelos "ignorantes frades" da Economia política burguesa, nos quais se encontram perolas como esta: "**A propriedade é o fruto do trabalho**"... dos outros. esqueceram-se de acrescentar.

Terceiro princípio eterno: "Sob o pretexto de elevar a classe operária de uma chamada inferioridade social, é preciso, por conseguinte, começar denunciando toda uma classe de cidadãos: a classe dos senhores, dos capitalistas, dos patrões e burgueses; é preciso incitar a democracia operária ao desprezo e ao ódio a estes execráveis e indignos elementos da classe média coligados contra ela; deve-se preferir a guerra mercantil e industrial à repressão legal e o antagonismo de classes à polícia do Estado" (6).

O mestre, para impedir que a classe operária se liberte de sua chamada inferioridade social, condena as coalisões que fazem da classe operária uma classe antagonica da respeitável categoria dos patrões, capitalistas e bur-

(4) O original não pôde ser traduzido literalmente, neste trecho.

(5) Obra citada, pg. 383. (Nota de Marx).

(6) P. G. Proudhon, "Da capacidade política das classes operárias", Paris, Lacroix & Cie., 1868, pg. 337-338.

gueses, os quais seguramente preferem, como Proudhon, a polícia do Estado ao antagonismo das classes. Para evitar desgostos a esta respeitável classe, o bom Proudhon aconselha aos operários (até o advento do regime mutualista e apesar de seus graves inconvenientes) "a liberdade de concorrência, nossa única garantia".

O mestre pregava o indiferentismo econômico, para encobrir a liberdade de concorrência burguesa, nossa única garantia; os discípulos apregoam o indiferentismo político, para encobrir a liberdade burguesa, sua única garantia. Se os primeiros cristãos, que também pregavam o apoliticismo, necessitaram do braço de um imperador para se converter de oprimidos em opressores, os modernos apóstolos do apoliticismo não acreditam que seus princípios eternos lhes imponham a abstinência dos gozos mundanos e dos privilégios temporais da sociedade burguesa. E, temos de reconhecer, apesar de tudo, que suportam, com um estoicismo digno dos mártires cristãos, às 14 ou 16 horas de trabalho com que se sobrecarrega os operários das fábricas!

Londres, janeiro de 1873.

● ●

EDUCAÇÃO BOLCHEVIQUE — "Esquecem-se de que todo o nosso trabalho de construção do socialismo, todo o nosso trabalho educativo, é realizado com o fim de conseguir a transformação da consciência dos homens. Precisamente para transformar os próprios homens, para transformar sua consciência, é que existe o nosso Partido, para isso conseguimos alcançar as vitórias do socialismo, para isso nos impusemos a tarefa da construção comunista. Se há quem pense que a transformação da consciência dos homens não alcançará os membros do Partido, que os *comunistas* são homens livres de nascença de todos os preconceitos e que não necessitam em absoluto de nenhuma reeducação, é porque tem um conceito idealista e esquemático da personalidade humana, pelo qual se julga o homem de um modo abstrato, de acordo com um padrão estabelecido de antemão e não se o estuda em todas suas relações e contingências, é uma atitude que condena à passividade e a uma visão pessimista dos homens. Uma tal atitude pessimista está já voltada para o passado. Não tem nada de comum com o bolchevismo. Por sua metodologia ela é profundamente contrária ao bolchevismo.

A mim me parece que tudo isso é uma revivescência do menchevismo, uma forma peculiar de oportunismo no trato das pessoas; não se parte do desejo de fazer a pessoa melhorar, de corrigir seus defeitos, de reeducá-la, mas ao contrário se hipertrofia, se exageram os defeitos e não se busca o que há de valioso, o que é preciso desenvolver e apoiar por todos os meios possíveis. E, se se examinasse um pouco esses pseudo-moralistas, não se deixaria nunca de encontrar, entre eles, falsos e hipócritas. É claro que com esses coveiros não se pode ir muito longe. (A. Idánov — *Informe ao XVIII Congresso do P.C. (b) da URSS*, págs. 27-28.)

O Pensamento de Stálin



...a chave do estudo das leis da história não devem ser procuradas nas cabeças dos homens, nas idéias e concepções da sociedade, mas no modo de produção utilizado pela sociedade em cada um dos seus períodos históricos, isto é, devem ser procuradas na economia da sociedade. (Stálin — *Sôbre o materialismo dialético e o materialismo histórico* — in "*Sôbre os fundamentos do leninismo*", pág. 291 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

...em política, para não errar, o Partido do proletariado deve, antes de mais nada, tanto no que diz respeito à elaboração do seu programa, como no que se refere à sua atividade prática, aprender as leis do desenvolvimento da produção, as leis da evolução econômica da sociedade. (Stálin — *Sôbre o materialismo dialético e o materialismo histórico* — in "*Sôbre os fundamentos do leninismo*", pág. 292 — Edit. Calvino Ltda. — 1945.)

...a Revolução de Outubro provocou ferimento mortal no capitalismo mundial, ferimento do qual êle não se restabelecerá jamais. E' por isso, precisamente, que o capitalismo jamais voltará a reconquistar aquêle "equilíbrio" e aquela "estabilidade" que tinha antes de outubro. O capitalismo poderá estabilizar-se parcialmente, poderá racionalizar sua produção, entregar o governo do país ao fascismo, amedrontar temporariamente a classe operária, mas não voltará jamais a desfrutar daquela "tranquilidade" e daquela "segurança", daquele "equilíbrio" e daquela "estabilidade" de que fazia alarde antigamente, pois a crise do capitalismo mundial alcançou tal grau de desenvolvimento, que a fogueira da revolução, inevitavelmente, irromperá, quer nos centros do imperialismo, quer na sua periferia, fazendo em pedaços os remendos capitalistas e tornando mais próxima, dia a dia, a queda do capitalismo. Tal e qual como na conhecida fábula: "se se tira o rabo, fica dentro o focinho; se se tira o focinho, dentro fica o rabo". (Stálin — *O Caráter Internacional da Revolução de Outubro*.)

Estudemos Marxismo

por ENRIQUE GONZALEZ APARICIO

"Desde a "conspiração do silencio", denunciada pelo próprio Marx, em seu livro *O Capital*, até às mais violentas diatribes, tudo sofreu o marxismo da ciencia academica, empenhada em mantê-lo completamente ignorado, sem uma interpretação adequada e uma critica genuinamente científica. Daí derivam, em grande parte, os erros grosseiros e generalizados a respeito da doutrina marxista e também a falsa concepção que sobre ela formam aqueles que só tiveram nas mãos um manual de divulgação, ou que assistiram a alguma conferencia isolada de propaganda. E' facil, em tais condições, para os que adulteram maliciosamente o marxismo, aumentar a confusão sobre os temas sociais como, aliás, ocorre frequentemente. Esta confusão faz parte da campanha anti-comunista.

Resulta dessas confusões propositadas a ideia de que o marxismo é uma teoria applicavel somente aos problemas sociais e não ao estudo sistematico dos diversos fenomenos, que formam o panorama dos estudos científicos. Consideram-se, por outro lado, os diversos temas da doutrina marxista como teses independentes entre si, que podem ser aceitas como validas isoladamente, sem que se deva subscrever, por isso, tôdas as afirmações resultantes das mesmas.

Freqüentemente, distinguem-se as applicações fundamentais do marxismo — a economica, a sociologica e a filosofica — "as quais podem receber diversas denominações, às vezes arbitrariamente, e que se referem somente a uma daquelas teses, tais como o "determinismo economico", o "socialismo científico" e o "materialismo historico", etc.

Quando, apesar do premeditado silencio da critica ou de seu aparente desprezo, as edições de *O Capital* exigiram a atenção intelectual do mundo para o conjunto das obras de Marx e Engels; quando o vigor crescente do movimento operario já ameaçava o instavel equilibrio capitalista; quando, em suma, se tornou impossivel ignorar por mais tempo a existencia de um surto geral revolucionario, a ofensiva da burguesia adquiriu, entre outras, a forma de uma campanha teorica contra o marxismo. Principiaram, então, a estudá-lo, a analisá-lo, a tentar a sua revisão e a sua critica.

Os ultimos anos do seculo passado assinalam um crescente e obri-gatorio interesse pela doutrina marxista, ao mesmo tempo que um esforço geral para fazer a sua revisão. O "revisionismo", inaugurado por Bernstein, na Alemanha, levou varios setores da classe operaria a uma diminuição da combatividade, com a aceitação de uma especie de socialismo aparentemente marxista, o qual fracassou lamentavelmente ao estalar a guerra europeia de 1914, desfazendo, dessa forma, as afirmações demagogicas do reformismo internacional.

Basta, para definir o "revisionismo", a attitude tolerante do governo

alemão para com Bernstein, quando o mesmo abandonou o marxismo ortodoxo, fato este observado pelo jesuita e economista alemão Pesch. Nessa época e nos princípios de nosso século, alguns reputados escritores dedicaram-se a descobrir os precursores do marxismo, como que para negar-lhe originalidade. Mas isto nunca preocupou Marx e Engels, visto que o marxismo, como fruto mesmo da época, obedeceu não só às convicções existentes então, como também a uma série de antecedentes que foram amadurecer na exposição científica do socialismo. Ao mesmo tempo, julgou-se possível reconhecer a validade de algumas afirmações marxistas, recusando-se outras que, em regra geral, eram aquelas cuja aceitação implicava numa atitude prática e numa conduta política incompatíveis com a vida tranquila e confortável dos intelectuais burgueses.

Seligman, na sua conhecida obra sobre a interpretação econômica da História, Sombart, ao destacar a importância do princípio da luta de classes, Croce, aceitando em parte a tese do materialismo histórico, são uns tantos exemplos dessa tendência de se aceitar uma parte do marxismo para melhor poder combatê-lo. Na realidade, os revisionistas, os reformistas, muitos representantes do sindicalismo francês, da social-democracia alemã e do austro-marxismo, adotaram todos atitude idêntica, às vezes teórica, mas sempre com um caráter prático. Desse modo, prejudicaram a interpretação correta do marxismo e aumentaram a confusão estabelecida, quando fingiram aceitá-lo parcialmente para negá-lo totalmente na sua aplicação.

A concepção dialética, que alcançou com Marx e Engels a posição de um sistema filosófico completo, dá um fundamento geral à doutrina marxista, aplicável não só às análises dos fenômenos como também, em geral, a todos os fenômenos que são em geral objeto de estudo por parte da ciência.

O pensamento dialético, como se sabe, teve brilhante expressão na filosofia antiga, particularmente na Grécia. Entretanto, foi erigido como centro de um sistema filosófico até que Hegel, baseando-se naquela tradição, constituiu a sua filosofia, fazendo da dialética o elemento medular. A dialética idealista de Hegel foi um dos elementos essenciais de que se serviram Marx e Engels, como ponto de partida, para chegar a uma dialética materialista, passando pelo materialismo não dialético de Feuerbach. A filosofia marxista é, portanto, a síntese de dois elementos aparentemente antagonistas: a dialética idealista e a concepção materialista.

Tudo está condenado a desaparecer na contínua mudança, nesse suceder constante, que preside o movimento tanto no mundo físico como no social, nesse "rio que não se atravessa duas vezes", para usar a velha frase de Heraclito. Esse perpétuo estado de transformação reflete-se no pensamento humano e produz os diferentes modos de pensar, que correspondem, na História, às diferentes etapas sociais.

Na dialética hegeliana, todo estado social estava condenado a desaparecer pelo princípio da sucessão contínua. Este é o elemento revolucionário dessa filosofia, levado às suas últimas consequências pelo pensamento marxista.

Assim, não existe somente a dialética da História, que aponta a

oposição — tese e antítese — em uma etapa social determinada e no regime de produção criado dentro dela, e que depois formará a síntese, resultado daquela contradição. A dialética marxista assinala também o choque dos elementos contrários existentes nos fenômenos da natureza. Um velho aforismo grego, atribuído ao mesmo Heraclito, já indicava em termos simbólicos: “o conflito é o pai de todas as coisas”. A análise foi aplicada por Marx e por Engels, particularmente ao regime capitalista, de onde terem assinalado a sua gênese, o seu desenvolvimento e a presença de contradições internas, as quais permitem estabelecer a sua marcha futura.

Por outro lado, as recentes investigações científicas, feitas à luz do marxismo, revelam a possibilidade da aplicação do método dialético, como já antes se indicava, a diversos campos do conhecimento científico. Este esforço destrói a arraigada concepção de que o marxismo é uma teoria exclusivamente de caráter social.

Observa-se que as diversas faces desta doutrina são o resultado da aplicação de um mesmo método ao exame de fatos diversos. A unidade interna não se baseia somente no emprego do método, mas sim no fato de que, partindo da concepção filosófica mais geral para chegar ao estudo dos fenômenos concretos, as afirmações marxistas fundamentais são consequências umas das outras, formando um todo harmônico, um sistema de aplicação geral e uma doutrina integral da vida.

Essa é a única forma possível de se entender o marxismo sob o maior rigor científico; portanto, os esforços mencionados acima, destinados a apresentarem como desconexos seus aspectos fundamentais, aparecem-nos como uma interpretação insuficiente do materialismo histórico, faltando seriedade à atitude de quem, por exemplo, dizendo-se marxista, recusa os elementos fundamentais da economia desenvolvida por Marx e por Engels, ou daqueles que, aceitando as premissas ideológicas da doutrina, prescindem de suas lógicas consequências políticas e práticas.

As leis estabelecidas pelo materialismo dialético para a vida social em geral têm aplicação na sociedade capitalista em particular, na qual se descobre a existência de forças antagonicas, de contradições, que determinam, pelos seus entrelaçamentos, o próprio desaparecimento do regime.

A análise dialética da estrutura do capitalismo constitui a teoria econômica marxista e nesta a “teoria do valor” ocupa um lugar preponderante.

O problema do valor consiste em estabelecer a fonte de onde procedem os bens econômicos e, ao mesmo tempo, as suas relações de troca. Foi este o tema mais debatido não só na crítica ao marxismo, como também no próprio campo da teoria econômica geral.

Construiu-se uma “teoria do valor”, apoiada em bases naturais do senso comum, desde o momento em que a economia adquiriu o caráter de ciência independente, apesar de quererem negá-la Comte e o positivismo.

Se a produção, pensou-se então, é resultante de um conjunto de atos realizados pelos homens, o valor dos bens produzidos deriva do trabalho humano, fonte criadora da vida econômica. Tal foi a sã e justa expli-

cação do "valor" oferecida pelos que, no século XVIII, sistematizaram o estudo dos fenômenos econômicos.

Mais tarde, escritores como Adam Smith e David Ricardo, que inauguraram o período dos grandes economistas, desenvolveram essa explicação conhecida com o nome de teoria do valor-trabalho. Adam Smith, assinalando a importância social da divisão do trabalho, vê neste o criador de toda a riqueza, substituindo tanto a concepção fisiocrática, para a qual a atividade agrícola era a fundamental, como a mercantilista, que supunha a riqueza nacional somente representada por dinheiro e metais preciosos. Ricardo, prosseguindo a tese de seu grande antecessor, ao mesmo tempo que o corrige, distingue o trabalho que se aplica diretamente à produção de um bem daquele que se encontra acumulado nos instrumentos necessários para produzi-lo. Aprofunda também os conceitos tradicionais do "valor de uso" e do "valor de troca", oferecendo, em suma, uma base firme para o ulterior desenvolvimento teórico, a tal ponto que, nos meados do século XIX, John Stuart Mill pôde considerar que a doutrina do valor, conforme estava estabelecida em sua época, era uma das conquistas "imutáveis" da ciência econômica.

Porem, se Mill, em parte, tinha razão, estava, ao mesmo tempo, equivocado. A afirmação fundamental do valor-trabalho é exata e representava, já nessa época, o fruto de uma arraigada tradição econômica. O equivoco de Mill está em que a evolução posterior dos estudos econômicos, contrariando a sua conclusão, girou, em grande parte, em torno à discussão do problema do valor; chegou mesmo a negar a validade daquela tese.

Observou com justiça Mariategui que os antecedentes ideológicos do marxismo foram a filosofia idealista alemã, o socialismo francês e a economia clássica inglesa. No que se refere a esta última, vemos com clareza que Marx deu desenvolvimento aos princípios elaborados pelos economistas citados atrás, até formar a sua própria teoria do valor. O trabalho, considerado pelos clássicos ingleses como fonte do valor, é-o também do ponto de vista marxista; obedece, entretanto, a concepções absolutamente diferentes.

A análise da mercadoria é o ponto de partida da economia marxista: na produção de mercadorias, como acontece no regime capitalista, é a mercadoria a célula a partir da qual se desenvolve o exame da sociedade capitalista em seu conjunto. Na mercadoria — bem econômico destinado à venda e não ao consumo direto — ha um valor de uso, de acordo com as propriedades de cada mercadoria, e um valor de troca. São as mercadorias diferentes entre si, pelo valor de uso, por consequência, se é possível trocar umas pelas outras, não é devido às suas propriedades ou utilidades peculiares, mas, sim, em virtude de existir, em todas elas, um elemento comum: todas as mercadorias representam uma quantidade determinada de trabalho humano.

Este trabalho não é considerado individualmente, porque, se numa utilidade houvesse sido invertido um trabalho individual maior, teria um valor mais elevado. Portanto, os objetos fabricados por um artesão inhábil valeriam mais que os produzidos por um operário competente em menos tempo e naturalmente com menor esforço. Marx já havia

previsto, nas primeiras páginas de sua obra fundamental, esta objeção à sua doutrina, que ainda mesmo em recentes livros de "economistas" é repetida, como se não tivessem lido ao menos as primeiras afirmações de *O Capital*.

Trata-se do trabalho social, isto é, do que é preciso empregar, em conjunto, de acordo com o sistema de produção generalizado, em um dado momento; o valor de uma peça de fazenda, ao surgirem os teares mecânicos, não era fixado pelo tempo de trabalho de um artesão medieval, mas, sim, pelo tempo total empregado pelas fabricas que contavam com uma instalação moderna: este era o tempo do trabalho social. Ao reduzir-se, pela introdução do maquinismo, o tempo medio necessario para a fabricação de cada artigo, produziu-se uma baixa nos preços, facto este que, geralmente, se observa no início da industrialização de qualquer produto.

Em cada mercadoria, por conseguinte, uma quantidade de trabalho está representada de acordo com o sistema social de produção, o qual, por sua vez, reflete as relações sociais existentes num determinado regime; a análise do valor economico é que permite, portanto, assinalar qual a estrutura intima do regime capitalista.

A doutrina do valor ocupa o lugar central na economia marxista, não só por esses motivos, como porque é a premissa da "teoria da mais-valia", ou seja, a explicação científica da exploração a que estão submetidos os trabalhadores no regime em que vivemos.

A "força de trabalho", sujeita a um preço e a uma operação de troca, é uma mercadoria e tem, como todas as outras, um valor de uso e um valor de troca. O primeiro — valor de uso — aparece no momento em que o patrão põe o operario contratado a trabalhar e é representado pelo valor do que o trabalho produz; o segundo — valor de troca — é representado pelo salario que o operario recebe em troca de sua força de trabalho. Ora, se ambos os valores fossem iguais, se o que produz o operario fosse equivalente ao que lhe paga o patrão, então este não tiraria proveito e estaria impossibilitado de ampliar o seu capital invertido, paralisando por isso a produção, pois não teria lucro.

A diferença entre esses dois valores — de uso e de troca — é a "mais-valia". Equivale ao tempo de trabalho que não é pago ao operario, e que forma a fonte de lucros do capitalista. Com efeito, a fonte de lucros não pode estar na simples compra-e-venda, porque, observa Marx, se o lucro fosse obtido ao se vender o produto, teria havido para a produção prejuizo na compra da materia prima, em proveito do seu vendedor, sim, porque se um lucra o outro perde. Podem os capitalistas roubar-se mutuamente, porem, ainda de acordo com os conceitos de Marx, em seu conjunto, a classe capitalista nunca se engana a si mesma. Essa tese é facilmente comprovada ao se examinar a realidade economica do capitalismo. Nenhum esforço da classe patronal é mais constante e mais energico do que aquele que se destina a obter a diminuição dos salarios ou a impedir a sua majoração. Por que? Porque isso significa, mantendo-se iguais todas as outras condições, um aumento ou uma diminuição da "mais valia". Sobem os salarios, diminue a "mais valia", descem os salarios, aumenta a "mais valia".

Na doutrina economica moderna, numerosos foram os autores que estudaram o problema do valor buscando como seu fundamento não o trabalho, mas a utilidade dos bens produzidos. Ao fazer tal coisa, isto é, ao apoiar-se numa noção que implica, — como a utilidade, — num elemento psicologico qual seja a apreciação que dela faça cada comprador, viram-se os autores obrigados a desenvolver uma doutrina de tal modo sutil e complicada, que, na verdade, forma a metafisica da economia em opposição às explicações claras e acessíveis que requerem os problemas economicos.

Particularmente, a partir do ultimo quartel do seculo passado, nota-se na literatura econômica uma forte inclinação a elaborarem-se explicações cada vez mais difíceis e complicadas dos fatos que formam o panorama da vida economica, sobretudo as doutrinas chamadas da "utilidade final" ou "utilidade marginal". Por esse aspecto, a ciencia percorreu um processo contrario ao que logicamente deveria esperar-se, pois é claro que, quanto mais progredida, mais precisas devem ser as suas conclusões. Ao contrário, as doutrinas tornam-se dia a dia mais obscuras e difíceis de acompanhar. De facto, as especulações econômicas afastam-se cada vez mais da realidade social, para se converterem em especulações de pequena ou nenhuma utilidade para a vida real e para o homem, que deve encontrar nela a solução dos seus problemas economicos concretos.

A introdução dos metodos matematicos neste tipo de estudos, assim como o uso de noções psicologicas, parece que, em lugar de ter contribuido para esclarecer as ideias e conceitos, serviram tão somente para complicar as explicações científicas.

Não se pode negar que o propósito que se pretende com esses metodos é ocultar, por detrás de uma difficil elaboração tecnica, a essência de uma realidade economica capitalista, para tentar justificá-la e continuar, de tal modo, apoiando o atual regime no campo da especulação doutrinaria.

A respeito das teorias do valor que se apoiam nos conceitos, em si mesmo confusos, de utilidade "final" ou "marginal" convém observar, antes de mais nada, que, sendo baseadas em parte em noções de ordem psicologica, é necessario primeiro demonstrar-se a validade científica dessas noções. Como se encontram sujeitas à discussão constante, tornam-se instaveis as conclusões a que chegam essas escolas.

Por outro lado, é importante anotar o significativo fato de que alguns conhecidos economistas contemporaneos, entre eles Gustavo Cassel, reagiram contra essa tendencia, assinalando a sua falta de fundamentos reais e a insufficiente explicação que oferecem para o problema do valor.

Com efeito, a escola marginalista parte de suposições em desacordo com a realidade economica concreta e, mesmo que tenha lançado alguma luz sobre os diferentes problemas teoricos, anteriormente menos esclarecidos, não oferece, em geral, conclusões que possam responder às interrogações fundamentais, constitutivas dos problemas da economia em nossos dias.

Porem, se a tendencia representada por Cassel implica numa refutação das doutrinas da utilidade final, no entanto, ao pretender suprimir

o estudo do problema do valor na ciência econômica como tem recomendado, de acordo com alguns outros escritores, adota a mesma atitude de fugir ao problema essencial da economia (entre as obras em espanhol pode-se ver esta tendência em *Economia Social Teórica*, de Gustavo Cassel e *Introdução à Ciência Econômica*, de Max Weber).

À primeira vista, poderia parecer justificada a atitude dos que se propõem ao exame direto dos fenômenos relativos ao preço, sem passar pelo estudo do valor. Do ponto de vista teórico, como do ponto de vista social, essa posição é, sem dúvida, e por diversas razões, inaceitável.

Cassel começa por afirmar que a ambiguidade do conceito "valor" torna preferível que se elimine o seu uso da economia. Mas este seria também argumento válido para suprimir muitos outros termos que não são menos confusos; entre eles, em primeiro lugar, o de "economia", que tem tão variada significação na linguagem popular. Outrossim, tenta negar a tese defendida por alguns economistas da escola histórica alemã, segundo a qual a troca passou por diversas etapas históricas, o que, na opinião de Cassel, os teria impedido de abordar diretamente o estudo dos fenômenos monetários que se relacionam com o preço. Cassel pretende, com isso, deixar de lado o aspecto histórico no estudo das instituições econômicas. Não acerta ao propor esta solução porque o aparecimento histórico das instituições econômicas não se separa do processo evolutivo da vida social em geral. Por isto é que, quando Marx analisa as diversas formas de troca de mercadorias, que predominaram nas múltiplas etapas da evolução humana, segue o *criterio dialético*, completado pela sua aplicação aos fenômenos históricos.

Se fosse realizado o objetivo de Cassel, o próprio campo da ciência econômica se reduziria, fundamentalmente, a uma teoria monetária, deixando fora de seu sistema de explicações os variados problemas de ordem social criados pelo regime de produção, sobre o qual se baseia a sociedade capitalista. Esta restrição parece ser proposital, pois se sabe que Cassel considera somente como objeto da "teoria do valor" o alcançar uma avaliação correta dos bens produzidos.

Já foi explicado atrás, ao se tratar da teoria marxista do valor, que se pretende, na realidade, explicar a natureza das relações de produção que formam a base do capitalismo, o que se consegue através da própria análise do conceito de "valor". Percebe-se claramente o propósito de Cassel, coincidindo com o da *escola da utilidade marginal*: de omitir, com a intenção de reduzir o campo da economia, o estudo dos fenômenos essenciais da vida social, os quais a ciência econômica é obrigada a examinar.

Isto se confirma ao se observar que Cassel e os que neste aspecto o seguem partem todos do pressuposto de que o regime capitalista deve subsistir. Colocados em tal posição, é lógico super-se que seus estudos teóricos pretendem ser uma contribuição para que o referido regime continue a existir. Assim é que se explicam todas as "refutações" à teoria marxista do "valor": um interesse de classe na defesa de um regime é o que motiva as explicações teóricas; por um lado complicá-las deliberadamente e por outro para deixar à margem o exame dos problemas fundamentais.

Assim procedendo, conseguem mais mutilar o alcance e a utilidade da economia como ciencia social do que propriamente refutar o marxismo. O fim da disciplina economica, contrariamente a essa limitação, é e somente pode ser, justificando o esforço dos que a ela se consagram, o de atingir o bem estar dos homens e alcançar a verdadeira economia de esforços, com a maxima satisfação das necessidades. Não tem justificativa a economia, contida nessa ciencia abstrata e inaplicavel, que adota diante do mais grave problema de nossa epoca uma atitude que favorece a conservação de um regime em que as necessidades da maioria se satisfazem com deficiencias, para que o fruto dessas deficiencias ou escassez sirva ao bem estar de poucos privilegiados.

Marx antecipava que a mais violenta ofensiva se dirigiria contra a sua concepção economica, porque a burguesia pode admitir as agressões mais duras ao seu modo de pensar e de sentir, porém nunca o mais leve ataque aos seus interesses materiais. E a ciencia economica, na correta formulação que lhe dá o marxismo, assinala, como conclusão inapelável, a necessidade de transformar a atual sociedade, cheia de privilegios e limitações, para que, finalmente, todos os homens possam ter condições que lhes permitam viver com verdadeira dignidade humana.

A divulgação marxista encontrou na America Latina serios obstaculos devido às condições materiais existentes em nosso Continente e também às atitudes ideologicas que nascem daquelas condições. O retardado desenvolvimento econômico, a dependencia, apenas variada em grau, para com a economia estrangeira, a propria condição cultural que daí decorre, são outros tantos fatores que limitam, em nossos países, um amplo e energico movimento cultural das massas trabalhadoras.

O atraso do movimento social explica, em parte, o nosso apenas superficial contacto com o marxismo e, por sua vez, a situação de atraso social é consequencia dessa debilidade ideologica. Com efeito, a doutrina do proletariado não pôde encontrar na America Latina, salvo em condições excepcionais, o comentario, o desenvolvimento e a aplicação que tem encontrado nos países que possuem uma densa classe operaria. A falta de uma teoria e de uma tatica, devidamente compreendidas e realizadas, impediu em boa parte que as lutas populares espontaneas adquirissem o seu carater proprio, frente à invasão imperialista de toda a America Latina.

Levantam-se contra o marxismo, em nossos países, argumentos que não são encontrados nos países europeus. O argumento usado mais frequentemente é o de que o marxismo é uma doutrina "exotica", uma tese valida, quando muito, para os países onde foi concebida, mas inaplicavel em nosso meio, que sempre foi um importador de idéias e outras coisas...

Observa-se, antes de mais nada, como esquecem os que assim argumentam, de que a maioria das instituições sociais arraigadas na America Latina podem ser consideradas "exoticas", visto que a nossa vida politica e cultural teve de ser, e o é até hoje, forçosamente, a projeção dos valores europeus.

A independencia dos países da America foi, na realidade, o resultado da luta entre dois sistemas que na propria Europa se chocaram nos fins do seculo XVIII e nos principios do seculo XIX, e não a luta de um sis-

tema de vida americana contra uma concepção e um regime europeus. Desejou-se, então, abandonar as praticas já tão somente rotineiras da politica espanhola em decadencia, para iniciar uma nova organização, sob a inspiração da democracia nascente, nos países que acabavam de adquirir a maioridade politica.

Aí está como a legislação, os principios constitucionais, as praticas politicas, etc., foram em grande parte importados, para serem experimentados na America. Mas, neste caso, além de serem estranhas às instituições adotadas, cometeu-se o peccado de pretender tornar validas as idéias que repousavam sobre pressupostos que nem na propria Europa eram realidades; o fracasso mais flagrante, porque as condições do meio tornavam ainda mais difficil a sua realização. Mas a crise da democracia politica encontra suas raizes em seus proprios documentos falsos e illusorios. Em resumo, a quebra de todo o sistema politico democratico burguês não foi causado pelo ambiente americano, mas sim pelo defeito do proprio sistema ideologico.

Não é este o caso do marxismo, porque ele parte de um pressuposto que tem realidade universal. São fatos encontrados em todos os países, tais como a divisão da sociedade em classes, a opressão de uma delas pela outra, a existencia de formas de produção que estão em graus diversos de desenvolvimento, embora tenham elementos equivalentes. Registrando-se em qualquer um país os fenomenos sociais e economicos que deram origem ao marxismo, será verdadeira a doutrina que seja, como sucede neste caso, uma expressão cientifica da realidade. Já insistimos atrás sobre a validez da doutrina marxista como sistema filosofico geral e a sua teoria economica como aplicação deste sistema à sociedade capitalista.

Formulou-se em alguns países da America, com um carater de ação politica, uma tese baseada nos mesmos principios que acabamos de criticar. Segundo a mesma, é necessario ajustar as normas da vida politica às peculiaridades do meio, isto é, ao que existe de singular e proprio em cada país. Mas este problema também não é motivo para se abandonar o marxismo como teoria e como tática de luta social, pois um de seus principios fundamentais é o de que *a aplicação marxista não deve nem pode ser feita de forma mecanica e arbitraria em copia servil*, e sim em obediencia às condições existentes em cada lugar. Naturalmente as condições das varias partes do mundo são diferentes entre si, mesmo quando o elemento substancial seja igual e permanente em todas elas.

Justamente neste principio é que ressalta a vitalidade do marxismo. Se tivesse sido apresentado apenas como sendo mais uma teoria cientifica, passado o primeiro momento em que todas as teorias são discutidas, não occuparia hoje senão o lugar de algumas prateleiras nas bibliotecas. Pela constante aplicação ao que de especifico tem em cada país, o marxismo se renova de modo continuo e progressivo e retira do meio social e do ambiente em geral os elementos para a sua aplicação correta.

O marxismo não é, como o pretendem alguns, um quadro apoucado de idéias e de principios dentro do qual caibam, mecanicamente, todos os fenomenos e todos os fatos que vão surgindo na variação constante

da vida. A essência de seu conteúdo dialético está em aplicar uma tese geral que, pelos seus fundamentos e por seu alcance, é ajustável internacionalmente a cada situação, de acordo com as características particulares. Por isso é fecunda a ação que se inspira na teoria marxista.

Não é nenhum fruto da especulação de algum pensador isolado da vida que se desenrola ao seu redor; não é tão pouco uma doutrina formulada com os dados da realidade colhidos num só determinado país ou num único momento. O marxismo é o resultado do exame de fatos inegáveis que se registam no panorama do mundo e que sucederam no curso histórico da vida social. Como filosofia da vida pode-se circunscrever a manifestações isoladas dos fenômenos. Como interpretação científica da história, aplica-se ao exame das experiências, tão diversas entre si, de todos os povos e de todos os países. Como doutrina econômica e social, é a projeção da sociedade capitalista num campo teórico e representa a transição dos diversos regimes anteriores para novas formas sociais de produção. Não somente por estas razões de caráter geral é que se deve recomendar o estudo do marxismo. Como método de investigação científica e como norma de interpretação, o marxismo ajudará a aprofundar muito o conhecimento dos fenômenos latino-americanos até agora apenas iniciado e será um auxiliar poderoso e fecundo para o exame dos mais diversos problemas.

(Enrique Gonzalez Aparicio — prefácio in *Principios Fundamentales de Economía Política*, de L. Segal.)

● ●

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO — John Reed (1887-1920), escritor americano que conquistou rapidamente a celebridade, renunciou aos sucessos da literatura e do jornalismo burguês para se fazer o campeão do proletariado em todos os conflitos sociais. No México, nos Estados Unidos (1913-1914), na Rússia, onde assistiu aos “Dez dias que abalaram o mundo”, John Reed está ao lado dos operários. Seu livro, de interesse excepcional, liga-o para sempre ao heroico proletariado de outubro de 1917. Representante do Partido Comunista no II Congresso da I. C. (1920), morreu, pouco depois, de tifo, a serviço da Revolução.

“Depois de ter lido, com imenso interesse e atenção idêntica, até o fim, o livro de John Reed, *Dez Dias que Abalaram o Mundo*, recomendo-o do fundo de meu coração aos operários de todos os países. Gostaria de ver esse livro distribuído em milhões de exemplares e traduzido em todos as línguas, porque ele dá um quadro exato e extraordinariamente vivo dos acontecimentos que têm uma tão grande importância para a compreensão do que é a revolução proletária, do que é a ditadura do proletariado. Essas questões são hoje o objeto de discussão geral, mas, antes de aceitar ou rejeitar essas idéias, é indispensável compreender toda a significação do partido que se deverá tomar. O livro de John Reed, sem dúvida nenhuma, ajudará a esclarecer essa questão, que é o problema fundamental do movimento operário universal.” (Lénin, prefácio à edição americana de *Dez Dias que Abalaram o Mundo* — Fins de 1919.)

O MARXISMO É TODA UMA CONCEPÇÃO DO MUNDO

Criado por Marx e Engels, no século passado, quando o capitalismo se encontrava em ascenso, a doutrina marxista foi construída sobre as bases das leis fundamentais do desenvolvimento da sociedade humana, estabelecidas à luz da realidade capitalista, e, qual farol, ilumina as rotas do futuro da sociedade.

Marx e Engels, pois, cujos pensamentos se geraram nas condições do capitalismo em ascensão, genialmente estabelecendo as leis gerais do desenvolvimento da sociedade humana, não poderiam, contudo, cientificamente, prever como se realizaria, em toda sua extensão, a sociedade socialista e as particularidades dos meios e caminhos para a ela se chegar. Portanto, somente os não marxistas e inimigos do socialismo podem querer apresentar como dogmas todas e quaisquer afirmações de Marx e Engels, nesse particular, pois desta forma negam valor científico à doutrina marxista, transformando-a em algo como que religião ou seita, dogmática, acabada.

E tanto é verdade que o marxismo é toda uma concepção do mundo, portanto, dinâmica, por excelência, que Lênin, marxista, enriqueceu-o, estudando o período do imperialismo, com a formulação de novas leis do desenvolvimento social e, sobretudo, de métodos e meios pelos quais as classes trabalhadoras do mundo e, particularmente, as da Rússia, poderiam conseguir a sua emancipação. Teve a felicidade de poder assistir e orientar a grande revolução de outubro, com a qual se criou o primeiro Estado Socialista, no mundo. Genialmente, em face da realidade socialista, pôde formular algumas das leis fundamentais da criação, consolidação e expansão de um Estado Socialista.

Stálin, outro marxista genial, contemporâneo, também tem enriquecido o marxismo com a extraordinária realização do Estado Soviético, pois que de seu desenvolvimento, sob cerco capitalista, justamente na época geral da crise do capitalismo, quando o imperialismo já extortora nas vascas da agonia, grandes ensinamentos tem sabido colher da realidade que o cerca, para enriquecer ainda mais o tesouro imenso da prática e teoria do marxismo.

Para que qualquer um possa verificar que as afirmações de um marxista, mesmo do porte de um Marx, Engels, Lênin ou Stálin, não são dogmas, bastam os seguintes exemplos:

Engels, em sua crítica ao projeto de Erfurt, em 1881, afirmava que a república democrática parlamentar era a forma política da ditadura do proletariado, que o proletariado revolucionário deveria estabelecer no período que mediasse a transformação do capitalismo em socialismo.

Lênin, entretanto, à custa da realidade revolucionária de 1905 e fevereiro de 1917, criou a nova forma política da ditadura do proletariado, a república democrática dos Soviets.

Na atualidade, marxistas de grande mérito como Thorez, Duclos, Gottwald, etc., afirmam, à luz da dialética marxista, a possibilidade

de se admitir não serem a ditadura do proletariado e a república dos Soviets os únicos caminhos que conduzem ao socialismo; que, sob certas condições das forças internas e externas, o socialismo pode ser alcançado por caminhos novos, que se entreabrem agora, com os governos de frente popular, tal como ocorrem na Tchecoslováquia, França, Iugoslávia, Finlândia, etc. Cada país, de acôrdo com a sua peculiar situação interna, dentro do quadro geral do mundo, encontrará, por certo, o seu particular caminho para o progresso social.

A verdade só se comprova com a experiência. E a experiência está em plena realização.

CIERP.

QUE SE ESPERA DO GOVERNO — ... “espera o povo um governo de homens capazes, competentes e honrados; uma política econômica baseada nas necessidades da Nação e na unidade de todas as forças econômicas partidárias do progresso; medidas radicais e imediatas contra os monopólios e contra os especuladores de toda a espécie; a moralização total da administração pública; um incentivo direto à produção agrícola e industrial e de alimentos, roupas e habitações para o povo”.

“Esclarecendo que os piores inimigos da Revolução Mexicana são os que querem fazer do México um apêndice das forças do exterior, Lombardo Toledano ressaltou que os verdadeiros revolucionários são aqueles que desejam que uma nação se mova por razões próprias e que lute contra seus inimigos por razões próprias também.

“Dentro deste programa, nosso nacionalismo nos leva a ser amigos de nossos vizinhos e partidários do progresso geral de todos os povos.”

O líder operário insistiu ainda que se deve repelir a simples tentativa de desencadear uma nova guerra mundial, “porque a mesma traria danos irreparáveis ao futuro de nosso país, e falar da posição do México no caso de uma nova guerra mundial é já admitir a possibilidade dessa guerra”.

“Porquanto — acrescentou —, atrever-se a declarar que estamos dispostos a ir a uma nova guerra mundial ao lado dos Estados Unidos, é não só um ato anti-patriótico como ainda um ato de discórdia para com os Estados Unidos. Do mesmo modo, atrever-se a declarar que o México está pronto para se colocar ao lado da União Soviética em uma nova guerra mundial, não só é um ato anti-patriótico, como também é um ato contrário à política de paz da União Soviética.”

Lombardo Toledano terminou seu discurso com vivas à União Soviética, à amizade entre a URSS e os Estados Unidos, à Boa Vizinhança e ao México. (*Noticiero de la CTAL*, México, 18-11-946, n. 70.)

Pegueno Dicionário Marxista

Publicaremos nesta secção esboços de verbetes, que, desenvolvidos futuramente, figurarão no Dicionário-Enciclopédia de Estudos Sociais, ainda em organização. Convidamos quantos se interessarem em contribuir para essa obra, graciosa ou remuneradamente, a procurar-nos

TERCEIRO ESTADO — Era a assembléa das categorias sociais que constituíam a burguesia primitiva, oposta aos dois outros Estados: o clero e a nobreza. A Revolução Francesa foi a Revolução do Terceiro Estado, que deu o poder à burguesia. E' nesse sentido que se costuma designar o proletariado sob o nome de Quarto Estado, para opô-lo à burguesia.

TESE, ANTÍTESE, SÍNTESE — Têrmos empregados por Hegel para designar os três momentos de suas *triadas*, sob cuja forma, a seu ver, se desenvolve a razão universal, "a idéia absoluta" (Deus). As triadas de Hegel têm, por vêzes, um caráter bastante artificioso: ligam-se à natureza e, por meio delas, compreende-se tudo quanto existe no mundo. (Para Hegel, por exemplo, África, é a tese; Ásia, a antítese; e Europa, a síntese).

TOTEM — A idéia de *totem* está intimamente ligada à da geração: o totem é considerado como o ancestral comum dos clans ou gens, sob a forma de um animal ou fenômeno natural. O totem distingue-se do *fetiche*, por não possuir nenhum poder mágico, e das *divindades* comuns, por não representar nenhuma forma da natureza. Pode-se considerar como de origem totemica o culto dos animais no antigo Egito, onde cada tribo parece ter tido o seu *totem* especial (crocodilo, serpente, touro, etc.).

TRABALHO (Cavaleiros do) — Associação operária fundada em 1869, em Filadélfia, pelo afaite Uriah S. Steffens, organizada em 1878. A ordem dos cavaleiros do Trabalho, que compreende quase 2 milhões de membros e que alcançou toda a sua importância graças sobretudo à direção hábil do Grão mestre Powderley, tem por fim principal "organizar e dirigir a força das massas industriais". A ordem, fortemente centralizada, é dirigida por uma comissão executiva compreendendo um grão-mestre operário, um 1.º contramestre, um 1.º secretário, um 2.º secretário, um 1.º tesoureiro. E' subdividida em assembléas locais, em assembléas de distrito e em assembléa geral, composta de representantes eleitos por assembléas de distrito. Desde 1880, a ordem tem o seu jornal, que se chamou primeiro *Jornal dos Trabalhadores Reunidos* e depois *Jornal dos Cavaleiros do Trabalho*.

TRABALHO (Meios de) — Os *meios de trabalho*, com os quais se transformam os objetos de trabalho, são as máquinas, os instrumentos de trabalho, os utensílios. Incluem-se mesmo as construções (edifícios, pontes, etc.), que representam o papel de condição material para a produção.

Entre os meios de produção, classificam-se também os materiais auxiliares: combustíveis, lubrificantes, vernizes, etc.

TRABALHO (Objetos de) — O *objeto de trabalho* — é a matéria que serve para a produção de uma dada mercadoria. Na produção de fios, o objeto de trabalho é o algodão, a lã, o linho; na de tecidos, são os fios; na de ferro, são os minérios; na de máquinas, é o ferro, etc. Quando o objeto de trabalho já é um produto do trabalho toma o nome de matéria prima, como, por exemplo, o fio, o algodão, o minério de ferro, etc. Quando se trata, porém, de objetos de trabalho que não receberam qualquer preparação prévia, como, por exemplo, a madeira das florestas ou as jazidas carboníferas, são “objetos de trabalho” mas não “matérias primas”.

TRABALHO (Sobre-) — “O capital — diz Marx — não inventou o *sobre-trabalho*. Onde quer que uma parte da sociedade possua o monopólio dos meios de produção, o operário, seja ele livre ou escravo, é obrigado a acrescentar ao tempo de trabalho necessário à sua própria conservação um tempo de trabalho suplementar para produzir os meios de subsistência de que tem necessidade o proprietário dos meios de produção”. (*O Capital*, livro I, cap. VIII). “O *sobre-trabalho*, o trabalho excedente ao tempo necessário à manutenção do trabalhador”, e a apropriação do produto desse *sobre-trabalho* por outrem, a exploração do trabalho, são, pois, comuns a todas as formas de sociedade até aqui existentes, enquanto nelas reinarem os antagonismos de classes. Mas é somente quando o produto desse *sobre-trabalho* se reveste da forma de *mais-valia*, quando o proprietário dos meios de produção encontra diante de si, como objeto de exploração, o trabalhador livre — livre de entraves sociais e livre de bens próprios — e o explora tendo em vista a produção de *mercadorias*, é somente, então, segundo Marx, que os meios de produção se revestem do caráter específico de capital. E isso só se produziu em grande escala depois do fim do século XV e começo do século XVI.” (Engels — *Anti-Dühring*, pág. 283 — Edit. Cálvino — 1944).

Portanto, somente quando do trabalho o produto é a *mercadoria*, o *sobre-trabalho* cria a *mais-valia* que é o lucro do capitalista.

O *sobre-trabalho* é sinônimo de *tempo de trabalho suplementar*.

Significa, pois, em última análise: trabalho excedente, trabalho não pago. A jornada de trabalho do operário se compõe de duas partes: na primeira ele reproduz o equivalente do valor de sua força de trabalho, o equivalente do valor que ele recebe sob a forma de salário; esta parte corresponde a um trabalho do operário e que é pago. Na outra parte, o operário trabalha mas nada recebe pelo seu trabalho suplementar. Este é o *sobre-trabalho*, o trabalho não pago. “O período de atividade que excede os limites do trabalho necessário custa, de facto, trabalho

ao operário, um gasto de força, mas não constitui nenhum valor para ele. Forma uma *mais-valia* que tem para os capitalistas todos os encantos de uma criação *ex-nihilo*. Eu chamo esta parte da jornada de trabalho, tempo suplementar e, ao trabalho nela consumido, *sobre-trabalho*" (Marx — *O Capital*, 1.º vol., pág. 93).

"Não obstante ser paga apenas parte do trabalho diário do operário, ao passo que a outra parte fica não paga, e, embora seja precisamente esta parte não paga, ou *sobre-trabalho*, que constitui o fundo de onde se forma a *mais-valia* ou lucro, a impressão que se tem é que o trabalho inteiro seja trabalho pago." (Marx — *Salário, Preço e Lucro*).

O *sobre-trabalho* não é uma relação social que sempre existiu e continuará a existir para sempre. É um fenômeno transitório correspondente a uma situação determinada. É um fenômeno próprio da sociedade dividida em classes. A produção capitalista não inventou o *sobre-trabalho*. "Sempre que uma parte da sociedade possui o monopólio dos meios de produção, o trabalhador, livre ou não, é forçado a acrescentar ao tempo de trabalho necessário a sua própria subsistência, um excedente destinado a produzir a subsistência do possuidor dos meios de produção." (Marx, 1.º vol., pág. 101).

Desde que as sociedades humanas saíram do comunismo primitivo, o *sobre-trabalho* tem existido. As diferentes formas econômicas, na história, tem feito variar a forma por que o *sobre-trabalho* é imposto e extorquido ao trabalhador. Na escravidão não se distingue a separação entre o *sobre-trabalho* e o tempo necessário; o *sobre-trabalho* é aparentemente todo o trabalho; o escravo parece que não trabalha senão para o seu dono; ele não percebe a parte que lhe cabe senão sob a forma de alimentação, roupas, etc. Na servidão a distinção é fácil; o produtor reconhece, claramente, em seu trabalho, a parte produzida para o senhor e a parte que cabe a ele próprio. No salariado, ao contrário, parece não existir o *sobre-trabalho*; a forma salário suprime qualquer distinção entre o trabalho pago e o não pago. O trabalhador supõe ganhar todo o seu trabalho e todo o trabalho parece ser trabalho pago. Na escravidão a relação de propriedade dissimula o trabalho para o escravo; no salariado, a relação de dinheiro dissimula o trabalho gratuito para o capitalista.

Mas o *sobre-trabalho* nunca foi tão destruidor, tão insaciável, quanto o é com o capital. O *sobre-trabalho* na escravidão, e na servidão, encontrava um limite na satisfação das necessidades dos senhores; a apropriação dos meios de consumo, de usufruto, era o objetivo do *sobre-trabalho*. O *sobre-trabalho* estava limitado pelo conjunto das necessidades. Mas desde que, em lugar dos produtos limitados pelo consumo, passou-se a criar a *mais-valia*, a multiplicação, o *sobre-trabalho* passou a ser expoliado com ferocidade crescente.

O *sobre-trabalho* não continuará a existir na sociedade futura, quando os capitalistas não mais existirão, pois que, os meios de produção pertencerão à coletividade. Mas uma parte do *sobre-trabalho*, como já se pode verificar pela construção do socialismo na URSS, se transforma em trabalho-necessário, a parte que se destina à formação de um fundo de reserva social, a soma necessária ao crescimento da produção, à subs-

tuição dos meios de produção, isto é, à acumulação socialista. “Este (o regime capitalista) tendo sido suprimido, o sobre-trabalho desapareceria e toda a jornada poderia ser convertida em trabalho necessário. Entretanto, é preciso não esquecer que uma parte do sobre-trabalho atual, aqui é reservada à formação de um fundo de reserva e de acumulação, seria então contada como trabalho-necessário...” (Marx — *O Capital*, 1.º vol., pág. 228).

TRATADO SOBRE POLÍTICA (*Traité de la Politique*) por Ariosto — Foi o primeiro trabalho científico escrito na antiguidade sobre esta matéria. O autor discute com grande profundidade os 3 principais gêneros de governo: despótico, aristocrático e democrático, e conclue a favor de uma democracia moderada (343 A. C.)

TREVES, ou TREVERIS (A santa túnica de) — Relíquia sagrada na catedral de Treves, na Prússia Renana. Segundo a lenda, a túnica foi um presente feito ao bispo de Treves pela imperatriz Helena, mãe de Constantino, o Grande. Em 1844, o bispo Arnoldi expôs publicamente a relíquia, provocando a indignação de grande número de católicos alemães e contribuindo para a formação do movimento católico alemão, sob a direção de Ronge. Este último protestou enérgicamente contra semelhante fanatismo e superstição, em carta dirigida a Arnoldi.

TRIÁDA — Todo o processo evolutivo, segundo Hegel, passa por três etapas. A primeira etapa, a tese, é negada pela segunda etapa, a antítese; a segunda etapa é negada, de novo, pela terceira, que se denomina síntese. Esta se chama síntese não só porque nega a etapa precedente, mas também porque reúne novamente os traços fundamentais das duas etapas de desenvolvimento precedentes.

No teoria de Hegel, a tríada é um esquema ao qual se adapta, artificialmente, a realidade. “Segundo Hegel, o desenvolvimento da idéia, de acordo com as leis dialéticas da tríada, determina por si mesmo o desenvolvimento da realidade”. (Lénin). Dühring e Mirráilovski procuravam aplicar ao marxismo a tríada hegeliana. Afirmavam que Marx demonstrava o advento inevitável do socialismo, orientando-se, não por uma investigação efetiva das leis do desenvolvimento social, mas sim pela tríada, pela suposição de que, sendo a propriedade privada capitalista a última negação e contraposição da propriedade social, então a propriedade socialista deverá, fatalmente, destruir a capitalista.

Na realidade, Marx baseava a inevitabilidade do socialismo no estudo objetivo das contradições econômicas dominantes sob o capitalismo. A dialética marxista exige o estudo da vida social em toda a sua plenitude, contradições e transições, e não na sua adaptação artificial a esquemas abstratos. Na tríada hegeliana encontra-se “o veio racional” que conserva a lei dialética da *negação da negação* (Ver). Este “veio racional” consiste em que a tríada hegeliana admite a evolução, a transição do inferior ao superior, de forma que o grau superior conserva os traços positivos dos graus inferiores. No que se refere à *trindade*, esta é a parte superficial da dialética hegeliana.

ÚLTIMAS EDIÇÕES

HISTÓRIA DO SOCIALISMO E DAS LUTAS SOCIAIS, por Max Beer, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLITICA, por Lapidus e Ostrovitianov, 2 vols. Preço de cada vol. Cr\$25,00

LENINE, SUA VIDA E SUA OBRA, por D. S. Miraki Cr\$25,00

CARLOS MARX, SUA VIDA E SUA OBRA, por Max Beer (Com um resumo d'O CAPITAL) . . Cr\$25,00

A QUESTÃO SOCIAL E OS CRISTÃOS SOCIAIS, por Lisandro de la Torre Cr\$25,00

TRÊS PRINCÍPIOS DO POVO, por Sun Yat Sen Cr\$25,00

A ORIGEM DA FAMÍLIA, DA PROPRIEDADE PRIVADA E DO ESTADO, por F. Engels (Como Apêndice, "O Código Soviético da Família") Cr\$25,00

ANTI-DUHRING, por Frederico Engels Cr\$30,00

CAUSAS ECONÔMICAS DA REVOLUÇÃO RUSSA, por M. N. Pokrovski (Como Apêndice, "Preço, Salário e Lucro", por Marx) Cr\$25,00

URSS, UMA NOVA CIVILIZAÇÃO, por Sidney e Beatrice Webb, 5 vols. Preço de cada volume . . . Cr\$25,00

A MEDICINA NA RUSSIA SOVIÉTICA, pelo Dr. Lello Zeno . . Cr\$25,00

O GÊNIO DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, pelo Instituto M. E. L., de Moscou Cr\$25,00

DEMOCRACIA DE HOJE E DE AMANHÃ, por Edvard Benes . . Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX, ENGELS, LENINE E STALIN SOBRE LITERATURA E ARTE, por Jean Freville Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE FILOSOFIA, seleção de J. Duret Cr\$25,00

TRECHOS ESCOLHIDOS DE MARX SOBRE ECONOMIA POLITICA, seleção de P. V. Nizan . . . Cr\$25,00

O PODER SOVIÉTICO, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

O CRISTIANISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL NA RUSSIA, pelo Deão de Canterbury Cr\$25,00

MISSÃO EM MOSCOW, por Joseph E. Davies Cr\$25,00

MISSÃO EM TÓQUIO, por Joseph C. Crew Cr\$30,00

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO, por John Reed Cr\$25,00

SANTA RUSSIA, por Maurício Hindus Cr\$30,00

O SEGREDO DA RESISTÊNCIA RUSSA, por Maurício Hindus . . Cr\$25,00

A RUSSIA ESMAGARA O JAPÃO, por Maurício Hindus Cr\$25,00

A RUSSIA NA PAZ E NA GUERRA, de Anna Louise Strong . . Cr\$25,00

A CHINA LUTA PELA LIBERDADE, de Anna Louise Strong . . Cr\$25,00

RIO SELVAGEM (Romance da construção socialista), de Anna Louise Strong Cr\$25,00

ENTRE DOIS MUNDOS, memórias de Anna Louise Strong . . . Cr\$30,00

ÁSIA SOVIÉTICA, por Davies & Stelger Cr\$25,00

A VERDADE SOBRE A RELIGIÃO NA RUSSIA, pelo Patriarca Sérgio e outros Cr\$25,00

STALIN, por Emil Ludwig . . Cr\$25,00

PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA NA UNIÃO SOVIÉTICA, pela Dra. Ester Conus . . Cr\$25,00

A QUESTÃO AGRÁRIA, por V. I. Lenin Cr\$25,00

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO MARXISMO, por F. Engels, A. Taitheimer, H. Harari e L. Ségal . . . Cr\$30,00

MARX, ENGELS E MARXISMO, por Lenin, Marx e Engels, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$25,00

NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECONOMIA POLITICA, de Luis Ségal, 2 vols. Cada volume . . . Cr\$25,00

A DEFESA ACUSA . . . — de Marcel Willard Cr\$25,00

MATERIALISMO E EMPIROCRITICISMO, de V. I. Lenin, 2 vols. Preço de cada volume Cr\$35,00

PRESTES E A REVOLUÇÃO SOCIAL, de Abguar Bastos Cr\$ 35,00

Editorial CALVINO Limitada

Av. 28 de Setembro, 174 — Rio de Janeiro

PARA A FRENTE, TRABALHADORES!

Em números anteriores desta revista, nesta mesma capa, publicamos um apêlo aos nossos leitores no sentido de nos ajudarem a vencer a crise que atravessamos, devido à venda insuficiente de *Divulgação Marxista*. Recebemos, acompanhando a importância de Cr\$ 20,00, o seguinte bilhete:

Latini 19-3-947

Senhores Editores no momento
não posso estuslar o marxismo,
faço voto para que aumente, os
animantes.

Ai vai 20,00 vinte Cruzeiros para
ajudar o Brasil.

Lazaro Ribeiro

Não há o que comentar. Não foi a primeira manifestação de solidariedade e nem será a última. Mas esse bilhete, em sua extrema simplicidade, traduz bem que tesouros de fraternidade, compreensão e espírito de luta se aninham no coração do trabalhador brasileiro, como alicerce sólido e indestrutível sobre o qual se erguerá toda a sua consciência comunista, que se plasma, visivelmente, no entrechoque dos dias que estamos vivendo.